

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais**

**Lízia Maria Silva Martins**

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO  
CAMPO: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE TRABALHADORAS RURAIS EM  
POSIÇÃO DE LIDERANÇA EM MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA**

**Diamantina**

**2022**

**Lízia Maria Silva Martins**

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO  
CAMPO: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE TRABALHADORAS RURAIS EM  
POSIÇÃO DE LIDERANÇA EM MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nadja Maria Gomes Murta  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Josélia Barroso Queiroz  
Lima

**Diamantina**

**2022**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

M386o Martins, Lizian Maria Silva  
2022 O enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no campo [manuscrito] : análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em municípios do vale do Jequitinhonha / Lizian Maria Silva Martins. -- Diamantina, 2022.  
221 p.

Orientador: Prof. Nadja Maria Gomes Murta.  
Coorientador: Prof. Josélia Barroso Queiroz Lima.

Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Diamantina, 2022.

1. Violência. 2. Mulheres. 3. Campo. 4. Trabalhadoras Rurais. 5. Vale do Jequitinhonha. I. Murta, Nadja Maria Gomes. II. Lima, Josélia Barroso Queiroz. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFMG com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFMG

LÍZIAN MARIA SILVA MARTINS

**O enfrentamento à violência doméstica contra as  
mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras  
rurais em posição de liderança em municípios do Vale do  
Jequitinhonha.**

Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM ESTUDOS RURAIS,  
nível de MESTRADO como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
MESTRA EM ESTUDOS RURAIS

Orientador (a): Prof.ª Dr.ª Nadja Maria  
Gomes Murta

Coorientadora: Prof. Dr. Josélia  
Barroso Queiroz Lima

Data da aprovação : 24/02/2022

Prof.Dr.ª ALINE WEBER SULZBACHER - UFVJM

Documento assinado digitalmente  
 Aline Weber Sulzbacher  
Data: 09/03/2022 10:21:39-0300  
Verificar em: <https://verificador.br.br>

Prof.Dr.ª NADJA MARIA GOMES MURTA - UFVJM

Documento assinado digitalmente  
 Nadja Maria Gomes Murta  
Data: 01/03/2022 10:32:40-0300  
Verificar em: <https://verificador.br.br>

Prof.Dr.ª JOSÉLIA BARROSO QUEIROZ LIMA - UFVJ

Documento assinado digitalmente  
 JOSÉLIA BARROSO QUEIROZ LIMA  
Data: 03/03/2022 20:52:34-0300  
Verificar em: <https://verificador.br.br>

Dr.ª FABIANA DE ANDRADE - FMUSP - NUDERG/UERJ

Documento assinado digitalmente  
 Fabiana de Andrade  
Data: 09/03/2022 12:18:39-0300  
Verificar em: <https://verificador.br.br>

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às Mulheres Trabalhadoras Rurais do Vale do Jequitinhonha, às Mulheres que sofreram violência doméstica e ousaram romper o silêncio e às lutadoras desse território que travam batalhas enfrentando diversas violências, e dessa forma, constroem com sangue, suor e muita cantoria um novo amanhã.*

## AGRADECIMENTO

É sempre um desafio expressar em palavras um sentimento tão profundo e intenso de gratidão às pessoas que contribuíram para a construção desse percurso em busca da realização de uma pesquisa que venha somar na luta pelo enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, e conseqüentemente para a obtenção do título de Mestra em Estudos Rurais.

Primeiramente agradeço à minha família, minha mãe Terezinha de Jesus Silva Santos, meu pai José Maria Martins dos Santos e meu irmão Lucas por todo o apoio e incentivo que me deram. Em especial à minha irmã Thaísa Silva Martins, doutoranda em Serviço Social e que está desenvolvendo uma pesquisa incrível sobre escrevivência das mulheres negras. Tha, gratidão por toda força, conselhos, orientações, dicas, observações e sugestões que contribuíram significativamente para o meu processo de escrita.

Agradeço a Deus, e as divindades que me acompanham e me protegem, principalmente através das orações da minha mãe. No cultivo da minha espiritualidade e da crença em uma religião libertadora.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais da UFVJM por ter me acolhido e por ser esse programa que faz diferença nesta referida instituição de ensino superior. Na oportunidade agradeço ao corpo docente e aos colegas da minha turma 2019/2. Sou muito grata a UFVJM por ter sido um espaço que contribuiu para a construção da minha identidade regional, fortalecendo meu amor pelo Vale do Jequi, principalmente durante o período da minha graduação.

Gostaria de agradecer especialmente a minha orientadora Nadja Maria Gomes Murta, por toda dedicação, paciência, zelo, respeito e construção coletiva para comigo durante esse processo de pesquisa. Sem palavras para expressar a minha gratidão!

Agradeço à Josélia Barroso Queiroz Lima por todas as contribuições durante a banca de qualificação e depois com o processo de coorientação. Agradeço pelas provações, pelos incômodos, reflexões e indagações que suscitaram em mim. Com certeza, foram de grande valia para o meu processo de aprendizagem.

Agradeço à Fabiana de Andrade, que aprendi a chamar de Fabi logo de início, pelas contribuições durante a banca de qualificação, trazendo vários apontamentos que espero respondê-los futuramente, pois no momento não dei conta de todos eles.

Gostaria de agradecer imensamente as minhas amigas e colegas de turma, Narjara Fonseca, Maria Josiane Moreira e Viviane Ribeiro, por todos os “compartilhamentos”, trocas, ajudas, preocupações, angústias, vitórias e sonhos vivenciados conjuntamente. Com certeza para eu ter chegado até aqui vocês foram fundamentais. Narjara, gratidão por toda acolhida em sua casa durante o primeiro semestre, não tenho palavras para te agradecer por isso. Josi, gratidão por todas as dicas e ponderações. Viviane, mulher guerreira, gratidão por todos os ensinamentos nas lutas políticas e nos trabalhos em rede.

Agradeço aos colegas do mandato do deputado estadual Jean Freire, por todo o apoio e auxílio, ao deputado Jean, a chefe de gabinete, Gelmária, e ao coordenador de base, Amintas, pela compreensão no período que tive que deslocar para Diamantina. E em especial aos meus colegas de Araçuaí, Marcos Luiz, Klevio Souza e Rogério Prates por todo apoio.

Agradeço aos colegas de militância da Consulta Popular (atualmente do Movimento Brasil Popular) e do Levante Popular da Juventude por terem contribuído com a minha formação e com a construção de um horizonte político contrahegemônico.

Não posso deixar de agradecer imensamente a todas as trabalhadoras rurais que contribuíram participando dessa pesquisa. O meu muito obrigado!

Sou grata às companheiras da comissão do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Baixo Jequitinhonha e às colegas da secretaria operativa do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Médio Jequitinhonha, por todos os desafios superados e todas as conquistas construídas em defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento à violência doméstica.

Finalizo agradecendo todas as companheiras de lutas e profissionais que estão atuando nas redes e nos fóruns de enfrentamento à violência contra as mulheres, dedicando parte das suas vidas em construir um mundo melhor, na qual possamos cultivar relações sociais sem desigualdades e sem violência.

## AS MULHERES DO VALE (RUBINHO DO VALE)

As mulheres lá do Vale são benditas e reizeiras  
são honestas lutadoras, professoras e raizeiras  
As mulheres lá do Serro são divinas cozinheiras  
fazem queijos e orações, procissões nas ladeiras.  
As mulheres de Diamantina são senhoras seresteiras  
elas fazem tapetes, são garimpeiras e festeiras.  
As mulheres de Chapada são honradas companheiras  
As mulheres de Minas Novas são tão novas congadeiras.  
As mulheres de Berilo são tão boas tecedeiras  
As mulheres de Campo Alegre são alegres bonequeiras.  
As mulheres lá do Vale sabem fazer brincadeiras  
dançam fitas, jogam verso, são fiéis e casadeiras.  
As mulheres de Araçuaí são dos corais, são cantadeiras  
camponesas, canoeiras, são freiras, são benzedeiras  
As mulheres de Jordânia, Joáima e Bandeira  
de Salinas e Almenara, são tão raras brasileiras.  
As mulheres de Itamarandiba, Itaobim e Taiobeiras  
de Rubim e Rubelita, são tão bonitas essas mineiras.  
As mulheres lá do Vale têm doçura e são doceiras  
plantadoras, vendedoras, são feirantes e feireiras  
As mulheres lá do Vale são viúvas sem fogueiras  
na espera dos maridos, lavradoras, lavadeiras  
bailarinas, forrozeiras, rezadoras, curadeiras.  
As mulheres lá do Vale são doutoras e parteiras  
As mulheres lá do Vale são artistas dançadeiras  
são irmãs e amigueiras, artesãs, trabalhadeiras.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa consiste em analisar as percepções de trabalhadoras rurais sindicalizadas, em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha, acerca da realidade da violência doméstica contra as mulheres, identificando os desafios e possibilidades para o enfrentamento a essa questão. Como procedimento metodológico foi realizada a aplicação de entrevista semiestruturada com nove trabalhadoras rurais. Na qual, refletimos sobre o processo de inserção sindical dessas mulheres rurais, problematizamos sobre o cotidiano das mulheres no campo, apontando as dificuldades enfrentadas na rotina de trabalho doméstico e na produção agrícola. Somado a esses elementos, a investigação tem como centralidade a análise acerca dos desafios para o enfrentamento da violência contra as mulheres rurais e dos apontamentos de possibilidades para a atuação das redes de enfrentamento. O recorte de análise delimita o meio rural no Vale do Jequitinhonha e suas particularidades. O referencial bibliográfico perpassa pelos estudos acerca da categoria patriarcado, gênero, e dos padrões históricos de dominação-exploração das mulheres, analisando a interligação entre os marcadores sociais de raça, gênero e classe para estruturação do racismo e sexismo, que são reproduzidos no capitalismo. Perpassando pela análise dos elementos da formação social do Brasil, com a reflexão sobre o modo de produção do escravismo colonial e das classes sociais no campo. Apresentamos a partir das percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas, características da violência doméstica contra as mulheres no campo na região do Vale do Jequitinhonha, apontando os principais desafios e as possibilidades para o seu enfrentamento. Com o desenvolvimento da pesquisa pôde-se perceber a necessidade da construção de um diagnóstico situacional da violência contra as mulheres rurais e do seu monitoramento; as limitações da atuação dos órgãos da rede de atendimento e, o medo e o silenciamento vivenciados pelas vítimas. O que aponta para a necessidade constante de fortalecimento das redes de atendimento às mulheres e de enfrentamento a essa problemática. Além disso, como um dos resultados da pesquisa, foi perceptível a vivência de processos de violência enfrentados pelas trabalhadoras rurais, desde o momento da sua filiação sindical, como também no cotidiano de trabalho dentro e fora de casa. O que expressa o quanto a violência é cotidiana na vida das mulheres no campo.

**Palavras-Chave:** Violência. Mulheres. Trabalhadoras Rurais. Vale do Jequitinhonha.

## ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the perceptions of unionized rural workers, in leadership positions in municipalities in the Jequitinhonha Valley, about the reality of domestic violence against women, identifying the challenges and possibilities for facing this issue. As a methodological procedure, a semi-structured interview was carried out with nine rural workers. In which, we reflect on the process of union insertion of these rural women, we discuss the daily life of women in the countryside, pointing out the difficulties faced in the routine of domestic work and in agricultural production. Added to these elements, the investigation has as its central point the analysis of the challenges to face violence against rural women and the notes of possibilities for the performance of the confrontation networks. The analysis cut delimits the rural environment in the Jequitinhonha Valley and its particularities. The bibliographic reference goes through studies about the patriarchy category, gender, and the historical patterns of domination-exploitation of women, analyzing the interconnection between the social markers of race, gender, and class for the structuring of racism and sexism, which are reproduced in capitalism. Going through the analysis of the elements of the social formation of Brazil, with a reflection on the way of production of colonial slavery and social classes in the countryside. Based on the perceptions of the rural workers interviewed, we present characteristics of domestic violence against women in the countryside in the Jequitinhonha Valley region, pointing out the main challenges and possibilities for confronting them. With the development of the research, it was possible to perceive the need to build a situational diagnosis of violence against rural women and its monitoring; the limitations of the performance of the organs of the service network and the fear and silencing experienced by the victims. This points to the constant need to strengthen the networks of assistance to women and to face this problem. In addition, as one of the results of the research, it was noticeable the experience of processes of violence faced by rural workers, from the moment of their union affiliation, as well as in the daily work inside and outside the home. Which expresses how violence is daily in the lives of women in the countryside.

**Key words:** Violence. Women. Rural Workers. Jequitinhonha Valley.

## RESUMEN

El objetivo de la investigación es analizar las percepciones de los trabajadores rurales sindicalizados, en posiciones de liderazgo en los municipios del Valle de Jequitinhonha, sobre la realidad de la violencia doméstica contra la mujer, identificando los desafíos y posibilidades para enfrentar este problema. Como procedimiento metodológico se realizó una entrevista semiestructurada a nueve trabajadores rurales. En el cual, reflexionamos sobre el proceso de inserción sindical de estas mujeres rurales, discutimos el cotidiano de la mujer en el campo, señalando las dificultades enfrentadas en la rutina del trabajo doméstico y en la producción agrícola. Sumado a estos elementos, la investigación tiene como punto central el análisis de los desafíos para enfrentar la violencia contra las mujeres rurales y los apuntes de posibilidades para la actuación de las redes de enfrentamiento. El corte de análisis delimita el medio rural en el Valle de Jequitinhonha y sus particularidades. La referencia bibliográfica recorre estudios sobre la categoría patriarcado, el género y los patrones históricos de dominación-explotación de las mujeres, analizando la interconexión entre los marcadores sociales de raza, género y clase para la estructuración del racismo y el sexismo, que se reproducen en el capitalismo. . Pasando por el análisis de los elementos de la formación social de Brasil, con una reflexión sobre el modo de producción de la esclavitud colonial y las clases sociales en el campo. A partir de las percepciones de las trabajadoras rurales entrevistadas, presentamos características de la violencia doméstica contra la mujer en el campo de la región del Valle de Jequitinhonha, señalando los principales desafíos y posibilidades para enfrentarlas. Con el desarrollo de la investigación se pudo percibir la necesidad de construir un diagnóstico situacional de la violencia contra la mujer rural y su seguimiento; las limitaciones de actuación de los órganos de la red de atención y el miedo y silenciamiento vivido por las víctimas. Esto apunta a la necesidad constante de fortalecer las redes de atención a las mujeres y enfrentar este problema. Además, como uno de los resultados de la investigación, se percibió la vivencia de procesos de violencia enfrentados por los trabajadores rurales, desde el momento de su afiliación sindical, así como en el trabajo cotidiano dentro y fuera del hogar. Que expresa cómo la violencia es cotidiana en la vida de las mujeres del campo.

**Palabras Clave:** Violencia. Mujeres Rurales. Trabajadoras Rurales. Valle De Jequitinhonha.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Caracterização das trabalhadoras rurais entrevistadas na pesquisa.....	25
<b>Quadro 2</b> – Registros de Homicídios de mulheres (consumados e tentados) .....	69
<b>Quadro 3</b> – Registros de Feminicídios (consumados e tentados) .....	69
<b>Quadro 4</b> – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo relação entre Vítima e Autor.....	74
<b>Quadro 5</b> – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo faixa etária.....	75
<b>Quadro 6</b> – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo Raça/Cor.....	76
<b>Quadro 7</b> – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo Tipo de Local do Crime.....	77
<b>Quadro 8</b> – Registros de Crimes de Lesão Corporal dolosa e ameaça (nacional e estadual) .....	82
<b>Quadro 9</b> – Registros de Crimes de ordem sexual contra as mulheres brasileiras e mineiras (2020) .....	86
<b>Quadro 10</b> – Registros de Crimes de violência contra as mulheres brasileiras e mineiras (2020) .....	87
<b>Quadro 11</b> - Registros de violência doméstica e familiar contra a mulher em seis municípios do Vale do Jequitinhonha – 2018, 2019, 2020.....	91
<b>Quadro 12</b> – Comparativo Feminicídios Brasil, Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha (2019 -2020) .....	94
<b>Quadro 13</b> – Principais desafios apontados pelas entrevistadas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha.....	192
<b>Quadro 14</b> – Principais possibilidades para atuação da rede para enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha.....	202

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEJE - Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEP – Conselho de Ética em Pesquisa

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

COQUIVALE – Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CTB- Central dos Trabalhadores do Brasil

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MNUCDR – Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher

NIEG – Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PPVD - Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSF – Programa Saúde da Família  
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura  
SPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UDR - União Democrática Ruralista  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFV – Universidade Federal de Viçosa  
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>23</b>
<b>1. PATRIARCADO, RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....</b>	<b>28</b>
1.1. Sistema patriarcal capitalista: elementos basilares para a edificação das estruturas de poder sobre as mulheres.....	28
1.2. Gênero, raça e classe social: dimensões estruturantes da vida das Mulheres brasileiras.....	38
1.3. A violência doméstica contra as mulheres: legislações, estatísticas e vivências.....	55
1.4. A luta feminista como estratégia de enfrentamento ao sistema capitalista patriarcal racista.....	100
<b>2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: QUESTÃO AGRÁRIA, ASPECTOS REGIONAIS, SINDICALISMO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES.....</b>	<b>108</b>
2.1. Formação Social brasileira povo brasileiro, modo de produção escravista colonial e classes sociais agrárias.....	108
2.2. A Questão Agrária no Brasil: lutas de classes, padrão hegemônico e reforma agrária popular.....	125
2.3. Relações Sociais no Meio Rural no Vale do Jequitinhonha: Sindicalismo e Cotidiano a partir da resistência das mulheres.....	132
2.3.1. Aspectos regionais da Formação Social do Vale do Jequitinhonha.....	133
2.3.2. O processo de reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais: sindicalização e lutas travadas.....	145
2.3.3. O Cotidiano das Trabalhadoras Rurais no Vale do Jequitinhonha.....	167
<b>3. TRABALHADORAS RURAIS COMO PROTAGONISTAS DA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA.....</b>	<b>180</b>
3.1 Resistências das Margaridas: Atuação das mulheres trabalhadoras rurais no enfrentamento à violência no Vale do Jequitinhonha.....	180

3.2 Cenários da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha.....	185
3.3 As marcas da violência doméstica contra as mulheres no campo: desafios vivenciados.....	191
3.4 “Em briga de marido e mulher: a gente mete a colher”: As possibilidades de estratégias para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais.....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>211</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE B – TCLE.....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO A – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA.....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

A questão da violência doméstica contra as mulheres é uma problemática mundial que afeta mulheres de todas as classes sociais, de diferentes identidades étnico-raciais, de várias crenças religiosas, de perspectivas diferenciadas de orientação sexual e de todas as faixas etárias. Porém com particularidades, intensidades e proporções diferenciadas com a população não-branca, sobretudo num cenário social como o brasileiro, no qual o mito da democracia racial corrobora para intensificar a complexidade do problema, tentando silenciá-lo. Nesse sentido, a violência é expressão de uma estrutura de poder materializada na forma de organização da sociedade.

A pesquisa foi vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, inserida na linha de pesquisa Sociedade e Cultura no Mundo Rural e teve como objetivo geral analisar as percepções de trabalhadoras rurais acerca da realidade da violência doméstica no campo no Vale do Jequitinhonha, visando identificar os elementos que elas apontam sobre os desafios e as possibilidades para o enfrentamento dessa problemática, buscando contribuir na atuação das redes, dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil.

As entrevistadas são trabalhadoras rurais sindicalizadas em posição de liderança dos municípios polos das microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, envolvendo também trabalhadoras rurais que atuaram como coordenadoras das comissões de mulheres dos polos da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG (sendo um deles de abrangência dos municípios do Baixo/Médio Jequitinhonha e outro de abrangência do Alto Jequitinhonha) nos últimos cinco anos. A caracterização do público entrevistado será apresentada no item do percurso metodológico.

A pesquisa tem como objetivos específicos: 1) Compreender o processo de inserção das trabalhadoras rurais e o seu reconhecimento enquanto tal, a partir da filiação no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; 2) Refletir sobre o cotidiano das mulheres no campo, a partir da sua rotina de trabalho doméstico e na agricultura familiar; 3) Sistematizar os desafios centrais para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo na região; 4) Analisar as possibilidades de medidas e iniciativas para o combate à violência contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha.

Em minha trajetória, como mulher, feminista, negra, natural de Araçuaí<sup>1</sup>, assistente social e militante, cultivo o compromisso social e político com esta luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como, com outras lutas sociais e políticas a partir do horizonte de construção do Projeto Popular para o Brasil.

A aproximação com as articulações das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres no Vale do Jequitinhonha se deu a partir do trabalho na Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha (AMEJE) com a gestão das ações desenvolvidas com a Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher – Ônibus Lilás. Como a unidade móvel foi uma conquista de luta das trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas de 2011, o trabalho com a mesma possibilitou uma proximidade com as mulheres rurais. A atuação na referida associação dos municípios ocorreu nos anos de 2015 e 2016 em Araçuaí, porém com abrangência na regional do Médio Jequitinhonha.

A vinda do ônibus lilás para a região desencadeou vários trabalhos referentes à realização de capacitações dos profissionais da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, promoção de encontros de fomento a criação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres, realização de seminários regionais com segmentos do poder público e da sociedade civil e o desenvolvimento de atividades preventivas acerca dessa questão.

Após o período de trabalho na AMEJE e até o atual momento (ano de 2022) estou trabalhando na assessoria parlamentar do mandato do deputado estadual Jean Freire<sup>2</sup>, com uma atuação mais voltada para a contribuição no fortalecimento das políticas públicas para as mulheres e com as construções das redes de enfrentamento à violência na região, colocando o mandato parlamentar como instrumento de luta em defesa dos direitos das mulheres. Considero este espaço de trabalho como ambiente de escuta e de vivências que contribuíram para o processo de análise dos dados da pesquisa.

A partir dessas relações, desenvolvi um trabalho que contribuiu diretamente para a construção do Fórum Regional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

---

<sup>1</sup> Araçuaí é município polo da microrregião do Médio Jequitinhonha.

<sup>2</sup> Deputado Estadual por dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) estando como segundo vice-presidente da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com atuação prioritária nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Possui assessorias parlamentares com atuações regionais específicas na área das comunidades quilombolas, mulheres e cultura, por entender a importância dessas áreas e desses sujeitos (negros, mulheres e agentes culturais) para a formação social da região e ao mesmo tempo por representarem as desigualdades históricas de gênero, raça e classe, que possuem particularidades nos Vales.

dos Municípios do Baixo Jequitinhonha e do Fórum dos Municípios do Médio Jequitinhonha, estabelecendo relações de parceria com a Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha. Essas instâncias regionais que são espaços de articulação entre os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil que compõem as redes de enfrentamento à violência contra as mulheres na região do Vale do Jequitinhonha. No entanto, há várias outras iniciativas de grupos de mulheres, entidades sociais, associações de mulheres, núcleos de estudos e pesquisas que tem desenvolvido trabalhos voltados para as mulheres na região do Vale do Jequitinhonha.

Acredito na necessidade de produção de conhecimento que venha contribuir na atuação desses referidos espaços de integração das redes, bem como, com a promoção de reflexões acerca dos desafios para o enfrentamento à violência contra as mulheres na região. Essa linha de visão expressa a minha motivação para aprofundar os estudos, uma vez que mesmo lidando com essa questão há alguns anos, a mesma não havia sido objeto de estudo.

No que refere a justificativa para a escolha desse tema de pesquisa - violência doméstica contra as mulheres no campo - se dá por dois elementos principais, pelo fato, das trabalhadoras rurais na região do Vale do Jequitinhonha, terem colaborado diretamente na construção de políticas públicas para este segmento e terem assumido uma presença constante nos espaços de participação social. Um segundo elemento pela necessidade de identificar e compreender mais profundamente o cenário da violência doméstica no campo. Particularidades essas, que podem ser evidenciadas, a partir das dificuldades de acesso aos órgãos de atendimento, dos desafios para o deslocamento dos serviços de atendimento para o meio rural, bem como, do desafio em não ter um diagnóstico acerca realidade da violência doméstica no meio rural. Além de correlacionar com as análises acerca das relações sociais no campo.

O público escolhido para participar da pesquisa, são as trabalhadoras rurais em posição de liderança, sindicalizadas, justamente, por entender que as vivências e as experiências delas, contribuem para compreender os processos de luta pelos direitos das mulheres, para a efetivação das políticas públicas destinadas a este segmento e para o enfrentamento à violência. O território de abrangência da pesquisa envolve os municípios do Vale do Jequitinhonha.

No processo de construção da pesquisa o olhar estava delimitado a perceber os elementos específicos da violência doméstica no campo no Vale do Jequitinhonha, porém a partir das valiosas contribuições das trabalhadoras rurais entrevistadas, foi possível evidenciar que o fenômeno da violência está presente na dinâmica da vida das mulheres. E no caso das trabalhadoras rurais, a violência esteve presente desde o momento de tentativa para associar-se no sindicato, perpassando pelo cotidiano indo até as práticas de autoritarismos, dominação e exploração no âmbito doméstico. Violências essas expressas das mais variadas formas e legitimadas por valores morais.

A dissertação se estrutura em três capítulos, o primeiro intitulado “Patriarcado, Relações de gênero e violência contra as mulheres”, traz reflexões acerca das concepções de gênero, patriarcado e violência, correlacionando com as estruturas de poder da sociedade capitalista e como elas (re) produzem determinadas opressões, a partir das contribuições de Heleieth Saffioti, Silvia Federici e Mirla Cisne, analisando como o patriarcado se gesta ao longo dos séculos, apropriando do corpo, da sexualidade e dos saberes das mulheres.

Neste capítulo será feita a análise da correlação entre os elementos de classe, raça e gênero, como se articulam nos processos de reprodução das desigualdades sociais entre mulheres e homens, conseqüentemente, como imprimem características no fenômeno da violência. Nesta parte analisamos as perspectivas da interseccionalidade em Kimberlé Crenshaw, da consubstancialidade em Danièle Kergoat e Mirla Cisne e do Nó em Heleieth Saffioti. Além disso, refletimos sobre as raízes do mito da democracia racial e das condições de vida diferenciadas entre as mulheres negras e brancas, a partir das contribuições de Beatriz Nascimento, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Bell Hooks<sup>3</sup>, Joel Rufino dos Santos e Sueli Carneiro.

Ainda neste capítulo analisamos a questão da violência doméstica contra as mulheres a partir dos seus aspectos estruturais, sociais e legais, trazendo elementos de normativas nacionais e internacionais, como também de dados a nível federal, estadual e regional sobre os registros de violências (lesão corporal, ameaça, assédio sexual, estupro, importunação sexual e estupro de vulnerável), feminicídios e homicídios femininos. Apontamos a importância da luta feminista como alternativa de organização política para o enfrentamento e

---

<sup>3</sup> A autora adota uma postura política de utilizar seu nome somente em letras minúsculas, no entanto, optamos por seguir as regras ortográficas, porém é algo a ser refletido.

a superação das estruturadas patriarcais trazendo marcos históricos do movimento feminista e das contribuições do feminismo negro.

O segundo capítulo tem como título “A Formação Social Brasileira: Questão Agrária, aspectos regionais, sindicalismo e resistência das mulheres”, no qual trabalhamos elementos gerais da formação social do Brasil, a partir da análise do povo brasileiro em Darcy Ribeiro e da *Amefricanidade* em Lélia Gonzalez, como também do sistema escravista colonial em Jacob Gorender. Nesta parte analisamos as conformações das classes agrárias a partir de Octávio Ianni e Florestan Fernandes e da experiência do colonato em José de Souza Martins. Essas reflexões contribuem para pensar a formação da república brasileira, que carregou aspectos arcaicos e modernos dessa relação dialética. Para isso, contamos com as contribuições de José Murilo de Carvalho.

Como a pesquisa permeia a análise das relações sociais no campo, compreendemos como relevante discutir o entendimento dos elementos que gestam a Questão Agrária brasileira, que aponta para a necessidade da Reforma Agrária Popular perante o padrão produtivo hegemônico que impera no campo – o agronegócio. Nessa linha contamos com as contribuições de João Pedro Stédile, Sérgio Pereira Leite e Leonilde Servolo de Medeiros. Como analisamos anteriormente as configurações das classes agrárias, identificamos como importante refletir sobre a atuação das organizações de classe no campo, por isso, pontuamos acerca da organização das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), enquanto representações da classe trabalhadora, a partir das colocações de Clodomir Santos de Moraes; e das organizações patronais, dentre elas, a União Democrática Ruralista (UDR), com as contribuições de Sônia Regina de Mendonça. Apontamos também a importância da atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No segundo capítulo refletimos também o contexto da formação regional do Vale do Jequitinhonha, o protagonismo das populações indígenas e negras nesse processo e ao mesmo tempo a marca da violência sofrida por eles. Além disso, trazemos apontamentos acerca da migração e suas conseqüências para a região, somado às tentativas de desenvolvimentistas propostas pelo Estado para a região. Neste contexto identificamos a cultura popular enquanto resposta de resistência aos estigmas impostos para a região. Para realizar essas reflexões contamos com as contribuições de Cláudia de Jesus Maia, Maria Aparecida de Moraes Silva, Margarida Maria Moura, Ana Carolina Gonçalves Leite e Mateus de Moraes Servilha.

Nesta parte da dissertação trazemos reflexões acerca das percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas sobre os seus processos de sindicalização, buscando identificar as motivações para a inserção no movimento sindical, as violências e desafios enfrentados para sindicalizarem. Para a discussão sobre sindicalismo rural, dialogamos com contribuições de Octávio Ianni, Leonilde Servolo Medeiros e Érica Pinto de Moraes. Sobre identidade contamos com as elaborações teóricas de Ademar Bogo e Roberto Cardoso de Oliveira para auxiliar na análise da categoria.

Finalizamos o segundo capítulo com a discussão acerca do cotidiano das mulheres rurais em municípios do Vale do Jequitinhonha, dialogando com as percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas sobre a vida cotidiana dessas mulheres. Para auxiliar na concepção acerca da categoria cotidiano, contamos com as contribuições de José Paulo Netto que se baseia nos escritos de Georg Lukács e de Maria do Carmo Brant de Carvalho que tem influências de Henri Lefebvre. Sobre a categoria em análise, dialogamos também com Maria Lúcia Silva Barroco que utiliza das contribuições teóricas de Ágnes Heller.

O terceiro capítulo “Trabalhadoras rurais como protagonistas da luta contra a violência doméstica e as estratégias de enfrentamento no Vale do Jequitinhonha” apontamentos elementos históricos de iniciativas que contaram com a participação das trabalhadoras rurais a nível regional, no que refere as estratégias de enfrentamento da violência, a partir de anotações pessoais da pesquisadora advindas da sua experiência de trabalho profissional e militante. Serão pontuados elementos dos desafios estaduais para a participação das mulheres nas instâncias sindicais a partir de informações disponibilizadas pela comissão estadual das trabalhadoras rurais da FETAEMG.

Analisamos os principais elementos de caracterização da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, bem como, os seus desafios e as estratégias de enfrentamento. A partir das percepções das trabalhadoras rurais que fizeram parte desta pesquisa como entrevistadas. Dialogando com as contribuições teóricas de Heleieth Saffioti, Wânia Pasinato Izumino, Lélia Gonzalez e Lourdes Maria Bandeira. As entrevistadas apontam um cotidiano de violência, que é reproduzido pela ausência de aparato do estado na região e sustentado através dos mecanismos morais e religiosos de silenciamento. Trazemos reflexões sobre a importância da organização das mulheres e da articulação das redes de enfrentamento à violência para responder os desafios postos.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa intitulada “O Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres no Campo: Análise das Percepções de Trabalhadoras Rurais em posição de liderança em Municípios do Vale do Jequitinhonha”

A pesquisa bibliográfica conteve os estudos de referenciais teóricos que abarcam as discussões acerca do patriarcado, gênero, raça, racismo, sexismo, violência, feminismo, divisão sexual do trabalho, formação social do Brasil, sistema escravista colonial, classes sociais agrárias, questão agrária, reforma agrária, formação do Vale do Jequitinhonha, migrações, sindicalismo rural, identidade e cotidiano.

Para o desenvolvimento da pesquisa houve acesso à dados secundários no que refere à estatísticas dos crimes de violência contra as mulheres (lesão corporal e ameaça), crimes sexuais (assédio sexual, importunação sexual, estupro, estupro de vulnerável), crimes de homicídios femininos e feminicídios. Correlacionando com as características acerca do local do crime, faixa etária, identidade étnico-racial, relação com autor do crime. As fontes de dados foram o 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública e o Diagnóstico Semestral da violência doméstica e familiar contra a mulher em Minas Gerais da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

No âmbito da pesquisa de campo foram realizadas nove entrevistas com aplicação de roteiro semiestruturado (Apêndice A) por meio de ligações telefônicas, sendo gravadas, armazenadas em aparelho de celular e transcritas integralmente. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril a dezembro de 2021. Elas não ocorreram presencialmente em decorrência do período pandêmico da COVID 19.

Houve limitações em relação à realização das entrevistas, em decorrência da qualidade do sinal da rede da operadora móvel e da internet. Por outro lado, por não haver contato físico, houve a perda de expressões faciais, movimentos corporais, limitando-nos somente a dimensão auditiva. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que mesmo assim, por meio das tecnologias foi possível realizar a pesquisa e ao mesmo tempo colher importantes dados para a realização da mesma.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM com parecer final (número 4.403.112) datado de 17 de novembro de 2020 (Anexo A) e todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) autorizando a participação na pesquisa.

Do total das trabalhadoras rurais entrevistadas, três pertencem à microrregião do Alto Jequitinhonha, três do Médio e três do Baixo. Destas, seis são lideranças vinculadas aos sindicatos dos municípios polos de cada microrregião e três são trabalhadoras rurais que ocuparam a função de coordenação microrregional da comissão de mulheres da FETAEMG nos últimos cinco anos.

Em relação ao processo de escolha das entrevistadas, oito delas, o contato se deu pelo engajamento das mesmas em trabalhos desenvolvidos em rede na região e uma por meio de diálogo com a EMATER. No universo dessas oito entrevistadas, três participam do Fórum de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Baixo Jequitinhonha. As três do médio Jequitinhonha, duas participaram do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do seu município e uma é referência regional no trabalho com as mulheres. Estas três tiveram contato com a pesquisadora desde o trabalho com a Unidade Móvel (Ônibus Lilás). As outras duas, uma é referência no trabalho com as comunidades quilombolas na região e outra faz parte da Articulação entre as redes de enfrentamento à violência contra as mulheres dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Tendo em vista a necessidade de sigilo as participantes da pesquisa foram identificadas por numerais de um a nove. Neste trabalho as nove entrevistadas, ao nosso entender representam a diversidade das mulheres do Vale do Jequitinhonha, que constroem diariamente os caminhos em defesa dos seus direitos, rompendo com o machismo e enfrentando as mais diferenciadas formas de violência.

Segue o quadro abaixo. Para melhor elucidar a caracterização das mulheres, trabalhadoras rurais em posição de liderança que fizeram parte da pesquisa de campo e contribuíram com as suas percepções acerca da violência contra as mulheres no campo, trazendo as suas vivências e experiências.

**Quadro 1 – Caracterização das trabalhadoras rurais entrevistadas na pesquisa**

<b>Entrevistada</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Identidade Étnico Racial</b>	<b>Ano registro</b>	<b>Filhos</b>	<b>Ocupa/ocupou Cargos de Direção</b>
1	70	Solteira	Ens. Fund. Incompleto	Negra	1984	Sim, e netos	Sim
2	45	Solteira	Ens. Médio Completo	Parda	2010	Não	Não
3	71	Solteira	Ens. Fund. Incompleto	Parda	1977	Sim, e netos	Sim
4	72	Casada	Ens. Fund. Incompleto	Negra	1995/1997	Sim, e netos	Sim
5	26	Casada	Ens. Médio Completo	Negra, descende indígena	2013	Sim	Sim
6	43	Solteira	Ens. Médio Completo	Parda	2014	Não	Sim
7	63	Casada	Ens. Fund. Incompleto	Parda	1992	Sim, e netos	Não
8	47	Casada	Ens. Fund. Completo	Negra	2003	Sim	Sim
9	47	Casada (“por enquanto”)	Ens. Médio Completo	Negra	2016	Sim	Não

A partir dos dados apresentados acima, dentre as nove entrevistadas, quatro são idosas, quatro estão na fase adulta e uma é jovem. Em relação ao estado civil, quatro são solteiras e cinco estão casadas atualmente. No que refere questão da escolaridade, somente quatro concluíram o ensino médio, sendo três com faixa mais jovem. Uma das entrevistadas concluiu o ensino fundamental e as quatro demais possuem o ensino fundamental incompleto. As que possuem menor escolaridade são as trabalhadoras rurais já idosas, tendo mais tempo de sindicalização, entre 4,5 e 25 anos de sindicalizadas.

A questão da escolaridade apresenta-se um desafio, pois mesmo ocupando alguns cargos de direção e estando há anos no movimento sindical, travando várias lutas, muitas mulheres rurais não conseguiram concluir nem ensino fundamental, quanto mais o ensino médio. O que não pode ser analisado, desconsiderando as dificuldades do acesso à educação de jovens e adultos no meio rural, principalmente nos municípios de interior, seja no sentido da oportunidade de oferta de turmas, como também no que refere às condições de transporte escolar. Ao mesmo tempo, percebemos o quanto essas mulheres tendo uma baixa escolaridade formal, possuem uma experiência e um conhecimento muito significativo em várias áreas.

É válido ressaltar que o movimento sindical precisa ter o compromisso também de incentivar e estimular para que essas trabalhadoras rurais busquem concluir os seus estudos básicos, principalmente o público idoso que vivenciou condições mais difíceis para estudar quando eram mais jovens. Essa questão do acesso à escolaridade é permeada pelos marcadores de classe, raça, gênero, território e ao mesmo tempo apresenta um desafio para a população do Vale do Jequitinhonha. Sendo também um elemento que causa impacto e que tem decorrência das condições socioeconômicas.

Outro elemento acerca da caracterização das entrevistadas, diz respeito ao tempo de contribuição sindical, duas delas se sindicalizaram no período da década de 1970 e 1980, duas inseriram no sindicato nos anos de 1990 e as cinco demais passaram a fazer parte de entidade após os anos 2000, sendo a maioria destas, na última década.

No que refere à identidade étnico-racial, cinco se consideram negras, sendo uma delas, uma liderança quilombola, com atuação no movimento quilombola da região e uma relata que possui descendência indígena. O que evidencia como a formação sócio-histórica da nossa região, possui a marca da ancestralidade do povo negro e indígena. As demais trabalhadoras rurais, no caso, quatro, consideram-se pardas. Os elementos da caracterização das trabalhadoras entrevistadas nos revelam enquanto desafio e enquanto memória social e histórica, o processo de invisibilidade, silenciamento e negação da negritude como sujeito de direito, que será analisado na pesquisa.

Em relação à questão dos filhos, somente duas das nove entrevistadas não possuem filhos e dentre as sete que possuem, quatro já tem netos. É perceptível, pelos relatos das mesmas, que os filhos e netos acompanharam as caminhadas delas no movimento sindical. O que demanda pensar a realização de atividades desenvolvidas pelo movimento sindical a criação de condições que levem em conta as particularidades das mulheres mães.

Outro dado relevante sobre a caracterização das entrevistadas se refere à ocupação de espaços de poder em instâncias do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em seus municípios ou em instâncias regionais, estaduais e nacionais. No universo das nove entrevistadas, seis já ocuparam ou estão ocupando espaços nas diretorias, sendo dessas, três estão atualmente como presidentes de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, coincidentemente uma de cada microrregião (Alto, Médio e Baixo) do Vale do Jequitinhonha. Em relação às outras três, duas estiveram e/ou estão em instâncias regionais do movimento sindical e uma na diretoria de um sindicato, no período da realização da pesquisa. Tendo somente duas que ainda não ocuparam cargos de direção em entidade sindical. Porém ambas estão ocupando cargos em associações comunitárias de outra natureza.

Cabe destacar que dentre as seis mulheres que ocupam ou já ocuparam cargos de direção nas entidades sindicais, quatro delas foram incentivadas e/ou impulsionadas para entrar na disputa de determinado cargo, por incentivo de algum homem que também estava em instâncias de direção. O processo de ocupação dos cargos de direção traz elementos importantes para analisar as relações de poder, o machismo e a importância da auto-organização das mulheres.

## **1 – PATRIARCADO, RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

### **1.1. Sistema patriarcal capitalista: elementos basilares para a edificação das estruturas de poder sobre as mulheres**

Nesta primeira parte do capítulo 1 traremos reflexões sobre a perspectiva de análise na qual mais me aproximo que diz respeito à compreensão da categoria patriarcado como um sistema de dominação que gesta e ordena as relações sociais entre mulheres e homens, perpassadas pelas práticas de opressão, hierarquização e exploração em vários âmbitos da vida. Para compreensão dessa categoria contamos com as contribuições de Saffioti (2013), Federici (2017) e Cisne (2012, 2018), que auxiliam nas análises conceituais das bases de sustentação do patriarcado.

Nesse bojo, correlacionaremos essa discussão com as categorias da Divisão Sexual do Trabalho, da violência e do trabalho doméstico, juntamente com a apropriação do corpo e da vida das mulheres por parte das estruturas de dominação da sociedade, que atravessou a era medieval, a modernidade e principalmente nos marcos do capitalismo. Somado a isso a noção de família monogâmica e da maternidade foram constituídas de modo a sustentar o patriarcado.

Tendo em vista, o nível de aprofundamento que foi possível dentro do arcabouço teórico adquirido até então, faremos uma análise da condição de subordinação da mulher no âmbito geral. Para em seguida, trazer os elementos estruturais do racismo e do sexismo, que impôs condições de maior exploração, segregação, exclusão e violência para as mulheres negras, conseqüentemente, estabelecendo condições de trabalho desiguais entre as mulheres brancas e as mulheres negras. Com o objetivo de somar nesse processo de compreensão, contamos com as contribuições de Gonzalez (2020) e Hooks (2019), a primeira brasileira, a segunda norte-americana, de modo a aprofundar no sistema de opressão patriarcal que operam sobre as mulheres negras. E assim, nessa parte conecto com o processo de colonização do Brasil e da formação social do nosso país.

O patriarcado, enquanto categoria de análise feminista, compreendido a partir da definição clássica citada por Cisne (2012), na qual, “O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens.

Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. (DELPHY *apud* CISNE, 2012, p. 84)).

Essa dominação masculina é histórica e está diretamente relacionada com a apropriação do corpo da mulher pelos homens, a partir de intervenções do Estado e da Igreja Católica que representavam instituições de poder ao longo de séculos. Considerando que o patriarcado se constitui anterior à gênese do capitalismo é importante analisar elementos históricos do sistema escravista e do período da servidão/feudalismo<sup>4</sup>, que gestaram os elementos de dominação sobre as mulheres. Nesse sentido, trazemos as contribuições de Federici (2017), a partir do cenário europeu, mas que nos auxilia na análise das experiências brasileiras.

Segundo a autora, o regime de servidão se desenvolveu na Europa como resposta a destituição do sistema escravagista, contexto em que os camponeses (trabalhadores agrícolas livres), juntamente com os antigos escravizados eram considerados servos, subordinados aos seus senhores, estabelecendo relações de submissão, principalmente em decorrência da situação de dependência por conta do acesso a terra e ao trabalho. A partir das contribuições de Federici (2017) esse cenário era perpassado pelos conflitos de classe, com comportamentos de revoltas por parte dos servos e de condutas de vigilância, controle por parte dos empregados e dos senhores. E ao mesmo tempo eram marcantes as relações de apropriação sobre o corpo e a vida das mulheres, como pode ser evidenciado a partir da citação abaixo:

Era o senhor que mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres, e decidia, por exemplo, se uma viúva deveria se casar novamente e quem deveria ser seu esposo. Em algumas regiões reivindicavam, inclusive, o *ius primae noctis* – o direito de deitar-se com a esposa do servo na noite de núpcias. (FEDERICI, 2017, p.52)

Os senhores feudais eram expoentes juntamente com a Igreja Católica e com o Estado, da representação do patriarcado, interferindo e conduzindo a vida sexual e conjugal das mulheres. Nesse sentido, segundo Federici (2017), o clero fez uma movimentação na Idade Média para colocar a sexualidade como algo profano e vergonhoso, cabível de confissão, imputando como sagrado tudo que era relacionado ao sexo. Por isso, mecanismos organizados pelas mulheres para assumir o controle da sua saúde reprodutiva eram motivos para intervenções do clero.

---

<sup>4</sup> Cabe pontuar que não houve feudalismo no Brasil. É citado o sistema feudal a partir das experiências históricas européias que a autora analisa.

Esse contexto é marcado por uma perseguição aos considerados “hereges”, sujeitos que em sua maioria eram mulheres, as quais questionavam e subvertiam os dogmas religiosos e as demais regras que expressavam o abuso econômico, político, sexual, moral e religioso sobre as pessoas. Na qual, segundo Federici (2017), naquela época, as mulheres buscaram denunciar as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riqueza, ou seja, as bases de sustentação do poder feudal-eclesiástico da época.

O controle e a dominação das mulheres perpassaram ao longo da Idade Média e atravessaram a Era Moderna, apresentando elementos de poder sobre a vida das mulheres nos marcos da acumulação primitiva. Um longo processo histórico que sedimentaram as bases de constituição do sistema capitalista, em que a política de cercamentos<sup>5</sup>, o tráfico de escravizados e a perseguição das mulheres consideradas “bruxas” foram elementos fundantes desse processo.

Federici (2017) nos auxilia compreender o motivo pelo qual o surgimento do capitalismo se deu em um contexto de guerra contra as mulheres, perpassado por assassinatos e perseguições, no que foi chamado de “caça às bruxas”, como uma resposta extremamente violenta para impor a submissão às mulheres, tentando retirar delas, seus saberes de curas naturais<sup>6</sup> e de controle do seu corpo, principalmente acerca do controle de natalidade e da sexualidade. Ambas as práticas tinham o objetivo podar o cultivo e o repasse de geração para geração dos conhecimentos ancestrais das mulheres, impondo a valorização de uma crescente medicina, que seria considerada “legal” e hegemonicamente masculina e branca.

Todo esse cenário extremamente perverso e permeado de violência contra as mulheres, em que houve

[...] a marginalização das parteiras, começou um processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto os médicos homens passaram a ser considerados como ‘aqueles que realmente davam a ‘vida’ [...] teve início o predomínio de uma nova prática médica que, em casos de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Isso contrastava com o processo de nascimento habitual que as mulheres haviam controlado. [...] O resultado dessas políticas, que duraram duzentos anos (as

---

<sup>5</sup> Segundo Federici (2017), no século XVI, a prática dos cercamentos diz respeito ao conjunto de mecanismos usados pelos lordes ingleses e fazendeiros ricos para impedir o uso das terras comunais, visando expandir suas propriedades.

<sup>6</sup> Saberes ancestrais advindos do manejo de ervas naturais para cura de doenças, feridas e demais questões de saúde.

mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em territórios políticos, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. (FEDERICI, 2017, p. 177/178).

É difícil encontrar palavras para expressar o sentimento de revolta que todos esses elementos históricos nos causam. Perceber como a violência contra as mulheres atravessa os séculos e como isso foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. A necessidade de controlar a reprodução da vida impôs uma relação de estranhamento das mulheres com o seu corpo, que antes se tinha controle. O parto deixa de ser um processo natural e conduzido de forma autônoma pelas mulheres, para se tornar algo permeado de coerção e com o objetivo de ampliar a reprodução dos filhos, atrelado à dimensão de controle da propriedade privada.

No entanto, não podemos desconsiderar que durante todos esses séculos as mulheres continuaram na resistência para preservar seus saberes, e até hoje temos algumas mulheres que possuem o conhecimento ancestral das práticas como parteiras, curandeiras e benzedadeiras. Não podemos perder de vista, como esse último termo foi deturpado com o objetivo de criminalizar e discriminar as mulheres que tinham (e ainda tem) os conhecimentos de uso de ervas naturais e medicinais. E ao mesmo tempo, essa movimentação vai ao encontro da apropriação desses conhecimentos por parte da indústria farmacêutica, objetivando mercantilizar os tratamentos de saúde, impondo uma cultura medicamentosa.

Essa discussão do controle de natalidade nos traz a reflexão do quanto foi enraizado o processo de destruição dos saberes ancestrais, o que séculos depois será conduzido pela indústria farmacêutica através da capacidade de produzir os métodos anticoncepcionais. Somado ao fato do quanto se tornou profundo e polêmico a discussão do aborto, que tem as bases de sustentação para sua criminalização e proibição, fundamentadas em concepções moralistas, essencialmente religiosas. No entanto é uma pauta complexa, que não pode ser analisada de forma simplista ou meramente sob pontos de vistas individuais, mas que precisa ser analisada considerando a realidade social das mulheres atualmente, correlacionando com todo esse contexto histórico apontado acima.

A partir desses elementos é necessário entender que

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p. 119).

Ou seja, esse processo da acumulação primitiva se gestou através das várias formas de violência, expropriando terras, riquezas e a própria vida das mulheres e de homens, não podendo desconsiderar os marcadores estruturais, das relações de gênero, de raça e geracional. E nesse aspecto Federici dá uma contribuição ímpar, em trazer elementos para analisar esse contexto da acumulação primitiva, para além da análise marxiana do desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou a produção de mercadorias e a conformação do trabalhador fabril, mas sim, sob o ponto de vista da posição social das mulheres e da produção de trabalho das mesmas. Sendo que nestes marcos temporais, teve-se uma mudança central nas condições de trabalho, em que

[...] Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 52/53).

Esse processo de desvalorização e muitas vezes de invisibilidade do trabalho doméstico foi fundamental para a constituição do capitalismo, que soube apropriar muito bem do trabalho das mulheres. Sendo assim, no feudalismo não se tinha a divisão sexual do trabalho nestes moldes, de separação das tarefas de âmbito privado como competência exclusivas das mulheres e as de âmbito público somente para os homens. Somado ao fato que neste período as tarefas de cuidados da casa, dos filhos e da lavoura eram valorizadas e vistas como fundamentais para a reprodução da vida social no feudo. O que não quer dizer que não havia outras práticas de dominação e de violência, na qual já foram sinalizadas anteriormente.

No contexto de emergência do capitalismo as atividades valorizadas eram aquelas que geravam valor, que estavam voltadas para as produções e trocas comerciais, ao mesmo

tempo desvalorizando todas as atividades necessárias para a reprodução do trabalhador (comer, vestir, etc.). Nesse aspecto, Federici (2017) aponta

[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres’. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. Essas mudanças históricas - que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência. (FEDERICI, 2017, p. 145/146).

Esse cenário impôs para as mulheres uma realidade de exclusão e subalternidade colocando-as em condições maiores de pobreza e fome, aumentando o cenário de miséria entre a população em geral na época. Consequentemente ampliando as situações de revoltas, exigindo a necessidade da intervenção do Estado<sup>7</sup> em medidas de assistência aos pobres, juntamente com as instituições de caridade vinculadas, inclusive, à Igreja Católica. Como fruto desse processo de intervenção estatal terá na primeira metade do século XX a criação da profissão de Serviço Social com o objetivo de atuar no acirramento das contradições sociais, a partir da consolidação do capitalismo e da ampliação da pauperização.

Todo esse cenário que gestou o processo da acumulação primitiva no continente europeu, vem ao encontro do que Federici (2017) afirma “o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenena a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião”. (FEDERICI, 2017, p. 24). E dessa forma, o patriarcado se sustentou desde a Idade Média até o capitalismo atual, através da guerra e da exploração das mulheres em vários âmbitos. Isso está correlacionado com o fato do funcionamento econômico e político do capitalismo não ter criado a inferiorização social das mulheres, mas se apropriou dessa situação para aprofundar e intensificar as desigualdades entre os sexos, entre as raças, entre as classes.

---

<sup>7</sup> Leva-se em consideração a visão de Estado em Lênin (2010), na qual, “o Estado é produto do antagonismo inconciliável das classes”. O referido autor traz também a concepção de Engels, que aponta o Estado como “[...] um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. [...] sentiu-se a necessidade de uma força que colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar os conflitos nos limites da ‘ordem’.” Temos a leitura de que no sistema capitalista o Estado é burguês e atua na preservação dos interesses da classe dominante.

Dando continuidade na compreensão da categoria patriarcado, entendemos que consiste em um modelo de dominação masculina, regido pela dinâmica do controle e do medo, baseado na violência, e se constitui de uma base material e ideológica que perpassa todas as esferas da sociedade, nutrindo do racismo e sexismo, permeado por relações autoritárias também no âmbito geracional<sup>8</sup> e da sexualidade<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a produção do modo capitalista de supremacia branca e eurocêntrica foi conformada no bojo das relações desiguais entre homens e mulheres, na construção de diferenças sociais entre os sexos, que permitiram gestar no imaginário social a noção de características atribuídas ao que é masculino e feminino, inserindo atribuições específicas a cada gênero. Sendo um longo e progressivo processo de dominação e domesticação dos corpos, com a criação de uma ideologia que sustenta todo paradigma da modernidade – pautados em valores que levam ao sucesso, disciplina, trabalho e responsabilidade como ideias de um bom trabalhador, mas que essencialmente diz respeito aos mecanismos ideológicos e morais para garantir a reprodução da exploração da força de trabalho.

Em consonância com o percurso de análise feito até aqui, nos marcos da acumulação primitiva, a Divisão Sexual do Trabalho é elemento fundante para a manutenção do patriarcado e para a reprodução das relações sociais de poder, de dominação e de exploração entre mulheres e homens. Na qual é

[...] uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada historicamente e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares). (KERGOAT, 2012 apud CISNE, 2018, p.99).

Por isso que o modelo de família monogâmica pautada no padrão da heteronormatividade é essencial e funcional para a reprodução do patriarcado, na qual, “a família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe” (CISNE, 2018, p. 93), tendo as instituições religiosas cristãs um papel preponderante

---

<sup>8</sup> Faço referência aqui ao autoritarismo de pais e padrastos que reproduzem violências físicas, sexuais, psicológicas e morais.

<sup>9</sup> Demarco aqui a dominação patriarcal expressa na criminalização, discriminação, violência e morte da população LGBTTT, na qual o Brasil é um país campeão no assassinato dessa população tão marginalizada pelo sistema.

para a reprodução dessa concepção de família, de seus valores e da formação moral das mulheres e dos homens. O que exige para sua superação nos dias de hoje a construção e o fomento de espaços formativos, tanto em ambientes educacionais, como em ações promovidas por entidades da sociedade civil e de órgãos públicos, que reflita sobre isso, que não reproduza relações de dominação e que acolha os vários tipos de famílias.

Tendo em vista que o sistema patriarcal estrutura as relações de gênero, isso implica na organização da estrutura da sociedade, nas relações simbólicas e na conformação das instituições, em que segundo Saffioti (2015), podemos considerar que:

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições, como já se afirmou. Isto posto, por que a Justiça não seria sexista? Por que ela deixaria de proteger o *status quo*, se aos operadores homens do Direito isto seria trabalhar contra seus próprios privilégios? E por que as juízas, promotoras, advogadas, mesárias são machistas? Quase todos o são, homens e mulheres, porque ambas as categorias de sexo respiram, comem, bebem, dormem etc., nesta ordem patriarcal de gênero, exatamente a subordinação devida ao homem. Se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista. (SAFFIOTI, 2015, p.99-100).

Isso denota o quanto é profundo, complexo e enraizado as relações de dominação das mulheres pelos homens. É no ambiente doméstico que essas relações de desigualdade de gênero têm suas expressões mais evidentes, pois é neste espaço que é ensinado e construído o imaginário acerca do papel atribuído à figura do pai, na qual são trabalhadas e reproduzidas as atribuições de provedor do lar, de dominante, de representação da força física, moral e de autoridade. E neste mesmo espaço que o gênero feminino é educado para ter comportamentos e formar a consciência na perspectiva de aceitação e naturalização da dominação existente.

Nesse sentido, mulheres e homens são ensinados, no âmbito familiar, nas religiões, nos espaços escolares, em ambientes de trabalho, a reprodução do padrão de sociedade sexista. Para enfrentar essa constante reprodução é necessário construir espaços de criação da consciência feminista, afinal, “feministas são formadas, não nascem feministas” (HOOKS, 2019, p.25). Ou seja, precisamos compreender o patriarcado, como se organiza e sustenta, para assim conscientizar sobre como as desigualdades engendram-se, construindo estratégias coletivas de enfrentamento a esse sistema. Por isso, os processos de formação e produção do conhecimento são fundamentais. Além de fomentar essas iniciativas formativas e elevar o

nível de consciência dos homens e mulheres, é preciso cultivar cotidianamente uma desconstrução da educação forjada nos padrões sexistas. Na qual Cisne (2012) aponta

[...] A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal<sup>10</sup> capitalistas. (CISNE, 2012, p. 110).

A reprodução da ideologia patriarcal se estende às ciências e profissões como, por exemplo, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Professora de Educação Infantil, Economia Doméstica, Terapeuta Ocupacional que são hegemonicamente femininas, porque “encaixam” em um perfil mais “delicado”, “cuidador”, “atencioso” que são associados às mulheres. No entanto, toda essa visão é construída historicamente e culturalmente. E assim como as pessoas aprendem a reproduzir o machismo, podem aprender a desconstruí-lo diariamente. Sem perder de vista que as mudanças não ocorrem na esfera individual, mas sim, de forma estruturalmente coletiva, na perspectiva societária.

A construção do imaginário social da mulher como responsável pelas tarefas de âmbito privado, e aos homens a responsabilidade da esfera pública é legitimada pelos ditos aparelhos privados de hegemonia<sup>11</sup>, como a religião, o sistema de legislação jurídica, a educação, dentre outros. Isso gerou no plano da formação da consciência social um processo de desvalorização das mulheres no capitalismo, conseqüentemente uma inserção periférica e subalterna no sistema de produção de mercadorias e de geração de riqueza.

Para Saffioti (2013, p. 67),

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.

<sup>10</sup> Na obra a autora coloca o termo no singular, por isso, mantemos de acordo com a escrita original.

<sup>11</sup> Categoria concebida por Gramsci, que diz respeito aos mecanismos de reprodução da visão hegemônica da estrutura social, a partir da defesa da manutenção da ordem social vigente. Correlacionada com a concepção de cultura do autor. Os aparelhos privados de hegemonia são, por exemplo, a mídia, o sistema educacional, a religião, o sistema jurídico.

A colocação da autora traz duas categorias desenvolvidas por Marx, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, na qual, em linhas gerais, a partir da produção de mercadorias, a primeira se gesta por meio da extensão da jornada de trabalho e a segunda com a ampliação e desenvolvimento de maquinários e tecnologias.

Nesse sentido, para gerar riquezas, o capitalismo utiliza dessas duas modalidades de extração de mais-valia. Além do mais, para o capitalista, que emprega trabalhadores e que utiliza bens tecnológicos, continuar a sua acumulação de riquezas, ele precariza as condições de trabalho e fragiliza os vínculos empregatícios. E ainda conta com o trabalho não pago exercido pelas mulheres com a prestação de serviços essenciais para a reprodução da vida do trabalhador, fazendo comida, lavando a roupa desse trabalhador que é seu esposo, arrumando a casa e cuidando dos filhos que não tem acesso à creche. Esse cenário coloca constantes desafios para a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, seja pelas dificuldades de contratação, seja pela falta de incentivo do estado em coletivizar as tarefas domésticas.

Ao analisar a inserção tardia das mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes acabamos usando a categoria mulher de forma universalizante, na qual, na realidade se refere às mulheres brancas. Uma vez que, as mulheres negras já estão trabalhando fora de casa há muito tempo, porém também reproduzindo a atuação principalmente, no trabalho doméstico em outras residências para além da sua. Nessa linha, Hooks (2013), chama atenção nesse aspecto ao afirmar que

[...] Os acadêmicos geralmente falavam da experiência negra, quando na verdade estavam se referindo somente à experiência dos homens negros. Significativamente, descobri que quando se falava das 'mulheres', a experiência das brancas era universalizada como representação da experiência de todo o sexo feminino; e que, quando se mencionavam os 'negros', o ponto de referência eram os negros do sexo masculino. (HOOKS, 2013, p. 163).

Hooks (2013) evidencia a necessidade de pensarmos as mulheres em sua diversidade e nas suas especificidades, de forma menos generalizante. Isto porque nos auxilia a construir uma visão menos eurocêntrica sobre os processos de dominação que afeta as mulheres, através da colonização nas Américas e especialmente no Brasil. Nesse sentido, analisar as relações patriarcais é também pensar as formas de apropriação e violência sofrida pelas mulheres negras, desde o contexto da escravidão no Brasil e no continente até a contemporaneidade.

Segundo Gonzalez (2020), a mulher negra,

[...] desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa. (GONZALEZ, 2020, p. 62).

As contribuições de Gonzalez (2020) chamam-nos a atenção para o processo de exploração em várias dimensões que as mulheres negras atravessaram e ainda enfrentam, ao mesmo tempo aponta para os mecanismos de sobrevivência neste sistema nutrido pela desigualdade social e alimentado pela violência.

Por isso discutir o patriarcado está diretamente vinculado com a discussão de outros mecanismos estruturantes de dominação, ou seja, do capitalismo, do racismo e o do sexismo. Conforme Federici (2017) afirma

[...] o capitalismo, enquanto sistema econômico-social está diretamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de libertação frente à realidade da coação generalizada, e a prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. (FEDERICI, 2017, p. 37).

Por entender que o patriarcado está correlacionado com o racismo e o sexismo, e se desenvolve e aperfeiçoa nos marcos do capitalismo, consideramos que as relações sociais de classe, raça e gênero estão totalmente interligadas, exigindo debruçar mais particularmente sobre essas dimensões estruturantes da sociedade, que assume especificidades na sociedade brasileira, como veremos no próximo item.

## **1.2. Gênero, raça e classe social: dimensões estruturantes dos padrões de dominação sobre a vida das mulheres brasileiras**

Temos a leitura de que a sociedade capitalista se estrutura sobre bases de poder que são nutridas por três desigualdades básicas: 1) a desigualdade social, entre pobres e ricos; 2) a desigualdade étnico-racial, entre não-brancos<sup>12</sup> e brancos e; 3) a desigualdade de gênero, entre

---

<sup>12</sup> Compreendemos que as desigualdades étnico-raciais envolvem os povos negros, indígenas, dentre outros, porém vamos analisar mais diretamente as desigualdades com o povo negro em sua diversidade,

homens e mulheres. Essas relações se correlacionam construindo dominações de múltiplas dimensões. Nesta parte vamos refletir sobre como essas desigualdades estão interligadas, analisando como elas se fundem no processo de formação social das mulheres da classe trabalhadora no Brasil.

Esta parte será dividida em três momentos, primeiramente apontaremos principais linhas teóricas acerca da compreensão do debate em relação à concepção de análise da interligação entre as dimensões estruturantes da questão de gênero, raça e classe: a perspectiva da Interseccionalidade em Kimberlé Crenshaw, da Consustancialidade a partir de Danièle Kergoat e Mirla Cisne, e do Nó<sup>13</sup> em Heleieth Saffioti. Nesse sentido, traremos apontamentos gerais acerca das contribuições das referidas autoras, não sendo possível um aprofundamento em cada perspectiva teórica. Na seqüência será feito uma reflexão sobre a categoria gênero em Cisne (2012), Scott (2019) e Saffioti (2015); a categoria de raça a partir das contribuições de Nascimento (2019), Lorde (2019), Gonzalez (2020), Hooks (2019) e Santos (1984). A opção em analisar as categorias separadamente em determinado momento, se dá com o objetivo de elucidar as suas particularidades, mas compreendemos que para analisar o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres e conseqüentemente as condições de subalternidade impostas para elas, é imprescindível a análise das categorias de forma articulada e na perspectiva estrutural<sup>14</sup>. No final dessa parte, refletiremos como essas três dimensões estruturantes são constitutivas do processo de exploração das mulheres no Brasil, principalmente as mulheres negras e como se manifestam no fenômeno da violência, que será o tema do item seguinte.

Em relação à perspectiva da Interseccionalidade enquanto linha teórica de análise acerca da relação direta entre gênero, raça e classe, segundo Crenshaw (2002), pode-se destacar que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a

<sup>13</sup> Há autoras como Cisne (2018) que considera a interpretação teórica do Nó em Saffioti na linha da consustancialidade e Saffioti (2013, 2015) utiliza em suas obras contribuições de autoras da perspectiva da consustancialidade como Kergoat, porém acredito ser relevante trazer especificamente a contribuição da autora que foi pioneira na produção teórica sobre a condição da mulher na sociedade brasileira.

<sup>14</sup> Quando referimos à análise estrutural estamos considerando um olhar que vá às raízes do fenômeno, buscando compreender seus processos históricos e que o articule com a dimensão da transformação social da ordem econômica vigente, ou seja, que esteja ligada à superação do sistema capitalista.

interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

A autora utiliza a metáfora da intersecção, fazendo a analogia de que as dimensões de raça, etnia, classe e gênero são “avenidas” que se formam em terrenos permeados pelos elementos sociais, políticos, econômicos, dessa forma, se cruzam, construindo dinâmicas complexas e impondo condições de subordinação das mulheres. Segundo a autora em certos momentos determinada dimensão sobrepõe em relação à outra ou duas dimensões se unificam mais diretamente, como por exemplo, uma mulher negra migrante, sofre discriminações por conta da sua raça, da sua origem territorial e também por ser mulher. Sendo dessa forma, um conjunto de opressões que se entrelaçam em uma mesma situação.

Crenshaw (2002) analisa que fatores decorrentes da atuação estatal nas políticas públicas e nas gestões orçamentárias dos serviços públicos interferem diretamente sobre a vida das mulheres. Nesse sentido ela aponta que

[...] quando o Estado corta recursos relativos aos cuidados com os jovens, doentes e idosos, as necessidades não supridas recaem, em grande parte, sobre os ombros das mulheres, a quem tradicionalmente se atribuíram essas responsabilidades. Além disso, as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais as mulheres pagarão outras economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço. Assim, mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria. As conseqüências do ajuste estrutural – especialmente onde a desvalorização da moeda reduziu os salários – colocam tais mulheres em uma posição econômica que as força a assumir ainda mais trabalho, geralmente marcado pelo gênero, que as mulheres da elite podem assegurar através do mercado. (CRENSHAW, 2002, p. 180).

Essa citação expressa, principalmente, a realidade da vida das mulheres negras que são trabalhadoras domésticas e que, muitas vezes, não conseguem creches para os filhos que ainda não estão na fase da escola regular. E que vivem condições de trabalho essencialmente precarizadas, com vínculos empregatícios frágeis, e freqüentemente, ainda enfrentam violência do marido e abuso/exploração dos/das patrões/patroas.

A segunda linha de análise é a Consustancialidade, na qual, estabelecemos o diálogo a partir das contribuições de Kergoat (2012) e Cisne (2018), em que para a primeira autora

As relações sociais são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser seqüenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações

sociais de classe, de gênero e de ‘raça’, se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (KERGOAT, 2012, p. 126-127 apud CISNE, 2018, p. 79).

Podemos apreender que essa perspectiva enxerga essas três dimensões estruturantes (raça, classe e gênero) das relações sociais a partir de uma interligação tão profunda e intensa de modo que não podem manter-se, sustentar-se e reproduzir-se de forma isolada e independentes. Ou seja, possuem uma relação de forma tão imbricada que para analisar a realidade social do povo brasileiro e conseqüentemente das mulheres brasileiras da classe trabalhadora (na qual, a maioria é negra), é fundamental adotar uma leitura convergente dessas dimensões.

Nessa mesma linha analítica, Cisne (2018) considera que

[...] Partimos do pressuposto de que classe, raça e relações de sociais de sexo<sup>15</sup> (incluindo a sexualidade) não compõem apenas relações superpostas, tampouco adicionais ou mesmo com ‘intersecções’ como defende Crenshaw (1995) entre ‘gênero’ e ‘raça’. Ao considerar, por exemplo, que elas seriam relações adicionais, ou seja, somáveis, cairíamos na segmentação positivista de entendê-los como relações separadas e não enoveladas. (CISNE, 2018, p. 78).

A autora reforça que essa interpretação teórica contrapõe a noção de somatória das formas de opressão, que quando vista destes modos, não assumem características estruturantes e se dissociam de uma leitura que tenha o horizonte das transformações sociais na raiz das suas desigualdades de sustentação. A autora chama atenção para considerarmos a questão da sexualidade quando estamos falando de gênero, ou seja, os elementos de opressão, de violência e de desigualdades sofridas pela população LGBTTT, está diretamente associado também à dominação patriarcal. Nesse sentido, quando falamos em gênero, não estamos limitando somente a relação homem-mulher (âmbito da heteronormatividade), mas também as relações homoafetivas.

Ambas as perspectivas, da Interseccionalidade e da Consustancialidade, possuem uma diversidade de vertentes teóricas, com várias autoras que produzem acerca dessas matrizes de análise. Sabemos que há críticas e ponderações em relação a essas perspectivas, o

---

<sup>15</sup> Há várias perspectivas distintas da utilização dos termos relações de gênero, relações sociais de sexo, relações patriarcais de sexo, carregadas de elementos específicos em relação à adoção das categorias que melhor expressam a relação de subordinação, dominação e hierarquização estabelecida entre homens e mulheres. Para maiores informações nesse sentido, verificar na obra de CISNE, M. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez. 2018. No presente trabalho utilizo “relações de gênero”, na qual, mesmo sabendo das limitações da categoria, é aquela que mais aproxima da compreensão das mulheres da região, na utilizam expressões como “a situação das mulheres”, “a vida das mulheres”, “a realidade das mulheres”, “a condição das mulheres”.

que exige aprofundamentos futuros para conseguir apontá-los e analisá-los com precisão. No entanto, cabe trazer uma observação feita por Hirata (2014) acerca das diferenças e semelhanças no que refere às duas leituras.

[...] Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão. (HIRATA, 2014, p. 63).

Nesse sentido, mesmo havendo as particularidades de cada perspectiva, o fundamental da contribuição de ambas é que precisamos compreender o racismo, o sexismo e a sociedade de classe no capitalismo como opressões estruturantes na sociedade que necessitam de serem analisadas de forma totalmente unificada, pois são complementares. Por isso, trazemos as contribuições de Saffioti que produziu estudos fundamentais sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, analisando a formação social do país, bem como, as categorias patriarcado e gênero, construindo uma concepção pioneira acerca da visão de um “nó” entre as dimensões de classe, raça e gênero. Na qual citamos uma das suas reflexões:

[...] O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. Como afirma Kergoat (1978), o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque além de mulher, é ainda trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas. (SAFFIOTI, 2015, p. 122-123).

O apontamento da autora acima confronta com expressões que utilizamos cotidianamente, como por exemplo, “as mulheres negras são duplamente violentadas e exploradas”, “as mulheres negras e lésbicas são triplamente oprimidas”, as afirmações na sua essência não estão equivocadas. O que a autora evidencia nessa colocação é que a opressão não é um conjunto de elemento de ordem quantitativa, em que as mulheres negras que estão na base da pirâmide, congregam uma soma de opressões. Elas são exploradas de forma intensa e múltipla, mas que precisamos identificar esses mecanismos de dominação, com um olhar qualitativo, na qual possamos perceber como expressão de uma realidade complexa, que

é carregada das múltiplas dimensões. Acreditamos que essas reflexões partem de um constante exercício de análise das categorias em sua totalidade.

Após a análise articulada das dimensões de gênero, raça e classe, neste segundo momento dessa parte do capítulo, compreenderemos as particularidades das condições de opressão na vida das mulheres. Em relação à categoria gênero, compreendida segundo Cisne (2012) a partir da essência relacional,

O conceito gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se à categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem. Portanto, gênero se constitui como uma categoria relacional. (CISNE, 2012, p. 78).

Nesse sentido, pensar as relações de gênero diz respeito a toda diversidade de elementos que são produzidos e reproduzidos com suas especificidades, segundo os momentos históricos, trazendo a marca da dominação e da violência sobre o corpo e a vida das mulheres. Por isso, a categoria gênero tem sentido para nossa discussão, na perspectiva que contribui para compreender as contradições entre homens e mulheres, que geram relações de desigualdades.

Para Scott (2019), a categoria gênero

[...] é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 2019, p. 54).

A autora nos auxilia a compreender que os estudos das relações de gênero perpassam pela superação da visão que distingue a diferença entre os sexos sob o olhar biológico e moralista<sup>16</sup>. Sendo considerado um processo de construção social que gesta características comportamentais historicamente atribuídas às mulheres e homens e ao mesmo tempo, impõem atribuições e papéis sociais para ambos. Para Scott (2019, p. 67). “[...] O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. O que denota como as

---

<sup>16</sup> O termo moralista é aqui utilizado no sentido de comportamentos morais que reproduzem relações de opressões.

diferenças entre homens e mulheres no capitalismo não representa simplesmente diversidades, mas sim, desigualdades, que reproduz dominação, exploração e violência. Seguindo essa linha de análise, a autora acima citada ressalta como

[...] o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção da construção do poder em si. (SCOTT, 2019, p. 70).

Ao mencionar os mecanismos materiais e simbólicos, percebem-se como as relações de poder se estruturam sobre as bases concretas das desigualdades socioeconômicas e a partir também dos elementos imateriais, através da construção da moralidade, das fundamentações religiosas, das tradições culturais. Para exemplificar essa dupla dimensão, podemos considerar os recursos materiais, as hierarquias de poder político e econômico e os recursos simbólicos, a construção do imaginário da “mulher mãe, delicada, sensível, meiga, amorosa, do lar”, como se fossem características voltadas essencialmente como atributos das mulheres, reproduzindo o modelo burguês branco.

Scott (2019) é uma autora que traz contribuições para compreender a categoria gênero como uma dimensão fruto das relações sociais construídas historicamente e socialmente, rompendo com qualquer perspectiva natural ou de esfera biológica. Porém no que refere à perspectiva teórica de articulação das condições de opressão do racismo, da sexismo e de classe social, a autora não converge com essa análise.

Em relação às contribuições de Saffioti (2015) sobre a categoria gênero, a autora aponta que o seu sentido traz a conotação de um aspecto neutro e a-histórico, por isso, reafirma a importância da compreensão do patriarcado que tem na sua essência a dimensão do poder autoritário masculino, carregado das relações de dominação. Para a autora

[...] gênero não implica, necessariamente, desigualdade ou poder, nem aponta a parte oprimida. Não seria esta, justamente, a maior vantagem do uso do conceito de gênero? Ou seja, deixar aberta a direção do vetor da dominação-exploração não tornaria, como parece tornar o conceito mais abrangente e capacitado a explicar eventuais transformações, seja no sentido do vetor, seja na abolição da exploração-dominação? (SAFFIOTI, 2015, p. 119).

Percebemos que a indagação da autora nos auxilia justamente repensar a funcionalidade da categoria gênero na atualidade e ao mesmo tempo demarcar a existência de uma diversidade de concepções que se tem para a utilização do conceito. Tendo ao mesmo

tempo disputas de narrativas acerca da concepção da categoria, que variam entre perceptivas que reproduzem a ordem vigente e outras que contrapõem o *status quo*.

Cisne (2018) sinaliza que essa concepção de gênero mais generalizante, sem carregar as diretrizes da estrutura patriarcal e da marca da relação dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, mas que simplesmente, possuem atributos de características desiguais que podem ser superadas dentro da ordem capitalista, foi uma visão presente hegemonicamente nos trabalhos de instituições do terceiro setor, a partir da década de 1990.

Na qual, a autora aponta a preocupação que isso reverberou no bojo do movimento feminista no Brasil e no mundo, tanto no âmbito organizativo quanto no horizonte político estratégico. Acreditamos que essa concepção é muito presente na atuação de entidades da sociedade civil e em órgãos do poder público, na construção de políticas públicas e nos trabalhos de articulação de redes.

Compreendemos que pensar a superação das desigualdades sociais, de gênero e de raça, enfrentando os mecanismos de poder e controle dos aparatos racistas, patriarcais, sexistas e de dominação econômica, exige necessariamente o enfrentamento ao sistema capitalista que sobrevive, reproduz e nutre dessas desigualdades. Afinal, o horizonte político que traçamos norteia os passos do caminho estratégico a seguir, e acreditamos que esse horizonte permeia a construção de uma sociedade sem dominação de gênero, raça e de classe social. Nesse sentido, o caminho é longo, com uma construção cotidiana das bandeiras de luta das mulheres, ou seja, as bandeiras feministas são parte constitutiva.

Articulado ao processo de análise da categoria gênero temos as reflexões sobre as relações raciais que desde o processo de colonização no Brasil tem expressado as marcas de exploração sobre os corpos das mulheres negras. Atualmente essa dominação ainda é presente, porém com novas roupagens. Segundo Nascimento (2019, p. 261),

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito.

As mulheres negras descendentes das que trabalhavam na senzala no período da colonização, hoje, ocupam os postos de trabalhos mais periféricos, sofrem com os salários mais baixos e enfrentam situações de assédios. Tendo condições de trabalho muitas vezes sem dignidade, sendo constantemente desvalorizadas. Levando em consideração as mulheres negras que trabalhavam na cozinha da casa grande, e que exerciam o cuidado com os filhos da

mulher branca, temos atualmente, outras mulheres negras ocupando as funções de trabalhos domésticos. O que não quer dizer que não houve avanços. Houve sim! Temos mulheres negras ocupando vários espaços da sociedade, nas universidades, na política, nas diversas instituições, porém, não podemos deixar de identificar os desafios ainda presentes na vida das mulheres negras. Ressalta-se que a ocupação resulta das lutas políticas pela democratização social, construído por movimentos sociais feministas, negros e pelo próprio feminismo negro, exigindo e reivindicando as políticas afirmativas de direito, pela equidade social.

No contexto do Brasil colonial, as mulheres negras exerciam um papel fundamental na tentativa de conservação de elementos da cultura negra, a partir do processo de *maternagem* dos filhos dos colonizadores, cumprindo as tarefas que eram imputadas para a figura da mãe, que neste caso não era a mãe biológica, mas a mãe que cuidava, a “mãe preta”. Sobre isso Gonzalez (2020) coloca

[...] Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto ‘bá’, é mãe. A branca, é a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso, a ‘mãe preta’ é a mãe. (GONZALEZ, 2020, p.87-88).

Muito profundo e interessante essa contribuição da autora que discutindo sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, nos leva a refletir como o mito da democracia social no Brasil silencia o lugar social da mulher negra na edificação de nossa cultura. Ao romper com o mito, Gonzalez (2020) nos faz pensar as condições das mulheres negras e brancas na sociedade colonial, ambas vivendo sobre o poder patriarcal, contribuindo para a manutenção da sucessão da propriedade e para a reprodução da família. As mulheres brancas<sup>17</sup> na função da reprodução da vida e as mulheres negras tendo que dar conta de todas as outras esferas, cuidados com a casa, com os filhos e ainda sendo tratadas como objeto sexual pelos senhores. A “mãe preta” representa os cuidados e, também o acesso à linguagem para os/as filhos/as da casa grande, que está diretamente vinculada com a dimensão cultural.

São as mulheres negras, que irão garantir a inserção da criança branca à outra linguagem<sup>18</sup> por meio do trabalho de cuidados, na qual, traduz uma memória social que

<sup>17</sup> Não podemos desconsiderar que há um recorte de classe também quando nos referimos às mulheres brancas.

<sup>18</sup> No âmbito dessa questão da linguagem, Gonzalez (2020) traz uma contribuição inédita sobre o que denomina de *pretuguês*. Para melhor explicar trazemos uma citação dela no texto *Racismo e Sexismo na Cultura*

remete a ancestralidade do povo negro e a intensa contribuição desse povo na produção da cultura brasileira: linguagem, arte, musicalidade e culinária etc. Através da prática de cuidados com os filhos das mulheres brancas, as negras, cultivavam a sobrevivência das memórias silenciadas pelo regime colonial, sendo assim, estratégias de resistência e de sobrevivência dos elementos culturais. Gonzalez (2020) pontua isso muito bem ao afirmar que

A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer do imaginário da gente. Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura [...]. (GONZALEZ, 2020, p. 88).

Nesse sentido, ocupando a função de mãe preta, as mulheres africanas introduziram na linguagem do colonizador saberes, musicalidade, tradições que remetem a africanidade, cunhando uma linguagem que forja a diversidade da cultura brasileira, embora nem sempre contemplada no projeto de nação hegemônico. Dessa forma, trazendo, conforme a autora aponta, “a própria africanização da cultura brasileira”. Portanto, no dizer de Gonzalez, ainda que a consciência branca queira impor um padrão de relações sociais na sociedade, através da linguagem, expressão máxima de nossa humanidade, temos a memória social daqueles que foram considerados como “não sujeitos”, “não humanos”. E assim, podemos afirmar como Gonzalez, que não falamos português, mas pretuguês!

As marcas da opressão racial no Brasil Colônia foram questões estruturantes para a formação social do nosso país, imprimindo elementos determinantes na conformação do povo brasileiro, na sua cultura e na construção das relações sociais. Um pilar fundamental para a manutenção do racismo no Brasil foi (e ainda é) a sustentação do mito da democracia racial, que consistia na reprodução de um imaginário social de que não havia preconceito racial no Brasil. Ao mesmo tempo utilizando de mecanismos culturais, religiosos, científicos, morais e jurídicos para reforçar um ideal de inferiorização da população negra, pela veiculação hegemônica do ideal da branquitude. Essa visão hegemônica cria historicamente obstáculos complexos e desafiadores para o enfrentamento do racismo no Brasil, já que as práticas racistas são escamoteadas, não sendo encaradas como um problema da desigualdade racial e social.

---

*Brasileira.* “É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar de L nada mais é que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é ignorante? (...) Não sacam que tão falando pretuguês.” (GONZALEZ, 2020, p. 90).

A construção dessa visão sustentada pelo mito da democracia racial constituiu um “racismo à brasileira”, um país com uma desigualdade social gigantesca, que negava a sua realidade concreta, que evitava “tocar o dedo na ferida”. Nessa linha de análise, Santos (1984, p. 45), afirma “O mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social. O que espanta os estrangeiros que nos visitam não é esta democracia racial – em que só nós acreditamos – é a nossa ingenuidade em acreditar nela”. Essa colocação do autor nos auxilia na reflexão de que para enfrentar o racismo um passo fundamental é assumirmos que ele existe. Romper com a invisibilidade, superar a visão de um mero preconceito que é trabalhado somente nas atividades escolares no dia 20 de novembro<sup>19</sup>, para constituir em uma visão estrutural da sociedade que atravessa a formação social do nosso país, e que assim como o machismo, precisa ser desconstruído cotidianamente nos espaços institucionais, na vida comunitária, sendo pautado com o fomento das políticas públicas, através das Ações Afirmativas<sup>20</sup> para a população negra.

Com um passado calcado em projeto ideológico de inferiorização da cultura negra, tratando os sujeitos como objetos, seja no período colonial e seja nos marcos da recente república. Obviamente não desconsideramos todos os processos organizativos e de resistência do povo negro para avançar na luta por direitos e para enfrentar o racismo no cotidiano, porém percebemos o discurso individualista da meritocracia permeando as várias esferas da sociedade.

Assim como o patriarcado é anterior ao capitalismo, o sistema de classe incorpora-o para agregar mecanismos que contribuam para a reprodução da vida, da propriedade privada e para a acumulação de capital, o racismo também exerce essa função. Nesse sentido, Santos (1984) aponta

A cor da pele não foi, naturalmente, uma invenção do capitalismo, nem de sistema algum – foi produto de diferentes condições ecológicas que o homem encontrou na sua dispersão pelo planeta. Mas prestou ao capitalismo um inestimável serviço, separando neste fantástico mercado em que se compra e vende mão-de-obra, a mercadoria de primeira da de segunda (mais

---

<sup>19</sup> 20 de novembro é uma data de luta central para o movimento negro, sendo Dia Nacional da Consciência Negra, em memória a data em que Zumbi foi assassinado por bandeirantes. Sendo uma data que compõe o calendário de lutas dos movimentos sociais.

<sup>20</sup> O termo Ações Afirmativas para a população negra vem ao encontro de propostas e medidas que visam fomentar a promoção de maiores oportunidades para o referido público, considerando a imensa desigualdade social e racial que temos no Brasil. Um exemplo de ações afirmativas é a política de cotas para pessoas negras nas instituições de ensino superior. Cabe destacar, que um marco para o avanço das políticas públicas de promoção da igualdade racial diz respeito à organização da referida política a nível federal a partir do primeiro governo Lula em 2003.

ou menos como fazem os vendedores de tomate: os melhores, 80, os piores, 50). (SANTOS, 1984, p. 34).

Ou seja, o racismo invisibiliza as alteridades, silenciando-as através da violência, se configura como desigualdade racial e social, afetando diretamente a vida do povo brasileiro, servindo para o sistema capitalista acumular riquezas utilizando força de trabalho precarizada.

Como nessa parte do capítulo estamos debruçando sobre a relação entre gênero, raça e classe, Santos (1984) traz uma colocação interessante para reafirmar a questão de raça e classe no Brasil. E o fazemos essas reflexões, pois a pesquisa desenvolvida se debruça sobre mulheres trabalhadoras rurais, majoritariamente negras, que mesmo sindicalizadas, nos indicam as violências que as marcam, tanto no cotidiano quanto no processo de sindicalização. Violências naturalizadas através do sexismo e do racismo, tanto no âmbito familiar quanto institucional, que denunciam o longo processo de silenciamento que as atravessam em suas histórias. E ao mesmo tempo apontam para as formas de enfrentamento, resistências e a necessidade de implementação de políticas públicas, de organização política, educacional e social que rompa com o racismo sustentado pelo mito da democracia racial brasileiro. Portanto, como argumenta o autor:

[...] Há uma particularidade curiosa na formação do nosso povo: os pobres de hoje são ‘despossuídos históricos’, descendem de pessoas que nunca tiveram nada, nem sequer a posse do seu próprio corpo. [...] Para mim essa é a primeira modalidade do racismo: *Nos acostumamos a ver, e a tratar, o povo como bichos*. Se poderia objetar que isso não é racismo, mas discriminação social. Seria tocar numa velha e enfadonha discussão: raça e classe social são a mesma coisa? No Brasil, maltratar os pobres é maltratar pessoas de cor – e ponto final. (SANTOS, 1984, p. 65 - grifos do autor).

A colocação do autor acima evidencia o quanto a pobreza<sup>21</sup> no Brasil tem cor e tem classe, reforçando que precisamos analisar essas condições de opressão de forma sempre articuladas, pois expressam a realidade da vida do povo brasileiro. Não podemos desconsiderar que a pobreza é produto da estrutura social que alimenta e nutre o sistema capitalista que vivemos.

---

<sup>21</sup> Paremos um instante para pensar: como são as pessoas que moram na rua, que estão debaixo da ponte, que estão na porta do Shopping e nunca podem entrar? Os tratamentos que damos para essas pessoas se assemelham com o trato que temos com os animais? Como o sistema capitalista nos faz banalizar e naturalizar a pobreza!!! Enquanto as mercadorias estão nas vitrines e no ar condicionado, vários seres humanos estão vivendo sem dignidade mínima, o que agravou com a situação da pandemia da COVID 19.

Nesse sentido, pensar a violência contra as mulheres assume particularidades que atingem as mulheres negras, como pode ser evidenciado na citação abaixo:

Mas nós, mulheres negras e nossos filhos, sabemos que o tecido de nossa vida é costurado com violência e ódio, que não há descanso. Não lidamos com isso apenas nas filas de piquete, ou em becos escuros à noite, ou nos lugares onde ousamos verbalizar nossa resistência. Para nós, cada vez mais, a violência permeia a rotina de nossa vida – no supermercado, na sala de aula, no elevador, na clínica e no pátio da escola, vinda do bombeiro, do padeiro, da vendedora, do chofer de ônibus, do caixa de banco, da garçonete que não nos atende. (LORDE, 2019, p. 244).

Ou seja, para as mulheres negras a violência está presente nos mais diversos espaços e se manifesta das formas mais variadas, seja pela sua dimensão de classe ou de raça, que são inteiramente constitutivas da sua formação enquanto ser social na sociedade capitalista.

Lorde (2019) traz uma colocação que torna mais evidente ainda a diferença de opressões entre as mulheres negras e brancas, que mesmo sob poder do patriarcado, sofrem de formas desiguais as manifestações de violências.

Compartilhamos alguns problemas como mulheres, outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam e se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês, nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de um carro e assassinados com um tiro no meio da rua, e que vocês darão as costas às razões pelas quais estão morrendo. (LORDE, 2019, p.244).

Essa reflexão não visa estabelecer uma competição entre quem sofre mais, criando uma disputa entre as mulheres negras e as mulheres brancas. O exemplo citado por Lorde (2019) nos auxilia a tornar mais explícito o peso do racismo sobre a vida das mulheres negras, que está diretamente relacionado também com o assassinato da juventude preta nas periferias. Essas análises comparativas servem justamente para melhor compreendermos a realidade e construir lutas concatenadas com essas particularidades.

A referida autora também contribui com a reflexão sobre a interligação entre as dimensões opressoras de gênero, raça e classe, quando afirma que

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. (LORDE, 2019, p. 236).

Nessa perspectiva a dimensão de gênero envolve também a comunidade LGBTQBT, considerando que as pessoas são constituídas de uma diversidade de características que não podem ser hierarquizadas, pois todas elas fazem parte da constituição e da identidade da

pessoa. Nesse sentido é fundamental também a adoção de um olhar que supere uma visão binária das relações sociais de gênero. Essa colocação da autora nos desperta para a importância da unidade das lutas da classe trabalhadora em sua diversidade, entendendo que o problema não é individual, mas sim coletivo. Algo que não muda meramente com a mudança de comportamento do ser humano, mas que precisa ser visto como um problema da sociedade que exige união de esforços para rompê-los, desconstruí-los e transformá-los.

As duas contribuições citadas por Lorde (2019), ao suscitar as diferenças de opressões entre as mulheres negras e brancas e ao evocar a unidade das lutas perante as múltiplas formas de dominação sobre a vida as mulheres, nos remete a questão da sororidade entre as mulheres, que segundo Hooks (2019), é necessária e poderosa. Para a autora

[...] fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (HOOKS, 2019, p. 35).

O patriarcado semeia cotidianamente competição entre as mulheres, principalmente em relação ao corpo e a construção da imagem social, muitas vezes sacrificando a saúde em prol de um padrão de beleza. Isso foi outro elemento que o capitalismo soube apropriar muito bem. Somado ao processo de autoculpabilização e do que a autora chama de “auto-ódio” imputado sobre as mulheres, não só em relação à noção de beleza, mas também no que refere ao status social e ao padrão de vida propagado pelo capitalismo como ideal, reproduzido pelas mídias, em adesão ao projeto ideológico do capital. Considerando, que o padrão de beleza é no sistema capitalista, elemento de reificação advindo da branquitude e do sexismo.

Hooks (2019) traz a importância da luta e do pensamento feminista para romper com os valores reproduzidos pelas mulheres a partir da cultura patriarcal e para a formação da consciência. A questão da luta feminista será trabalhada no item 1.4.

No que refere ao debate racial no movimento feminista, Hooks (2019), aponta como essa questão foi fundamental para evidenciar o status que as mulheres brancas possuíam e como padrão de branquitude é idealizado.

[...] Todas as mulheres desta nação sabem que seu status é diferente do de mulheres negras/não brancas. Elas sabem isso desde o tempo em que eram garotas assistindo à televisão e vendo somente imagens delas, e folheando revistas e vendo somente imagens delas. Elas sabem que a única razão para

as mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação. (HOOKS, 2019, p. 89).

Refletir sobre a categoria branquitude é uma parte constitutiva do processo, pois diz respeito à construção de um padrão normativo que além de ser privilegiado é cultuado como o modelo ideal a ser alcançado, de modo que as pessoas negras, quanto mais buscassem se aproximar desse padrão, e distanciar da sua própria identidade (que muitas vezes ainda está em constante processo de construção) estariam sendo “mais aceitas e incluídas” socialmente. Nesse sentido, precisamos entender que assumir valores de branquitude, do sexismo, do projeto ideológico capitalista, são estratégias usadas pelas mulheres negras para sentirem “inseridas” socialmente.

Nesse sentido, o modelo de branquitude, não é somente o padrão de sociabilidade das pessoas brancas é também a matriz ideológica e comportamental que sustenta o racismo, que legitima as desigualdades. Por isso Hooks (2019), coloca em xeque, que as mulheres brancas que não reconhecem seus privilégios ou criam obstáculos para desnudar essa consciência crítica, estão contribuindo para a reprodução do racismo.

Reafirmando as discussões trazidas pelas autoras negras norte-americanas e aprofundando o entendimento do funcionamento patriarcal na sociedade brasileira, Gonzalez (2020) adentra a discussão sobre a ideologia do branqueamento, reproduzida de forma sutil, e sendo herdada desde o período da colonização,

[...] De acordo com Freitas, duas eram as categorias de escravos: os produtivos e os não produtivos, isto é, os que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime (escravos do eito) e aqueles que eram dirigidos para a prestação de serviços (feitores, criados, negros de ganho etc). Importante ressaltar que, para Freitas, de um modo geral a resistência, os movimentos de revolta armada partiram da iniciativa dos primeiros. Quanto aos não produtivos, muitos deles teriam acabado por internalizar a ideologia ou os valores do senhor branco. De um modo geral, também as denúncias das revoltas tramadas partiram dessa ‘aristocracia escrava’. (GONZALEZ, 2020, p. 52).

Essa reflexão de Gonzalez (2020), a partir também das contribuições de Freitas, ajuda-nos a compreender como a branquitude também atuava juntamente com a dominação de classe para manter e justificar a exploração dos negros, mas também para dividi-los, imputando valores e influenciando ideologicamente como forma de manter a ordem vigente.

É válido destacar que os ditos “escravos produtivos” eram conseqüentemente aqueles que estariam recebendo os castigos cotidianos como mecanismo disciplinar para continuarem trabalhando na esfera produtiva. Na qual as práticas de revolta eram os meios para sobreviver, para buscar a sua liberdade. E os escravos considerados “não produtivos” por trabalharem mais no âmbito doméstico, poderiam estar mais suscetíveis a cooptação.

Com as contribuições de Gonzalez (2020) sobre a situação da mulher negra, cabe trazer uma reflexão sobre os espaços normalmente ocupados pelas mulheres negras na sociedade brasileira, considerando principalmente, as primeiras décadas do Brasil republicano,

De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata. A profissão de ‘mulata’ é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de ‘mercado de trabalho’. Atualmente a significante ‘mulata’ não nos remete apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno: ‘produto de exportação’. A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo externo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos [...] sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da ‘democracia racial’ brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista ‘Preta para cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar’. Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade. (GONZALEZ, 2020, p. 59).

As contribuições da autora além de pontuar de forma bem direta os dois espaços que mais foram ocupados pelas mulheres negras ao longo da formação social do nosso país: o ambiente da reprodução da vida – a esfera doméstica e os espaços de comercialização do corpo, desde as mais variadas práticas da prostituição, que envolve mulheres de todas as idades que são objetificadas, na qual a autora destaca as jovens.

Sendo o corpo das mulheres negras tratado como mercadoria, a partir da satisfação sexual masculina. Gonzalez (2020) elucida como essas questões da prostituição entre as mulheres negras jovens a partir do envolvimento com homens estrangeiros servem como elementos para alimentar o mito da democracia racial. Além de expressar a banalização do corpo e da vida das mulheres, naturalizando a prostituição como profissão<sup>22</sup>, e reproduzindo a

---

<sup>22</sup> Temos a visão de que a prostituição é uma forma de mercantilização do corpo das mulheres, permeada de práticas de violência e de objetificação do corpo da mulher negra. Sendo também uma estratégia secular de apropriação do corpo das mulheres. Ao mesmo tempo, na atualidade, muitas vezes são formas de sobrevivência de muitas mulheres. Há vários debates e reflexões sobre a prostituição como uma profissão, sendo considerada por alguns como a profissão mais antiga do mundo e defendida por várias perspectivas como algo que precisa ser

invisibilidade da violência presente na vida das mulheres prostitutas, a partir do ato sexual visto como mercadoria.

Perante esses pressupostos de análise sobre o processo de exploração e dominação sobre as mulheres negras e brancas, na qual atravessa séculos, podemos apontar como elementos centrais: 1) a necessidade de uma conscientização acerca da desnaturalização das práticas de violência; 2) a compreensão dos elementos classe, gênero e raça como dimensões estruturantes da realidade das mulheres da classe trabalhadora no Brasil, e em específico das trabalhadoras rurais do Jequitinhonha; 3) a desconstrução de padrões ideológicos, institucionais e sociais que legitimam a visão hegemônica heterossexual, branca, masculina e rica economicamente.

Nesse sentido é fundamental termos o entendimento de como o racismo, o sexismo e as relações de classe são constitutivas do processo de exploração das mulheres no Brasil, principalmente para as mulheres negras e como se manifestam no fenômeno da violência doméstica, que será o tema do próximo item.

### **1.3. A violência doméstica contra as mulheres: legislações, estatísticas e vivências**

Primeiramente destacamos que as mulheres sofrem violência ao longo dos séculos, expressas das mais variadas formas e nos diversos espaços. Violências que vão desde a apropriação do seu corpo, dos seus saberes e da sua sexualidade, atravessando a violência moral imposta pelos valores e princípios da família monogâmica e pela autoridade paterna, até as violências no âmbito do trabalho e na esfera doméstica. Acrescido a situação das mulheres negras que tiveram as particularidades de uma brutal violência sexual, física e psicológica durante o período da colonização, no Brasil, na qual na atualidade ainda persiste marcas constantes de reprodução de violência.

Nesse sentido, a violência doméstica sofrida pelas mulheres é uma expressão desse sistema de dominação-exploração, que não está deslocada de todo um processo histórico violento e do fato da violência ser um elemento constante no processo da formação social brasileira.

---

regulamentado, no âmbito dos direitos e das condições de trabalho das prostitutas. No entanto, precisamos entendê-la como instrumento histórico de controle do corpo das mulheres, na qual para as mulheres negras se expressou como uma imposição, muitas vezes de forma violenta. Acreditamos na necessidade de fortalecer as políticas públicas para fomentar a oportunidade de trabalho com condições dignas para as mulheres que se encontram na situação de prostituição, primando pela liberdade e autonomia delas.

Neste item do capítulo vamos refletir sobre a violência doméstica contra as mulheres, enquanto uma problemática situada em estruturas de dominação de gênero, de raça e de classe. Além disso, apontamos aspectos da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, trazendo questões legais no âmbito das políticas públicas para as mulheres. Na sequência serão apresentadas as análises dos dados de violência doméstica, feminicídio e demais tipos (lesão corporal, ameaça, assédio e importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável) no estado de Minas Gerais e região do Vale do Jequitinhonha, sinalizando os desafios para enfrentar o silenciamento perante as situações de violência e os desafios impostos pelo sistema capitalista patriarcal racista.

As informações estatísticas foram obtidas a partir do acesso ao relatório do 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2021 produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Diagnóstico Semestral da Violência Doméstica fornecido pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais. Serão também apresentados relatos das entrevistadas pela pesquisa – trabalhadoras rurais em posição de liderança - acerca dessa problemática.

A violência doméstica contra as mulheres é uma questão de toda a sociedade, sendo uma das principais manifestações das desigualdades de gênero que são frutos do patriarcado. Para Saffioti (2015, p. 90),

A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização (Saffioti,1997c), o que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina.

A colocação da autora nos suscita à reflexão de três elementos basilares que permeiam a violência doméstica: a relação de codependência, a frequência cotidiana e os aparatos morais que legitimam.

A situação de dependência aqui, ainda, se dá em outros níveis, dizendo respeito à falta de autonomia e às dificuldades em conseguir superar o ciclo da violência. Aqui entendido enquanto, o contexto de violência que a mulher está inserida, na qual ela tem a esperança de que o marido vai mudar de comportamento, quando ele se diz arrependido após

cometer práticas violentas, e com o passar do tempo, ele torna a ter as mesmas condutas, e depois se arrepende e ela torna perdoar/aceitar e assim ciclo se retroalimenta. Por isso, a característica da rotina, a violência é constante e repetitiva, podendo variar ou combinar os tipos, física, moral, psicológica, sexual, patrimonial, gerando uma naturalização do fenômeno.

A violência doméstica por fazer parte do cotidiano e se constituir como um tipo de violência familiar, assumindo a particularidade de ser praticada por pessoas próximas, na qual, se estabeleceram relações afetivas. O que apresenta dificuldades para as mulheres superarem, pois envolve um leque de fatores emocionais, familiares, financeiros, acrescido de toda a carga moralista, reproduzida pela sociedade. Em que se manifesta desde a naturalização da conduta machista, da aceitação da violência pela mulher até as interferências e/ou influências de familiares, amigos e das religiões em reproduzir essas concepções em relação ao comportamento dos homens e das mulheres frente às situações de violência.

Nessa linha das interferências, uma das entrevistadas na pesquisa coloca a sua percepção acerca da coerção social exercida pela sociedade perante os comportamentos das pessoas de modo que influencia justamente nas condutas de silenciamento.

[...] A gente ainda faz aquilo que vai agradar aos olhos do público, da sociedade, infelizmente. E quando a gente age assim, a gente acaba que conduzindo as outras gerações né. Eu quero agradar, eu quero que as pessoas não falem, que não fale mal do meu comportamento, mas obrigo também a minha filha, os meus filhos, a falar aquilo que não vai dar boatos e tals. Isso não deixa de ser uma opressão social! (ENTREVISTADA 8).

A entrevistada pontua ainda o quanto esse comportamento é repassado de geração para geração, ressaltando o quanto no interior isso ainda é mais intenso.

Por entender que a violência doméstica contra as mulheres é expressão da cultura machista é necessário encará-la como um problema da sociedade e que para enfrentá-la é necessário um conjunto de esforços, construindo legislações e políticas públicas específicas para ofertar um atendimento qualificado para essas mulheres, para articular as redes de enfrentamento e para ampliar o processo de elevação do nível de consciência das pessoas (crianças, jovens, adultos e idosos).

No entanto, cabe destacar que as políticas públicas são importantes para a luta contra a violência, mas temos a clareza de que não basta fortalecê-las para superar as situações de

violências e para transformar as relações sociais de dominação-exploração. Para isso exigem-se mudanças estruturais na sociedade capitalista, fazendo enfrentamentos na raiz de sustentação do regime de classe, conseqüentemente no sexismo e no racismo.

Cabe pontuar algumas legislações internacionais anteriores à Lei Maria da Penha, na qual o Brasil foi signatário, sendo importantes marcadores legais nessa área. As leis são instrumentos que visam contribuir para a redução dos crimes de violência doméstica e para uma maior sensibilização acerca da problemática.

Nesse âmbito das medidas de contraposição às desigualdades de gênero, temos uma das primeiras legislações internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que é a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)<sup>23</sup> adotada pela Assembleia Geral em 1979, na qual entre as normativas previstas aponta que os estados signatários devem tomar todas as medidas apropriadas visando:

- a) modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias, e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou funções estereotipadas de homens e mulheres;
- b) garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos. (ONU, 1979).

A normativa apontada pela CEDAW evidencia a importância da construção de padrões culturais que busquem romper com as desigualdades de gênero e ao mesmo tempo sinaliza a centralidade da educação familiar, que a nosso ver precisa ser justamente uma educação não sexista, ou seja, que rompa com as práticas machistas. O que vai ao encontro

---

<sup>23</sup> Cabe pontuar que referida legislação, datada de 18/12/1979, entrou em vigor em 03/09/1981. Foi assinada pelo Brasil em 31/03/1981, porém com reservas, sendo ratificada em 01/02/1984 mantendo as referidas reservas, entrando em vigor em 02/03/1984. Somente em 22/06/1994, ou seja, dez anos após a primeira ratificação e quase 15 anos da data da convenção internacional é que o Brasil ratificou a normativa sem reservas. Tendo a atualização com a promulgação do Decreto 4.377 de 14/09/2002. É válido analisar esse percurso temporal para refletirmos como é longo o percurso para validação de legislações que apontando diretrizes basilares para enfrentar as desigualdades de gênero. Tudo isso denota o quanto o patriarcado atua impondo obstáculos cotidianamente. Para acessar a referida normativa, segure-se consultar legislação complementar em “Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. Eron Veríssimo Gimenes, Priscila Bianchini de Assunção Alferes. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

com a colocação da entrevistada 6, ao trazer as considerações relevantes acerca dessa questão da educação não sexista dentro do ambiente familiar apontando que

[...] a primeira coisa começa na família, na formação dos filhos, que os pais precisam criar os seus filhos, mas orientar os filhos que a irmã dele tem o mesmo direito que ele, e a mesma capacidade e tipo assim, que eles são iguais, que a única coisa que diferencia é que um é homem e o outro é mulher, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Mas que todos os dois são seres humanos com os mesmos direitos, mesmos deveres e devem ter as mesmas possibilidades. (ENTREVISTADA 6).

Uma segunda legislação internacional que assume destaque é a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres<sup>24</sup> da ONU proclamada pela Assembleia Geral na sua resolução de 20 de dezembro de 1993 que reconheceu a urgente necessidade de uma normativa de abrangência universal no que refere aos direitos das mulheres na luta pelos princípios da dignidade da pessoa humana. Nesta declaração tem-se uma das definições mais usuais sobre a violência contra as mulheres, entendida como

[...] qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (ONU, 1993).

Essa definição abrange uma diversidade de tipos violência e de formas de manifestá-la, podendo ocorrer no âmbito público ou privado.

A resolução também estabelece um conjunto de diretrizes a serem seguidas pelos Estados que fazem parte da ONU, na qual, dentre as medidas sugeridas tem-se:

Trabalhar no sentido de garantir na máxima medida possível tendo em conta os recursos ao seu dispor e, se necessário, no âmbito da cooperação internacional, que as mulheres sujeitas à violência e, sendo caso disso, os seus filhos, recebam assistência especializada, nomeadamente nas áreas da reabilitação, assistência no cuidado e manutenção das crianças, tratamento, aconselhamento e serviços, instalações e programas sociais de saúde, bem como estruturas de apoio, devendo adaptar todas as outras medidas adequadas a fim de promover a sua segurança e reabilitação física e psicológica. (ONU, 1993).

Obviamente compreendemos que não basta uma normativa internacional estabelecida para que as deliberações previstas nelas serem cumpridas. No entanto, significa

---

<sup>24</sup> Para maiores informações, segure-se consultar legislação complementar em “Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. Eron Veríssimo Gimenes, Priscila Bianchini de Assunção Alferes. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

um avanço a existência de prerrogativas de abrangência internacional envolvendo diversos países. Ao mesmo tempo temos os desafios orçamentários e políticos para colocar essa questão como prioridade no âmbito das políticas públicas.

Outra diretriz apontada na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres diz respeito ao apoio destinado às entidades da sociedade civil, na qual é citado da seguinte maneira: “Facilitar e promover o trabalho dos movimentos e organizações não governamentais de mulheres e cooperar com eles aos níveis local, nacional e regional”. (ONU, 1993). O que nos chama atenção nessa diretriz de atuação está relacionado ao contexto social que permeou a atuação de organizações não governamentais principalmente a partir da década de 1990. Em que se intensificaram os investimentos internacionais em projetos na linha de trabalho acerca das desigualdades de gênero, porém principalmente no âmbito das articulações com as políticas públicas, envolvendo instituições da sociedade civil e órgãos públicos, distanciando de uma leitura mais estrutural dos problemas sociais, das contradições advindas da sociedade patriarcal e das mudanças necessárias perante a reprodução da desigualdade capitalista.

Tendo como consequência uma postura de esvaziamento do papel do Estado nas conduções dos serviços voltados para as mulheres. Essa questão apresenta várias contradições, pois ao mesmo tempo, que é uma diretriz de atuação para os Estados Nacionais que compõem a ONU, é um apontamento que estimula e direciona a atuação da sociedade civil, porém de uma forma que em determinados momentos extrapolam as suas próprias competências, incorporando (muitas vezes sutilmente) atribuições de prestação de serviços públicos, que são de responsabilidade do Estado.

Esta colocação não visa impor limites para atuação das entidades não governamentais, mas sim, refletir sobre as contradições da nossa frágil democracia, e que se constituiu com uma base econômica extremamente dependente do mercado externo, com relações intensas de desigualdades sociais, raciais e de gênero e com uma apropriação do poder político pelas elites de forma a excluir o povo dos processos de participação social.

Nessa linha de análise temos uma colocação de Cisne (2018) que é muito pertinente.

Dessa forma, as ativistas feministas ‘na era das ONGs tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. Ou como substitutas do Estado, como resultado de uma política neoliberal de

terceirização do Estado dos serviços de assistência para mulheres pobres’. Podemos, então, afirmar que financiamento das ONGs conduziu parte do feminismo para um ativismo ‘bem-comportado’ e ‘dócil’. (CISNE, 2018, p. 157).

Nesse aspecto a reflexão da autora vai ao encontro à sinalização acima mencionada, que está correlacionada com o contexto de consolidação do neoliberalismo no Brasil. Além disso, trará diretamente impactos no movimento feministas que será analisado no item 1.4.

Uma terceira legislação importante a nível internacional é a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher<sup>25</sup>, conhecida como Convenção Belém do Pará adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995 e promulgada pelo decreto 1.973 de 1º de agosto de 1996. A Convenção da OEA, assim como a Convenção e Declaração da ONU estabeleceram medidas para atuar na proteção das mulheres, e na construção de mecanismos para prevenir, ampliar a punição e galgar esforços para enfrentar a violência contra as mulheres no continente.

Em território nacional houve uma medida importante para a notificação dos casos de violência contra as mulheres, principalmente nos serviços de saúde (públicos ou privados) que através da Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003<sup>26</sup>, que estabeleceu a notificação em caráter compulsório para “os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados”. (BRASIL, 2003). Considera-se que para notificação dos casos não se limita a situação de violência doméstica, podendo ser também violências que as mulheres sofram em outros espaços comunitários, públicos ou por agentes do Estado.

No âmbito das lutas pelo enfrentamento à violência doméstica um marco central consiste na promulgação da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 – a Lei Maria da Penha, na qual, foram tipificados cinco tipos básicos de violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar: a violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, acometidas

---

<sup>25</sup> Para acessar o referido documento segure-se consultar legislação complementar em “Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. Eron Veríssimo Gimenes, Priscila Bianchini de Assunção Alferes. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

<sup>26</sup> Atualizada até a Lei 13.931 de 10 de dezembro de 2019. Para maiores informações, segure-se consultar legislação complementar em “Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. Eron Veríssimo Gimenes, Priscila Bianchini de Assunção Alferes. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

em âmbito doméstico, em relações íntimas de afeto. Não se limitando em acontecer somente com relacionamentos entre mulher e marido, namorado e namorada, mas também na relação do pai com a filha, do filho com a mãe e com um casal lésbico.

A referida lei foi criada nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal que consiste que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988). Como também em consonância com as normativas da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A Lei estabelece medidas de prevenção, proteção e combate à violência contra as mulheres, além da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E dessa forma, altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal.

Não podemos desconsiderar que a Lei Maria da Penha é fruto de alguns elementos históricos importantes para a sua promulgação, podendo destacar, a persistência da Maria da Penha, enquanto mulher<sup>27</sup> que rompeu o silêncio e recorreu aos mais diversos mecanismos jurídicos nacionais e internacionais para que seu caso tivesse julgamento e ocorresse a penalização do agressor. Outro fator, não menos importante, diz respeito à força e a organização dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas em pautar constantemente a necessidade de avançar na punição perante os crimes de violência doméstica.

Somado a esses dois fatores, não podemos desconsiderar, o contexto de atuação do governo federal<sup>28</sup> daquele período, que primava pelo desenvolvimento de políticas públicas de promoção social, visando estabelecer uma conciliação de classe entre os interesses dos trabalhadores e da burguesia empresarial. Em 2003, três anos antes da promulgação da Lei

---

<sup>27</sup> Não podemos desconsiderar que a Maria da Penha é uma mulher branca, que teve acesso ao ensino superior, tendo condições de acessar as cortes e tribunais internacionais. Sendo, neste sentido, uma mulher com maiores condições de acesso aos órgãos de justiça. Além disso, temos todo o processo de construção da Constituição Federal de 1988 que já previa a igualdade de gênero e a luta pela equidade frente às desigualdades historicamente construídas. Ao mesmo tempo, Brasil foi signatário dos tratados internacionais, na qual não foram cumpridos pela democratização e equidade de gênero. Em tal contexto, a lei resultou de punição ao Estado brasileiro pela não garantia dos direitos sociais às mulheres. Para maiores informações acessar: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> e o livro “Sobrevivi...posso contar” de autoria da Maria da Penha.

<sup>28</sup> Período de início do governo Lula que é eleito a partir de um intenso processo de mobilização social de massas, na qual, representava na época uma grande expectativa para a promoção de mudanças sociais e para a construção de políticas públicas, principalmente, na linha de combate à fome.

Maria da Penha, a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, instância pública na época, desencadeando a realização de conferências de políticas para as mulheres e a promoção de diretrizes nacionais de atuação. Nesse contexto era nítido o desenvolvimento de iniciativas nacionais que envolviam o âmbito das políticas públicas nas várias áreas dos direitos humanos, abarcando as populações das mulheres, indígenas, quilombolas, juventudes, LGBTTs.

Juntamente com os fatores acima pontuados que contribuíram para a aprovação da Lei Maria da Penha, tivemos um processo de lutas e resistências, das organizações e movimentos sociais de mulheres ao longo do século XX e início do século XXI. Na qual pautaram as mais variadas questões de luta, desde o direito ao sufrágio universal conquistado na década de 1930; a inserção das mulheres (principalmente as brancas) no mercado de trabalho formal e os direitos trabalhistas; os direitos sexuais e reprodutivos que estiveram principalmente presentes na década de 1960 e 1970, dentre eles, o atendimento à saúde especializada, a descriminalização do aborto e a garantia do mesmo de forma humanizada. Como também o direito de viver livre de violência. O que demandou o desenvolvimento de políticas públicas e de instrumentos legais que auxiliem no processo de autonomia das mulheres e de proteção para aquelas em situação de violência.

É pertinente ressaltar que em relação às particularidades sofridas pelas mulheres negras no Brasil, o direito ao trabalho, não se limita somente às maiores oportunidades e a ocupação de cargos de poder e de direção, mas também o reconhecimento legal de afazeres considerados invisíveis e mal remunerados. Envolvendo passos significativos a partir de medidas, como a Lei de regulamentação do trabalho doméstico (Brasil, 2015)<sup>29</sup>, o reconhecimento da titulação de terra em nome das mulheres, do acesso e garantia de permanência nos estudos, principalmente ao ensino superior. Tendo em vista, o processo de formação social do Brasil e a constituição dos governos federais, na qual, propostas de acesso a terra e ao ensino superior, se tornaram pautas estruturais, mas que encontraram em nosso país diversos obstáculos para avançar para além de medidas paliativas. A análise acerca desses elementos da formação social brasileira será trabalhada no item 2.1.

---

<sup>29</sup>Lei Complementar 150, de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm) . Acesso em: 06 de fevereiro de 2022.

Ao analisar o que está prescrito na Lei Maria da Penha<sup>30</sup>, Andrade (2012) demarca como é previsto o delineamento do sujeito alvo da violência, no caso as mulheres.

[...] A Lei funda como sujeito da violência, a mulher inserida na esfera doméstica e familiar. Nessa apreensão, ‘gênero’ passa a ser entendido como associado a sexo, uma vez que a categoria ‘mulher’ torna-se a figura central da ‘ofendida’ pela violência. Apesar de reconhecer que as relações pessoais de afeto independem da orientação sexual, os homens estão excluídos de seu campo de proteção. (ANDRADE, 2012, p. 125).

Essa colocação nos traz uma reflexão importante sobre o sujeito central pela qual a Lei existe – as mulheres, considerando-as sujeitos que se identificam com o gênero feminino, nesse sentido abarcado as mulheres trans, dentre outras. Sendo assim, compreendemos que a lei delimita a pessoa que necessitará de proteção. Além disso, a Lei Maria da Penha caracteriza os crimes de violência doméstica e familiar a partir da seguinte forma:

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006).

A partir dessa definição prevista na Lei podemos perceber a concepção de família em sua diversidade, considerando os casos de violência que situam em relações que possuem algum vínculo afetivo e/ou familiar, não ocorrendo somente dentro de casa.

Torna-se fundamental compreender o fenômeno da violência contra as mulheres como uma questão de ordem estrutural, ou seja, não são casos individuais e pontuais, mas sim, diz da forma como a sociedade é gestada. Nesse sentido, estando presente nas desigualdades salariais e nas condições de trabalho, nas disputas político-partidárias, em

---

<sup>30</sup> Não podemos desconsiderar a relevância internacional que a Lei Maria da Penha possui, segundo o relatório do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, datado de 2011, “[...] a Lei Maria da Penha é citada no relatório bianual da ONU Mulheres, lançado em março de 2009, [...] entre as três melhores legislações do mundo. O levantamento avaliou o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para a igualdade entre homens e mulheres. De acordo com a pesquisa, a atuação dos grupos de mulheres foi essencial na elaboração da Lei da Violência Doméstica na Mongólia (2004), da Lei de Proteção contra a Violência na Espanha (2004) e da Lei Maria da Penha (2006), no Brasil”. (BRASIL, 2011, p. 21).

propagandas comerciais, nas relações cotidianas escolares, familiares, nos ditos populares, nas religiões. Por isso, para pensar o seu enfrentamento é fundamental fortalecer políticas públicas que atuam de modo transversal e integrado enquanto rede.

Em 2011, no âmbito federal foi construída a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que aprofunda o conceito de enfrentamento, compreendendo-o de forma conjugada, abarcando iniciativas que desconstruam os padrões sexistas, que promovam o empoderamento das mulheres, que invista na qualificação e no aperfeiçoamento profissional. De modo que articule as dimensões essenciais para a atuação: a prevenção, o combate, a punição e a proteção, compreendendo que não basta somente punir o agressor e tentar proteger a vítima, é preciso também atuar na desconstrução das masculinidades que reproduzem padrões de opressão e dominação.

Tudo isso, pautando sempre a unidade e articulação entre os órgãos das redes de enfrentamento. Cabe pontuar que quando nos referimos à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, estamos falando de entidades da sociedade civil (ONGs, sindicatos, movimentos sociais, grupos de mulheres, pastorais sociais, etc.) e dos serviços do poder público (saúde: hospital, PSFs, policlínicas, CAPS, etc.; assistência social: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, etc.; segurança pública: Polícia Militar e Polícia Civil; Ministério Público, Tribunal de Justiça; educação: escolas) atuando conjuntamente, cada um com suas competências, visando um objetivo comum – fortalecer o trabalho de prevenção, punição dos crimes de violência, acompanhamento das mulheres em situação de violência e promoção dos direitos. E quando nos referimos à rede de atendimento às mulheres violentadas, diz respeito aos órgãos públicos que tem a atribuição legal para ofertar atendimento qualificado, com escuta sigilosa e com a condução dos devidos encaminhamentos necessários conforme cada caso.

Nesse sentido é importante refletirmos sobre o conceito de enfrentamento nesta área da violência doméstica, tomando como referência o documento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República de 2011, o conceito de enfrentamento diz respeito

[...] à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação,

assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. (BRASIL, 2011).

No cotidiano percebemos como recorrente o discurso em relação ao aumento da punidade dos agressores, como a única ou até mesmo a principal resposta para combater a violência. No entanto, temos a plena certeza que para enfrentar o fenômeno da violência não basta isso. É fundamental entender que as ações de prevenção, assistência, e de promoção/garantia dos direitos têm que ser encaradas como diretrizes norteadoras<sup>31</sup> para o enfrentamento à violência assim como a dimensão do combate.

Nesse sentido, assim como o fenômeno da violência contra as mulheres é algo complexo e que está presente das mais variadas formas na sociedade, as estratégias para o seu enfrentamento também são amplas e multidimensionais. Exigindo, pois que o aparato de estado seja implementado de forma a garantir a laicidade do estado democrático de direito.

A partir do período da instituição da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres em 2003 até o período de 2015/2016, víamos tendo alguns avanços a nível nacional no que refere as políticas para as mulheres, dentre eles, a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, a criação da central de atendimento Disque 180, a Casa da Mulher Brasileira, as Unidades Móveis de Acolhimento a Mulher. A construção da Política Nacional, Plano Nacional e do Pacto Nacional de Enfrentamento à violência, com o estabelecimento de diretrizes para os estados e municípios. Além de programas nas linhas de autonomia econômica e da prevenção e combate à violência. O que foi sendo desmantelado a partir dos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

---

<sup>31</sup> Na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011), são estabelecidos como eixos estruturantes da política: 1) Prevenção: ações educativas e culturais que foquem nas mudanças de valores. Rompa com a cultura do silêncio; 2) Combate: ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; 3) Assistência: criar serviços especializados. Fortalecimento da rede e capacitação dos agentes públicos; 4) Acesso e garantia de direitos: Iniciativas no âmbito das diversas políticas públicas a fim de contribuir no empoderamento das mulheres. Ou seja, um entendimento integrado das diretrizes de atuação de caráter nacional para ser seguido pelos estados e municípios brasileiros.

A ruptura democrática que ocorreu em nosso país com o golpe político impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff<sup>32</sup> trouxe várias consequências no âmbito das políticas públicas voltadas para o povo brasileiro, como também para as mulheres. Um golpe carregado de misoginia, na qual houve várias demonstrações de violência de gênero, além de toda a intensa disputa política, que expressa à correlação dos interesses entre as classes no país.

Um fato histórico que marcou esse processo foi que o ato do impeachment da presidenta Dilma, aconteceu no momento que estava ocorrendo também em Brasília a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>33</sup>, espaços de participação popular para a elaboração de propostas subsidiaram a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A conferência<sup>34</sup> aconteceu entre os dias 10 a 13 de maio de 2016. No referido evento Dilma fez um marcante discurso, na qual é válido destacar uma parte do mesmo

[...] Nenhum fundamentalismo vai impedir que nossa perspectiva de gênero se afirme cada vez mais. Sabemos o quanto existe de misoginia, o quanto existe de machismo em algumas visões. Nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. E eu tenho certeza de que uma conferência deste porte, deste tamanho, desta envergadura é, sem dúvida, uma das nossas mais importantes plataformas de luta. [...] Eu não poderia estar em um lugar melhor do que este. Um lugar em que eu sinto a energia de vocês sinto o acolhimento de vocês e sinto essa imensa capacidade de luta, de resistência e a determinação das mulheres brasileiras[...] **A história ainda vai dizer quanto de violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil.** [...] Nós temos um lado, o nosso lado é o que garante que as

---

<sup>32</sup> O processo de impeachment foi votado na câmara federal no dia 17/04/2016 e no senado em 12/05/2016, data em que ela afastou por três meses, tendo o afastamento definitivo em 31 de agosto de 2016. Os elementos que desencadearam este golpe no Brasil foram vários, na qual não é o objetivo apontar, no entanto, sabemos claramente que o que estava em jogo não eram crimes de corrupção, mas sim, projetos distintos de país, que perpassavam pela soberania nacional dos recursos naturais, do fomento às políticas públicas na área dos direitos humanos, na ampliação do acesso à população negra e pobre às universidades.

<sup>33</sup> A Conferência teve como eixos norteadores para a construção das propostas de políticas para as mulheres: Eixo I – Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades: Avanços e Desafios; Eixo II – Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios; EIXO III – Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade: Recomendações; EIXO IV – Sistema Nacional de Políticas para Mulheres: Subsídios e Recomendações. Para consultar o relatório final da conferência, acesse em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/conferencias/Relatorio\\_final\\_IV\\_CONFERENCIA\\_NACIONAL\\_DE\\_POLITICAS\\_PARA\\_AS\\_MULHERES.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/conferencias/Relatorio_final_IV_CONFERENCIA_NACIONAL_DE_POLITICAS_PARA_AS_MULHERES.pdf)

<sup>34</sup> Dentre as mais de duas mil participantes na conferência nacional tiveram também mulheres do Vale do Jequitinhonha representando a delegação mineira.

mulheres hoje sejam aquelas que recebem o cartão do Bolsa Família, que dá prioridade à titularidade da mulher no Minha Casa, Minha Vida, que enfrenta a violência contra a mulher, que aprovou a Lei do Feminicídio. Nós somos aquelas que queremos a Casa da Mulher Brasileira porque queremos uma forma eficaz, efetiva, de garantir acolhimento, proteção às mulheres vítimas de violência. Nós queremos um País em que a intolerância, em que o preconceito não tenha espaço para crescer. **Nós queremos um País em que sejamos cidadãos diferentes, porém não desiguais. É esse o país pelo qual todos nós lutamos.** (ROUSSEFF, 2016- grifos nossos).

O Impeachment da primeira mulher a presidir o Brasil, democraticamente eleita foi um exemplo concreto da violência contra as mulheres, um processo que não atacou somente uma mulher, mas um projeto político, que tinha várias limitações, mas que minimamente apresentava pautas populares, que dialogava com os movimentos sociais, que esteve presente em uma das maiores mobilizações das mulheres no Brasil - a Marcha das Margaridas<sup>35</sup>, acolhendo propostas das mulheres do campo. Um governo que construiu programas e iniciativas para fortalecer as políticas para as mulheres. O golpe contra a Dilma foi um golpe contra o avanço dos direitos sociais, pela população brasileira e contra a efetiva democratização social, fundamentado por discursos machistas, contando com o apoio da imprensa, de segmentos religiosos, de setores empresariais, institucionais, políticos e de forças internacionais.

Refletindo sobre as perdas dos direitos sociais uma das entrevistadas demonstra preocupação com os ataques que vem sofrendo a classe trabalhadora em relação às constantes perdas de direitos, na qual se acentuaram neste contexto pós-golpe. Como podemos perceber no seu relato:

[...] Aquelas mesmas bandeiras que nós começamos lá atrás, elas hoje tá erguida e a gente com elas erguida, e com mais preocupação. Por que nós

---

<sup>35</sup> A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Por ser permanente, as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência, que trazem consequências perversas à vida delas. Realizada a partir de 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização. Pelo caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o governo federal, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina. A Marcha das Margaridas é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. (Fonte: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/> acessado em 03/01/2022). Já aconteceram seis edições da Marcha das Margaridas nos referidos anos de 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019.

está com mais preocupação? Porque antes nós levantamos uma bandeira sem saber se ia conseguir levantar e conseguimos, hoje elas tá sendo derrubada e nós tamo com medo de não agüentar segurar ela de pé, que é a saúde nós tamo vendo tá precária, a nossa educação tanta luta para que os nossos filhos a gente que teve vontade não conseguiu, também já tá na maneira que tá... (ENTREVISTADA 1).

A entrevistada 1 ressalta a trajetória histórica de lutas travadas nos processos de redemocratização social brasileira, sobretudo nos anos 1980, que resultaram em conquistas no âmbito dos direitos sociais, mas que estão sendo desmontados, gerando, segundo a percepção das trabalhadoras rurais, medo e preocupação em relação ao futuro. E essa é também uma forma de violência que se adensa às muitas formas de violência contra a mulher e dificulta o enfrentamento no espaço doméstico.

É importante pontuar que no Brasil além da Lei Maria da Penha, temos a Lei do Femicídio, Lei 13.104<sup>36</sup> de 09 de março e 2015, que vem qualificar o referido crime de feminicídio como crime hediondo<sup>37</sup>. Considerando como crimes de feminicídio aqueles que são cometidos

[...] contra a mulherer por razões da condição de sexo feminino (...), considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2015).

Outra legislação importante no âmbito da violência doméstica, diz respeito à recente Lei nº 14.188, de 29 de julho de 2021 que cria tipo penal para a violência psicológica. A mesma lei também define sobre programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei Maria da Penha.

Após os referidos apontamentos legais, analisaremos os registros nacionais de casos de violência doméstica contra as mulheres. O 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de

<sup>36</sup> A referida lei altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e altera também o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos

<sup>37</sup> Os crimes hediondos estão prescritos na Lei 8.072/1990, na qual qualifica o referido crime como [...] o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio; latrocínio; extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte; extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada; estupro / estupro de vulnerável; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável; crime de genocídio; crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, o crime de comércio ilegal de armas de fogo; crime de tráfico internacional de arma de fogo; crime de organização criminosa [...]. (BRASIL, 1990).

2021 produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública traz os dados das Secretarias de Segurança Pública das unidades da federação sobre casos de homicídios de mulheres, feminicídios, ameaça, lesão corporal, estupro de vulnerável, assédio sexual e importunação sexual, na qual iremos analisar especificamente o quantitativo de cada tipo de violência.

No que refere aos crimes de assassinatos de mulheres, que envolvem tantos os crimes de feminicídio como também as demais mortes violentas que afeta as mulheres no Brasil, levando em conta crimes tentados e consumados, sistematizamos em dois quadros específicos para comparar os registros de feminicídios e os registros considerados homicídios femininos. Nesse sentido, temos os seguintes dados registrados referentes aos anos de 2019 e 2020.

### Quadro 2 – Registros de homicídios de mulheres<sup>38</sup> (consumados e tentados)

	Homicídios Consumados				Homicídios Tentados			
	Nº Absoluto		Taxa <sup>39</sup>		Nº Absoluto		Taxa	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Brasil</b>	3966	3913	3,7	3,6	5229	4631	4,9	4,3
<b>MG</b>	308	286	2,9	2,6	551	435	5,1	4,0

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

### Quadro 3 – Registros de Feminicídios (consumados e tentados)

	Feminicídios Consumados				Feminicídios Tentados			
	Nº Absoluto		Taxa <sup>40</sup>		Nº Absoluto		Taxa	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Brasil</b>	1330	1350	1,2	1,2	2023	1943	1,9	1,8
<b>MG</b>	144	148	1,3	1,4	227	190	2,1	1,8

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

<sup>38</sup> Crimes que foram registrados como assassinatos contra mulheres, na qual não foram considerados feminicídios. Em que a causa não estava atrelada a discriminação sobre a condição da vítima ser mulher e/ou com histórico de violência doméstica.

<sup>39</sup> Segundo a fonte de dados o valor da taxa é calculado por 100 mil mulheres.

<sup>40</sup> Segundo a fonte de dados o valor da taxa é calculado por 100 mil mulheres. Os referidos dados das taxas de feminicídios no Brasil e em Minas Gerais serão analisados no quadro 12, quando faremos um comparativo com crimes ocorridos nos municípios do Vale do Jequitinhonha.

Podemos perceber nos quadros 2 e 3 que no universo dos crimes consumados somando o total dos assassinatos de mulheres (homicídios e feminicídios), no Brasil, em 2019 foram 5296 mortes, sendo 74,8% considerados homicídios de mulheres e 25,1% de feminicídios, sendo em 2020 um total de 5263 assassinatos, representando 74,3% e 25,6% respectivamente. O que aponta que no montante total dos assassinatos não houve variação significativa de um ano para o outro. Em relação ao universo dos crimes tentados<sup>41</sup> houve a nível nacional, em 2019, 7252 casos, sendo 72,1% considerados homicídios de mulheres e 27,8% feminicídios, já em 2020, foi um total de 6574 casos, sendo respectivamente, 70,4% e 29,5%.

Chamou-nos a atenção que o número de homicídios de mulheres é maior do que de feminicídios em todos os cenários, tanto no universo de casos consumados, quanto dos tentados, como também no Brasil e no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, no relatório em análise, é apontado que ao comparar as taxas de casos de feminicídios com as taxas de homicídios de mulheres nos estados, percebe-se uma disparidade do quantitativo dos dados muito significativa entre os estados brasileiros, sendo notada principalmente em casos que foram computados como homicídios femininos, porém no registro foi informado que o autor era companheiro/marido (ou ex), evidenciando que “(...) é provável que muitos casos de feminicídios tenham sido classificados erroneamente apenas como homicídios” (BRASIL, 2021, p. 95). Isso é algo muito preocupante! Feminicídios estão acontecendo e não estão sendo registrado como tal, o que só confirma que os dados não expressam a realidade em sua totalidade. Isso aponta a urgente necessidade de capacitação profissional dos agentes da segurança pública para o melhor aperfeiçoamento dos registros dos dados e a construção de estratégias de articulação da rede para organizar essa questão nos municípios.

Embora as taxas não tenham aumentado em Minas Gerais, a percepção de uma das entrevistadas é de que na região do Vale do Jequitinhonha houve aumento. Ela coloca a sua percepção acerca do cenário da violência nesse sentido:

---

<sup>41</sup> Cabe pontuar uma hipótese nossa, em que há a possibilidade de um mesmo caso ter sido computado mais de uma vez, pois há tentativas de assassinatos que são recorrentes e o agressor realizou mais de uma tentativa. Podendo também haver um mesmo caso que foi consumado, mas que gerou um ou dois registros anteriores como crimes tentados, antes da consumação. Nesse sentido, tem-se a interpretação de que o número total de casos não quer dizer o mesmo número total de mulheres, já que uma mesma mulher pode ter mais de um registro no mesmo ano.

[...] Então é uma coisa que assusta, porque a violência, contra as mulheres, eu tô sentindo que ela tá crescendo, há umas pessoas que falam: Não, é porque antes a gente num via... Não, a gente não via, mas hoje a gente vê. E todo mundo dá notícia, e ela continua cada vez mais, na nossa região. (ENTREVISTADA 1).

A partir dessa colocação, a trabalhadora rural evidencia o quanto a violência é recorrente e que muitas vezes os dados não expressam a realidade. No cenário do Jequitinhonha, temos a naturalização das violências dirigidas às mulheres trabalhadoras rurais, em maioria, mulheres não brancas. Suas falas remetem à internalização do racismo cultural que não apenas, as silenciam, mas invisibilizam as violências vividas, retroalimentando que as subnotificações das denúncias sejam mantidas. A ausência de aparato de estado e de preparo daqueles que as deveriam acolher, orientar e proteger compõe parte das violências simbólicas, psicológicas e morais por elas enfrentadas.

Como podemos perceber os dados mantêm a frequência semelhante aos crimes consumados. O universo dos casos considerados homicídios transita na faixa dos 70% e os feminicídios estão próximo ao percentual de 30%. Ao comparar o total dos crimes consumados com os tentados, no ano de 2019 houve o aumento de quase dois mil casos a mais entre os assassinatos tentados, um total de 1.956; no ano seguinte a diferença foi de 1.311 casos. Segundo os referidos dados, nos anos de 2019 e 2020, tivemos uma estimativa de 14 mulheres mortas por dia no Brasil. E em 2019, por dia, aproximadamente 19 mulheres sofreram tentativa de assassinato e em 2020, 18 mulheres.

Em relação aos dados do estado de Minas Gerais, dentre o total dos assassinatos, em 2019 foram mortas 452 mulheres, 68,1% foram considerados homicídios de mulheres e 31,8% de feminicídios e em 2020, foram assassinadas 434 mineiras, sendo 65,8% homicídios de mulheres e 34,1% feminicídios. No universo dos assassinatos tentados, em 2019 houve a tentativa de matar 778 mulheres, sendo 70,8% considerados homicídios de mulheres e 29,1% feminicídios. Em 2020, 625 mulheres sofreram tentativas de assassinatos, sendo 69,6% homicídios de mulheres e 30,4% feminicídios.

No estado, a proporção entre os casos considerados homicídios de mulheres manteve uma proporção aproximada, assim como os casos de feminicídios também, no intervalo entre os dois anos analisados. No universo dos crimes consumados não houve aumento significativo no estado, já entre os crimes tentados o aumento foi de 153 casos de um ano para

o outro. Comparando os casos consumados e tentados há uma diferença de 326 casos em 2019 e 191 em 2020. Em suma, diariamente, em Minas Gerais, temos uma estimativa, de uma mulher morta e duas mulheres que sofreram tentativa de assassinato, considerando os dados dos dois anos acima analisados, a partir da fonte do 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública.

Nesse aspecto, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil, entre 2019 e 2020, os casos diminuíram dentre o universo dos crimes tentados e praticamente manteve uma proporção semelhante entre os casos consumados. O que não podemos afirmar que a violência diminuiu, uma vez que, seja na vivência dos agentes sociais que atuam nos trabalhos em rede, seja pelos noticiários, como também pela percepção das mulheres, trabalhadoras rurais entrevistadas, tem-se a compreensão da existência e da prática da violência como constantes. Essa questão também está associada com as particularidades do contexto da pandemia em que o acesso das mulheres aos órgãos de atendimento às vítimas de violência doméstica tornou-se limitado em decorrência do isolamento social.

Segundo o relatório do 15º Anuário da Segurança Pública, o estado de Minas Gerais se encontra no 5º lugar entre os estados com maiores proporções de casos de feminicídios. Uma das entrevistadas na pesquisa evidencia a preocupação com cenário tão alarmante de mulheres que estão morrendo diariamente:

[...] porque a gente tá vendo nossas mulheres, quantas mulheres como ao todo né, quantas mulheres assassinadas [...] Oh, acho que Minas Gerais é o segundo, acho que é o segundo estado que tem mais assassinato de mulher gente, eu acho que a gente tem que continuar, tem que fortalecer as redes, regionais, municipais, e a gente tem que continuar esse trabalho porque é alarmante o número de mulheres assassinadas, as vezes no nosso município num tem né, mas a gente vê nossos arredores, como ao todo, no Brasil inteiro é alarmante. Minas Gerais é o segundo estado maior em termo de violência contra a mulher de assassinato. (ENTREVISTADA 4).

A entrevistada 4 aponta a sua percepção sobre a realidade cotidiana das mortes de mulheres, sendo assassinadas por uma cultura de constante violência contra as mesmas, a referida entrevistada traz um olhar também de preocupação sobre o cenário da violência em nosso estado de Minas Gerais.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID 2019 que afetou a sociedade mundialmente, impondo vários desafios em relação à preservação da vida das pessoas e às

condições de saúde, acarretando uma rotina diferenciada acerca do atendimento ofertado pelos serviços públicos destinados às mulheres. Ao limitar as condições de trabalho em formato presencial por parte os órgãos públicos, isso pode ter impactado no acesso às mulheres para realizar procedimentos de denúncia em casos de violência doméstica. O que pode ser um dos fatores que ocasionou queda e/ou manutenção os índices de violência, seja a nível estadual ou nacional. Segundo o 15º Anuário da Segurança Pública:

[...] Mesmo diante desta redução os números ainda impressionam por sua magnitude: 230.160 mulheres denunciaram um caso de violência doméstica em 26 UF, sendo o Ceará o único estado que não informou. Isto significa dizer, que ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica. (BRASIL, 2021, p. 93).

Mesmo que os dados apontem para uma redução dos registros de violência contra as mulheres no ano de 2020, há estudos<sup>42</sup> que apontam que no contexto de isolamento social, houve maior convivência entre a vítima e o agressor, conseqüentemente gerando mais violência. Em decorrência de uma parcela das mulheres que trabalhavam fora de casa, passaram a trabalhar de forma retoma dentro casa, como também, os filhos estiveram mais presentes na residência, por conta das aulas virtuais, acarretando um maior tempo de convívio entre os membros da família.

Para além dos dados quantitativos é necessário ter um olhar qualitativo para a realidade das mulheres brasileiras que estão sendo assassinadas diariamente por conta das bases constitutivas do patriarcado que norteia as relações sociais na sociedade. Nesse sentido segue no quadro 4 com algumas informações sobre a caracterização do agressor.

---

<sup>42</sup> Para maiores informações sobre violência doméstica na pandemia acessar em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-domestica/a-emergencia-da-violencia-domestica-na-pandemia-1-medida-protetiva-de-urgencia-concedida-a-cada-2-minutos/>  
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v3.pdf>

**Quadro 4 – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo relação entre Vítima e Autor**

<b>Relação entre Vítima e Autor</b>	<b>Feminicídio</b>	<b>Homicídios femininos</b>
Companheiro/Ex	81,5%	14,7%
Parente	8,3%	8,1%
Conhecido	5,8%	28,3%
Desconhecido	4,3%	48,9%

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

A partir dos dados apresentados no quadro 4 podemos identificar que a maioria dos crimes de feminicídios foi cometido pelo companheiro (esposo, namorado) ou ex-companheiro das vítimas, se considerarmos a porcentagem cometida por parentes, temos que a cada 10 mulheres assassinadas pelo crime de feminicídio no Brasil, 9 são decorrentes de atos violentos cometidos por companheiro/ex-companheiro ou parente.

A porcentagem de 14,7%<sup>43</sup> de casos de homicídios femininos que são registrados como cometidos por companheiro/ex-companheiro já evidencia que temos uma parcela de mulheres que foram vítimas de feminicídio, mas que os dados não foram computados como tal. Essa é uma observação pontuado pelo 15º Anuário. Os casos de assassinatos cometidos por autores desconhecidos representam a menor taxa entre os crimes de feminicídio e a maior entre os demais homicídios de mulheres.

No âmbito da relação entre a mulher em situação de violência e o agressor, temos as seguintes percepções das lideranças: “Tem mulher que às vezes o marido não deixa sair. Mas tem outros que é tranquilo, mas tem umas que quer participar e não tem como participar<sup>44</sup>, por causa dos machismos dos maridos que não deixa. Não falo de todas!” (ENTREVISTADA 7). E “Porque muitas mulheres não saem desse ciclo de violência, porque ela não acredita, tem a referência ali do marido, ela não acredita que ela dá conta financeiramente, e ela não acredita

<sup>43</sup> Pensei em colocar o número de casos que correspondem aos 14,7%, porém o cálculo da porcentagem feito por mim com base no valor total de casos de homicídios femininos em 2020 está destoante do valor apresentado ao longo do texto pelo documento do anuário. Neste sentido, achei melhor não constar.

<sup>44</sup> A entrevistada está se referindo à participação em atividades e/ou eventos dos movimentos sindicais e sociais, bem como em reuniões comunitárias

que ela vai ter o respeito da sociedade. E mulher não precisa de um marido para ser respeitada”. (ENTREVISTADA 8).

No relato da entrevistada 7 percebemos que há comportamentos masculinos que podam cotidianamente a participação das mulheres nos mais variados espaços comunitários. A entrevistada 8 reforça a dimensão do controle dos maridos que cria obstáculos para as mulheres de conseguir sair do ciclo da violência, porém, ela ressalta a importância da autonomia para a vida das mulheres e da questão do respeito.

Outro dado qualitativo relevante consiste na faixa etária das mulheres brasileiras assassinadas, na qual 63,2% das vítimas de feminicídio estão na faixa etária entre 18 a 39 anos, sendo assim, o referido crime concentra na fase da juventude atravessando a fase adulta, porém o feminicídio atinge também meninas e idosas, Conforme verificamos no quadro 5 abaixo:

**Quadro 5 – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo faixa etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Feminicídio</b>	<b>Homicídios femininos</b>
0 a 17	5,0%	12,4%
18 a 29	33,2%	37,4%
30 a 39	30,2%	22,4%
40 a 49	17,1%	13,7%
50 a 59	7,6%	6,9%
60 e +	6,8%	7,3%

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

No universo dos crimes considerados homicídios femininos, os casos concentram maior proporção na faixa etária de 18 a 29 anos, correspondendo a 37,4%.

Considerando as análises que fizemos acerca do patriarcado e as violências impostas na vida das mulheres negras, e automaticamente de todo o processo de violência vivenciado por elas ao longo da história brasileira, no âmbito da violência doméstica não é diferente. As

mulheres negras<sup>45</sup> são a maioria das vítimas de feminicídio e dos demais assassinatos de mulheres no Brasil, como podemos identificar no quadro 6 abaixo:

**Quadro 6 – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo Raça/Cor**

<b>Raça/Cor</b>	<b>Femicídio</b>	<b>Homicídios femininos</b>
Amarela	0,9%	0,8%
Branca	36,5%	28,0%
Indígena	0,9%	0,2%
Negra	61,8%	71,0%

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

Por isso, Lorde (2019) aponta para o quanto a vida das mulheres negras é “costurada” por ódio e violência de forma incessante, sem descanso. Ao analisar que as mulheres negras são a maioria das vítimas de violência, não podemos perder de vista que isso está totalmente associado com o que Santos (1984) aponta, que, no Brasil as desigualdades sociais estão diretamente vinculadas com o racismo, ou seja, a pobreza tem cor. E assim podemos considerar que as condições socioeconômicas interferem diretamente na violência doméstica, mas obviamente não são determinadas por isso. Uma vez que o fenômeno da violência no âmbito familiar e doméstico está presente em todas as classes sociais.

O local de ocorrência dos crimes também é uma informação relevante que nos auxilia a compreender as características da violência contra as mulheres. Conforme os dados nacionais fornecidos pelo Anuário Brasileiro da Segurança Pública, mais da metade<sup>46</sup> dos crimes de feminicídio ocorridos em 2020 foram cometidos em residências domiciliares. Tendo em vista, as limitações dos dados, acreditamos que uma parcela significativa dos

<sup>45</sup> Segundo a fonte de dados em análise, no ano de 2020, no universo dos crimes de feminicídios, foram assassinadas 834 mulheres negras e 492 mulheres brancas, e dentre as outras mortes violentas, temos 2778 mulheres negras e 1095 mulheres brancas, sendo um total de 3612 mulheres negras assassinadas e 1587 mortes de mulheres brancas. O que representa um pouco mais que o dobro de negras assassinadas em comparação com as brancas, ou seja, por dia, temos aproximadamente 9 mulheres negras sendo mortas e 4 mulheres brancas. O que podemos considerar que temos para cada mulher branca que perdeu a vida por crimes violentos, tem duas mulheres negras. Olhando para os referidos dados a compreensão que temos é um “espetáculo de horrores” que atinge cotidianamente as mulheres, principalmente as negras, uma rotina de mortes, vidas sendo perdidas diariamente, por uma cultura racista, sexista e violenta.

<sup>46</sup> Considerando o universo total de crimes de feminicídio em 2020, isso corresponde a 729 casos.

24,8%<sup>47</sup> dos homicídios femininos que constam nos dados terem ocorrido dentro de casa, deve tratar se também de crimes de feminicídio. Conforme podemos analisar a partir dos dados compilados no quadro 7.

**Quadro 7 – Homicídios femininos e feminicídios no Brasil (2020), segundo tipo de local do crime**

<b>Tipo de Local do Crime</b>	<b>Feminicídio</b>	<b>Homicídios femininos</b>
Vias públicas	15,1%	29,3%
Sítios e fazendas	4,7%	5,0%
Rodovias e estradas	0,6%	1,2%
Residências	54,0%	24,8%
Hospital	0,3%	1,8%
Estabelecimento Comercial	2,0%	2,4%
Outros	23,3%	35,4%

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

De acordo como mencionamos anteriormente, a maioria dos outros crimes violentos, considerados homicídios femininos, ocorrem nas vias públicas, correspondendo a 1/3 do total<sup>48</sup>, sendo 29,3%. Uma informação interessante, foi que mesmo representando um percentual baixo, há registros de crimes que aconteceram no hospital<sup>49</sup>. O que reafirma a dificuldade de ter ambientes seguros para as mulheres. No entanto a maior proporção dos homicídios femininos aponta como local do crime, a categoria “outros”, o que suscita a necessidade de aprofundamentos para buscar identificar o que representaria esses outros locais possíveis ou se essa seria uma alternativa dentre as opções, quando não se tem certeza do local do crime, no momento do registro da ocorrência.

Outro elemento importante para a análise diz respeito ao quantitativo de casos que aconteceram em sítios e/ou fazendas e em rodovias e/ou estradas, na qual podem representar

<sup>47</sup> Considerando o universo total de crimes de homicídios femininos de 2020, isso equivale a 970 casos.

<sup>48</sup> Considerando o valor total dos homicídios do ano, isso equivale a 1146 mortes de mulheres

<sup>49</sup> Um ambiente que simboliza o cuidado com a saúde e a preservação da vida, pode ser palco de condutas violentas que geram a morte, podendo ser uma possibilidade, em decorrência de casos que a vítima foi socorrida, por exemplo, pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), chegou a ser internada ou direcionada para o hospital e mesmo assim o agressor entrou na unidade de saúde e conseguiu tirar a vida da mulher.

uma hipótese da ocorrência de crimes no perímetro rural, podendo abranger casos de violência doméstica no campo. Uma das entrevistadas traz o relato de um crime de feminicídio que ocorreu na zona rural, acontecendo em um município da região do Vale do Jequitinhonha:

[...] É nós já tivemos relato de um cara que matou uma mulher, tinha quatro filhos, numa comunidade aqui próximo de nós, [...] matou a mulher, enterrou nas bananeiras, né, e saiu caçando, perguntando os vizinhos, se num tinha visto a esposa não, que a mulher tinha sumido, os menino chorando, ainda xingando a mulher que não sabe pra onde a mulher foi que deixou os filhos com ele, que ele tinha que trabalhar, e no entanto, ela tava enterrada embaixo na beira de um córrego numas bananeiras. (ENTREVISTADA 1).

Além da perversidade do crime de assassinato, o criminoso comete violência moral, buscando afetar a honra e imagem da mulher perante a comunidade, como se ela estivesse abandonado a família, os filhos e a casa. Ao mesmo tempo, sendo uma tática usada por alguns agressores, para buscar diminuir as suspeitas que ele estivesse por detrás do desaparecimento da mulher, conseqüentemente das suspeitas de crime feminicídio.

A partir dos dados que apontam o fato da maioria dos crimes de violência doméstica ocorrer dentro das residências, umas das trabalhadoras rurais entrevistadas, traz um relato nesse sentido.

[...] Recentemente mesmo, teve um casal aqui, eles têm quatro filhos, e o marido já vinha ameaçando a esposa, eu nem sabia, depois que ela separou que ela me mandou um áudio falando porque que ela saiu da comunidade e por qual motivo e ela disse que quando amanheceu o dia, no domingo, isso não tem trinta dias, foi bem recente. Ele falou assim: Olha, hoje eu vou te matar e vou sair na moto e você vai ficar morta aí na frente de seus filhos e ninguém vai me encontrar. E aí, diz ela que os filhos, os meninos começaram ficar em pânico as crianças, da forma que ele falou na frente dos meninos, e aí ele saiu pra ir fazer alguma coisa, e os meninos falou assim: mãe, vamos embora, porque se não a senhora vai morrer e vamos dar um jeito, vamos embora enquanto ele saiu. As crianças estavam em pânico e aí ela foi procurar ajuda, não sei com quem ainda, mas ela conseguiu um transporte pra ela sair daqui da comunidade, ela foi pra outra cidade, ela tá lá em águas vermelhas na casa de uma irmã, só que aí ele não aceitou que ela saiu de casa, ele foi, arrumou um táxi e foi lá atrás dela. Quando chegou lá ele enfrentou, foi pra bater nela e ainda bem que eles chamaram a polícia e aí a polícia veio e conteve ele e fez ele voltar pra trás, e ele tá aqui na comunidade. (ENTREVISTADA 2).

Um caso que expressa também o sofrimento dos filhos que presenciam cenas de violência cometida contra a mãe, crianças e/ou adolescentes que mesmo em situação de pânico conseguem ajudar e alertar a mãe de modo que consigam uma saída imediata da casa.

Hooks (2019) traz uma ponderação relevante acerca da importância de atentarmos para as violências também sofridas pelas crianças, no âmbito da violência doméstica.

Além disso, a maioria das pessoas tende a enxergar a violência doméstica entre adultos como algo separado e diferente da violência contra crianças, quando não é. Com frequência, crianças sofrem abuso quando tentam proteger a mãe que está sendo atacada por um companheiro ou marido, ou são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e abuso. (HOOKS, 2019, p. 96).

Nesse sentido, a violência contra crianças e adolescentes não podem ser vistas dissociadas do cenário de violência doméstica e de expressão do patriarcado, o que não quer dizer que todos os crimes de violência contra este segmento social estejam vinculados ao âmbito doméstico.

Outro aspecto que pode ser observado é o período do dia em que os homicídios femininos e feminicídios ocorrem. De acordo com o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), a maioria ocorre entre 18h e 24h, sendo 34,5% à noite e 20,4% na madrugada.

Essa informação apresenta um desafio para a nossa região, pois serviços que tem horário de funcionamento 24h em todos os municípios do Vale do Jequitinhonha é basicamente a polícia militar. A grande maioria dos municípios não tem cobertura do plantão 24h da Polícia Civil, exigindo o deslocamento da vítima para outro município que possui delegacia regional. Por isso, uma pauta de reivindicação recorrente pela sociedade civil na região é a ampliação de unidades da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM). Como afirma uma das trabalhadoras rurais:

[...] e outra coisa, faz muito tempo, que [...], tentamos trazer uma delegacia da mulher para [município], nós já tivemos esse trabalho, [...] nós não conseguimos, mas [delegado] falou que a hora que a gente quiser tentar de novo que ele vai dar uma força. (ENTREVISTADA 3).

Em relação ao atendimento policial tanto dos profissionais da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, algumas das trabalhadoras rurais que participaram da pesquisa apontam problemas acerca da qualidade da oferta do atendimento, como também da questão do sigilo profissional. Sobre o atendimento da Polícia Militar, uma das entrevistadas trouxe o seguinte relato:

[...] Pelos policiais que a gente tem aqui a gente não confia mais neles porque eles não têm o total sigilo e a outra assim acho que tá faltando mais oportunidade, por mais que a gente tenta, tá faltando mais oportunidade,

mais direito da mulherada se expressar, pra ela pedir socorro, porque os meios de socorro que a gente tem, parece que eles estão surdos. [...] Aí um dia eu conversando com ela, ela falou assim: pergunta pra polícia se eu posso fazer uma denúncia anônima, falei porque você quer fazer uma denúncia anônima? Ela foi e falou assim, uma pergunta: como é que eu vou ficar assegurada se eu for lá falar pra eles? Mas tem aqueles tácticos móveis que fica na rua né. Eu fui perguntar isso a um policial aí eu falei assim: eu gostaria de uma informação, é, me dá uma informação sobre violência. Aí ele tava num bate papo, ele não tava atendendo, porque eu já tava ali esperando ele resolver a situação, mas ele tava conversando sobre o cotidiano deles ali. **ele só falou assim: volta depois de uma hora que eu tô terminando de conversar mais fulano aqui. Beleza. Volta daqui à uma hora, falei: mesmo sendo sobre violência contra a mulher, ele: sim, volta daqui uma hora.** Aí então daqui uma hora vidas podem ser perdidas. Daqui a um minuto, aquele grito de socorro não pode existir mais, os nossos profissionais, **os nossos gritos de socorros das nossas mulheres tanto da cidade quanto do campo, eles estão silenciados, porque, é, a segurança, os meios que a gente tem para pedir socorro, eles não estão nos ouvindo.** (ENTREVISTADA 5 – grifos nossos).

Essa questão do atendimento policial representa um desafio para o enfrentamento à violência contra as mulheres e, sobretudo, contra as negras. Essa percepção da entrevistada 5 ecoa um problema cotidiano que as mulheres enfrentam: falta de segurança para fazer a denúncia. Isso advindo de vários fatores, narrados pelas trabalhadoras rurais, dentre eles, a questão do sigilo profissional, principalmente em casos que o policial tem contato/proximidade com o agressor, o que ocasiona a falta de confiança por parte da vítima.

O relato traz também uma informação que precisa cada vez mais ser divulgada, que é a possibilidade da denúncia anônima, principalmente por parte de terceiros (vizinhos familiares e até desconhecidos que souberam do fato). Outro elemento expresso no relato da entrevistada foi a negligência por parte de um policial, que segundo relato, não estava atendendo algo de urgência, não dando a devida atenção e seriedade na prestação da informação solicitada. O que se torna mais agravante, pois como vemos que os crimes de assassinatos de mulheres são diários, qualquer demora (intencionalizada) em prestar uma informação ou socorro, isso pode custar a vida de uma mulher.

Não estamos aqui desconsiderando todos os desafios que a polícia militar enfrenta em relação às limitações das condições de trabalho para conseguir chegar até um local de ocorrência dos crimes de violência doméstica, mas a centralidade aqui está justamente na qualidade do serviço prestado durante o atendimento policial. Na qual, a entrevistada 5 evidencia “a segurança, os meios que a gente tem para pedir socorro, eles não estão nos

ouvindo”, ou seja, são gritos, clamores, pedidos de ajuda e socorro que não estão sendo escutados. Cabendo assim, a necessidade de fortalecer cada vez mais os trabalhos das redes de atendimento e de enfrentamento à violência para avançar na oferta dos serviços prestados, rompendo com todo o processo de silenciamento.

No que refere ao atendimento da Polícia Civil, a entrevistada 5 também traz a sua percepção acerca de outro atendimento que ela recebeu, que não foi qualificado.

[...] o difícil também, parece que quando tem um órgão ali com aquelas atendedoras mulheres, pra gente conversar, porque às vezes você chega, você tá tão abafada querendo tirar um problema, contar alguma coisa, quando você chega até essa pessoa, você tem um atendimento ruim. [...]. Eu te falo assim por algo que passou comigo, que foi no momento que eu fui a delegacia da civil aqui, e a delegada, as mulheres que estavam lá, não sei se a outra era policial, mas a delegada. O atendimento delas foram tão assim, feio, que para serem elas representantes da sociedade nossa e por ser a mulher. A gente vê e nossa... aquelas pessoas ali vai nos trazer um conforto, um sorriso no rosto, que vai tirar a nossa dúvida. Elas são falhas, porque elas estão ali para ajudar e você se depara com uma situação pior que é a falta de educação no atendimento.(ENTREVISTADA 5).

Essa colocação nos chama atenção de que não basta ser uma profissional mulher para que o atendimento seja feito de forma adequada, ou seja, percebemos limitações em ambos os sentidos, seja mulheres ou homens atendendo. Justamente porque as reproduções das práticas autoritárias, de culpabilização da mulher pela violência, e o desrespeito acontecem também por parte das mulheres. Uma vez que as práticas normativas da reprodução das relações de gênero são gestadas pelo padrão de sociedade em que vivemos. Pelo fato dos profissionais de segurança pública, ser o público hegemonicamente masculino é mais recorrente as práticas de atendimentos feitos de forma desrespeitosa, no entanto, obviamente que não podemos fazer generalizações, pois em todos os ambientes há exceções.

No universo dos crimes de feminicídios em 2020, no que diz respeito ao tipo de instrumento empregado para cometer o crime, 55,1% dos casos, ou seja, 743 mulheres foram mortas por arma branca (ex: faca, canivetes, tesouras, objetos perfurantes, pedaço de madeira etc) e 352 mulheres assassinadas por arma de fogo. Isso evidencia mais uma característica recorrente da violência doméstica: o autor do crime normalmente utiliza utensílios que já tem dentro de casa, objetos que muitas vezes são de usos do cotidiano. Em relação aos crimes

registrados como homicídios femininos, o uso de armas de fogo<sup>50</sup>, representa a maioria dos casos, o que corresponde a 64% dos casos (2504 assassinatos).

A questão da posse e uso de armas de fogo é um agravante para a ocorrência dos assassinatos de mulheres, sendo extremamente preocupante o avanço<sup>51</sup> de medidas legais que flexibilizam o acesso às armas de fogo, acompanhado de um cenário de construções políticas e ideológicas que legitimem isso.

Após a análise dos dados de assassinato de mulheres, vamos analisar os outros tipos de violência contra as mulheres, enquadrados como crimes nos registros policiais, sendo eles, lesão corporal (violência física), ameaça (violência moral e/ou psicológica), assédio e importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável. A análise de forma separada se dá com objetivo de compreender melhor as particularidades de cada uma, porém temos a clareza que muitos tipos de violência se combinam em uma mesma situação. O Anuário Brasileiro da Segurança Pública traz os referidos dados a nível nacional e estadual, conforme podemos verificar no quadro abaixo:

**Quadro 8 – Registros de Crimes de Lesão Corporal dolosa e ameaça (nacional e estadual)**

	Lesão Corporal Dolosa				Ameaça			
	Nº Absoluto		Taxa <sup>52</sup>		Nº Absoluto		Taxa	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Brasil</b>	246.664	230.160	229,7	212,7	655.730	582.591	610,6	538,3
<b>MG</b>	22.620	22.291	210,5	206,2	93.978	85.118	874,5	787,4

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

<sup>50</sup> Apontando para a necessidade de analisar acerca da questão do porte de armas, na qual o relatório do Anuário de Segurança Pública sinaliza mecanismos para verificar a facilidade de acesso do agressor ao porte de armas, como é previsto pelo Formulário de Nacional de Avaliação de Risco do Conselho Nacional de Justiça (FRIDA) e informa sobre a Lei 13.88/2019, em que prevê a apreensão de arma de fogo quando o agressor de violência doméstica tem a posse dela.

<sup>51</sup> Nesse aspecto o 15º Anuário indica que houve um [...] crescimento de 100,6% no total de registro de posse de armas no SINARAM desde 2017<sup>51</sup> – passando de 637.972 para 1.279.491 em 2020 – vivemos o sério risco da antecipação de desfechos ainda mais violentos como os feminicídios para as mulheres expostas à violência doméstica, aumentando muito o risco para as vítimas e seus familiares. (BRASIL, 2021, p.100).

<sup>52</sup> Segundo a fonte de dados o valor da taxa é calculado por 100 mil mulheres.

Ao analisar os dados acima apresentados, no que refere aos crimes de lesão corporal podemos identificar que houve uma redução dos casos registrados, o que não quer dizer diminuição da ocorrência dos crimes, podendo estar associado com o elemento que mencionamos acima em relação às mudanças na dinâmica de atendimento os órgãos públicos a partir do cenário pandêmico. Ao comparar os dados nacionais com quantitativo dos crimes em Minas Gerais, percebemos que o estado representou 9,1% dos crimes de lesão corporal ocorridos no Brasil em 2019 e 9,6% em 2020.

Em relação aos crimes registrados como ameaça<sup>53</sup>, muitas vezes situada entre os crimes de violência psicológica e moral, dentre os tipos previstos na Lei Maria da Penha. Os crimes de ameaça, assim como de lesão corporal, apresentaram uma queda nos registros no intervalo de tempo analisado, os crimes cometidos em Minas Gerais representaram 14,3% dos crimes nacionais em 2019, e 14,6% em 2020, o que evidencia a proporção semelhante entre os dois anos.

No entanto, é evidente que os dados representam uma parcela menor perante os cenários rotineiros da violência doméstica, pois são constantes os relatos referentes ao acionamento da polícia militar, em que não há deslocamento para o local do crime. Ou seja, muitos casos que não são computados, isso pode ser evidenciando a partir da percepção de uma das entrevistadas por meio do seguinte relato.

[...] por exemplo na zona rural, se existir uma violência lá, tem que fazer esse boletim de ocorrência, e que esse policial da de chegar lá, que tiver de matar já matou, então o maior desafio também que eu acho é isso, é a distância, até que eles vai atender aquele registro da mulher no campo, é difícil, talvez na cidade anda mais rápido. Mas por exemplo, violenta uma mulher lá no campo, até que liga, que faz a denúncia, que eles da de chegar lá é o maior desafio, chegar lá o que tiver de acontecer já aconteceu, muitas das vezes eles fazem vista grossa, né, ai só se tiver mesmo um matando uns aos outros, [...] eu acho que tem ainda um pouco de descaso por conta das nossas autoridades em atender uma denúncia quando as mulheres do campo né, por causa da distância faz a denúncia, até que eles leva a sério, tem horas que as vezes elas fazem a denúncia e eles: ah num tem viatura, a viatura ta num sei pra onde. Então existe muito isso. (ENTREVISTADA 4).

O relato da entrevistada 4 reflete um dos desafios cotidianos sofridos pelas mulheres em situação de violência doméstica no campo que consiste no fato de ter o atendimento

---

<sup>53</sup> Muitas vezes expressos através de condutas de ameaça que anuncia uma possibilidade ou um desejo por parte do agressor em retirar a vida da mulher e dos filhos, a destruição de objetos pessoais e da casa, a reafirmação de uma constante perseguição tanto da mulher quanto de familiares.

policial quando está acontecendo o ato da violência, apontando o descaso por parte de determinadas autoridades policiais em tratar com seriedade essa questão. Os elementos acerca dos desafios para o enfrentamento à violência doméstica serão analisados mais profundamente no capítulo 3. O relato evidencia como o pessoal se sobrepõe ao legal e personaliza o conservadorismo das instituições policiais no ambiente em estudo, evidenciando o machismo institucional, as limitações de estrutura de trabalho para ampliação do acesso e da oferta dos serviços de atendimento às vítimas e o desafio dessa questão ser vista como prioridade no âmbito da secretaria de segurança pública.

Mesmo sendo um dos tipos de crimes que são mais registrados, a ameaça ainda é vista como uma conduta comum pela sociedade, muitas vezes não sendo denunciada, somado ao fato das mulheres terem dificuldades de denunciar como pode ser verificado pela colocação da entrevistada 7:

[...] Tem muitas que sofre ali quietinha, sem manifestar. E até para poder denunciar é mais difícil. Porque ela tem medo...medo às vezes de denunciar, porque até que chega um socorro. Não é fácil. Tem umas que tem coragem e denuncia, mas têm outras não. Fica sozinha. **A violência não é só bater né. [...]a pessoa tem medo de denunciar e o acesso à denúncia também é mais difícil aqui, na zona rural. [...]. É porque às vezes tem mulher... que você sabe...fica isolada dentro de casa. Ela nem sabe como denuncia. E tem medo às vezes de denunciar e não dar certo.** Porque às vezes ela vai denunciar e fica do mesmo tamanho. Não tem uma forma dela ser acolhida. (ENTREVISTADA 7 – grifos nossos).

A trabalhadora rural neste relato expressa o quanto são cotidianas as dificuldades de as mulheres denunciarem, tanto por medo, como por desconhecimento dos procedimentos a serem feitos, como também por muitas vezes sentirem que o procedimento da denúncia, não irá gerar o rompimento imediato e direto da prática de violência. O relato remete às violências psicológicas e morais que se arquitetam por meio do silêncio e na invisibilidade, através das relações de poder entre marido e mulher, e que acabam por serem negligenciadas como parte do ciclo que constituem as violências às mulheres. Fazendo com que muitas suportem a dor e os constrangimentos, naturalizando-os.

Em relação aos crimes de violência de ordem sexual, segundo a fonte de dados, são apresentados quatro tipos: assédio sexual, importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável, na qual, vamos analisar separadamente e depois comparar os quatro tipos, tanto nacional quanto estadualmente.

Os crimes de assédio sexual dizem respeito a todo o ato de caráter sexual, feito sem consentimento da vítima, gerando um ambiente de constrangimento. Já importunação sexual, segundo a Lei 13.718/2018, consiste em “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia<sup>54</sup> ou a de terceiro” (BRASIL, 2018). Em nível nacional, numericamente os crimes de assédio sexual<sup>55</sup> diminuíram de 2019 para 2020, variando com a taxa de 2,5% para 2,0% e os crimes de importunação sexual cresceram de 6,5% para 7,2% de um ano para o outro.

Os casos de importunação sexual foram mais expressivos numericamente do que os casos de assédio sexual, representando pouco mais do que o dobro em 2019 e o triplo em 2020. Ao correlacionar os registros nacionais e estaduais, referentes aos crimes de assédio, os casos mineiros representaram 13,5% em 2019 e 14,2% em 2020. No estado de Minas Gerais, os casos de importunação sexual registrados em 2019 significaram 4,1% do montante total e 15,5% em 2020, o que evidencia um crescimento expressivo.

Chama muita atenção que os casos de importunação sexual aumentaram de modo muito alarmante, representando uma variação de 318,4% de um ano para o outro. Podendo ser consequência de uma ampliação numérica das denúncias, advindas de vários fatores, dentre eles, condições da vítima fazer o registro, uma maior conscientização da sociedade de que isso se configura um crime, dentre outros. Podendo expressar também uma maior atenção dos órgãos policiais em registrar esses tipos de crimes. O que não nos permite afirmar que os crimes aumentaram, mas sim, que os registros elevaram.

Em relação aos crimes de estupro e estupro de vulnerável, a fonte de dados informa uma queda nos números dos registros ao comparar os crimes que ocorreram de 2019 para 2020, podendo estar atrelado aos elementos referentes ao contexto da pandemia. Em Minas Gerais, ocorreram 7,8% dos crimes nacionais de estupros em 2019 e 7,9% em 2020. Sobre os crimes de importunação sexual, os crimes no estado representaram 7,6% do montante nacional em 2019 e 7,2% em 2020, que significa proporcionalmente certa frequência quantitativa. Se somarmos o total de estupros cometido contra mulheres e meninas terá um

---

<sup>54</sup> Segundo o Dicionário Houaiss significa: Comportamento de quem apresenta uma inclinação para os prazeres do sexo. Tendência para a lubricidade, para a sensualidade exagerada; luxúria. A palavra lascívia deriva do latim "lascivia,ae", que significa luxúria ou sensualidade.

<sup>55</sup> Crime de assédio sexual consiste conforme Art. 216 do Código Penal: Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001).

total de 61.347 casos em 2019 e 53.453 em 2020, sendo no estado, em 2019, 4.624 crimes e em 2020, 3904 casos.

O crime de estupro é uma prática violenta histórica, principalmente ao considerarmos as violências sexuais que as mulheres negras sofrem desde o período colonial no Brasil, na qual, nos permite afirmar que o nascimento e a formação do povo brasileiro advêm de práticas de estupro das mulheres negras e indígenas.

Um dos grandes desafios é o estupro cometido dentro da relação conjugal, ser visto como violência, como crime, ainda mais considerando o que o machismo impõe ao longo da história como uma obrigação para a mulher a satisfação sexual do marido. A entrevistada 1 traz um apontamento nesse sentido,

Então, antes, há trinta anos atrás era muita, a violência é que afetava no meu ponto de vista, a violência, que afetava mais as mulheres, era sexual e psicológica. Porque se a mulher falava eu não quero, tinha que dar. E ali vinha a psicológica, que era cê é feia, cê é porca, junta traição e outras coisas, né?... Hoje não, hoje é tudo isso e o fim da vida. É o que eu to vendo. (ENTREVISTADA 1)

Neste relato a trabalhadora rural aponta o cotidiano da violência, em que muitas vezes congregam em um só caso, vários tipos de violência, inclusive chegando à fatalidade do feminicídio. Cabe analisarmos agora os registros de todos os crimes de ordem sexual cometidos com as mulheres brasileiras e mineiras em 2020, na qual, chegaremos aos seguintes dados Quadro 9:

**Quadro 9 – Registros de Crimes de ordem sexual contra as mulheres brasileiras e mineiras (2020)**

	<b>Assédio Sexual</b>	<b>Importunação Sexual</b>	<b>Estupro</b>	<b>Estupro de vulnerável</b>	<b>Total</b>
<b>Brasil</b>	4.204	15.245	14.651	37.636	71.636
<b>Minas Gerais</b>	599	2.365	1.158	2.746	6.868

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

Tanto nacionalmente quanto estadualmente, a ordem crescente referente ao quantitativo dos crimes de ordem sexual, no ano de 2020, foram: 1) estupro de vulnerável; 2) importunação sexual; 3) estupro; 4) assédio sexual. O crime de estupro de vulnerável envolve muitos casos de violência contra crianças e adolescentes, o que pode corresponder uma parcela significativa desse total. Os crimes de assédio sexual, como costumam estar vinculado ao ambiente de trabalho, apresentou da menor quantidade, podendo estar correlacionado com o próprio fato de muitas mulheres estarem em condições de trabalho informais, e desempregadas, não estando em ambientes de trabalho com chefia masculina.

Perante os dados apresentados no 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2021 avaliamos pertinente condensar os crimes de violência contra as mulheres para além dos feminicídios e das demais mortes violentas, buscando identificar o quantitativo total e percentual que cada crime corresponde na totalidade dos registros do referido ano.

**Quadro 10 – Registros de crimes de violência contra as mulheres brasileiras e mineiras (2020)**

	<b>Lesão Corporal</b>	<b>Ameaça</b>	<b>Assédio Sexual</b>	<b>Importunação Sexual</b>	<b>Estupro</b>	<b>Estupro de vulnerável</b>	<b>Total</b>
<b>Brasil</b>	230.160	582.591	4.204	15.245	14.651	37.636	884.487
<b>% em relação ao total</b>	26%	65,8%	0,47%	1,7%	1,6%	4,25%	100%
<b>Minas Gerais</b>	22.291	85.118	599	2.365	1.158	2.746	114.277
<b>% em relação ao total</b>	19,5%	74,4%	0,52%	2,06%	1,0%	2,4%	100%

**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

O panorama dos dados nos auxilia identificar no estado de Minas Gerais quanto no Brasil, que a maioria dos registros feitos é relacionada aos crimes de ameaças, ocupando mais da metade dos casos, seguido do crime de lesão corporal em 2º lugar. O que nos faz repensar

um discurso muito usual nos espaços de articulação da rede, o de que os crimes de violência física (lesão corporal) é o mais comum de ser denunciado<sup>56</sup>.

Nacionalmente, o crime de estupro de vulnerável está na 3ª posição e estadualmente, o crime importunação e de estupro de vulnerável estão com um quantitativo aproximado. Ao comparar o total dos registros podemos apontar que a cada sete crimes nacionais, um é referente a uma mulher mineira. Levando em conta que esses crimes acima compilados não constam os casos de assassinatos de mulheres (feminicídios e outras mortes violentas/homicídios femininos).

Finalizando as contribuições advindas dos dados do referido ao Anuário, cabe pontuar que o mesmo traz informações sobre a caracterização dos casos gerais de crimes de estupro e de estupro de vulnerável, na qual, abarca também o público masculino, que representa 13,1% dos casos de 2020, sendo 86,9% vítimas femininas. O que atesta que esse tipo de crime tem uma ampla maioria do público atingindo, as meninas e mulheres. Em relação à faixa etária, 60% das vítimas, são aquelas com idade de 0 a 13 anos de idade, segundo a fonte de dados,

[...] 85,2% dos autores eram conhecidos das vítimas, quase sempre (96,3%) do sexo masculino, muitas vezes parentes e outras pessoas próximas que têm livre acesso às crianças e tornam qualquer denúncia ainda mais difícil. Apenas 14,8% dos estupro no Brasil foram de autoria de desconhecidos das vítimas. [...] A subnotificação já característica parece ser um problema ainda maior em relação a meninos, e alguns estudos sugerem que essa característica está ligada aos imaginários de virilidade e iniciação sexual da sociedade em relação aos homens, e não como violência. (BRASIL, 2021, p.114).

Cabe destacar que estes determinados estudos que apontam como essas questões “consideradas iniciação sexual” reproduzem ao padrão machista da sociedade. Que impõe uma pressão psicológica e social de que meninos têm que iniciarem a vida sexual mais cedo do que as meninas, além de infelizmente não ser, na maioria das vezes, cultivado momentos de diálogos sobre a construção das masculinidades saudáveis.

Em relação às características do período e horário da ocorrência dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, há uma diferença marcante. Os crimes de estupro acontecem majoritariamente no horário da noite e da madrugada, representando 56,3% dos casos, nos

---

<sup>56</sup> Presente em muitos discursos como “a mulher só pensa ou só denuncia quando já tem a violência física”. Isso são elementos que requerem aprofundamentos futuros para analisar de forma mais detalhada.

finais de semana (sábado e domingo), provavelmente acontecendo uma parcela<sup>57</sup> significativa em outros ambientes fora da residência familiar. Já os crimes de estupro de vulnerável, a maioria dos registros, 61,3% ocorre durante o período do dia (manhã e tarde), sendo também a maioria durante a semana (segunda-feira a sexta-feira). O que provavelmente pode estar associado ao período que a mãe e/ou responsável não estão em casa (podem estar trabalhando) e assim a criança fica mais vulnerável. Sobre os crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes, no Vale do Jequitinhonha, uma das entrevistadas traz um relato emocionante de um caso que chegou até ela:

[...] dor que a gente não deseja pra ninguém, é uma dor que fica na alma e a cada coisa que você olha você vê, porque ela por ser uma criança ali, tá no seu momento de brincadeira, de tá conhecendo as coisas e ser empataada né, de uma certa forma ser empataada ali por uma gestação, de ter que parar os estudos porque ela não tá estudando. Parou os estudos por causa da criança, não vai, porque a mãe dela relata isso, quando ela vai no sindicato, a gente pergunta pela menina e ela sempre relata: Ah, tá lá, num quer sair, as meninas chega e chama ela pra sair mas ela num quer sair, mas também tem que saber que essas meninas que estão chamando, se são amigas ou se são meninas que vão chegar a frente ficar fazendo gracinha com aquela situação, que pra ela que já é dolorido né, ai então é muito difícil. (ENTREVISTADA 5).

Conforme o relato da entrevistada muitas são as marcas, principalmente de ordem psíquica que as crianças e adolescente sofrem ao serem abusadas sexualmente. Acarretando traumas de vários âmbitos, e tendo graves consequências, como interrupção dos estudos regulares, gravidez indesejada. O que exige um acompanhamento especializado pelos órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente do município. Os crimes de violência contra crianças e adolescentes, assim como a violência contra as mulheres, na maioria gigantesca, os agressores são homens, sendo ambos, resultados do patriarcado, expresso na relação de abuso de poder e da dominação, sendo um símbolo de desumanidade.

O território foco da pesquisa é o Vale do Jequitinhonha, no nordeste mineiro, uma região afetada diretamente pelas desigualdades raciais e sociais e por uma relação histórica de diferenças de investimentos dos governos estaduais e federais em comparação com as outras regiões do estado (Triângulo Mineiro, Central/metropolitana e Sul de Minas). No entanto, possui uma particularidade fundamental que diz do processo de identidade enquanto região,

---

<sup>57</sup> Essa colocação pressupõe que o crime de estupro dentro de casa, na relação conjugal ainda é um crime menos perceptível, por conta de todos os valores morais impetrados na formação da consciência das mulheres e do imaginário social, conseqüentemente há menos denúncias dos referidos crimes em se tratando dessas situações.

por meio dos elementos culturais e de uma população negra expressiva, sendo a região do estado de Minas Gerais com maior número de comunidades remanescentes de quilombo. Elementos centrais para conformação do processo de formação social da região, correlacionado com o processo de exclusão social e de precariedade dos serviços estatais. Outras informações sobre a região do Vale do Jequitinhonha serão apresentadas no item 2.3.1.

Em relação à realidade da violência doméstica contra as mulheres em nossa região, uma das entrevistadas colocou a seguinte percepção:

[...] o gargalo no Vale do Jequitinhonha é a falta da acolhida para essas mulheres, a falta do apoio, a falta do amparo. Enquanto não tiver as casas de acolhida, uma equipe que de fato esteja preparada como profissional, como pessoa para acolher esse público, eu acho que isso tende só a aumentar. [...] **Então tem tipo de violência que se você for fazer a denúncia, você vai passar por chacota por todo mundo, porque na visão social não é violência porque passou a ser tão comum, que não é violência. E na zona rural não tem essa ainda de que em briga de marido e mulher, eu meto a colher sim! Não, o problema da família de fulano, é de fulano, eu sou ciclano, eu não tenho nada a ver.** (ENTREVISTADA 8 - grifos nossos).

A percepção da trabalhadora rural, liderança comunitária, reforça o desafio no que refere ao apoio profissional, na esfera do acompanhamento das mulheres em situação de violência. E evidencia o quanto alguns tipos de violência ainda são banalizados pela comunidade, o que exige um trabalho de base de formação e sensibilização.

Em relação aos dados de violência contra as mulheres na região do Vale do Jequitinhonha, trazemos um demonstrativo elencando informações de seis municípios da região, sendo dois de cada microrregião (Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha). Os referidos municípios não são necessariamente os mesmos vinculados às entrevistadas na pesquisa de campo. Pois neste momento nossa preocupação é olhar a amplitude dos registros de violência em municípios que tem uma estrutura de atuação de órgãos regionais do sistema de justiça (Ministério Público e Fórum de Justiça) e da segurança pública (polícia civil, já que Polícia Militar está em todas as cidades), sendo municípios que são sede de comarca.

Os dados foram acessados no Relatório Técnico dos Diagnósticos semestrais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil dentre o período de 2018 a 2020. No referido documento há dados gerais de violência doméstica e de crimes de feminicídios (registros tentados e consumados), porém não há indicadores de faixa

etária, raça/cor, local do crime, instrumento empregado para praticar a violência, período da ocorrência, o que limita uma caracterização dos dados de forma mais aprofundada. Segue o quadro abaixo com uma síntese dos dados dos seis municípios selecionados em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Quadro 11 – Registros de violência doméstica e familiar contra a mulher em seis municípios do Vale do Jequitinhonha – 2018, 2019, 2020**

Microrregião	Município	Indicadores	População Feminina Estimada/ Dados de violência doméstica			
			2018	2019	2020	Total
Baixo Jequitinhonha	Almenara	População feminina	20.448	20.547	20.649	
		Registros de casos	378	416	419	<b>1213</b>
Taxa de violência a cada 100.000 mulheres*			1.848	2.024	2.029	
Baixo Jequitinhonha	Jequitinhonha	População feminina	12.383	12.421	12.461	
		Registros de casos	264	210	191	<b>665</b>
Taxa de violência a cada 100.000 mulheres*			2.132	1.691	1.533	
Médio Jequitinhonha	Araçuaí	População feminina	18.485	18.487	18.484	
		Registros de casos	303	294	319	<b>916</b>
Taxa de violência a cada 100.000 mulheres*			1.639	1.590	1.726	
Médio Jequitinhonha	Medina	População	10.522	10.495	10.469	
		Registros de casos	100	146	157	<b>403</b>
Taxa de violência a cada 100.000 mulheres*			950	1.391	1.499	
Alto Jequitinhonha	Capelinha	População feminina	19.413	19.103	19.233	
		Registros de casos	323	310	353	<b>986</b>
Taxa de violência a cada 100.000 mulheres*			1.663	1.622	1.835	
Alto Jequitinhonha	Diamantina	População feminina	24.583	24.648	24.714	
		Registros de casos	607	625	560	<b>1.792</b>
Taxa de violência a cada 1.000 mulheres*			2.469	2.536	2.266	
Total por ano e total geral			<b>1.975</b>	<b>2.014</b>	<b>1.999</b>	<b>5.975</b>

**Fonte:** Dados de violência colhidos no Relatório Técnico da Polícia Civil de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher> . Acesso em: 09 de abril de 2021. Dados da população feminina colhidos na fonte: Data SUS/Ministério da Saúde (projeção da população). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?popsvs/cnv/popbr.def> . Acesso em: 12 de junho de 2021. Dados compilados e calculados pela pesquisadora.

Ao analisar os dados dos últimos três anos, percebemos o quanto a violência é cotidiana e recorrente, havendo um aumento no registro de casos – sendo uma hipótese, em decorrência do processo de mobilização promovido pelos trabalhos das redes de enfrentamento à violência doméstica.

Dentre o universo dos municípios analisados, Diamantina é o que possui os maiores números de registros de casos de violência, seguido de Almenara, Araçuaí, Capelinha e posteriormente Jequitinhonha e Medina (Quadro11). Ocupando as maiores taxas nos três referidos anos, estando Araçuaí em segundo lugar no ano de 2018 e Almenara na segunda posição nos dois anos seguintes.

No entanto, cabe analisar a situação de cada município considerando as taxas de violência, esta é calculada pelo quantitativo dos casos registrados dividido pelo número de mulheres multiplicado por 100.000<sup>58</sup>.

No que refere aos municípios da microrregião do Baixo Jequitinhonha, observa-se pelo Quadro11 que em Almenara, no período analisado, houve aumento na taxa de violência doméstica passando de 1.849/100.000 mulheres em 2018 para 2029/100.000 mulheres em 2020. Já no município de Jequitinhonha houve redução dos casos de violência de 2132/100.000 mulheres em 2018 para 1533/100.000 mulheres em 2020.

No Médio Jequitinhonha, as taxas de violência doméstica contra as mulheres encontradas em Araçuaí oscilaram revelando ao final do período analisado um aumento, sendo 1.639/100.000 casos em 2018, 1.590/100.000 em 2019 e 1.726 casos por 100.000 mulheres em 2020. Já no município de Medina as taxas de violência aumentaram durante o período passando de 950/100.000 mulheres em 2018 para 1.499/100.000 em 2020 (Quadro11).

Já no Alto Jequitinhonha, Diamantina, é o município que possui as maiores taxas de violência, quando comparadas aos demais municípios, embora eles tenham diminuído ao longo do período analisado: 2.459/100.000 mulheres em 2018, 2.536/100.000 mulheres em 2019 e 2.266/100.000 mulheres em 2020. No município tem a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, que compõe a rede de enfrentamento, desenvolvendo vários trabalhos

---

<sup>58</sup> O procedimento para calcular a taxa seguiu o parâmetro de agrupamento por 100 mil mulheres, porque foi o mesmo quantitativo utilizado nas taxas apresentadas nos dados do 15º Anuário da Segurança Pública.

de formação, sensibilização, prevenção e combate à violência. Portanto os dados podem revelar a ruptura com as subnotificações, o que não quer dizer que elas não aconteçam. Em relação aos dados no município de Capelinha houve pequena variação entre 2018 e 2019 – 1.663 e 1.622/100.000 mulheres, respectivamente, havendo aumento da taxa em 2020 para 1.835/100.000 mulheres (Quadro 11).

No intervalo de tempo entre 2019 e 2020, somente em dois municípios dentre os seis em análise, apresentaram diminuição das taxas de violência contra as mulheres – Jequitinhonha e Diamantina. O que pode ser evidenciado a partir da percepção de uma das trabalhadoras rurais que contribuíram com a pesquisa, relatando o seu olhar de que a violência, “[...] ela sempre existiu fortemente, sinceramente vai ter muitas poucas famílias que vão dizer que nunca sofreu violência doméstica na vida. E tem muitas famílias que falam que nunca sofreu é porque não chegou a aguentar tapas ou pauladas”. (ENTREVISTADA 8).

No que se refere à estruturação da rede de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, os seis municípios - mencionados no Quadro 11- construíram articulações para criar o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres<sup>59</sup>, porém nem todos estão com uma atuação ativa. A criação dos conselhos<sup>60</sup> precisa de uma lei municipal para validar a sua existência e normatizar o seu funcionamento, sendo um espaço de participação e articulação entre os segmentos da sociedade civil e do poder público para a construção e deliberação de propostas voltadas para as políticas para as mulheres no município. Não podemos desconsiderar que todas as construções envolvidas nesta área e nas demais políticas sociais e de direitos humanos requerem sempre a mobilização social e o engajamento das mulheres e dos homens, de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nos processos de participação popular.

É importante considerar que todos os seis municípios analisados possuem desafios para fortalecimento do trabalho em rede. Sendo um deles, a rotatividade e até o mesmo a ausência de delegado de polícia civil e promotor de justiça fixo na comarca, demandando

---

<sup>59</sup>Essa informação se dá por meio do levantamento sobre o panorama dos conselhos municipais organizado pelo Fórum Regional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha e o Fórum Regional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Baixo Jequitinhonha.

<sup>60</sup> Os Conselhos Municipais é instrumento primordial de participação popular, sendo parte do processo de descentralização política e de democratização previsto na Constituição Federal de 1988 através do Art. 204, inciso II, que prevê a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

atendimento coberto temporariamente por outra comarca. Se esse desafio é presente em municípios que são sede de comarca, imaginemos a realidade dos municípios que não são!

Ao tratar do tema da violência doméstica, dentre os crimes de feminicídio, possuem aqueles tentados ou consumados, sendo os crimes tentados aqueles que o agressor tentou assassinar a vítima, mas não conseguiu; e os consumados aqueles que a vítima veio a óbito. Em relação aos casos de feminicídio torna-se pertinente analisar um comparativo entre os dados apresentados a nível federal, estadual e regional conforme apresentado no Quadro 12.

**Quadro 12 – Comparativo Feminicídios Brasil, Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha (2019 -2020)**

	Feminicídios Consumados				Feminicídios Tentados <sup>61</sup>			
	Nº Absoluto		Taxa <sup>62</sup>		Nº Absoluto		Taxa	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Brasil</b>	1330	1350	1,2	1,2	2023	1943	1,9	1,8
<b>MG</b>	144	148	1,3	1,4	236	203	2,1	1,8
<b>Vale</b>	9	5	-	-	14	11	-	-

**Fonte:** Dados de violência estaduais e regionais foram colhidos no Relatório Técnico da Polícia Civil de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher> . Acesso em: 09 de abril de 2021. Dados nacionais colhidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Ano 2021. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para acessar visite o site: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Dados tabulados pela pesquisadora.

No que refere ao panorama geral percebemos que o número de registros de feminicídios, consumados ou não, apresentou uma relativa queda ao analisar entre os anos de 2019 a 2020 (Quadro 12), nas três esferas de análise – a nível federal, estadual e regional. O que pode ser fruto de um maior empoderamento das mulheres no processo de denúncia e de superação do ciclo da violência? Pode ser também advindo de uma amplitude das campanhas preventivas de sensibilização acerca da violência e de informação sobre os procedimentos

<sup>61</sup> Analisando as fontes de dados houve há uma diferença entre os registros de feminicídios tentados em Minas Gerais, na qual segundo do Relatório Técnico dos Diagnósticos Semestrais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil, em 2019 há nove casos a mais do que consta no Anuário Brasileiro da Segurança Pública e em 2020 13 registros a mais. Essa questão pode ser em decorrência da data em que foi colhido o registro pelo Anuário, que ter acontecido anterior a realização dos casos, ou que os dados foram lançados no sistema pelos serviços de segurança do estado de Minas Gerais após o referido período em análise. Nesse sentido, como estamos nos referindo a registros de crimes ocorridos no estado. Iremos utilizar nesta tabela os dados do Diagnóstico da Segurança Pública do Estado.

<sup>62</sup> Segundo a fonte de dados o valor da taxa é calculado por 100 mil mulheres.

para requerer a medida protetiva e realizar a denúncia? Outra possibilidade, ser também reflexo em relação aos obstáculos advindos da pandemia da COVID 19? Que por conta do isolamento social, muitas vítimas acabaram ficando mais tempo em contato com o agressor. Esses elementos são questões alvos de diversos estudos e requer aprofundamentos posteriores.

Em âmbito nacional, os feminicídios consumados, não apresentaram variação da taxa, do ano de 2019 para 2020, mantendo a proporção de 1,2/100.000 mulheres. E dentre os feminicídios tentados, tivemos um pequeno declínio da taxa de 1,9/100.000 mulheres em 2019 para 1,8/100.000 em 2020. Em nível estadual, entre os feminicídios consumados tivemos a taxa de 1,3/100.000 em 2019 e 1,4/100.000 em 2020, apresentando pouca elevação e entre os referidos crimes tentados, tivemos uma diminuição de 2,1/100.00 em 2019 para 1,8/100.000 em 2020. Nesse sentido, no intervalo de tempo em análise, a taxa de feminicídios tentados, no Brasil e Minas Gerais foi a mesma, 1,8/100.000 mulheres. Em relação às taxas dos dados do Vale do Jequitinhonha, não foi possível realizar o cálculo das taxas em decorrência da variação do quantitativo e de quais municípios ocorreram em cada tipo de crimes de feminicídios (tentados ou consumados) em cada ano.

No que refere aos dados de feminicídio no Vale do Jequitinhonha, no universo de crimes consumados ou tentados, tivemos em 2019, foram levantados 23 registros em 16 municípios<sup>63</sup>, dentre o universo desses municípios, tiveram setes com mais de um caso registrado de feminicídio. No ano seguinte tivemos 16 casos registrados em 12 municípios<sup>64</sup>, sendo dois deles, com mais de um caso.

Ao analisar os dados dos crimes ocorridos em Minas Gerais e nos municípios do Vale do Jequitinhonha, podemos perceber que, dentre os feminicídios consumados, em 2019, o percentual dos crimes ocorridos na região corresponde a 6,5% dos casos mineiros; sendo em 2020, 3,3% dos crimes no estado. Em relação aos feminicídios tentados<sup>65</sup>, os crimes ocorridos

---

<sup>63</sup> Os municípios que tiveram crimes de feminicídios tentados ou consumados em 2019 foram: Rio Vermelho, Araçuaí, Itinga, Turmalina, Novo Cruzeiro, Itamarandiba, Pedra Azul, Diamantina, Itaobim, Datas, Virgem da Lapa, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Presidente Kubistchek, Coluna e Berilo.

<sup>64</sup> Os municípios que tiveram crimes de feminicídios tentados ou consumados em 2020 foram: Jacinto, Medina, Itaobim, Araçuaí, Diamantina, Veredinha, Couto Magalhães, Minas Novas, Padre Paraíso, Divisópolis, Capelinha e Itamarandiba.

<sup>65</sup> É válido destacar que os crimes computados como feminicídios tentados são aqueles que foram registrados como tal no boletim de ocorrência. Ou seja, é possível que muitas tentativas de assassinatos sejam registradas no boletim como lesão corporal, enquadrando simplesmente como violência física, gerando a tendência de casos de feminicídios muitas vezes serem registrados somente quando a vítima veio a óbito, ocasionando a subnotificação das tentativas de feminicídio. O que tende a acarretar menos visibilidade para esse tipo de violência, que é fatal.

em 2019 no Vale do Jequitinhonha representam 5,9% dos casos de Minas Gerais e 5,4% dos casos em 2020.

Em relação a questão da subnotificação, a pandemia da COVID 19 pode ser considerada como um dos elementos pelo qual se teve menos registros no ano de 2020 em comparação com o ano anterior. Afinal a situação pandêmica afetou diretamente a vida de todos os brasileiros e brasileiras, dificultando o acesso aos órgãos de denúncia e de acolhimento às mulheres que de certa medida foram afetados com mudanças nas rotinas de horários de atendimentos. No entanto, esses desafios do registro da denúncia para as mulheres negras são históricos, advindos do próprio processo de naturalização da violência vivenciada por elas ao longo da formação do Brasil.

Em relação aos desafios para o desenvolvimento dos trabalhos durante a pandemia, a entrevistada 4 faz o seguinte apontamento:

[...] Agora mesmo nós estamos reinventando né, começando a criar é, as *lives*, né, assim, regionais, nós do movimento sindical mesmo agora né, em todas as regiões de Minas Gerais né, teve as *lives*, das trabalhadoras rurais e muitas das vezes nossos rurais não tem acesso a internet, né, então nós estamos encarando maior desafio agora nesse tempo pandêmico que a gente não pode aqueles encontros presenciais e trabalhar a violência contra a mulher, né, então nós estamos encarando desafios agora e eu sinto falta desses encontros presenciais por conta da pandemia, sabe? E as mulheres também, eles cobram da gente, mas infelizmente nosso trabalho presencial está parado, e fortalecer as redes. [...] Então no momento pandêmico é maior desafio que nós estamos encarando agora pra trabalhar com nossas mulheres. (ENTREVISTADA 4).

Neste período, tivemos também algumas alternativas como a Delegacia Virtual, em que a mulher pode fazer o Boletim de Ocorrência de forma remota. Em Minas Gerais tivemos o desenvolvimento de aplicativos como o “MG Mulher” que auxilia no processo de localização das redes de apoio próximas ao local em que as mulheres estejam sofrendo violência, seja nos ambientes domésticos ou nas vias públicas.

Porém, mesmo com esses avanços não podemos desconsiderar a questão das limitações no acesso à internet para a classe trabalhadora brasileira, conseqüentemente para as mulheres, principalmente no meio rural. Uma das trabalhadoras rurais entrevistadas ressalta

---

Isso somando ao outro desafio apresentado anteriormente em relação aos crimes de feminicídios que são computados como homicídios femininos.

essa dificuldade em relação ao acesso às tecnologias, ao apontar que: “[...] Hoje, por exemplo, a dificuldade é maior, por causa da tecnologia, muitas de nós convive com pessoas que não tem nem sequer um celularzinho, tem que conviver com a tecnologia a partir de agora, então a dificuldade da mulher é em todos os setores.” (ENTREVISTADA 1). Ou seja, se há muitas que não tem um aparelho de celular, conseqüentemente não tem acesso à internet, limitando a possibilidade de uso de aplicativos.

A entrevistada 8 faz uma afirmação acerca do quanto da violência é cotidiana, “Aumentou foi a queda das máscaras. Ela sempre esteve em um nível muito elevado, só que com a informação chegando à população, as pessoas vão se encorajando, então, aumentou foi as denúncias, as descobertas da violência”. (ENTREVISTADA 8). A percepção dessa trabalhadora rural é central para análise da nossa pesquisa: a prática da violência ela sempre existiu e o que estamos presenciando de forma mais intensa, segundo ela, são as denúncias, ou seja, os crimes estão tendo mais visibilidade.

Ao afirmar que o aumento se deu foi na “queda das máscaras”, a entrevistada está nos auxiliando a identificar que mesmo com todos os desafios, o silêncio está sendo rompido aos poucos, e ainda tem muito por romper. Ou seja, que há visibilidade, que a realidade, que a verdade está sendo vista, e que a violência está sendo desmascarada. Ela ainda nos traz dois elementos importantes para o processo de enfrentamento à violência: coragem e acesso à informação. Condições imprescindíveis para mobilizar as mulheres a acessar as políticas públicas já instituídas e ainda não consolidadas, bem como, fortalecer os processos de lutas sociais para conter os ataques aos direitos conquistados. Como demonstram os trechos de entrevistas nas quais elas denunciam a ausência de aparato de estado no Vale do Jequitinhonha.

A partir dos trabalhos junto às redes de enfrentamento à violência contra as mulheres na região do Vale do Jequitinhonha, identificamos que no intervalo de um ano, entre agosto de 2020 a setembro de 2021, tivemos o total de 13 feminicídios<sup>66</sup>, nos seguintes municípios, Divisópolis (1), Itaobim (1), Araçuaí (1), Divisa Alegre (1), Medina (2) Salto da Divisa (1), Carai (4), Bandeira (1), Jequitinhonha (1). O que aponta uma projeção de que há mensalmente pelo menos uma ocorrência de crime de feminicídio na região. Perante esses dados dos

---

<sup>66</sup> Esses dados foram levantados pela articulação do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Baixo Jequitinhonha e do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha, sendo expressão de uma parcela da totalidade.

municípios do Vale, cabe destacar o episódio do município de Caraí em que todos os 4 óbitos aconteceram somente durante mês de maio de 2021. O que representa um cenário extremamente assustador, impondo vários desafios para o cotidiano da atuação dos órgãos públicos e das instituições da sociedade civil, mas ao mesmo tempo, ocasionando a realização de ações preventivas de forma mais continuada, promovidas por vários segmentos do poder público local, tanto da esfera executiva quanto do âmbito legislativo.

Após todos esses dados<sup>67</sup> analisados anteriormente, trazendo dados nacionais, estaduais e regionais/municipais, fazemos a seguinte indagação: E os registros da violência doméstica no campo? Identificamos que em nenhuma das duas bases de dados pesquisada é fornecida a informação da violência doméstica sofrida por mulheres do campo. Considerando que são bases de dados de referência nacional e estadual acerca do conteúdo dos crimes de violência doméstica. Todos os dados analisados são importantes e nos permite fazer várias análises, porém não nos possibilita compreender, pelo menos quantitativamente falando, os registros que ocorrem no meio rural, no que compete a violência doméstica.

Isso é um elemento que aponta um desafio central acerca da temática da violência doméstica contra as mulheres no campo: ter um panorama da caracterização dessa problemática. A entrevistada 1 traz uma colocação que justamente evidencia essa questão:

**[...] Ninguém tem o diagnóstico de quantas mulheres rurais, ninguém, estão assim. [...] Até hoje, pra chegar no meu conhecimento, não tem, que eu saiba não, pode ser que tenha né, não sei hoje tem muitos meios de fazer pesquisa, mas até mim, que eu saiba, não tem. Porque nem aqui no município, eu não consegui fazer esse levantamento. E olha que eu tentei e não consegui, então, a diferença é essa, a violência urbana, ela tem visibilidade, porque um vizinho vê, né, alguém sente, e no campo ninguém vê nada, ninguém sente nada, o medo toma conta e elas acabam calando e consentindo.** (ENTREVISTADA 1- grifos nossos).

A percepção dessa liderança trabalhadora rural e a realidade dos dados analisados reforçam o quanto é preciso fomentar pesquisas que busquem elucidar os dados da violência doméstica no campo. A caracterização dos dados é um passo fundamental para estudar as particularidades do fenômeno e assim construir estratégias conjuntas para enfrentá-lo cotidianamente. Além disso, a reflexão da entrevistada 1 suscita a análise acerca também da

---

<sup>67</sup> A partir das fontes do 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2021 com dados nacionais e estaduais referentes aos anos de 2019 e 2020 e do Relatório Técnico dos Diagnósticos Semestrais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil dentre o período de 2018 a 2020,

necessidade dar mais visibilidade para a realidade da violência, que segundo ela, precisa ser mais discutida, de modo que rompa com o medo que acarreta o silenciamento e consentimento perante os crimes de violência doméstica.

Nesse sentido a pesquisa visa contribuir para elucidar esses processos históricos de invisibilidade e naturalização da violência, a partir da percepção das mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas pertencentes a municípios do Vale do Jequitinhonha. Tendo por referência a dimensão étnico-racial, o processo investigativo envolveu a ruptura com a concepção de um feminismo universal, no diálogo com as feministas negras nacionais e internacionais, foi possível ouvir as vozes das mulheres negras entrevistadas, ainda que nelas, tenhamos os atravessamentos institucionais de embranquecimento via mito da democracia racial. Nelas outras vozes são ecoadas, nos permitindo fazer coro às denúncias raciais, sexuais e sociais que seus relatos expõem.

Assim, passos fundamentais para isso se dão ao resgatar as memórias das lutas e romper com o silêncio e a invisibilidade. O que é reafirmado por Lima (2013), ao demarcar que,

[...] a memória dos que foram silenciados, àqueles que, resistindo à violência e à segregação, nos dizem que é necessário rever a história, narrar o que foi silenciado, para construir outro porvir. Que os sons aqui retratados possam fazer emergir outras narrativas. (LIMA, 2013, p.6)

Para semear, plantar e colher essas outras narrativas torna-se primordial a construção da luta feminista como estratégia de rompimento com o patriarcado cotidianamente, na busca pelo esforço de cultivar relações de gênero mais saudáveis e respeitadas e na formação de uma consciência crítica que não reproduza padrões de dominação. Tendo como centralidade, que a luta feminista só avança quando caminhada junto com a luta antiracista, por isso, as contribuições do feminismo negro é imprescindível para o movimento feminista.

#### **1.4 A luta feminista como estratégia de enfrentamento ao sistema capitalista patriarcal racista**

*“Se a história do feminismo é pouco conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada”. (DUARTE, C. L.)*

Tendo em vista todo o sistema de exploração e violência que impõe várias desigualdades para a vida das mulheres, é notório, que o sujeito oprimido se movimenta e

articula para superar as condições de opressão. Nesse sentido, as mulheres resistem e travam lutas intensas ao longo dos séculos para serem tratadas como sujeitos sociais e terem seus direitos garantidos.

Nossa história vem com um passado marcado pela violência contra as mulheres negras e indígenas, violência sexual, física, moral e psicológica, em que a classe dominante construiu mecanismos para tentar podar as formas de resistência cultural e religiosa dos povos negros e indígenas, tentando apagar os saberes ancestrais; mas o povo segue na resistência diariamente, fazendo da cultura e arte, estratégias para isso.

Nesta parte vamos refletir acerca de alguns apontamentos sobre a construção do movimento feminista enquanto estratégia de resistência das mulheres para enfrentar o sistema de dominação-exploração. Traremos apontamentos sobre as lutas pelo direito ao voto e pelo acesso à educação, a partir de Duarte (2019), Fraser (2019), Alves & Pitanguy (2007), além de trazer algumas contradições entre o movimento feminista e movimento negro, a partir das contribuições de Hooks (2019), Gonzalez (2020) e Carneiro (2019). Acerca do tema do movimento feminista teremos algumas contribuições de Saffioti (2013) e traremos apontamos da importância da luta feminista no Vale do Jequitinhonha, considerando que em muitos locais tem-se a identidade mais usual do termo movimento de mulheres.

De acordo com Duarte (2019), as mulheres precisavam, primeiramente, ser consideradas sujeitos, afinal, foram séculos de destituição de nossa humanidade, a naturalização da subalternidade das mulheres, principalmente as mulheres negras, seres pensantes e com inteligência para, posteriormente, apontarem a emancipação política. Era fundamental construir alternativas para que as mulheres brancas pudessem ser vistas para além da função historicamente imputada a elas, de mãe e esposa.

Um passo primordial para esse processo foi o acesso à educação e às possibilidades de exercer a escrita sobre as suas realidades e sua condição de vida. Por isso Duarte (2019, p. 27), aponta que “[...] na origem a literatura feminina no Brasil esteve ligado sempre a um feminismo incipiente”. Em uma sociedade em que o acesso às instituições públicas, a possibilidade de formação profissional/técnica e a ocupação de espaços políticos eram voltados somente para os homens brancos, as condições para que as mulheres pensassem e refletissem sobre sua condição de vida subalterna eram muito difíceis.

O movimento feminista entendido enquanto organização internacional das mulheres no enfrentamento à dominação masculina teve no Brasil forte influência européia. Uma

mulher brasileira que nos marcos do século XIX contribuiu para traduzir para a língua portuguesa as ideias feministas advindas da Europa foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885) nascida no Rio Grande do Norte, tendo escrito o Livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos homens” (1832), inspirado nos artigos “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” de Olympe de Gouges.

Duarte (2019) em seu artigo “*Feminismo: uma história a ser contada*”, traz a memória de várias mulheres<sup>68</sup> que ousaram lutar e que através da escrita ocuparam alguns espaços na imprensa conseguindo publicar artigos sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres, principalmente em relação ao direito ao acesso à educação, ao voto, ao trabalho fora de casa, denunciando as contradições presentes na estrutura do matrimônio.

Cabe pontuar que, o acesso a educação e a escrita/leitura não é apenas uma responsabilidade do estado, mas também e, sobretudo, pelas instituições que assumem o compromisso pela democratização social, nesse sentido, a educação implica o exercício também do fazer sindical na luta pelo reconhecimento social da mulher trabalhadora rural, sobretudo da mulher negra, em sua longa trajetória de opressão social.

Ao falar de educação estamos nos referindo, não somente a educação considerada formal, mas também os processos formativos acerca de legislações e da caminhada de luta por direitos, que correlacione com o entendimento das opressões que são impostas sobre as mulheres. E dessa forma podendo estudar para compreender os mecanismos de opressão de raça, classe e de gênero, entendendo os sustentáculos do mito da democracia racial, fortalecendo as múltiplas identidades étnico-racial, social e sexual.

Bertha Lutz foi uma referência da luta feminista no Brasil, principalmente na atuação em defesa do sufrágio universal. Ela fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que posteriormente daria fruto para a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Bertha participou de eventos internacionais do movimento sufragista, promovendo articulações e proferindo discursos nos espaços parlamentares, buscando defender do direito do voto feminino.

---

<sup>68</sup> Dentre as mulheres citadas pela autora, destacamos algumas, como a Francisca Senhorita de Mota Diniz que produziu a obra “*O Sexo Feminino*”, apontando que o grande inimigo das mulheres é a “ignorância dos seus direitos” e que a “ciência dos homens” fazia questão de manter, reproduzir e sustentar. Outra mulher foi Josefina Álvares que conseguiu em 1878 encenar uma peça teatral sobre o voto feminino, que depois foi publicada em livro. Segundo Duarte (2019), Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista protestando e denunciando a insensibilidade masculina perante as bandeiras de luta das mulheres.

Na luta do movimento feminista no Brasil, um marco histórico relevante foi o episódio da primeira prefeita eleita, em Lages (Rio Grande do Norte), Alzira Soriano<sup>69</sup> em 1929. Momento em que o voto no Brasil ainda não era garantido, mas que foi autorizado pelo governador do estado, Juvenal Lamartine, em 1927.

A conquista do voto feminino veio com o Código Eleitoral de 1932, sendo promulgado na Constituição Federal de 1934. Período em que o Brasil tinha sido o 4<sup>a</sup> país a conceder o voto feminino, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador. Porém em 1937, com o Estado Novo e o golpe de Getúlio Vargas, instaurando a ditadura Vargasista, foram impedidos, os homens e as mulheres de exercer o direito ao voto. O que ocasionou para as mulheres a possibilidade de votar somente a partir de 1945, tendo esse direito proibido também no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Esse contexto histórico evidencia o quanto a luta pelo sufrágio universal foi longa e complexa, segundo Alves (2019, p.60),

[...] Foram setenta anos de luta nos Estados Unidos, sessenta na Inglaterra; e quarenta no Brasil, sempre enfrentando uma oposição de sofismas jurídicos, argumentos moralistas, ridicularização e violência policial, ações com intuito de impedir ou retardar o exercício desse elementar direito de participação democrática e cidadã: votar e ser votada.

Quanto às décadas de luta pontuadas por Alves (2019), acreditamos que seja uma marcação histórica por conta dos episódios oficiais, o que não desconsidera que a pauta do direito ao voto já era sinalizada em períodos anteriores. Não podemos perder de vista as diversidades de formas e tentativas para barrar essa conquista do direito ao voto feminino, sustentadas por aparatos jurídicos, ideológicos e morais.

Para Alves & Pitanguy (2007, p. 47), “A luta pelo voto feminino não teve as características de movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra”. O que já evidencia um desafio em relação ao envolvimento das demais mulheres, principalmente as mulheres, mas também uma dificuldade de construção de narrativas, de identidades e de constituição de pautas que contemplassem as mulheres negras, que se elas reconhecessem. Uma vez que há diferenças de realidades entre as mulheres brancas e as mulheres negras no Brasil.

---

<sup>69</sup> Alzira Soriano derrotou o seu adversário com 60% dos votos, chegando a ser a primeira mulher prefeita da América do Sul. Episódio que efervesceu as sufragistas que se mobilizaram para que o mesmo fosse feito nos demais estados.

Além disso, Carneiro (2019) nos auxilia entender que no período histórico em que muitas mulheres brancas estavam nas ruas defendendo o direito ao voto e a trabalhar fora, as mulheres negras estavam sendo tratadas como coisa, como instrumento de trabalho, ainda nas senzalas e nas casas-grandes.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados. (CARNEIRO, 2019, p. 314).

Essa contribuição da autora rompe literalmente com qualquer narrativa linear do movimento feminista, e escancara o quanto reproduzimos cotidianamente o discurso da fragilidade das mulheres e ao mesmo tempo apontamos para pautas e narrativas da luta das mulheres somente a partir de uma visão eurocêntrica das mulheres brancas e da classe dominante. A autora constrói uma narrativa contra hegemônica acerca da concepção tradicional da luta feminista, deixando claro o quanto as mulheres negras já estavam ocupando os espaços de trabalho fora e para além do ambiente doméstico, sendo exploradas no trabalho pelas senhoras da casa grande e sofrendo violência sexual pelos senhores de engenho. E ao mesmo tempo trazendo a necessidade de pensarmos a questão do feminismo negro.

Ao encontro dessa reflexão temos a colocação de Saffioti (2013) ao pontuar que:

Não há dúvida de que o movimento feminista brasileiro – e, dentro daqueles que se desenvolveram na mesma linha ideológica, sobretudo liderado por Bertha Lutz – desempenhou funções de uma força social construtiva. Conquanto não tenha obtido pleno êxito e nem tenha contado, mesmo na sua fase de apogeu, com adesão de grandes massas femininas [...]. (SAFFIOTI, 2013, p.382).

Essa ponderação da autora só evidencia a postura de distanciamento histórico e classista que o movimento feminista branco teve da realidade e do cotidiano das mulheres negras.

Determinadas leituras históricas pontuam a luta do feminismo no Brasil através de três ondas, que podem ser considerados, três marcações históricas para melhor situar os

episódios travados na busca pela conquista dos direitos das mulheres. O contexto do movimento sufragista, da luta pelo direito ao voto, demarcou uma das primeiras etapas (denominada de primeira onda) do feminismo, situada principalmente ao longo do século XIX e início do século XX. Ressaltamos que esses três momentos históricos não expressam uma narrativa linear e estão associados principalmente a um protagonismo das mulheres brancas.

Um segundo momento histórico do movimento feminista foi demarcado principalmente nas décadas de 1960 e 1970, contexto que ocupava a centralidade das lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos, as discussões sobre os direitos os nossos corpos (com o mote “nosso corpo nos pertence”), ampliando as reflexões sobre as liberdades sexuais e consequentemente a luta pelo direito ao divórcio. Nesse período histórico, a ONU declara em 1975 como o Ano Internacional da Mulher, desencadeando uma amplitude de diálogos sobre os direitos das mulheres.

Um marco importante foi criação da primeira Delegacia dos Direitos da Mulher e do primeiro Conselho de Defesa da Mulher em 1985, ambos em São Paulo.

[...] focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa ‘interseccional’ que é amplamente aceita hoje. As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Dessa maneira, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram a ideia monista e economicista de justiça por uma compreensão tridimensional mais ampla, que envolve economia, cultura e política. (FRASER, 2019, p. 32).

As contribuições teóricas de Fraser (2019) elucidam o avanço relevante da compreensão do movimento feminista neste período considerado da segunda onda. Sendo elementos constitutivos de uma análise estrutural do patriarcado e da complexidade das suas manifestações e dos seus mecanismos de reprodução.

Nesse contexto teremos um terceiro momento histórico por volta do período de 1990 e início dos anos 2000, no qual, busca-se a construção das políticas públicas para as mulheres e na estruturação dos serviços públicos prestados para elas. Um marco fundamental neste período foi a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), ambas criadas no ano 2000. A primeira com o protagonismo das mulheres do campo e a segunda com uma atuação maior das mulheres urbanas, porém ambas trazem um leque de pautas de

lutas acerca dos direitos das mulheres, correlacionando com a defesa do meio ambiente e da sobrevivência dos seres humanos no planeta.

Não podemos deixar de pontuar as contradições presentes no movimento feminista, a partir da inserção das mulheres negras na formulação teórica acerca do feminismo negro e da necessidade de o movimento feminista colocar em debate as questões raciais, para Hooks (2019) tais debates apontam para a solidariedade tão sonhada e tão poderosa. A autora sinaliza primeiramente que há disputas em relação a concepções de sociedade no âmbito do movimento feminista, uma visão mais reformista da ordem vigente e outra visão que aponta mudanças radicais e revolucionárias da estrutura social, econômica e política que vivemos.

Uma questão que coloca em evidência essas diferentes concepções, diz respeito à atuação de mulheres brancas com determinadas condições privilegiadas e das mulheres negras, ambas dentro do movimento feminista. Hooks (2019) aponta que as mulheres brancas traem a luta feminista quando se comportam de forma indiferente ao que dela denomina de “feminização da pobreza”. Ou seja, a luta feminista precisa incorporar enquanto bandeira de luta, as pautas de assistência social às mulheres, e das mulheres negras contra a fome e contra as dificuldades de sobrevivência das mulheres neste sistema capitalista.

Nesse sentido, a autora salienta que

Dadas as mudanças de realidade de classe em nossa nação, o aumento da disparidade entre os ricos e pobres e a contínua feminização da pobreza, precisamos desesperadamente de um movimento feminista radical de base, fundamentada na força que teve no passado, incluindo os ganhos positivos gerados pelas reformas [...]. (HOOKS, 2019, p. 73)

Se a defesa de Hooks ecoa nos EUA, no Brasil, são as mobilizações do Movimento Negro Unificado<sup>70</sup> e das teóricas feministas negras que irão mobilizar as críticas a feminização da pobreza (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2019). No contexto após a Constituição Federal que prevê legalmente a equidade de gênero e a democratização dos direitos sociais às mulheres brancas e negras.

Por isso é fundamental que o movimento feminista abarque a amplitude de pautas políticas que atinge a vida das mulheres da classe trabalhadora em sua diversidade, e assim

---

<sup>70</sup> O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, ou posteriormente denominado MNU) foi criado em 1978, na qual segundo GONZALEZ (2020, p.116), tiveram dois eventos que: “[...] foram decisivos para a criação do MNUCDR: a tortura e o assassinato de um operário negro, Robson Silveira da Luz, por policiais do 44º Distrito Policial, de Guainazes, na noite de 28 de abril de 1978 (‘Eles nos privaram da dignidade’, repetiu Robson no seu leito da morte), e a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê por causa da sua cor (divulgada pela imprensa de São Paulo em 17 de maio de 1978).”

“enegrecer o feminismo” (Carneiro, 2019). O que se apresenta como um desafio, uma que vez que,

[...] a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). (GONZALEZ, 2020, p. 268)

Perante o exposto, reafirmamos o quanto foi e é necessário o movimento político social do feminismo para a vida das mulheres e compreendemos que para enfrentar a violência é fundamental que elas estejam auto-organizadas. Porém, não podemos perder de vista que a emancipação das mulheres em sua totalidade exige o enfrentamento ao sistema capitalista patriarcal de supremacia branca que se sustenta e se nutre através das desigualdades em sua dimensão social, racial e de gênero.

Os conflitos marcaram o processo de produção social e histórico dessa região que passa ser denominada como Vale do Jequitinhonha no século XX. Esse processo foi marcado por resistências em que o povo se reinventou para enfrentar diariamente as dificuldades advindas das desigualdades sociais, produzidas pela expropriação da terra, do trabalho e dos bens comuns da classe dominante. Através da cultura, da religiosidade popular (batuques, novenas, folias de reis, festas de santos, benzeção, rezas), da arte da música (nos corais e no artesanato, no barro, na madeira, nos bordados e nas tecelagens), as mulheres vão construindo o jeito de manter e preservar os seus costumes e tradições, como formas para conseguirem sobreviver e superar os desafios.

No Vale do Jequitinhonha, a luta feminista se deu muito mais no âmbito da identidade, enquanto movimentos de mulheres, a partir de trabalhos comunitários e sociais, envolvendo as ações e mobilizações das trabalhadoras rurais, em atividades das comissões de mulheres dos sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e dos processos organizativos das marchas das margaridas. Contexto de forte influência da Igreja Católica na promoção e nas construções de projetos sociais junto às mulheres.

Temos diversas experiências de iniciativas de auto-organização das mulheres na região, através de associações formadas por grupos produtivos, dos encontros do Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha organizado pela UFMG em parceria com as instituições locais, movimentos de mulheres quilombolas, encontros de mulheres em eventos culturais,

grupos de mulheres na política, fóruns regionais de enfrentamento à violência, dentre outros. Experiências importantes, mas que não necessariamente se identificam enquanto organizações coletivas de mulheres feministas auto-organizadas.

Após esse percurso de reflexão feito até então, envolvendo a discussão sobre a categoria patriarcado, a interligação entre gênero, raça e classe, as análises do fenômeno da violência doméstica e os apontamentos da importância da luta feminista, iremos analisar no próximo capítulo sobre a formação social do campo brasileiro e do Vale do Jequitinhonha. Buscando correlacionar como o patriarcado, as relações sociais de gênero e de raça, e como as várias formas de violência de reproduzem no campo, a partir de algumas referências teóricas e principalmente por meio da percepção das trabalhadoras rurais entrevistadas pela pesquisa.

## 2 – FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: QUESTÃO AGRÁRIA, ASPECTOS REGIONAIS, SINDICALISMO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES

### 2.1 – Formação Social brasileira: povo brasileiro, modo de produção escravista colonial e classes sociais agrárias

*Ninguém ouviu. Um soluçar de dor. No canto do Brasil...Um lamento triste, sempre ecoou. Desde que o índio guerreiro, foi pro cativo e de lá cantou. Negro entoou... Um canto de revolta pelos ares. No Quilombo dos Palmares, Onde se refugiou. Fora à luta dos Inconfidentes, Pela quebra das correntes, Nada adiantou. (DUARTE, M; PINHEIRO, P.C)<sup>71</sup>*

Nesta primeira parte do capítulo 2 trataremos algumas reflexões sobre a formação do povo brasileiro a partir das contribuições de Ribeiro (2006) e do povo amefricano com a concepção original de Gonzalez (2020). Dialogaremos sobre o processo de gestação do modo de produção que se estruturou no período da colonização brasileira – o escravismo colonial – a partir da análise da centralidade da categoria escravidão para interpretação da experiência brasileira, contando com reflexões feitas por Gorender (2016).

A partir dos elementos econômicos e sociais do sistema escravista colonial analisaremos a organização das classes sociais agrárias no Brasil, com as contribuições de Ianni (2004), Fernandes (1987) e Martins (2018). Após esse contexto histórico faremos uma breve reflexão acerca de elementos constitutivos da formação da república brasileira dialogando com Carvalho (2017).

Ao pensar a formação social brasileira é fundamental refletirmos acerca do processo de conformação do povo brasileiro, permeando a análise de como se constituiu as relações sociais entre as três matrizes de gestação do nosso povo – a matriz tupi (indígena), a matriz negra (africana) e a matriz lusa (européia), na qual as três matrizes construíram o Brasil. Ribeiro (2006) na sua obra “O Povo Brasileiro” traz contribuições ao apontar que nos constituímos enquanto um povo “novo” que não era somente indígena, negro ou europeu, mas que fomos frutos de relações inter-raciais entre os três povos. Relações essas, baseadas na violência e no conflito.

---

<sup>71</sup> A canção o “Canto das Três Raças” foi composta por Mauro Duarte (música) e Paulo César Pinheiro (letra), sendo gravada em 1976 por Clara Nunes.

Nós somos um povo que surgiu do estupro sofrido pelas mulheres indígenas e negras cometidos pelos brancos europeus. Isso significa que nascemos enquanto povo já com a marca da violência e de um processo de mestiçagem cruel e perverso, sustentado pelo discurso do branqueamento, em meados do século XIX. E a forma como foi encarada a mestiçagem sustentou o racismo, conforme aponta Ribeiro (2006).

A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada. [...] Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela encerra. Não o é também, obviamente, porque a própria expectativa de que o negro desapareça pela mestiçagem é um racismo. (RIBEIRO, 2006, p. 207).

Em nosso país a mestiçagem foi permeada por uma construção ideológica, política, moral, científica e religiosa de que quanto mais aproximar-se do padrão branco melhor seria, pois a imagem do negro era associada como negatividade. Ribeiro (2006) reforça a crítica ao mito da democracia racial, ao qual temos nos referido ao longo deste trabalho, evidenciando a importância de compreender que não vivemos uma democracia racial e de que as consequências da mestiçagem não podem ser mantidas.

O referido autor salienta a relação de alteridade entre os povos que constituíram o povo brasileiro, na qual envolve a conexão de influências culturais e territoriais entre os três continentes – América, África e Europa.

A história do Brasil é, por isso, a história dessa alteridade original e das que a ela se sucederam. É ela que dá nascimento à primeira civilização de âmbito mundial, articulando a América como assentamento, a África como provedora de força de trabalho e a Europa como consumidor privilegiado e como sócio principal do negócio. (RIBEIRO, 2006, p. 253).

Nesse sentido, a formação do povo brasileiro, perpassou pela relação com o território que se situa - a América (com os povos originários, denominados, indígenas com seus saberes ancestrais e ao mesmo tempo com a resistência perante todo massacre sofrido há século); com a África expropriada, sendo os africanos trazidos a partir do rompimento com seus laços ancestrais, para construir com sangue e suor os trabalhos produtivos geradores de riquezas. E da Europa vieram os homens brancos com o objetivo de explorar e extrair riqueza da recente colônia. E é desse conjunto de sujeitos, de territórios e de interesses que o Brasil se formou.

Gonzalez (2020) traz uma contribuição originalmente inédita, tendo em vista, o que tínhamos de formulação teórica no Brasil na época, desenvolvendo a categoria *Amefricanidade*. Para a autora a nossa América Latina, na verdade é uma Améfrica Ladina, carregando a dimensão da América enquanto território que ocupamos e vivemos juntamente com a dimensão da África, tendo em vista, toda a ancestralidade africana presente na cultura do povo negro brasileiro, somando a vivência dos processos de exploração e resistência presentes na latinidade. Por isso para a autora, os povos latino-americanos são *ladino-amefricanos*, defendendo a *ladino-amefricanidade*, que diz respeito justamente às raízes que nos identifica enquanto povo que se forjou a partir de processo de lutas advindos da integração entre os continentes, permeadas de violência e de exploração em várias dimensões, mas também de resistências históricas.

A autora afirma que “A Chamada América Latina, que na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa se apresenta como o melhor exemplo de racismo por denegação”. (GONZALEZ, 2020, p. 130). Com essa colocação a autora evidencia que o termo América Latina é mais uma demonstração no âmbito da linguagem, territorial e ideológica do racismo estrutural que vivemos. Ou seja, uma manifestação que não dá visibilidade para as contribuições que o continente africano deu ao Brasil. Ou melhor, que na verdade nega, exclui e marginaliza essas contribuições que não estão presentes somente na cultura (arte, religiosidade popular, culinária, linguagem etc.) e na história, mas essencialmente na força de trabalho que construiu o país, desde o trabalho nas lavouras agrícolas até nos centros industriais, enfrentando todos os obstáculos da segregação.

Gonzalez (2020) desenvolve a categoria da *amefricanidade* de modo que rompe com os padrões de análise política, sociológica e geográfica, nos auxiliando perceber os diversos outros elementos que compõe a nossa identidade de povo brasileiro.

[...] Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria da amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, o seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos ioruba, banto e ewefon. Em conseqüência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (GONZALEZ, 2020, p. 135).

Nesse aspecto, pensar a categoria amefricanidade é construir uma reflexão histórica que tenha como centro de percepção dos elementos africanos presentes nos processos de

construção da cultura, da sociabilidade, das relações sociais como um todo. Isso representa um constante exercício do sujeito se pensar e ver no mundo. Por isso, para Gonzalez (2020), a linguagem é expressão da preservação da memória, não é por acaso que a autora nos ensina que falamos o “pretuguês”, sendo um dos mecanismos que possibilitou que a mãe preta repassasse vários elementos culturais e lingüísticos, advindos dos seus ancestrais, através do cuidado materno com a criança branca.

Sendo assim, a autora nos permite compreender que a linguagem é uma forma de contribuir na interpretação da realidade vivida, por isso, os seus elementos históricos e culturais se reatualizam, sendo também estratégias de resistência e de sobrevivência. Nesse sentido, Gonzalez (2020), afirma que “toda linguagem é epistêmica”, sendo canal de transmissão e reprodução do conhecimento e dos saberes.

O processo de formação do povo brasileiro está totalmente interligado com o modo de produção econômico que se desenvolveu em nosso país, impondo insistentemente um processo de marginalização do povo negro, que é intencionalmente desigual, conforme afirma a autora:

[...] Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelizado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALEZ, 2020, P. 96).

A partir da breve reflexão sobre o povo brasileiro, ou melhor, o povo amefricano é necessário analisar o modo de produção que se deu em nosso país no período colonial. Partimos da compreensão de que no Brasil, teve-se a experiência do escravismo colonial enquanto modo de produção que moldou uma estrutura de organização da economia agroexportadora, com centralidade na escravidão de negros africanos, na produção especializada baseada na monocultura, voltada para os interesses dos mercados externos e com a reprodução da concentração de terras e de riquezas.

No universo dos pensadores brasileiros que buscaram teorizar acerca desse processo da colonização no Brasil, uma contribuição está nos escritos de Jacob Gorender na obra “O Escravismo Colonial”, que analisou sua gênese, seu desenvolvimento e sua transição para o capitalismo propriamente dito.

O referido autor se situa na perspectiva de análise que contrapõe as linhas teóricas clássicas de interpretação da realidade do que se viveu no período colonial brasileiro,

fundamentadas em três perspectivas distintas: 1) a visão histórica de que vivemos uma sociedade feudal<sup>72</sup>; 2) a interpretação de que houve no Brasil uma sociedade colonial capitalista<sup>73</sup>; 3) a compreensão de uma formação dualista, que assumiu uma análise com concepção intermediária entre as duas primeiras visões<sup>74</sup>.

Ao contrapor essas três linhas de análise para a interpretação do que vivemos no período colonial brasileiro, Jacob Gorender, aponta a necessidade de uma compreensão que tenha um olhar voltado para o sujeito escravizado como elemento central de análise, debruçando sobre a categoria escravidão, sem desconsiderar as especificidades internas do Brasil. Por isso, Gorender (2016, p.54) afirma que “[...] as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora”, ou seja, analisar a nossa realidade a partir do olhar da experiência do que vivenciamos no solo brasileiro, obviamente tendo influência de outros países e continentes.

Nesse aspecto o referido autor contribuiu na formulação de uma tese diferenciada apontando o escravismo colonial, como modo de produção no Brasil no período da colonização. Gorender (2016) ao estudar o período colonial, apresenta os seguintes elementos centrais de análise: 1) o escravismo colonial como modo de produção; 2) a escravidão dos negros africanos; 3) a prática da plantagem. Segundo o autor, perante o conflito existente entre os europeus, que viviam em sociedades feudais, e os povos

---

<sup>72</sup> A linha de análise de que o Brasil possuía uma formação feudal que dava centralidade ao latifúndio, associando este elemento, semelhante ao fenômeno das grandes extensões de terras no feudalismo na Europa, compreendendo o escravismo como questão submersa à formação feudal. Essa perspectiva concentrava a sua análise na classe senhorial que dominava e gestava a sociedade aristocrática racista e patriarcal, legitimada pela reprodução de uma visão de “superioridade” entre brancos e negros – legitimada ora pela análise científica na área da anatomia, como por exemplo, a partir de Oliveira Viana, ora pela concepção antropológica da miscigenação a partir dos estudos de Gilberto Freyre.

<sup>73</sup> A segunda linha de análise adota a visão de que tivemos no Brasil uma formação colonial de base capitalista, concentra a sua análise na perspectiva da estrutura econômica de base exportadora. Uma visão do Brasil como uma colônia de exportação, constituída somente para responder os interesses políticos e econômicos da metrópole portuguesa. Essa leitura teórica traz compreensões voltadas para os estudos dos ciclos produtivos, analisando as particularidades das relações sociais e econômicas em cada ciclo produtivo (pau-brasil, açúcar, ouro, algodão, café).

<sup>74</sup> A terceira linha assume uma perspectiva dualista, considerada por Gorender, com uma interpretação de análise que congrega uma visão intermediária entre as duas linhas teóricas anteriores. Na qual, busca-se sintetizar elementos que se mesclam entre o arcaico e o moderno, advindos de práticas de produção da economia de subsistência coexistindo com a economia de mercado, com relações de produção no âmbito interno e externo.

indígenas, que estabeleciam uma sociedade baseada no “comunismo primitivo”<sup>75</sup>, resultou em um modo de produção diferente, que não poderia ser considerado uma síntese de resultados advindos de características nem do feudalismo e nem do “comunismo primitivo”. Nesse sentido Gorender considera que

[...] o modo de produção feudal dominante no Portugal da época, não se transferiu ao país conquistado. Tampouco os portugueses deixaram subsistir o modo de produção das tribos indígenas nas áreas que, sucessivamente, submetiam ao seu domínio. Resta a hipótese da síntese. O modo de produção resultante da conquista – o escravismo colonial – não pode ser considerado uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil. (GORENDER, 2016, p.84)

Nesse sentido, Jacob Gorender inaugura uma perspectiva de análise, que visa romper com interpretações que reproduzem a transplantação de modelos de produção originários em outras territorialidades e estabelece um contraponto com análises hegemônicas na contemporaneidade que alegam uma visão sintética das experiências trazidas pelos europeus e pela população nativa. O que não quer dizer, que os modos de produção do feudalismo e do “comunismo primitivo”, não tenham deixado influência no processo de formação do escravismo colonial no Brasil.

A fim de compreender melhor a conformação do escravismo colonial, uma categoria de análise fundamental é a escravidão, na qual, para o autor a característica elementar das condições do trabalho escravo é a condição de propriedade do sujeito escravizado por parte de outro ser humano. Nesse sentido, o escravo era considerado coisa, objetivo, ou seja, uma lógica de desumanização. É válido destacar que isso foi legitimado e fomentado pela Igreja Católica, enquanto representação de poder ideológico, político e econômico da época; e posteriormente, pelos aparatos científicos.

Para Gorender (2016, p. 93),

Assim que a escravidão saiu da fase embrionária e mais ou menos acidental nas comunidades primitivas, ganhando, na sociedade já dividida em classes, contornos definidos e institucionalizados, a tendência dos senhores de escravos foi a de vê-los como animais de trabalho.

Ou seja, a escravidão enquanto prática de trabalho se regulariza e assume uma atuação rotineira e institucionalizada para reprodução do sistema, nesse sentido, traz a importância da relação entre o trabalho e o castigo como práticas indissociáveis e

---

<sup>75</sup> Citamos o termo entre aspas, pois é utilizado nas interpretações do marxismo ocidental, porém há críticas em relação a adoção do referido termo, ao empregar a noção de primitivo.

interdependentes. Sendo elementos constitutivos nas relações de desigualdades raciais e sociais presentes desde a colonização até o sistema capitalista na atualidade.

Ao mesmo tempo em que na concepção ontológica do ser social<sup>76</sup>, o trabalho é categoria de análise que permite mulheres e homens se tornarem humanos e diferente dos animais, no sistema escravista o processo de objetificação do escravo é tão intenso, profundo e perverso, que o trabalho é condição elementar de desumanização. Não podemos perder de vista que isso também está presente na estrutura das relações de trabalho no sistema capitalista, bem como, na atualidade, porém com outras particularidades.

Outra categoria de análise fundamental para compreender o modo de produção que se instituiu aqui no Brasil é a forma organizativa da *plantagem*<sup>77</sup>, na qual para o autor possui quatro características centrais: 1) a especialização<sup>78</sup> da produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; 2) o trabalho por equipe sob comando unificado; 3) a coexistência em um mesmo estabelecimento do cultivo agrícola com o beneficiamento do produto mais aperfeiçoado; 4) a divisão do trabalho no âmbito qualitativo e quantitativo.

A prática da plantagem se adequou ao trabalho escravo<sup>79</sup>, advindo da expropriação do povo africano de seu território, justamente por possuir uma disciplina rigorosa com práticas de castigo, com trabalho desumanizado e com atuação permanente de vigilância, bem como, por ter uma direção unificada de trabalho e uma integração entre todas as tarefas constitutivas das etapas da produção agrícola.

A escravidão dos negros africanos se sustentou por conta também da rentabilidade do tráfico negreiro, na qual tinha por um lado os vendedores nos países africanos, que entravam nesta relação sob uma perspectiva de escambo baseado na troca entre produtos por escravos capturados, a partir de uma dimensão do valor de uso; do outro lado o traficante europeu<sup>80</sup>

---

<sup>76</sup>A partir das contribuições de Lukács consideramos a perspectiva de análise do ser social enquanto compreensão do trabalho como elemento constitutivo da essência do ser, que se compreende como humano a partir do trabalho, na relação homem e natureza, presentes no contexto das civilizações em que o ser humano começou apropriar dos bens da natureza para satisfações básicas, como por exemplo, construir um instrumento para caçar. Processo esse que a partir do desenvolvimento do capitalismo, tornou-se cada vez mais alienante e desumanizador.

<sup>77</sup> Gorender prefere o uso do termo *plantagem* ao invés de *plantation*.

<sup>78</sup> Essa especialização está se referindo principalmente a questão do cultivo da monocultura, na qual neste período se deu justamente na produção da cana de açúcar.

<sup>79</sup> Importante considerar que a escravidão dos povos originários apresentava mais obstáculos, pois muitos deles já tinham sido dizimados por vírus e violência extrema, além exercerem a resistência praticando constantes fugas por conhecer melhor o território das matas. Os negros escravizados também realizavam várias práticas de resistência, fugindo do trabalho escravo e constituindo os territórios de quilombo.

<sup>80</sup> Também tendo como aliado econômico e político da Igreja.

que atuava na troca sob uma perspectiva mercantil, com uma dimensão comercial, de valor de troca.

A dupla dimensão do tráfico de africanos escravizados possibilitou as condições lucrativas para a fase do capitalismo mercantil no contexto brasileiro pelo qual se passava a metrópole portuguesa. Somado ao processo de que o negro escravizado era ao mesmo tempo força de trabalho que atuava na produção da cana e também bens de produção (instrumento de trabalho) apropriados pelos senhores como mercadoria.

O processo de formação social do Brasil foi marcado por um elemento histórico estrutural, no qual a relação de apropriação da terra se dava de forma inversa à natureza do trabalho. Ou seja, no período do escravismo colonial a terra era constituída de forma “livre”<sup>81</sup>, não sendo estabelecida ainda enquanto mercadoria, por mais que representava uma renda capitalizada.

Em compensação, o negro visto como objeto (como “não humano”) e como mercadoria, sendo tratado como propriedade do homem branco colonizador, considerado um instrumento de trabalho para geração de riqueza, e ainda podendo ser morto, torturado e punido por seu ‘dono’. Com a abolição da escravatura e a ascensão do período republicano, o sujeito escravizado se torna “livre”<sup>82</sup>, porém, a terra se torna mercadoria, podendo ser acessível somente por meio da compra<sup>83</sup>. É válido ressaltar, que a abolição da escravidão, não acabou totalmente com o trabalho escravo. O que se findou foi a legalização da escravidão enquanto um regime, o que não quer dizer necessariamente que as práticas de trabalho escravo foram totalmente sucumbidas<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> O termo “livre” aqui se refere ao patamar do fato de que a terra ainda não era estabelecida legalmente como mercado. O termo não quer dizer que a terra era de livre acesso para a população que aqui habitava. Não podemos desconsiderar que as terras brasileiras no período colonial foi expropriada dos povos originários pelos colonizadores europeus que por via das violências lhes impuseram o modelo patriarcal e seus modos de funcionamento, além do seu acesso ser cerceado para as populações negras.

<sup>82</sup> Ressalta-se que a noção de liberdade aqui diz respeito somente ao âmbito legal da extinção da escravatura, sabemos que a real liberdade do povo negro é uma conquista em constante processo de luta.

<sup>83</sup> A Lei de Terras no Brasil de 1850 foi um marco central para o debate da Questão Agrária Brasileira, pois se constitui em um processo em que a terra se torna mercadoria. Episódio que reordena as relações de posse, apropriação, acesso e uso da terra no Brasil. Essa questão está diretamente relacionada com o processo de escravização existente no território brasileiro.

<sup>84</sup> As práticas de trabalho escravo atravessaram o século XX, persistindo no século XXI, porém com novas roupagens. Segundo Relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2019 sobre trabalho escravo, foram registrados no Brasil, no referido ano, um total de 880 denúncias de trabalho escravo. Sendo Minas Gerais o estado que mais realizou 392. Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14174&catid=12&m=0> (acesso em 11 de abril de 2021).

Nesse sentido o modo de produção econômico do escravismo colonial no período do Brasil - Colônia gestou as bases do processo da formação social do nosso país na qual a prática da escravidão e a estrutura fundiária calcada no latifúndio foram incorporadas como parte constitutiva da plantagem enquanto unidade produtiva através do engenho, que exercia desde o cultivo da cana de açúcar até a transformação da matéria-prima para exportação, sob os moldes de uma produção de base monocultiva.

Segundo Gorender (2016), esse contexto da exploração das colônias que estabeleceram relações de subordinação econômica e política à Europa Ocidental, permitiu desenvolver o colonialismo da época moderna a partir da “expansão comercial ultramarina que entrelaça todos os continentes e cria, pela primeira vez, o mercado mundial” (GORENDER, 2016, p. 142), contribuindo para a aceleração do desenvolvimento do capitalismo, e colocando o Brasil nessa rota de exploração, sob o marco das relações de dependência do mercado externo. A partir das contribuições do referido autor para analisar o sistema econômico no Brasil colonial, é importante refletir sobre as composições das classes sociais agrárias neste percurso histórico.

Acerca do processo de formação das classes sociais no campo, Ianni (2004) traz reflexões sobre formas organizativas que se gestaram envolvendo a busca por condições de vida digna no meio rural, na qual, o autor cita quatro experiências: o messianismo<sup>85</sup>, o cangaço<sup>86</sup>, as ligas camponesas<sup>87</sup> e o sindicato rural<sup>88</sup>. Fruto de um contexto de enormes contradições sociais, permeado por condições de miserabilidade, pela expropriação de terras, relações de poder autoritárias e concentradas, na qual o povo resistia e buscava alternativas de várias formas para sobreviver.

Para o autor, a história do trabalhador agrícola brasileiro, perpassou a fase do negro escravizado que se tornou lavrador e posteriormente passou a ser o operário rural, na qual, a agricultura passou a servir “[...] largamente à indústria, como lugar do estoque de uma parte importante do exército industrial de reserva”. (IANNI, 2002, p. 161). Com uma relação estreita entre campo e cidade, o campo é o lugar do que abastece cidade com uma

---

<sup>85</sup> Consistiam em manifestações religiosas por meio de procissões, romarias que representavam através da prática religiosa as necessidades de acesso à terra, de condições de alimentação etc. Ex: Contestado, Canudos, Catulé. Para saber mais ver em *Origens Agrárias do Estado Brasileiro* de Octávio Ianni (2004).

<sup>86</sup> Manifestações violentas em resposta a estrutura também violenta do poder dos fazendeiros latifundiários, perante as dificuldades socioeconômicas da época, principalmente na região do sertão brasileiro. Para saber mais ver em *Origens Agrárias do Estado Brasileiro* de Octávio Ianni (2004).

<sup>87</sup> Sobre as Ligas Camponesas será abordado melhor no ponto 2.2.

<sup>88</sup> Sobre o sindicato rural será explanado mais diretamente no ponto 2.4.1

industrialização tardia, em que o trabalho se vê forçado a migrar em busca de oportunidades de trabalho, e daí decorre os longos processos do êxodo rural. Dessa forma, o meio rural se constitui como esse lugar das ausências, pela falta de infraestruturas e de promoção dos investimentos do Estado, em que não se pensa estratégias de desenvolvimento<sup>89</sup> de modo que realmente inclua o povo no processo de decisão e de participação.

No âmbito da análise das composições das classes sociais agrárias, Ianni (2004) aponta que

Em síntese o processo de conversão do lavrador em proletário, enquanto categorias políticas, envolve as seguintes condições: 1) o desenvolvimento das forças produtivas, tais como capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado aos movimentos do mercado nacional e internacional de produtos tropicais, gêneros alimentícios e matérias-primas para fins industriais; 2) a transformação das relações de produção, conforme essas relações se exprimam na expropriação de trabalhadores como o colono, morador, agregado, seringueiro, meeiro, parceiro, empreiteiro, renteiro, assalariado, peão, volante e outros; 3) a ‘superação’ do messianismo e do cangaço pela liga camponesa e o sindicato rural, como formas de organização e compreensão das condições de existência social do trabalhador rural. (IANNI, 2004, p.129/130).

Considerando o termo operário/proletário rural, enquanto trabalhador rural, para o autor o processo de conformação do trabalhador, envolve analisar a dinâmica do desenvolvimento do capital, que impõe a lógica capitalista de produção, influenciando o modo de funcionamento da exploração da força de trabalho, do regime e das condições de trabalho nas cidades, nas formas de ocupação dos centros urbanos. Somado às várias formas de trabalho no campo, desde a relação de contrato até as formas de vínculo com a terra. Bem como, também as formas organizativas de resistência, em que as ligas camponesas e o sindicato rural tiveram destaques ao longo desse processo. Por isso, “o capitalismo, ao mesmo tempo em que destrói ou modifica formas camponesas, recria formas camponesas de organização e trabalho”. (IANNI, 2004, p. 151).

Para analisar as classes sociais agrárias, além de pensar a conformação da classe trabalhadora é importante refletirmos sobre a classe dominante agrária e como a oligarquia e a burguesia convergiram-se seus interesses políticos e econômicos. Nesse aspecto Fernandes (1987) contribui significativamente ao caracterizar as movimentações dessas classes e como

---

<sup>89</sup> Acreditamos que pensar os processos de desenvolvimento no campo é uma questão que envolve múltiplas discussões na qual não é o nosso foco de análise, mas que envolve também o protagonismo das mulheres.

isso moldou a identidade da elite brasileira, ao mesmo tempo fragilizou o caráter nacional da nossa formação social.

Para Fernandes (1987), no período de ascensão do capitalismo no Brasil,

[...] a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável; e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (FERNANDES, 1987, p. 204).

Ou seja, os fazendeiros oligarcas que concentravam o poder no regime do escravismo colonial, conseguiram adaptar muito bem ao novo sistema capitalista vigente. Não foram destituídos pela classe burguesa, ao contrário em certa medida se fundiram, para garantir seus interesses e dessa forma “o arcaico e o moderno”<sup>90</sup> caminham juntos na formação social do Brasil. Por isso, vamos ter presentes ao mesmo tempo em esferas produtivas agrícolas, o desenvolvimento de tecnologias, acompanhadas com práticas de trabalho análogo à escravidão. O trabalhador rural não é escravo do senhor, mas trabalha como agregado em suas terras coloca o fazendeiro para ser padrinho dos filhos e vota no candidato que ele pedir.

A burguesia brasileira para Fernandes (1987)

[...] não assume o papel de ‘paladina da civilização ou de instrumento da modernidade’, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe seja vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. (FERNANDES, 1987, p. 204).

Nesse sentido, para a burguesia recentemente constituída no Brasil neste período de ascensão do capitalismo, não foi interessante romper com as relações de poder que a oligarquia possuía, era mais favorável manter antigos mecanismos de poder, não se preocupando em construir relações modernizantes. Tendo como conseqüências um processo de industrialização tardia e a formação de uma base produtiva essencialmente calcada na produção de bens primários, essencialmente voltados para o mercado externo. Ou seja, a

---

<sup>90</sup> A utilização do termo arcaico e moderno nesse sentido diz respeito às contradições próprias do desenvolvimento do sistema capitalista que também perpassa pelo processo de formação social do Brasil, no sentido que em uma mesma realidade há avanços e retrocessos. A título de exemplo, a indústria brasileira produz uma imensidade de alimentos, mas convivemos cotidianamente com a fome de milhares de brasileiros. Temos avanços tecnológicos no mundo do trabalho, mas ainda presenciamos trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, em relação ao caráter da burguesia ela se moderniza com o processo de industrialização do Brasil, mas ao mesmo tempo, mantém práticas de relações de trabalho anteriores àquelas instituídas a partir do capitalismo.

perspectiva de desenvolvimento nacional é colocada em detrimento à posição de prestar atendimento aos interesses econômicos do mercado externo.

A formação social brasileira traz a marca da violência e do poder do mando impresso nas relações sociais entre as classes, por isso, “[...] o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana”. (FERNANDES, 1987, p. 205). Por isso, o caráter autocrático estava e ainda está impregnado na conduta das relações dominantes no Brasil, expresso das mais diversas formas, na qual o autor aponta que

[...] as reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapá-las e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, ‘dentro da ordem’. Essa reação não foi imediata; ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conversadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo. (FERNANDES, 1987, p. 208).

As estratégias de manutenção do poder da classe dominante agrária gestaram das mais variadas formas visando a “consolidação conservadora da dominação burguesa”, abarcando desde as práticas coercitivas (violências físicas) até aquelas permeadas pela relação do cunhadismo<sup>91</sup> (violência moral, muitas vezes sutil).

No âmbito das relações sociais no campo temos também a presença do imigrante europeu, que não era fazendeiro, mas também não foi trabalhador escravizado.

Segundo Martins (2018), o regime do colonato foi o que estruturou as relações de produção nos cafezais, tendo a apropriação da terra como elemento propriamente capitalista, mas as relações de produção não, uma vez que elas eram baseadas nas formas de arrendamento. Mesmo o regime de trabalho sendo livre, os fazendeiros não estabeleciam condutas trabalhistas com os colonos, com contratação por meio do assalariamento, mas sim, arrendavam as terras, para esses produzirem seus alimentos de subsistência e plantarem o café, formando significativas extensões de cafezais.

Essas relações de trabalho também perpassavam por situações de endividamento, construindo maiores relações de dependência. Essa situação exigiu que o colono europeu

---

<sup>91</sup> Relações de apadrinhamento que eram permeadas pelas práticas de controle e poder, bem como por trocas de favores, que envolviam explorações de trabalho, muitas vezes veladas.

utilizasse cada vez mais a força de trabalho familiar para dar conta da produção do café. Por isso, enquanto no regime escravista a base de trabalho era coletiva por meio das turmas de escravizados, no sistema de colonato, o trabalho livre se realizava sob as bases familiares. Nesse sentido,

[...] Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro pelo direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase dessa formação. (MARTINS, 2018, p. 66).

Neste período tinha-se uma estrutura ideológica que sustentava e legitimava essa visão, de modo que garantia a sua produção crescente de café e a reprodução da lógica de dependência do colono para com o fazendeiro. Nesse aspecto, a relação entre o colono e o fazendeiro, tinha características semelhantes à de um arrendatário de terra com um proprietário de terra.

Para Martins (2018), a intensificação da produção cafeeira no Brasil teve destaque no contexto de declínio do regime de escravidão e ascensão do regime de colonato, tendo o papel marcante do imigrante europeu de origem pobre, que veio para o Brasil com a expectativa de construir autonomia na esfera de trabalho e conquistar a propriedade de terra. Porém esse desejo motivador do processo migratório foi perpassado por relações de dependência e endividamento, entre o imigrante e os fazendeiros de café. Além disso, foi permeado pelas bases ideológicas do branqueamento. Um elemento que contribuiu para o processo migratório diz respeito à medida de subvenção por parte do governo, que se configurando como um estímulo à migração européia.

Tudo isso foi reforçado pelo processo da Lei de Terra, que legitimou a concentração de terra nas mãos do fazendeiro de café, reafirmando séculos de latifúndio oligárquico, já promovidos pela colonização, assegurando o monopólio sob o controle da classe dominante na época, fazendo com que o acesso a terra se tornasse cada vez mais difícil. Dessa forma, reafirmou a lógica de propriedade da terra em uma renda capitalizada sob o poder dos fazendeiros, sendo instrumento de trabalho fundamental para produzir e gerar riqueza, a partir do alargamento da produção cafeeira. Porém, mantinha relações arcaicas, ao não adotar a prática de assalariamento com os colonos, mas sim, estabelecer a renda-trabalho<sup>92</sup> como pagamento específico pelo cultivo das lavouras de café.

---

<sup>92</sup> A renda do colono advinha da sua produção por subsistência nas terras que eram permitidas o plantio de outros alimentos.

Esse contexto elucidada a reflexão acerca de que neste período da emergência da produção cafeeira mesmo existindo uma grande massa de homens negros livres e pobres, que foram escravizados, foi necessário recorrer à imigração estrangeira na produção cafeeira. Isso expressa o processo de racismo estrutural que molda e influencia as relações sociais, no âmbito cultural, científico, religioso e econômico em nossa sociedade.

Não podemos perder de vista que o início do século XX foi marcado pela ascensão das políticas de branqueamento da população, legitimadas pela ciência da época, que buscava a partir de teorias eugenistas, justificar uma inferiorização da população negra. Esses elementos foram fundamentais para reforçar a desigualdade social e racial, visando imputar ao negro (ex-escravizado) uma posição cada vez mais subalternas.

Perante esses elementos históricos acerca da formação do povo brasileiro, do modo de produção escravista e das relações sociais no campo, é importante refletirmos como se formou uma nossa república, já que a burguesia ao se constituir enquanto tal, não rompeu com elementos arcaicos da velha ordem social.

O Brasil tanto no contexto histórico da independência quanto da república foi permeado por vários conflitos e revoltas, porém não desencadeou a ascensão de uma classe social que rompesse com os poderes vigentes na ordem/sistema que estava sendo deposto. Tivemos um processo de independência que o poder do reinado continuou e que as influências portuguesas se mantiveram. Assim como, um processo republicano em que as oligarquias agrárias mantiveram seu poder e a burguesia não assumiu um caráter nacional, que visasse fortalecer o desenvolvimento da nação pluriracial e multicultural e buscasse estabelecer medidas básicas como: a reforma agrária; a construção de um Estado representativo dos interesses das demandas populares; o envolvimento do povo no processo de participação política; a estruturação de respostas estatais para as demandas nas áreas de saúde, assistência social e educação.

A nossa formação social sendo fruto de intensos processos de violência e de mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, raciais e de gênero, encontramos em Carvalho (2017), uma reflexão importante sobre a formação da república<sup>93</sup> do Brasil em que o

---

<sup>93</sup> Carvalho traz uma reflexão poética sobre como a essência do ser republicano destoou do que foi a constituição do ser brasileiro: “Nenhum homem nesta terra é republicano, nem vela ou trata bem como, senão cada um de bem particular” (Simão de Vasconcelos, 1663).

Ser Republicano

É crer na igualdade civil de todos, sem distinção de qualquer natureza.

É rejeitar hierarquias e privilégios.

autor aponta quatro elementos constituídos desse processo, denominado por ele de quatro “pecados capitais da república”: a escravidão, o latifúndio, o patriarcalismo, e o patrimonialismo. Que representavam mecanismos de controles que já não podiam ser exercidos pelas violências físicas instituídas no sistema colonial, sendo então necessárias estratégias “republicanas, democráticas e modernas de manter *cada um em seu lugar*.”

No que refere a esses quatro elementos percebemos como eles moldam as relações sociais no Brasil. A escravidão, sendo base de sustentação do modo de produção do escravismo colonial, impondo um racismo perverso que trará desdobramentos estruturais na exclusão social, no acesso à educação, na produção intencional de uma “massa marginal” destinada ao trabalho informal, ao subemprego, para compor o “exército de industrial de reserva”, condicionando a precariedade dos vínculos de contratação para o trabalho. E ao mesmo tempo ser a população que ocupa as favelas e que são assassinadas diariamente pelos conflitos entre o tráfico de drogas e a polícia.

O latifúndio que expressa a concentração de terra, mas também concentração de poder, que expropria a população das suas terras para tentarem “fazer a vida na cidade”, aumentando a miséria e podando as formas de fortalecer a produção da agricultura familiar de forma autônoma, sem agrotóxico e agroecológica. Esse segundo elemento também é constitutivo de muitos conflitos agrários no campo.

O patriarcalismo, como representação da desigualdade histórica entre homens e mulheres que se constitui também reproduzindo relações de dominação e exploração. O último elemento – o patrimonialismo, que diz respeito justamente ao zelo e cuidado com os bens públicos. A formação social do Brasil foi perpassada por relações de mandonismo e favoritismo/clientelismo que influenciaram práticas de utilização particular do bem público, daí decorrem as práticas de nepotismo, de expropriação de recursos públicos por parte da elite

É não perguntar ‘Você sabe com quem está falando?’

É responder ‘Quem você pensa que é?’

É crer na lei como garantia de liberdade.

É saber que o Estado não é uma extensão da família, um clube de amigos, um grupo de companheiros.

É repudiar práticas patrimonialistas, clientelistas, familistas, paternalistas, nepotistas, corporativistas.

É acreditar que o Estado não tem dinheiro, que ele apenas administra o dinheiro pago pelo contribuinte.

É saber que quem rouba dinheiro público é ladrão do dinheiro de todos.

É considerar que a administração eficiente e transparente do dinheiro público é dever do Estado e direito seu.

É não praticar nem solicitar jeitinhos, empenhos, pistolões, favores, proteções.

Ser republicano,

Já dizia há 346 anos o jesuíta Simão de Vasconcelos,

É NÃO SER BRASILEIRO (CARVALHO, 2017, p. 48)

brasileira que reproduz o discurso de sucateamento do serviço público, para posteriormente buscar privatizar, de modo que favoreça seus interesses políticos. Percebemos que isso são relações que retroalimentam o sistema político brasileiro, que se estrutura essencialmente pela troca de favor<sup>94</sup> e todos que desejam e buscam fazer diferente, são muitas vezes podados e limitados por essa engrenagem de manipulação de poder.

Esses quatro elementos se entrelaçam no processo de formação social brasileira, contribuindo para a exclusão da população dos espaços de participação popular e de não cultivo do sentimento de pertença com as questões do país.

O grosso do povo excluído era mantido sob controle pela própria organização social do mundo rural, baseada na grande propriedade. O povo eleitoral era enquadrado pelos mecanismos de cooptação e manipulação. O povo da rua era quase sempre tratado à bala, nas cidades ou no campo. [...] O povo, para eles, era massa inerte e analfabeta a ser tratada, corrigida e civilizada. (CARVALHO, 2017, p.17/18).

Conforme a colocação do autor os processos de segregação social presentes no período da colonização atravessam o contexto da república, na qual a manipulação sobre o trabalho vai desde poder do fazendeiro com o agregado, perpassando pelas relações políticas, pelas respostas violentas perante os conflitos agrários, urbanos e as demais manifestações sociais. Além da postura intencional de desvalorização e de desinvestimento na educação, não é por acaso que o Brasil esteve durante décadas com alta taxa de analfabetismo e ao mesmo tempo o recente acesso da população negra nas universidades na última década, gerou tanto incômodo para as classes dominantes.

Segundo Carvalho, (2017, p. 24),

A primeira república não tinha povo. Nela, apenas 5% da população votava; a participação popular se dava à margem do sistema representativo, em revoltas urbanas, como a da vacina; messiânicas, como as de Canudos e do Contestado; ou em greves operárias nas grandes cidades.

---

<sup>94</sup> É muito arraigada essa relação das trocas de favores como base do sistema político brasileiro. Não estamos falando somente de práticas coronelistas, mas sim, do quanto foi impetrado na sociedade que o exercício da política se gesta por troca de interesses. Isso foi construído no imaginário social do povo brasileiro de uma forma tão intensa, que as representações políticas que desejam romper com essa conduta, são cotidianamente criticadas e contestadas por parcela da população de que não estão fazendo sua obrigação, pois para muitos ocupar o espaço de representação política não é ser porta-voz dos interesses do povo, mas sim, utilizar a estrutura para intercambiar favores. Ou seja, não estamos simplesmente falando dos desafios de romper com condutas coronelistas, mas sim, com o clientelismo/favoritismo em várias esferas e dimensões. Porém não podemos desconsiderar que em um contexto de aumento da pobreza, como neste período pandêmico, isso se aflora ainda mais. No entanto, temos o desafio de fortalecer a construção participativa e coletiva da política e da dimensão do serviço público como algo para ser zelado e defendido por todos.

Por isso pensar o processo republicano é pensar o quanto a formação social do Brasil gerou determinantes estruturais para reproduzir desigualdades e distanciar o povo dos espaços de participação e toma de decisão.

Portanto o povo brasileiro se constituiu na resistência perante as mais brutais formas de violência, e assim resistiremos na força do indígena que mantém o seu saber ancestral, na dimensão da terra enquanto espaço comum; no negro escravizado que construiu seu quilombo; resistiremos em cada mulher negra que envenenou o senhor branco que violentava-a sexualmente; em cada mulher que rompe o silêncio; em cada criança que vive ou que presenciou a violências, mas pediu ajuda para professora da escola. Enfrentando todos esses obstáculos racistas, classistas, sexistas, somados à exclusão política e educacional, seguimos inspirando na força do povo brasileiro que teima mais uma vez em acreditar que o poder deve ser e será popular.

Quero a utopia, quero tudo e mais  
 Quero a felicidade dos olhos de um pai  
 Quero a alegria muita gente feliz  
 Quero que a justiça reine em meu país  
 Quero a liberdade, quero o vinho e o pão  
 Quero ser amizade, quero amor, prazer  
 Quero nossa cidade sempre ensolarada  
 Os meninos e o povo no poder, eu quero ver

São José da Costa Rica, coração civil  
 Me inspire no meu sonho de amor Brasil  
 Se o poeta é o que sonha o que vai ser real  
 Bom sonhar coisas boas que o homem faz  
 E esperar pelos frutos no quintal

Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?  
 Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter  
 Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida  
 Eu viver bem melhor  
 Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar  
 (Coração Civil – Milton Nascimento)

## 2.2 – A Questão Agrária no Brasil: lutas de classe, padrão hegemônico e reforma agrária popular

*“A terra ela é sagrada, nas mãos de quem trabalha a terra. Suor, vida, trabalho e terra. O Direito a terra é de quem trabalha”. (Rubinho do Vale).*

Para refletir sobre o fenômeno da violência contra as mulheres no campo é importante refletir sobre os cenários do meio agrário brasileiro, compreendendo os conflitos de interesse de classe e a necessidade de pensar alternativas de melhores condições de vida para a população que vive no campo.

Nesta parte do capítulo 2 faremos uma breve reflexão acerca da Questão Agrária no Brasil a partir das contribuições de Stédile (2005; 2012), analisando os principais elementos que demarcam a existência de um problema agrário em nosso país; buscando analisar experiências de organização das classes sociais no campo, dentre elas, as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) a partir dos estudos de Moraes (2006) e da União Democrática Ruralista (UDR) contando com as contribuições de Mendonça (2010). Além disso, será feita a discussão do padrão hegemônico do agronegócio que impera enquanto modelo de produção no campo, a partir da análise de Leite & Medeiros (2012), reafirmando a necessidade e a importância da construção da Reforma Agrária de caráter popular, apontada por Stédile (2012) e pautada por várias organizações de esquerda que atuam no campo, dentre elas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Dicionário da Educação do Campo, Stédile (2012) compartilha algumas reflexões sobre a Questão Agrária, na qual consiste em uma área do conhecimento em que busca estudar como se organiza em determinada sociedade o processo de uso, posse e propriedade da terra. Tendo a concepção de posse, referente “[...] a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele”. (STÉDILE, 2012, p. 641) e de propriedade, enquanto

“[...] condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital pra comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso. Essa condição jurídica estabelecida por leis da ordem institucional de cada país é que transforma a terra numa mera mercadoria que se pode comprar e vender, e de qual se pode ser proprietário absoluto”. (STÉDILE, 2012, p. 641).

Considerando a formação social e histórica do nosso país, compreendemos que o processo de uso, posse e propriedade da terra foi e ainda é permeado de conflitos e desigualdades. Com a instituição da Lei de Terra de 1850, que segundo Stédile (2005) representou o “batistério” do latifúndio e “mãe” das favelas, instaurando no Brasil um regime fundiário, legitimou a concentração das terras e impediu a população negra que começava a ser alforriada pudesse acessar a terra.

Com a libertação dos trabalhadores escravizados oficializada pela Lei Áurea, de 1888 – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponesas, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo ‘livremente’ sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. E, pela mesma lei de terras, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes, etc. Esses trabalhadores negros, foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras. (STÉDILE, 2005, p. 24).

Nesse sentido, discutir a questão agrária no Brasil perpassa pela análise das ocupações de terra no espaço rural e urbano, na qual, os processos de migração e êxodo rural, estão diretamente interligados, acompanhando de um imaginário social que reforça a idéia do urbano enquanto símbolo do “moderno” e do rural como representação do “atraso”, que reflete na condução das políticas públicas e demais intervenções estatais.

Pensar a questão agrária envolve a reflexão dos desafios para a sobrevivência da população que não tem acesso a terra, acesso ao crédito, à assistência técnica, aos mecanismos de fortalecimento da agricultura familiar e ao mesmo tempo está diretamente relacionado com as discussões da questão urbana, às condições precárias de vida nas favelas. Compreendendo que as manifestações de violência também perpassam tanto na esfera urbana quanto rural. E assim, no processo histórico brasileiro vamos percebendo a dialética urbano/rural que permite afirmar que um não se constitui sem o outro.

Considerando que o debate da Questão Agrária no Brasil é permeado por conflitos agrários, não podemos perder de vista que no campo, as classes sociais estão em constantes disputadas, cabendo destacar duas organizações que atuaram no palco desses conflitos: as Ligas Camponesas e a União Democrática Ruralista (UDR).

Mendonça (2010) em sua obra “A classe dominante agrária: natureza e comportamento: 1964 - 1990” traz apontamentos que nos auxilia compreender a atuação assídua e intensa da burguesia agrária, com o protagonismo da União Democrática Ruralista (UDR) que realizou todo um trabalho para frear as possibilidades de avanços e de medidas em prol da reforma agrária. Considerando que a UDR foi fruto de uma trajetória da atuação de outras organizações patronais, que visavam conter os possíveis avanços, tanto no âmbito das políticas públicas governamentais quanto na legislação, com destaque para o Estatuto da Terra (1964) e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985.

A referida autora cita duas agremiações que atuaram nesse âmbito a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro e fundada em 1897 e Sociedade Rural Brasileira (SRB) criada em 1919 em São Paulo, em que guardavam disputas no interior da classe dominante agrária, mas que possuía pontos em comum, dentre eles, a centralidade da

[...] defesa aguerrida da estrutura fundiária vigente no país, sempre que esta fosse – ou seus representantes a vissem como – ameaçada, em particular no imediato pré-1964 ou mesmo logo após o golpe, quando do lançamento do Estatuto da Terra em pleno período militar. (MENDONÇA, 2010, p. 35).

Ao longo do processo de formação do nosso país a questão fundiária foi arquitetada e reproduzida de forma extremamente desigual, tendo resguardado das mais diferentes formas o direito da propriedade da terra, por isso toda e qualquer medida que afetasse esse “direito” seria algo de conflito. Por isso, tiveram oposições incisivas perante as propostas do Estatuto do Trabalhador Rural e do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural foi instituído através da Lei nº 4.214, de 02/03/1963, que estendeu as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos trabalhadores rurais. A referida legislação foi decisiva para introduzir e prever direitos, como salário-mínimo, férias, descanso semanal, indenização, aviso prévio e participação sindical. No entanto, por conta das medidas de enfrentamento impostas pela classe dominante perante o dispositivo legal, foi criado dez anos depois a Lei nº 5.889/1973, substituindo o Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecendo normas reguladoras referente à categoria do trabalhador rural.

Segundo Mendonça (2010), no que refere ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, ele visava responder algumas demandas sociais decorrentes de conflitos agrários advindos da necessidade de realizar desapropriações para demarcação de

assentamentos voltados para a população sem terra. Porém o referido plano sofreu várias alterações durante o processo de tramitação legal, se constituindo segundo a referida autora, em um plano “esvaziado do seu potencial reformista”.

Em meio a esse cenário surge a criação da União Democrática Ruralista (UDR), por volta do ano de 1985, na qual segundo a autora, atuava em duas linhas principais: 1) Promoção de medidas para barrar a realização de desapropriações por parte dos órgãos públicos respaldados em legislações vigentes; 2) Construir tentativas de alterar os instrumentos legais existentes que permitiam as desapropriações.

Sendo assim, a atuação da UDR visava

[...] a busca de reconhecimento político, tanto dentro da própria classe – mediante tentativa de se ver legitimada como canal hegemônico de representação de interesses dos próprios proprietários rurais – quanto entre as classes. No âmbito da sociedade civil, com vistas a ter essa mesma legitimidade e liderança reconhecida como ‘dirigente’ para agir e falar em nome de todo o ‘setor’. (MENDONÇA, 2010, p. 139).

Assim como refletimos sobre a conformação da classe dominante no meio rural, é necessário analisar também sobre a organização dos camponeses, enquanto classe trabalhadora colocada em situação de subalternidade. No campo, as organizações populares que se destacaram no âmbito das lutas pela reforma agrária foram as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), tiveram bases de construção da organização popular em vários territórios do país, tendo como centralidade a pauta da reforma agrária.

Segundo Morais (2006, p.71),

As Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornarem um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi, também, o movimento precursor no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira.

As Ligas cumpriram um papel preponderante para manter acesa a chama da luta pela reforma agrária no Brasil, construindo trabalho de base pautado na formação da consciência dos direitos dos camponeses e da necessidade de enfrentamento ao latifúndio. Por conta de todo o cenário de conflito agrário e da emergência do período ditatorial, a luta armada foi uma questão presente.

No que refere à organização da ULTAB criada em São Paulo em 1955, constituída como uma organização vinculada ao partido comunista e que segundo o referido autor possuía uma tática na qual consiste na “[...] acumulação de forças através de um trabalho de apoio a reivindicação e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses)”. (MORAIS, 2006, p.49).

Posteriormente, surgiram outras organizações de atuação no meio rural, que diz respeito ao movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a partir das suas estruturas de base em três instâncias, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), tendo a estrutura nacional criada em 1964. A discussão sobre o sindicalismo rural será feita no item 2.3.2.

Outra organização que cabe destacar é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) criado em 1984, que desenvolve um trabalho de formação, organização e luta fundamental para construir estratégias de produção agroecológica, de formação política pautada na transformação estrutural da sociedade e na realização de lutas intensas pela reforma agrária (e pela transformação social).

O período entre 1950 e 1970 constituiu as bases para a formação do que chamamos de “modernização conservadora”, contexto em foi permeado pela tentativa de trazer elementos modernos para o desenvolvimento da produção agrícola. Porém, legitimando os valores morais e as crenças ideológicas que reproduzem a velha dominação de classe, expressa nos setores políticos com as relações de poder e de mando, bem como, no âmbito econômico, nas formas de relações de trabalho. Nesse sentido, segundo Mendonça (2010, p.119),

[...] Não resta dúvida de que a ação do Estado na ‘modernização conservadora’ se deu via três instrumentos-chaves: o crédito subsidiado, a intocabilidade da estrutura fundiária (vide fracasso do PNRA e da RA) e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas.

Esses apontamentos evidenciam o quanto desafiador se constitui a problemática da questão agrária no Brasil, permeada de desigualdade social e racial, silenciada pelo mito da democracia racial e dos valores da branquitude que se encontram naturalizados na fé crista e que reforça as contradições entre as classes, impondo profundos obstáculos para o

desenvolvimento da reforma agrária, gerando relações de trabalho exploratórias, legitimadas pela violência.

Todos esses elementos se somam ao processo de fortalecimento do agronegócio, sustentado por uma produção agrícola cada vez mais dependente do uso de agrotóxicos e por uma postura política atrelada aos interesses do capital, na qual se tem constantes aos ataques aos direitos sociais que vinham sendo implementados após a Constituição Federal de 1988 e se fortalece ainda mais a partir do golpe de 2016, momento em que a agenda ultra neoliberal se intensifica<sup>95</sup>.

É válida a reflexão acerca da consolidação do agronegócio no Brasil, em Leite & Medeiros (2012), que o analisa enquanto padrão produtivo hegemônico no campo expresso a partir das relações econômicas entre os setores: agropecuário, industrial/comercial e de serviços, sustentado por uma matriz produtiva-tecnológica calcada na expansão dos territórios (aumento do latifúndio que já é histórico no Brasil), na base de monocultura, com o controle das sementes e com a utilização intensa de agrotóxico, na expulsão e perseguição de trabalhadores rurais assentados, e pelo aumento da mecanização de modo que reduza o trabalho humano. Tudo isso com o respaldo dos seus interesses a partir de representações de classe<sup>96</sup>, que também ocupam os espaços políticos e legitima o discurso do agronegócio como exemplo de modernização.

Nesse aspecto a resposta da classe trabalhadora organizada ao modelo do agronegócio, é a agroecologia, que não quer dizer práticas atrasadas, como as grandes corporações agroexportadoras tentam reproduzir, mas sim, “[...] pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes”. (LEITE & MEDEIROS, 2012, p. 85). Lembrando que controle das sementes crioulas é sinal de soberania produtiva e alimentar.

---

<sup>95</sup> Um exemplo evidente disso é a força presente no congresso nacional das representações políticas do sustentam os interesses do fundamentalismo religioso, do agronegócio e das condutas de legitimação da violência como resposta a todo tipo de conflito, que costumam ser chamada de bancada da Bíblia, do Boi e da Bala (BBB).

<sup>96</sup> Segundo Leite & Medeiros (2012) a partir do contexto de redemocratização no país é estruturada a Frente Ampla da Agricultura Brasileira, fortalecida por instituições de representação da classe como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrasoja), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a União Brasileira de Avicultura (UBA). Para maiores informações ver os textos Organização da Classe Dominante no Campo e o texto Agronegócio presentes no Dicionário da Educação do Campo (2012).

Temos o constante desafio de incentivar, promover e propagandear a agroecologia, pois representa uma resposta produtiva, econômica, social, cultural e política frente o agronegócio brasileiro.

Tudo isso evidencia a necessidade da reforma agrária para avançar nas lutas por condições de vida digna para a população no campo e ao mesmo tempo responder os conflitos agrários recorrentes. Para Stédile (2012, p.657), “[...] Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”.

Segundo Stédile (2012), há vários tipos de Reforma Agrária<sup>97</sup>: clássica, anticolonial, radical, popular, parcial, socialista, de libertação nacional e as políticas de assentamentos rurais, porém acreditamos que tendo em vista a realidade histórica do Brasil e o contexto atual é necessário pensarmos uma Reforma Agrária Popular<sup>98</sup>. Considerando que tivemos um momento na história do nosso país, na qual, a proposta de reforma agrária estava presente na agenda política do governo, a partir do plano das reformas de base do governo João Goulart<sup>99</sup> (1961-1964), porém, tendo em vista o caráter antinacional da burguesia brasileira, houve vários mecanismos para impedir, a reforma agrária e as demais propostas, impondo o golpe militar que instaurou a Ditadura Militar de 1964.

Para o autor, em termos gerais a Reforma Agrária Popular compreende,

[...] a necessidade de um amplo processo de desapropriação das maiores propriedades, estabelecendo-se inclusive um limite máximo da propriedade rural o Brasil – a proposta do movimento é que o limite máximo seja de até 35 módulos [o módulo varia de região para região, mas a média do limite nacional ficaria em 1.500 hectares] e a sua distribuição para a todas as 4 milhões de famílias sem terra ou com pouca terra que ainda vivem no campo brasileiro. (STÉDILE, 2012, p. 664).

Nesse sentido, a Reforma Agrária Popular, conforme Stédile (2012) envolve a centralidade da distribuição de terras, somado ao processo de: a) instalação de agroindústria e cooperativas nas comunidades rurais; b) utilização de técnicas agrícolas baseadas na agroecologia, buscando um equilíbrio entre a natureza e o aumento da produção; c)

---

<sup>97</sup> Para saber melhor sobre os vários tipos de Reforma Agrária ver o texto sobre Reforma Agrária de João Pedro Stédile no Dicionário da Educação do Campo (2012).

<sup>98</sup> Defendida pelas organizações da Via Campesina, sendo elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento das Comunidades Quilombolas e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil.

<sup>99</sup> Naquele período, tinha-se a proposta de realizar a Reforma Agrária Clássica defendida para toda a América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina), proposto na época pelo ministro do planejamento Celso Furtado.

democratização do acesso a educação no campo; d) programa de mecanização agrícola, que equilibre a sobrecarga de trabalho com a manutenção da mão de obra no campo, ou seja, ferramentas e máquinas que auxiliem o trabalho humano e não que substituam-o; d) valorização da cultura popular, preservando os elementos simbólicos da nossa ancestralidade presentes nas músicas, cantorias, produção de alimentos e comidas, religiosidade, festas tradicionais, etc.

Ao considerar a formação social brasileira, acreditamos que a reforma agrária popular só é possível associada com a ruptura do capitalismo e com a construção de outra sociedade de fato justa e que o povo esteja no poder.

### **2.3 - Relações Sociais no Meio Rural no Vale do Jequitinhonha: Sindicalismo e Cotidiano a partir da resistência das mulheres**

Como o território de estudo desse trabalho se localiza no Vale do Jequitinhonha, temos a necessidade de refletir sobre os processos de formação social da nossa região, com recorte para a compreensão das relações de poder constituídas entre as classes sociais no meio rural.

Nesse sentido, esta parte do trabalho se divide em três momentos de análise, o item 2.3.1 no qual apontaremos elementos acerca do processo de formação social do Vale do Jequitinhonha a partir das contribuições de Soares (2008), Maia (2004), Silva (2008), Moura (1988), Leite (2010) e Servilha (2008; 2012) no que refere aos aspectos de expropriação das terras e das condições precárias de trabalho, principalmente a partir dos processos migratórios, buscando refletir ao mesmo tempo, sobre as estratégias de sobrevivência construídas pelas mulheres na região e sobre o papel da cultura como mecanismo de resistência.

No item 2.3.2 analisaremos as percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas na pesquisa acerca das experiências refere à sindicalização nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos seus municípios, apontando os desafios e obstáculos enfrentados, nos quais muitos se configuram como violências. E assim, buscando compreender as motivações para a inserção no movimento sindical e como isso contribuiu para a construção e fortalecimento das suas identidades, enquanto trabalhadoras rurais, contando com a contribuição de Bogo (2010) e Oliveira (1976) acerca da categoria identidade. Além disso,

iremos refletir sobre as principais pautas de reivindicações presentes na caminhada delas. As análises feitas nesta parte acerca do sindicalismo serão conduzidas preponderantemente a partir das contribuições advindas da percepção das trabalhadoras rurais entrevistadas, como também com a colaboração teórica de Ianni (2004), Medeiros (2012), Moraes (2021).

Na última parte, no item 2.3.3 traremos um olhar acerca das narrativas presentes nos depoimentos das trabalhadoras rurais entrevistadas na pesquisa acerca do cotidiano vivido pelas mulheres rurais nos seus municípios e na região do Vale do Jequitinhonha, identificando as violências e os desafios enfrentados pelas mulheres. Buscando interpretar se as visões das entrevistadas, ora naturalizam ou não o contexto de exploração presente na realidade das mulheres no meio rural. Nesta parte faremos reflexão acerca da categoria cotidiano, a partir de Carvalho (2012), Netto (2012), Barroco (2008) e Heller (1972), e das categorias da divisão sexual do trabalho em Kergoat (2019) e do trabalho doméstico em Cisne (2004), pois são categorias centrais de análise para compreender os elementos elucidados pelas trabalhadoras rurais neste aspecto da vivência das mulheres rurais no campo.

### **2.3.1 - Aspectos regionais da Formação Social do Vale do Jequitinhonha**

Para pensar o nosso território é fundamental partir do povo que aqui habitou: povos indígenas e descendentes de negros escravizados, que se tornaram posteriormente povos com a identidade de remanescentes de quilombos, sendo os trabalhadores<sup>100</sup> que ocuparam as terras na qual foram expropriados tempos depois. Existe uma diversidade de contribuições teóricas acerca do processo de formação do Vale do Jequitinhonha, que não serão possíveis aprofundar neste momento, buscando refletir minimamente sobre as relações com o uso da terra, as condições de trabalho e as dinâmicas comunitárias que envolvem mulheres e homens no bojo da formação regional.

Em relação aos povos indígenas, segundo Soares<sup>101</sup> (2008), a região do Vale do Jequitinhonha, assim como nas regiões dos Vales do Rio Doce, Mucuri, São Mateus e Rio

---

<sup>100</sup> O termo “trabalhadores” aqui envolve a diversidade de outras categorias da classe trabalhadora no meio rural: posseiros, agregados, bóias-frias, camponeses, trabalhadores rurais, etc.

<sup>101</sup> Geralda Chaves Soares, pedagoga-indigenista, pesquisadora na área indígena, conhecida como Gêra dos índios. Considerada uma liderança do Vale do Jequitinhonha com grandes acúmulos de conhecimento acerca da questão indígena, sendo uma das referências na área no estado de Minas Gerais. Possui um grande acervo de livros, arquivos, gravações, fotos das lutas indígenas na região do Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Sul da Bahia, sendo autora dos livros “Borún do Watu : Os índios do Rio Doce (na ocasião dos 500 anos da América

Pardo foi palco no século XIX de um massacre e da tentativa de extermínio dos indígenas, a partir da declaração da “Guerra Justa” contra os mesmos, propagandeada pelos representantes do Estado, naquela época a coroa portuguesa. Contexto de destruição de aldeamentos e criação de várias divisões entre as etnias indígenas, em que os colonizadores utilizavam do controle de um povo para tentar atacar e/ou capturar outros, somando aos mecanismos de catequização protagonizados pela Igreja Católica.

Neste período o escoamento dos produtos era feito principalmente pelo Rio, no caso, o Rio Jequitinhonha, para isso foi instituído quartéis com o objetivo de vigiar as rotas comerciais e também para prender os indígenas. Segundo Soares (2008), fundaram-se então em 1811 os quartéis de: São Miguel do Jequitinhonha, Água Branca de Joáima, São João do Vigia em Almenara, Salto Grande de Salto da Divisa, Arcos, Cachoeirinha até chegar em Belmonte. Muito desses quartéis criam povoamentos ao entorno transformando tempos depois em municípios.

Daí, percebemos como muitos municípios da nossa região são formados em territórios marcados pela perseguição e controle dos povos originários, que tinha como objetivo destruir a cultura e a identidade dos povos indígenas. A doutrina de catequização de supremacia católica e branca impunha crenças, valores e costumes diferentes, buscando construir as narrativas de povoamento e ocupação do território a partir da visão do colonizador. Conforme Soares (2008) aponta

Desarticular e dominar, implantar a catequese e a mestiçagem como normas, são as armas principais para se quebrar a resistência interna entre os povos. O indígena neste embate passa por uma enorme transfiguração: De guerreiro altivo, dono de seus territórios, com a guerra é declarado inimigo do Estado. Resistindo, se capturado, se torna escravo por dez ou mais anos para esquecer sua identidade<sup>102</sup>. Nas gerações seguintes ele se torna: agregado, posseiro, artesão (a), vaqueiro, pescador, morador da periferia das vilas e trabalhador rural sem terra. (Soares, 2008, p. 3).

---

no ano de 1992)”e “Na trilha guerreira dos Bórun (no período dos 200 da colonização do Vale do Jequitinhonha)”. Para maiores informações sobre a pesquisadora veja a Série de Homenagens às Mulheres de Luta do nosso Vale realizada pelo Fórum Regional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres dos Municípios do Médio Jequitinhonha. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/1611678285828071/search/?q=Geralda%20Chaves%20Soares>.

<sup>102</sup> Temos o entendimento de que a expressão “esquecer sua identidade” era a intenção dos colonizadores a partir do processo de exploração, perseguição e escravização, na qual o povo negro e indígena buscava resistir constantemente.

Sendo assim percebemos o quanto o processo de exploração dos povos indígenas foi presente no Vale do Jequitinhonha e que o povo que ocupou e construiu esse território tem origem indígena<sup>103</sup> e negra<sup>104</sup>. Por isso, ao analisar a população rural da região é fundamental termos em mente o passado histórico enfrentado por essa população, marcado pela violência física e simbólica, ao ter seus processos de identidade e preservação da cultura duramente atacados.

Em relação à população negra no Vale do Jequitinhonha uma importante expressão está presente na existência de várias comunidades remanescentes de quilombo na região, sendo símbolo de resistência da estrutura de dominação e ao mesmo tempo representação da preservação da cultura identitária, historicamente deslegitimada pelo mito da democracia racial. A partir da segunda metade da década dos anos 2000, iniciou uma atuação na região acerca do processo para a certificação das comunidades quilombolas. Tendo como marco, posteriormente, a organização da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha<sup>105</sup> – espaço de articulação das lideranças das referidas comunidades da região, pautando a luta por direitos, a organização<sup>106</sup> coletiva e comunitária, e a formação acerca dos conhecimentos da história dos seus antepassados e das legislações no âmbito das ações afirmativas.

A formação social do Vale do Jequitinhonha permeia processos de ocupação a partir da descoberta de metais preciosos nas primeiras décadas do século XVIII, gerando movimentações em direção ao Alto Jequitinhonha, porém com decadência das lavras foi ocupando aos poucos o médio e baixo Jequitinhonha.

---

<sup>103</sup> Atualmente na região do Vale do Jequitinhonha temos três etnias, os povos Pankararu na Aldeia Apucarê em Coronel Murta, os povos Pankararu-Pataxó na Aldeia Cinta Vermelha Junbiba em Araçuaí e os Aranã (Aranã-Índio e Aranã-caboclo) que não são aldeados.

<sup>104</sup> Segundo a cartilha “Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: entre direitos e conflitos” produzida pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva de 2013, no Vale do Jequitinhonha tem-se mapeado 137 comunidades quilombolas. Acredita-se que esse quantitativo já se elevou.

<sup>105</sup> Para saber mais sobre a Coquivale. Acessar: <https://www.facebook.com/COQUIVALE-Comiss%C3%A3o-das-comunidades-quilombolas-do-Vale-Jequitinhonha-1672046863020304>

<sup>106</sup> Sobre a organização das comunidades quilombolas no Vale do Jequitinhonha, tem-se um relevante trabalho do Relatório Final do projeto - Oficina de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais realizado pelo Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais: Visibilização e Inclusão Sociopolítica/FAFICH/UFMG juntamente com Comissão Pastoral da Terra / Minas Gerais e demais instituições parceiras, durante o ano de 2018 e 2019. Algumas informações sobre o projeto podem ser acessado em:

[http://coloiuointernacional.com/anais/vi\\_cptc/espaco\\_1/MAPEAMENTO%20DE%20POVOS%20E%20COMUNIDADES%20TRADICIONAIS%20NO%20ALTO%20MEDIO%20JEQUITINHONHA-MG.pdf](http://coloiuointernacional.com/anais/vi_cptc/espaco_1/MAPEAMENTO%20DE%20POVOS%20E%20COMUNIDADES%20TRADICIONAIS%20NO%20ALTO%20MEDIO%20JEQUITINHONHA-MG.pdf)

Segundo Maia (2004), após os períodos de intensas explorações minerais houve três processos produtivos que estiveram presentes na trajetória de ocupação da região: a pecuária extensiva, a monocultura de eucalipto e a cafeicultura, que representaram um contexto de exploração produtiva na região sustentada com discursos de “desenvolvimento da região”, e ao mesmo tempo contribuíram diretamente com a expulsão dos posseiros de territórios historicamente ocupados.

[...] As terras de trabalho foram sendo substituídas pelas terras de gado que designa as formas de exclusão dos pequenos proprietários. [...] A grande fazenda avança sobre a propriedade camponesa – transmitida de geração a geração por mais de um século – desapropriando e expulsando famílias inteiras sem títulos e posse das terras. (MAIA, 2004, p. 96).

Assim as terras ocupadas durante muitos anos através da realização do trabalho com o cultivo da lavoura para subsistência, mas que muitas vezes geravam fartura que possibilitava a troca entre as famílias e demais membros da comunidade, passaram a ser ocupadas principalmente a partir da década de 1970 pelas empresas de monocultura de eucalipto<sup>107</sup>, pelas fazendas com pecuária extensiva<sup>108</sup> que exigiam longas pastagens de capim e pelas fazendas produtoras de café<sup>109</sup>. Esses processos de modernização no campo eram vistos como estratégias de desenvolvimento, legitimadas pelo Estado, permeadas pela construção do imaginário social de “progresso” para uma região considerada “atrasada”.

Neste período a atuação do Estado se deu principalmente a partir da CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) criada com o objetivo de promover o desenvolvimento da região, a partir da visão do Vale<sup>110</sup> como expressão da miséria, da fome, da pobreza, colocando essas iniciativas produtivas como mecanismos para avançar na região, sem qualquer processo de participação popular e sem identificar os reais

<sup>107</sup> A produção da monocultura do eucalipto se concentrou principalmente na região do Alto Jequitinhonha, envolvendo os municípios de Turmalina, Itamarandiba, dentre outros. Para maiores informações acerca do processo de exploração do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, sugere-se a Dissertação de Mestrado de ALMEIDA, C. B. Território da Água, Território da Vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura de Eucalipto no Alto Jequitinhonha. Diamantina. 2018.

<sup>108</sup> As fazendas se concentraram na região do Médio e Baixo Jequitinhonha, principalmente nos municípios de Almenara e Pedra Azul.

<sup>109</sup> As fazendas de produção de café estão localizadas principalmente envolvendo os municípios de Capelinha, Novo Cruzeiro, Carai, Catuji.

<sup>110</sup> O Vale do Jequitinhonha se forja geograficamente enquanto região a partir do Rio, mas é delimitado enquanto tal a partir dos projetos de desenvolvimento regional com perspectivas modernizantes que excluem a população. No entanto a partir da identidade cultural advinda das organizações populares, ressignificamos o entendimento de Vale do Jequitinhonha enquanto Vale que Vale, que tem valor, que é “Vida, Versos e Viola”, que mesmo com todos os desafios e desigualdades, o povo permite e se reinventa.

problemas que gerava as desigualdades da nossa região. Para Leite (2010), esse processo de incentivo principalmente em relação da exploração de eucalipto significou uma modernização retardatária.

Assim como no início da Idade Moderna tivemos a política de cercamentos na Europa na qual a nobreza e o clero expropriaram as terras de uso comunal dos camponeses, tivemos também, sob novas roupagens, prática semelhante no Vale do Jequitinhonha, a partir da cultura da produção de eucalipto e da pecuária, em que ocorreu segundo Leite (2010):

A derrubada das cercas representa a imposição do uso exclusivo das terras para a reprodução dos negócios agrícolas dos fazendeiros e o impedimento dos consórcios que viabilizavam anteriormente a coexistência desses investimentos com a lavoura de reprodução dos trabalhadores. Vale dizer, ainda que tal imposição representa apenas o primeiro passo para a conformação cartorial de propriedades que devem, a partir de então, ser negociadas, virando objeto da especulação imobiliária instaurada pelas fazendas, que passam a negociar inclusive com outras empresas que se instauram no Vale do Jequitinhonha, como as reflorestadoras. Se a origem desses processos é a fazenda, da mesma forma como foi, anteriormente, a fazenda a origem da imposição da agregação e da parceria, muda a forma e o conteúdo do exercício dessa dominação: a violência física e a violência simbólica passam a estar garantidas pelo documento escrito, garantido cartorialmente e legitimado por lei. (LEITE, 2010, p. 253).

Assim com a expansão das fazendas, os posseiros passam a ser vistos como agregados, com o desenvolvimento das empresas de monocultura de eucalipto, que vem ocupar grandes extensões de áreas para produção, vários trabalhadores são expulsos de suas terras, afetando sua moradia, suas condições de trabalho e seu cultivo da lavoura, acarretando diversos outros impactos no meio ambiente, principalmente na qualidade do solo e na escassez de água.

Dessa forma, desenvolve-se um cenário de agravamento das condições de socioeconômicas das famílias da região, aumentando a pobreza, retirando a autonomia dos trabalhadores, a partir da sua esfera produtiva e da posse da terra, conforme relata Leite (2010),

Formam-se no Vale do Jequitinhonha, diaristas, vaqueiros desprovidos de roça, empregados de empresas reflorestadoras, novos trabalhadores urbanos, migrantes, 'bóias-frias'. A autora vê aí uma passagem dos antigos lavradores da posição de pobres à condição de miseráveis. São duas formas de pobreza que não são distinguidas nos relatórios e diagnósticos públicos que se justificam pela promessa de desenvolvimento que carregam. Na perspectiva aqui assumida, a pobreza atual do antigo lavrador deve ser caracterizada pela

sua condição de expropriação, que lhe impõe, contraditoriamente, a liberdade com sua nova condição de subordinação ao capital. (LEITE, 2010, p. 259).

Nesse aspecto, as condições de pobreza da população do Vale do Jequitinhonha não podem ser imputadas como uma simples característica da região, apontando as condições de miserabilidade como se fossem inerentes à região, desconsiderando todo o processo histórico de expropriação das terras. Isso evidencia a importância da perspectiva de classe para a compreensão da formação social da região e para a reprodução da violência.

Desse modo, o Vale do Jequitinhonha se constitui a partir de constantes processos de exploração das suas riquezas para responder interesses econômicos externo, e foi assim com a extração de metais preciosos no período da colonização nas regiões do Alto Jequitinhonha, com o eucalipto que suga os nossos lençóis freáticos e assim é o seu povo, que é levado para fora a partir dos processos migratórios em busca de oportunidades de trabalho.

O volume das migrações interestaduais no país aumentou significativamente nas décadas de 1940 e 1950, sendo que na década de 1970 a população urbanizada excedeu a população rural. São Paulo, neste quadro, o estado que mais se destacou como área de atração de população migrante, apresentando-se como uma das áreas mais urbanizadas, industrializadas e em acelerado processo de modernização da agricultura. Inversamente, Minas Gerais caracterizava-se como um estado expulsor de população para outros estados. [...] o Vale do Jequitinhonha se insere neste contexto constituindo-se uma das regiões mineiras que apresenta grande perda líquida de população, principalmente a partir da década de 1960. No período de 1970/80, a região do Jequitinhonha, segundo MEDEIROS SILVA (1986), teve uma perda líquida de população de cerca de 266 mil pessoas, equivalente a 1/3 da população total recenseada em 1980. (MAIA, 2004, p. 90/91).

Desta forma a partir da década de 1970, contexto de expansão da pecuária extensiva e do monocultivo de eucalipto, o Vale do Jequitinhonha é palco de uma constante migração, em maior proporção, para o estado de São Paulo<sup>111</sup> principalmente para o corte de cana. A maioria dos trabalhadores que migravam são homens, mas há situações em migravam todos os membros da família e também as mulheres. Conforme Maia (2004), durante a segunda

---

<sup>111</sup> “O Estado de São Paulo é o principal produtor de açúcar e álcool do país, concentrando as maiores empresas que empregam tecnologias avançadas, graças ao desenvolvimento científico (biotecnologia e bioquímica) relacionado à descoberta de novas variedades de cana, ao aproveitamento do bagaço de cana para a produção de etanol e avanços na produção de máquinas utilizadas em diversas fases da colheita. Graças a isso, o país tem chamado a atenção de grandes empresas nacionais e internacionais que investem somas gigantescas na compra ou na instalação de novas usinas em várias regiões do país, além de muitos governantes estrangeiros interessados em parcerias para ampliação da produção do etanol, visto neste momento como uma das alternativas para a solução energética mundial”. (SILVA, 2008, p.41).

metade do século XX, Minas Gerais foi o estado com maior população de emigrantes, tendo o Vale do Jequitinhonha como uma região do estado marcada por essa realidade.

A migração para trabalhar no corte de cana advém de situações de dificuldade de oportunidades de trabalho, que exige da população da região buscar alternativas em outros estados. As condições de trabalho nos canaviais, representando um ataque à dignidade humana, além de ser um trabalho exaustivo, apresenta condições, tanto em relação ao ambiente de alojamento dos trabalhadores quanto à situação nos canaviais, como também as condições de contratação, cada vez mais precarizadas. Sem contar as seqüelas no âmbito da saúde física e mental que acarreta para os trabalhadores.

Maria Aparecida Moraes Silva possui um significativo arcabouço de estudos teóricos acerca da realidade da migração dos trabalhadores para o corte de cana, os chamados “boias-frias”, na qual envolve um percentual expressivo oriundo do Vale do Jequitinhonha. A autora aponta reflexões sobre a situação de trabalho nos canaviais:

Os preceitos para a formação do bom cortador de cana fazem parte do contrato de trabalho, que, segundo as reflexões acima, é imposto aos trabalhadores. Estas normas instituem o trabalhador como subordinado da empresa, dado que esta o orienta em seu trabalho, definindo-lhe as regras precisas durante a execução das tarefas relativas ao ato de cortar e carregar a cana. Por outro lado, trata-se de um trabalho parcelado, alienado, pois o cortador não participa da organização e desconhece as demais fases do processo produtivo. Além do mais, os níveis de produtividade são conseguidos por meio de maior esforço despendido, sem, contudo, haver aumento de salário, já que o preço é pago por tonelada cortada, segundo o método adotado do ‘campeão’. Portanto, por detrás da ideologia da valorização do trabalhador, agora transformado em profissional do corte, esconde-se mais uma forma perversa de extração do sobretrabalho, sem custos para as empresas. (SILVA, 2008, p. 36).

Trabalhar no corte de cana foi considerado durante certo tempo a principal alternativa de trabalho para a população migrante do Vale do Jequitinhonha, principalmente a população negra e oriunda de comunidades rurais. Segundo Silva (2008), o pagamento é feito por toneladas cortadas, a partir de um dispêndio de esforço exorbitante. Mesmo sendo visto como uma oportunidade de trabalho para conseguir recursos para a sua sobrevivência e a da sua família, representa um trabalho alienado, na qual a empresa extrai mais-valia à custa de sobretrabalho.

Cláudia de Jesus Maia realizou estudo<sup>112</sup> em três comunidades rurais de Araçuaí, buscando analisar a relação entre migração, gênero e reciprocidade, no qual aponta aspectos sobre a dinâmica das relações sociais nas comunidades, a partir da saída dos homens para trabalhar fora, que acarreta uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, que além de dar conta do trabalho doméstico e da produção da lavoura, necessita assumir toda a responsabilidade dos cuidados da gestão da família, o que historicamente esteve sob a responsabilidade das mulheres, além das ocupações com as tarefas comunitárias advindas dos trabalhos com as tarefas da associação da comunidade como também das ações religiosas. As mulheres vivem entre o universo de tensão e responsabilidade a partir desse contexto.

Nesse contexto também houve durante certo período na região, a existência de creches comunitárias em comunidades rurais, mantidas por entidades sociais vinculadas ao Fundo Cristão, na qual representavam um suporte para as mulheres em relação aos cuidados com os filhos. Para Maia (2004), “As creches constituem-se também em importante espaço de sociabilidade da comunidade como um todo, porque elas se tornam ponto de encontro entre as mulheres. Nelas são realizadas festas e comemorações que unem a comunidade e proporcionam momentos de descontração”. (MAIA, 2004, p.218).

Nesse sentido, percebemos como os espaços das creches promoviam momentos de integração entre as mulheres, tendo em vista, o quanto os espaços e os momentos de promoção de lazer, de diversão e entretenimento são raros para as mulheres rurais na região. Esses espaços serviam também para a promoção de oficinas, atividades de rodas de conversa e de momentos formação voltados para as mulheres.

Além disso, tinha-se uma rede de apoio entre as mulheres vizinhas na comunidade, que é fundamental, quando, por exemplo, a mulher precisava ir à cidade e deixa a criança com aos cuidados com a vizinha.

No que refere a relação entre homens e mulheres no âmbito das dinâmicas dos afazeres domésticos, a partir dos processos migratórios, Maia (2004) sinaliza que

[...] A mobilidade dos homens, reforça a função das mulheres de mantenedoras da identidade camponesa, à medida em que elas se tornam o principal elo de ligação entre a família e a terra patrimônio. São as mulheres

---

<sup>112</sup> MAIA, J. C, Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: UNIMONTES, 2004.

efetivamente que passam a realizar todas as tarefas da esfera da produção e do consumo, auxiliadas pelos filhos menores não migrantes, e mediadas pela presença do marido ausente. São elas, também, que realizam todas as atividades comunitárias, associativas e culturais. (MAIA, 2004, p.190).

Com a saída dos homens para trabalhar fora, o trabalho produtivo na lavoura que ora era conduzido também pelos homens, recai totalmente para as mulheres, exigindo uma centralidade nas tomadas de decisões dos assuntos familiares, recorrendo muitas vezes aos envios de cartas para os maridos a fim de consultar sobre alguma decisão mais séria.

Maia (2004) aponta que os processos migratórios são frutos de decisão da família em que os homens partem para conseguir recursos financeiros para as despesas da família e as mulheres permanecem em casa com os cuidados domésticos e com o cultivo da agricultura de subsistência. Sendo elas também as protagonistas para preservar a memória e a tradição a partir da participação nas atividades, festas e manifestações religiosas e culturais.

Maia (2004) ressalta que mesmo havendo essas dinâmicas nas relações das atribuições entre mulheres e homens, a construção de hierarquias de poder permanece:

[...] Há, de certa forma, uma fluidez nas relações de poder, uma vez que as mulheres passam a ter maiores iniciativas e tomadas de decisões mesmo que sejam predominantemente relacionadas à sua esfera de domínio. Da mesma forma, não se redefine a figura do pai provedor, pois os homens nunca estão completamente ausentes, mesmo quando estão no trecho. A autoridade, o poder e a honra paterna continuam sempre representados, por meio das cartas, dos símbolos, da idéia de pai etc. (MAIA, 2004, p.191).

No que refere ao universo das relações sociais no meio rural no Vale do Jequitinhonha é importante destacar a construção de relações sociais pautadas em construções simbólicas que diz respeito aos elementos da tradição e da construção das formas de sociabilidade: a relação de troca/reciprocidade, as formas de integração comunitária, a dimensão valorativa da comida, as trocas de favores/ajudas entre a vizinhança. Manifestações do cotidiano que estavam presentes na pesquisa feita por Maia (2004) na qual ainda encontramos expressões, mesmo que tendem a ser cada vez menos presentes.

As relações comunitárias referentes [...] As obrigações de ‘dar’, ‘receber’ e ‘retribuir’, bens e serviços- nos momentos de *precisão* – orientam o comportamento econômico dos indivíduos e estabelecem laços sociais que implicam principalmente em confiança, amizade e respeito. (MAIA, 2004, p.214). Isso se constitui como características das relações sociais no campo no Vale do Jequitinhonha. A necessidade da situação de uma

pessoa ou de uma família, a partir do termo “precisão” orienta os apoios e auxílios da vizinhança e da comunidade em geral. Práticas estas também presentes em momentos de trabalho comunitário quando também envolve pagamento em dinheiro, mas para a construção de algo para a comunidade e que exige também um trabalho coletivo.

Em relação da dimensão do valor da comida<sup>113</sup>, a autora sinaliza que

[...] entre os camponeses estudados no Médio Jequitinhonha, a comida é singularmente importante na ausência do dinheiro nas relações internas à comunidade [...] a comida tem um valor social grande demais para ser mercadoria, é pelo seu valor de uso que a comida tem valor de troca no contexto da reciprocidade. (MAIA, 2004, p. 49)

Ou seja, existe um valor simbólico carregado na construção social em torno da comida, são elementos advindos da memória ancestral negra que muitas vezes reafirmam uma identidade comunitária. Por isso, os momentos das refeições coletivas são permeados de uma dimensão valiosa e representa um momento de partilha e troca, exercendo as práticas de reciprocidade.

No Vale do Jequitinhonha, existe também, em menor proporção, a migração de mulheres, solteiras e viúvas, para o corte de cana ou também para outros trabalhos, como o trabalho doméstico em residências em outras localidades. Em alguns casos de migração, as mulheres perdem a posse da terra, desvinculando de todo o contexto histórico de vivência comunitária, distanciando de vínculos com a terra e com os familiares. Quando as mulheres migram para o corte de cana, torna-se evidente que esse tipo de trabalho, por mais desumano que seja, não se limita somente ao público masculino. O que vem reafirmar as críticas do feminismo negro, que aponta o quanto as mulheres negras já estavam ocupando postos de trabalhos precarizados, evidenciando que não podemos universalizar a categoria mulher e que para avançar na luta feminista é preciso incluir a reflexão acerca das condições de vida das mulheres negras.

No bojo das reflexões acerca das relações no meio rural no Vale do Jequitinhonha é válido trazer as contribuições de MOURA (1988), acerca do papel de resistência do

---

<sup>113</sup> Não podemos desconsiderar que por detrás da importância da comida, há relações de trabalho doméstico realizado pelas mulheres na produção dos alimentos. Ao valorizar a comida é preciso também valorizar o trabalho das mulheres.

camponês<sup>114</sup> no sistema capitalista, que com o desenvolvimento do capitalismo no campo, acarretou a expropriação do camponês, a partir da disputa pela terra e pelo trabalho.

As relações sociais no campo brasileiro, assim como na região do Vale do Jequitinhonha são permeadas de práticas de autoritarismo, expressando relações de poder tanto através da força física e do conflito, como também por meio das trocas de favores no âmbito do trabalho e das questões políticas. Segundo Moura (1988):

Duas questões de fundo ganham relevo na análise da natureza das obrigações nessa sociedade agrária. A primeira é a relação entre concepções e práticas que entrecruzam favor e contrato, entre fazendeiros e lavradores. A segunda incide sobre a forma de utilização de estatutos que regulamentam juridicamente a terra e o trabalho nas ações judiciais entre fazendeiros e lavradores. Estes ângulos mostram onde as relações sociais estão mais polarizadas no momento, onde os interesses de cada parte expressam oposições marcantes, por incidirem sobre concepções distintas da apropriação da terra e da organização do trabalho. (MOURA, 1988, p.27-28)

Esses elementos compõem as caracterizações das relações sociais no campo, na qual, envolve um contexto permeado de favoritismo e clientelismo que perpassa as relações sociais no processo de formação social do nosso país, não sendo diferente no Vale do Jequitinhonha. O poder de mando dos fazendeiros coronelistas a partir dos contextos de expropriação das terras, estabelecendo trocas de favores aproveitando das condições de subalternidade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo criando mecanismos para “legalizar” terras que foram griladas.

Ao considerar alguns apontamentos sobre as relações sociais no campo no Vale do Jequitinhonha, é pertinente a reflexão acerca da visão historicamente imputada ao Vale do Jequitinhonha, como um território essencialmente “carente de tudo” em que segundo MOURA (1988), possuía uma “estagnação secular”, que se havia o constante desejo em alcançar o “desenvolvimento”, o “progresso” e desvincular-se a dimensão do “atraso”. Esses aspectos foram fundantes para a construção de um imaginário social da região, servindo de justificativa para a implantação de projetos de desenvolvimento baseados em grandes empreendimentos (barragens, hidrelétricas, mineração e cultivos de monoculturas) sustentados por esse discurso de levar o desenvolvimento para a região. Porém essas relações

---

<sup>114</sup> A autora utiliza da categoria camponês, no entanto, optamos em usar trabalhadores rurais, por ser o termo que as mulheres mais se identificam e se nomeiam.

de desigualdades sociais estão atreladas à própria gestão de investimentos e atuações do governo do Estado de Minas Gerais e do governo Federal.

A partir do contexto de controle, perseguição e catequização dos indígenas, da expropriação de terras dos posseiros pelos fazendeiros, migração forçada em busca de trabalho e renda, marginaliza nas cidades, impondo condições de trabalho desumano nos canaviais no estado de São Paulo, a população do Vale do Jequitinhonha atravessa obstáculos, violências e desafios cotidianos para sobreviver.

Com as marcas da escravidão do passado e com as relações de apadrinhamento e coronelismo constantemente retroalimentadas, o povo do Vale vive as conseqüências da atuação de um Estado que historicamente olhou para a região, incentivando a expropriação das suas riquezas naturais e minerais, explorando a classe trabalhadora e estigmatizando a visão social da região.

Porém como a história é dinâmica e contraditória, os povos da nossa região perante todas as dificuldades, eles ainda resistem e uma das ferramentas fundamentais para a resistência é a cultura popular: enquanto manifestação de reflexão crítica da realidade, de construção de estratégias de formação de consciência crítica da população e como canal de elaboração de outras narrativas que contrapunham o discurso do colonizador, do fazendeiro coronel, do dono da empresa que explora de forma gananciosa, fazendo do suor da força de trabalho o meio para gerar seus lucros.

Neste aspecto, Servilha (2012), aponta que

Em resposta a abordagem estigmatizada de 'Vale da Miséria', diferentes grupos sociais, ao articular-se em um movimento 'contra-estigma' cultural de base regional, produziram novas interpretações referentes à região do Vale do Jequitinhonha. Diferenciando de outras possíveis formas de reação ao estigma da miséria, tais como, a aceitação ou a 'correção' do estigma (nesse caso, a aceitação da adjetificação de 'miserável' ou a negação de parte significativa das características socioculturais regionais históricas classificadas enquanto 'rurais', 'interioranas', 'sertanejas'), um movimento regional articulou-se em torno de uma interpretação não convencional acerca do processo de construção de sua identidade. Índices socioeconômicos estatísticos foram substituídos e/ou acrescentados por saberes e organizações populares, história de vida e manifestações artísticas para fins de construção de outra valoração do Vale do Jequitinhonha. (SERVILHA, 2012, p. 279).

Nesse sentido, fazem da arte, através da música, da poesia, dos/as escritores/as, jornalistas, fotógrafos/as, do teatro, da dança, dos corais, dos grupos de folias de reis,

congados, batuques, irmandades do rosário, um instrumento para o fortalecimento de uma identidade regional, para a construção de um sentimento de pertença e de sensibilização da população acerca da necessidade de se orgulharem do Vale, que é nosso e de se autolegitimarem sujeitos da construção de novas narrativas históricas acerca da nossa região.

### **2.3.2-O processo de reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais: sindicalização e lutas travadas**

As reflexões presentes no trabalho são advindas a partir das percepções das entrevistadas, na qual, consideram-se percepções, o olhar e os sentidos presentes em suas narrativas, provocadas a partir das entrevistas realizadas. Olhares construídos por meio das suas vivências comunitárias, coletivas e organizativas que proporcionaram compreensões de mundo e da realidade vivida, permitindo trazer elementos relevantes para a análise.

A busca por condições de vida digna, a partir das conquistas de direitos e da construção de políticas públicas perpassam por processos organizativos de lutas e resistências das mulheres rurais. O reconhecimento profissional delas enquanto trabalhadoras rurais fortaleceu ainda mais o engajamento social na busca por direitos.

O processo de construção das identidades das mulheres trabalhadoras rurais no Vale do Jequitinhonha é perpassado pela constituição de enxergarem-se como sujeitos de direitos que exercem uma função de trabalho devidamente reconhecida enquanto uma categoria profissional.

Historicamente muitas mulheres rurais exerciam funções de trabalho tanto na esfera doméstica, dos cuidados da casa e dos filhos, como também na esfera produtiva, com as plantações nas lavouras, porém eram vistas somente como “donas de casa” e “do lar”. Com o processo de inserção sindical e a participação em várias mobilizações e ações comunitárias, as mulheres rurais, se reconhecem como trabalhadoras rurais. Processos de inserção que levaram a evidenciar as contradições do sindicalismo rural, os elementos machistas presentes também no movimento sindical, na qual é enunciado pelas entrevistadas. Percebemos que em determinado período existiam somente homens sindicalizados e as mulheres quando começaram a ocupar esse espaço, encontraram várias dificuldades, vivenciaram desafios e sofreram violências.

No que refere à emergência dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais enquanto entidade de representação sindical, Ianni (2004) aponta que eles surgem como demanda de organização da classe, mas também como mecanismo de controle do Estado.

A partir de 1964, no entanto, as ligas camponesas praticamente deixaram de existir. Aos olhos dos novos governamentais<sup>115</sup> do país, eram demasiado politizadas, e independentes do controle do aparelho estatal. O sindicato rural, por seu lado, é muito mais o resultado combinado das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. O sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em fase de rápido ‘amadurecimento’. Em especial, surge como uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola. Nota-se que somente a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, é que se sistematizam as condições de contrato de trabalho e sindicalização na sociedade agrária brasileira. A Consolidação das Leis de Trabalho, de 1943, não revelava preocupação especial com o trabalhador agrícola. Ao contrário, estava orientada no sentido de definir e regulamentar apenas as condições de oferta e demanda de força de trabalho na cidade (setores secundário e terciário). Somente vinte anos depois, devido ao agravamento dos antagonismos sociais rurais, os poderes Legislativo e Executivo se movimentaram no sentido de formalizar as condições do contrato de trabalho no campo. (IANNI, 2004, p. 127/128).

Nesse sentido, percebemos o quanto os sindicatos representavam uma estratégia de maior controle do Estado em conjunto com a Igreja Católica, e ao mesmo tempo, se constituíram como mecanismos para responder demandas sociais advindas de conflitos agrários, sendo conseqüentemente instituições que acarretariam uma postura de “menos enfrentamentos” ao comparados com as Ligas Camponesas. Sendo uma conduta típica do Estado a promoção de processos de institucionalização da organização dos trabalhadores, objetivando conter conflitos e reproduzir o fortalecimento de instâncias de participações cada vez mais passivas. Isso também se deu no incentivo estatal ao trabalho das Organizações Não Governamentais e dos Conselhos de Direitos em detrimento da atuação nos movimentos sociais.

O Estatuto do Trabalhador Rural, mesmo sendo promulgado vinte anos depois da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), veio responder aos anseios históricos da classe, sendo uma resposta da legalização trabalhista para este segmento. O texto do estatuto foi decisivo para introduzir nos marcos legais, os direitos como, salário-mínimo, férias, descanso semanal, indenização, aviso prévio e participação sindical.

---

<sup>115</sup> Pelo contexto da citação acreditamos que a palavra seja “governantes”, porém no texto original está “governamentais”.

Como vivemos em sua sociedade de classes, todas as conquistas da classe trabalhadora são em certas medidas atacadas ou enfrentadas pela classe dominante, seja buscando destruir direitos ou criando obstáculos para a efetivação dos mesmos, através dos mecanismos de disputa do Estado. Nesse sentido, muitos proprietários rurais se mobilizaram para tentar fracassar o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, demitindo trabalhadores em massa e os substituindo por temporários. Havia críticas ao Estatuto por não considerar as inúmeras diferenças entre os universos do trabalho urbano e rural. Em decorrência há todos esses processos, dez anos depois, o referido Estatuto foi substituído pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural.

A partir da instituição legal da categoria dos trabalhadores rurais enquanto profissão ocorreu os processos organizativos deste segmento, na qual, teve a criação da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, envolvendo vários segmentos de trabalhadores que atuavam no campo. Segundo Medeiros (2012), a CONTAG<sup>116</sup> foi fundada em 1963, sendo reconhecida em 1964 e em 1965 houve a determinação do Ministério do Trabalho da portaria nº 71 em que “[...] passaram a existir no campo somente sindicatos de trabalhadores rurais, envolvendo uma diversidade de situações: assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros, proprietários de terra que trabalhavam em regime de economia familiar etc”. (MEDEIROS, 2012, p. 706). Sendo ao mesmo tempo, um mecanismo para excluir, perseguir e criminalizar as demais organizações coletivas que atuavam no campo, muitas vezes vistas como comunistas, tendo em vista o contexto de repressão imposto no período da ditadura militar.

Segundo a autora, principalmente a partir da década de 1980, houve outras organizações que também atuavam no campo e que representavam outras formas de atuação diferente do sindicalismo rural, na qual impunha desafios para a CONTAG. Como foram os processos das ocupações de terras em relação com o MST; as situações dos atingidos por barragens acompanhados pelo MAB; os seringueiros que organizaram o Conselho Nacional

---

<sup>116</sup> Durante muitos anos, a CONTAG estabeleceu a hegemonia na direção dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Brasil, com o passar o tempo, houve, segundo Medeiros (2012), várias disputas com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), estando em determinado período da CONTAG filiada à CUT, porém posteriormente rompendo e filiando na Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Um processo que constituiu em disputas nos estados em relação às formas de atuação, principalmente no que refere ao perfil de conduta ora “mais de enfrentamento” ora “mais mediação” perante as pautas e lutas travadas pelo movimento sindical.

dos Seringueiros; as quebradeiras de coco e os próprios desafios colocados a partir também da inserção das mulheres no movimento sindical.

Nesse contexto permeado de disputas, a CONTAG esteve

[...] Engajando-se fortemente nas lutas pelo fim do regime militar, a Contag desempenhou importante papel na incorporação da Reforma Agrária como uma das bandeiras da Aliança Democrática – articulação de forças que se opunham ao regime militar – e apoiou a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborada no início da Nova República. Com isso, buscava adequar-se aos novos tempos de abertura política e reconstruir a hegemonia do sindicalismo de trabalhadores sobre a condução dos conflitos no campo. (MEDEIROS, 2012, p. 708).

O processo de organização dos trabalhadores rurais também contou com a atuação da Igreja Católica, que conforme MORAES (2021) a partir das contribuições de Stein (2008) possuía duas alas bem distintas, de perspectivas de visão e de construção política, conforme a autora sinaliza abaixo:

A Igreja católica, mesmo dividida, entre as ‘tendências políticas de caráter laico que se formaria a partir da constituição do Movimento de Educação de Base, o MEB, além dos movimentos a partir do crescimento da Ação Católica, Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC)’ (STEIN, 2008, p. 175) e o Movimento Circulista, da ala radical que da Igreja Católica que, ‘no final dos anos 1950, esse seria um pólo político importante de atração de trabalhos sociais e doutrinários de algumas dioceses’. (STEIN, 1997, p. 175). (MORAES, 2021, p.69).

Ao mesmo tempo em que havia setores da Igreja Católica (CPT, Caritas, CEBs, pastorais etc.) que atuavam incentivando a organização sindical dos trabalhadores, construindo trabalhos de base em mutirões comunitários e pautando a realização de momentos formativos acerca da realidade social, política e econômica do país. Existia outra ala mais poderosa e hegemônica que atuavam na contramão. Reproduzindo os valores morais que naturalizavam as desigualdades sociais, que para eles deveriam ser respondidas através das práticas de caridade e ao mesmo tempo buscava atuar ideologicamente para combater os pensamentos considerados comunistas e contrapunha a luta em defesa da reforma agrária

A Igreja Católica é permeada por essas contradições de classe, exercendo um papel atuante junto ao Estado no controle do sindicalismo rural e também no incentivo à organização comunitária e sindical. Como podemos perceber nos relatos das trabalhadoras rurais entrevistadas pela pesquisa ao compartilhar acerca das motivações que tiveram para inserir nos sindicatos.

Ao considerar que a análise do processo de inserção e filiação sindical das trabalhadoras rurais, que se constitui como um dos objetivos específicos da pesquisa torna-se relevante sistematizar os principais elementos extraídos a partir da interlocução com as entrevistadas acerca desse processo. A partir disso, organizamos em cinco dimensões centrais: 1) Motivação para a inserção sindical; 2) Dificuldades e/ou violências sofridas para conseguir sindicalizar-se ou para ocupar cargos de direção; 3) Reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais; 4) Elementos que potencializaram seus processos de autonomia; 5) As principais pautas de reivindicação travadas ao longo da caminhada delas como lideranças rurais.

No que refere aos elementos que motivaram as mulheres associarem ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do seu município, três entrevistadas ressaltaram a influência da Igreja Católica, através dos trabalhos comunitários como agentes de pastorais, catequistas, animadoras de cultos dominicais, participação nas CEBs. Contexto esse, perpassado pelo diálogo com padres e com entidades como a Caritas e a CPT, que incentivavam a organização enquanto categoria dos trabalhadores rurais, através da filiação no sindicato.

No universo das nove entrevistadas, duas tiveram vínculo inicial com sindicatos de municípios vizinhos. Duas entrevistadas relataram que quando se sindicalizaram não tinham clareza ainda do papel da entidade e que com o passar do tempo foram conhecendo melhor a atuação do sindicato na defesa dos direitos das mulheres e dos homens do campo.

Em relação ao papel da Igreja católica no incentivo à organização comunitária e à associação sindical, cabe destacar os seguintes relatos das entrevistadas 1, 3 e 4:

[...] o que me levou, sabe, primeiro é que eu fazia parte da igreja né, das comunidades eclesiais de base e a igreja me incentivou demais, a Caritas, né, naquela época, sempre tinha o debate na igreja, da organização dos trabalhadores. Porque a gente vem de uma época que não tinha políticas públicas nenhuma, como todo mundo sabe, nós não tínhamos saúde, nós não tinha educação, assistência nenhuma voltada para o campo, para a sociedade, mas principalmente para o campo, a gente era muito jogado. E a igreja naquela, né, os padres, os missionários, sempre nos incentivava a tá nos organizando. (ENTREVISTADA 1).

[...] eu e uma colega minha nós fundamos o culto dominical aqui [...] na nossa comunidade e a partir desse culto a gente ficou tendo conhecimento de vários seminaristas, padres. [...] me incentivou a filiar no sindicato, só que como a gente participava muito das reuniões nas igrejas e lá ele incentivou a

gente. ‘Olha cês deve participar de sindicato, cês tem que participar do sindicato’. (ENTREVISTADA3).

[...] o meu primeiro alicerce, comecei a trabalhar nas comunidades eclesiais de base que tinha o pároco criou as comunidades, organizou as comunidades de base. E eu era dirigente de culto, era catequista, né, de tudo é, organizava aquela juventude. [...] Aí com aquele trabalho social, que sempre a gente tinha, ia para os encontros lá da paróquia, ia pros encontros de catequistas, aí os trabalhadores começaram a observar o meu trabalho. (ENTREVISTADA 4).

A partir desses depoimentos percebemos o quanto era presente a vivência das mulheres nos espaços comunitários, nas pastorais sociais e nas paróquias. A Igreja Católica, através dos padres e das entidades sociais vinculadas a ela, assumiu um papel preponderante no que refere ao estímulo e ao incentivo dos processos organizativos da classe trabalhadora em prol das lutas por políticas públicas e por direitos básicos para a população rural, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

É válido pontuar que as comunidades e territórios de vivências dessas entrevistadas estão vinculadas às experiências católicas na perspectiva da Teologia da Libertação, que se constitui pela concepção do Cristo encarnado no seio do povo, vivenciando os ensinamentos do evangelho a partir da realidade social da classe trabalhadora.

No entanto, não podemos desconsiderar o exercício de controle da moralidade e do papel da família, que gestava e reproduzia comportamentos conservadores e concepções autoritárias sobre as mulheres acerca das suas atribuições, condutas, valores e pensamentos acerca da sexualidade e a relação com o corpo. Nesse aspecto cabe destacar uma contribuição de Silvia Federici (2017) sobre o processo secular de dominação das religiões, principalmente da Igreja Católica, juntamente com o Estado, sobre a vida e os corpos das mulheres.

[...] foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar- e tinham colocadas sob o controle masculino. Da mesma forma que ocorreu com a condenação da bruxaria, o consenso sobre esta questão atravessava as divisões religiosas e intelectuais. Do púlpito ou por meio da escrita, humanistas, reformadores protestantes e contrareformadores católicos, todos cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres. (FEDERICI, 2017, p.202).

Segundo a autora, isso perpassou principalmente, entre os séculos XVI e XVII, porém deixa marcas de dominação e autoritarismo ao longo dos séculos seguintes. Esse processo acarretou a construção de um imaginário social que sustenta relações de

desigualdades entre homens e mulheres, imputando para estas, um patamar de inferioridade e de subalternidade, tendo a perseguição e a condenação (física e/ou moral) como respostas para as que tentarem enfrentar a ordem social vigente.

Em relação aos espaços de participação popular que estiveram presentes na caminhada das lideranças entrevistadas, os conselhos de direitos são um deles, principalmente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM). Ambos os conselhos foram citados por mais de uma das entrevistadas. Conforme podemos perceber no relato da entrevistada 4:

[...] Fui presidente do conselho de direito da mulher de Jequitinhonha, um mandato. E também, [...] eu concorri as eleições partidárias, fiquei na suplência, faltou um pouquinho pra mim ser eleita, ai outro foi cassado e eu ocupei o espaço da vereança. Então, eu ocupei, né, eu fui vereadora, [...] tudo na direção do sindicato, eu era mil e um utilidades, era presidente, era vereadora e participava de tudo, tudo eu gosto, toda vida eu gosto de participar de todos os espaços, eu gosto e ocupar meus espaços, cê entendeu? (ENTREVISTADA 4).

A participação nos conselhos também foi um elemento motivador para a inserção sindical, como podemos identificar na colocação da entrevistada 7, “Eu comecei foi numa reunião que teve do conselho da mulher. Logo que começou o conselho da mulher, eu participei de uma reunião. Foi isso que me incentivou a filiar no sindicato”.

Quanto à participação em espaços de representação político partidária, três das entrevistadas disputaram eleições para vereadoras em seus municípios, sendo uma delas eleita e esteve exercendo o seu cargo de representante do povo. Outros espaços de participação social foram na presidência de associações comunitárias das suas comunidades rurais. Dentre as 9 (nove) entrevistadas, 5 (cinco) relataram experiências nesse sentido, sendo uma delas, também presidente da associação de produtores rurais da sua comunidade.

Como podemos identificar nos relatos de algumas das entrevistadas, ao comentarem sobre as suas trajetórias, “[...] participei da CPT também, fui presidente da nossa associação aqui da minha comunidade também”. (ENTREVISTADA 3), demonstrando a satisfação de ocupar determinados espaços, “[...] como eu sou presidente da associação dos produtores rurais, acaba sendo prazeroso sabe.... a gente...as mulheradas assim... acaba sendo divertimento pra elas...né...vai plantar...vai com a turma...ali a gente diverte...é fácil né...não é nada complicado não”. (ENTREVISTADA 9).

Outra trabalhadora rural entrevistada relata a sua vivência, quando era presidente da associação:

[...] é um por todos e todos por um, a vida no campo até onde eu vivi, fui presidente de associação 25 anos, eu deitava na cama, daí a pouco eu levantava pra poder atender a qualquer hora da noite, é, uma criança, uma mulher que sentia uma dor, pra panhar e ajudar minha mãe a fazer um parto, é alguém que adoecia e a gente corria pra lá pra poder ver o que a gente poderia fazer, porque era uma época muito difícil. (ENTREVISTADA 1).

Um aspecto relevante que motivou uma das trabalhadoras rurais para inserir no sindicato foi o papel preponderante da Escola Família Agrícola (EFA) citado pela entrevistada 5, na qual, a mesma estudou. A referida escola é um espaço de formação da consciência voltada para a valorização do meio rural, além de ser um ambiente de acolhimento e de incentivo à organização coletiva e às práticas agroecológicas. Sendo uma experiência de escola com a pedagógica da alternância, criada a partir do engajamento e articulação da própria categoria dos trabalhadores rurais.

[...] quando eu me interessei a ingressar no sindicato, [...] foi no momento que eu já estava estudando na EFA né, e como eu via ali a importância de sindicato que ele prestava aquele serviço ali com os estudantes né, dando informações sobre a EFA, aí eu perguntei o presidente [...] se eu poderia me sindicalizar, como ele já conhecia alguns da minha família, ele autorizou fazer sindicato né. Porque a gente pra fazer o sindicato, eles precisam fazer uma pesquisa de campo, por eles já me conhecer e por eu já estar estudando numa escola agrícola, aí então foi tranquilo, eu me sindicalizei. Por isso aí aquela paixão pelo sindicato e também por eu já estar estudando numa escola do campo e saber a valorização do que é o campo né, tanto a gente que é jovem e tanto os outros da terceira idade, o quanto é importante. (ENTREVISTADA 5).

Ainda referente aos elementos de motivação para associação das mulheres nos sindicatos, tivemos também a participação delas em grupos de mulheres organizados por demais entidades sociais, como também do BENAF (Banco Nacional de Agricultura Familiar), promovendo ações formativas e iniciativas de geração de renda. Conforme é pontuado pela entrevistada 3 “[...] aí entramos no sindicato, depois criamos a comissão de mulheres, né, criamos a comissão de mulheres, dessa criação da comissão de mulheres, [...] a gente tinha até um trabalho muito bom com BENAF”.

Outro elemento que motivou algumas das entrevistadas sindicalizarem e participarem de atividades comunitárias foram através de influência das relações familiares, uma delas por

meio do irmão e outra por conta de uma relação conflituosa com o pai, em que viu na associação sindical um meio para se resguardar no âmbito dos direitos.

[...] meu irmão ele já era presidente do sindicato [...], aí ele foi um dia e me chamou, conversando e falou para mim porque que você não filia no sindicato, você tá trabalhando aí na roça e tal, você é segurada especial. Mas você não é filiada ao sindicato, você precisa se filiar, até pra gente organizar suas documentações e tal. Você tem capacidade de liderança, você tem conhecimento, pra isso, o que tá faltando você filiar? Eu lembro bem que na época eu falei para ele: Ah, num vou filiar em sindicato não, pra que sindicato serve? Simplesmente eu vou pagar uma mensalidade lá pra vocês e vocês vão me ajudar em quê? Mas aí ele me falou, oh, então vou te convidar, vai lá no sindicato, que nós vamos sentar lá e vamos conversar. Até porque a gente era irmão, mas a gente não conversava sobre esses assuntos, né, aí eu fui e dia e cheguei lá no sindicato, conversei e aí tanto ele quanto a menina que trabalha lá, expôs sabe. Assim, me mostrou várias coisas, o papel do sindicato na sociedade, tal...tal.. o que que defendia e tal, aí me interessei, aí fui e me sindicalizei. (ENTREVISTADA 6).

Essa colocação da entrevistada pontua o incentivo do irmão que já estava organizado sindicalmente e que ocupava cargo de direção, e assim foi o intermediário para inserção dela na entidade sindical.

Já a entrevistada 8 apresenta o seguinte relato em relação ao seu processo de inserção no sindicato:

[...] o motivo de como que foi, aí eu muito inocente. O meu pai começou a impedir de eu vender os meus frangos do terreiro, que era meus, vender...eu não podia pegar um porco para eu criar, porque aí era não era meu, era dele, porque aí eu não fazia roça. E eu trabalhava, fazia de um tudo lá na lavoura e também em casa, com meus pais, mas aí era filha, que já tinha saído de um relacionamento, então...Eu me senti que explorada. **Sinceramente, quando eu descobri isso, eu falei: eu trabalho tanto na roça e eu não faço roça? Aí eu acabei pedindo autorização, por telefone que ele estava na colheita de café, pedi autorização dele para fazer um pedaço de roça separado. Onde eu teria que roçar, e depois plantar.** Isso foi no final de 2001 para 2002, foi justo no ano que imediatamente eu casei, mas eu já tinha planejado fazer a roça separado, **porque eu queria a minha autonomia.** Mas pra mim provar, que a roça era minha, eu entendi assim: **eu vou fazer a carteirinha do sindicato, porque se depois dizer que eu não sou trabalhadora rural, eu vou ter a carteirinha como prova.** Sem saber de nada. Eu não sabia o direito que eu tinha. Eu só queria ter um documento que provasse, já que eu não tinha terra em meu nome. Então, a minha inserção foi por uma grande inocência. Eu entendi que pra mim provar que eu tinha uma roça minha, eu ia ter que ter algum documento, **e foi a carteirinha, e foi a melhor decisão que eu tomei, uma das melhores decisões que eu tomei.** (ENTREVISTADA 8 – grifos nossos).

A colocação da entrevistada citada acima traz vários elementos para ser analisado, um deles é o poder patriarcal expresso pela figura do pai, também presente nas famílias, gerando explorações no âmbito econômico e na esfera do trabalho, carregadas de dimensões moralistas que muitas vezes culpabilizam as mulheres. A autoridade paterna é presente também quando é feito o pedido de autorização de roçar em outra área.

A trabalhadora rural comenta que nesse contexto de exploração do trabalho por parte do seu pai, ela tinha acabado de sair de um relacionamento e estava grávida. Situações que mulheres negras sofrem violências morais e psicológicas, permeadas de julgamentos, o que na maioria das vezes não acontece com os homens, que também são responsáveis pelos filhos.

A entrevistada 8 relata comportamentos que considera inocência, porém percebemos que a mesma teve uma atitude de coragem e de ousadia. E pontua como essa escolha de sindicalizar-se foi uma das decisões mais importantes da sua trajetória de vida. Além desses elementos, o depoimento da trabalhadora rural aponta as práticas de migrações, marcante na região, sendo o seu município de origem um dos que possuem um grande quantitativo de emigrantes.

Finalizando os apontamentos acerca da motivação para sindicalização, a entrevistada 2 sinaliza que o potencial da entidade sindical foi o elemento fundamental para a sua inserção, ela demarca a força que o sindicato tem quando está mobilizado:

[...] questão de me sindicalizar, é porque eu já sabia também, é, da força do sindicato, e eu acho que o agricultor ele é preciso ter esse vínculo com sindicato, até porque é o que nós temos né, que representa a nossa classe, e eu acredito muito na força sindical e quem fortalece o sindicato são os membros né, são as pessoas que são sindicalizadas. Então através daí o sindicato se torna forte e essa luta, o sindicato mobilizado, né, eu sempre tive consciência disso, que o sindicato mobilizado, ele tem muita força, tanto pra lutar por direitos e também pra é, lutar também pra não perder os direitos já conquistados, então esse foi o motivo pelo qual eu sindicalizei. (ENTREVISTADA 2).

O objetivo inicial da pesquisa foi analisar a violência somente no âmbito doméstico, porém o percurso de realização da pesquisa evidenciou que a violência é estrutural na sociedade e invade as várias dinâmicas das relações sociais. Nesse sentido, o espaço do movimento sindical também é terreno da violência, o que pode ser expresso a partir dos relatos de cinco das entrevistadas que enfrentaram violência e dificuldades para conseguirem sindicalizarem-se. Duas delas comentam episódios enfrentados para conseguir ter a aprovação

da sua filiação por parte do presidente do sindicato na época. Esse contexto perpassou principalmente a década de 1970 e 1980, período em que somente homens associados. Cabe destacar os relatos das trabalhadoras rurais entrevistadas acerca dessa questão:

[...] E aí eu fui participar da vida sindical, mas como eu não podia filiar, aí **eles me sugeriu que eu podia contribuir com aquela caminhada pro sindicato crescer. E como que era, fazia uma planilha de pagamento, e eu né, pagava a mensalidade comum né, mas sem direito a nada, sem direito a fala, sem direito a nada, simplesmente pra contribuir pra caminhada deles.** [...] Em 84 veio a Fetaemg teve aqui no município, numa assembleia que teve aqui, e eu estava presente, né, como mulher, e aí na discussão eu queria falar alguma coisa, né, só que eu fui interrompida [...] **eu não podia falar porque eu não era sócia do sindicato, eu só podia ficar lá ouvindo[...].** Ai [...] um diretor da federação na época, falou assim: - Não, mas por quê? - Ele me chamou, quando ele chamou aí eu contei o fato, e mostrei pra ele, a tabela, de contribuição minha. A partir dali ele falou: - Não ela vai ter que ser sócia a partir de hoje. E aí me associaram no livro, e a partir daí eu não parei mais. (ENTREVISTADA 1 – grifos nossos).

[...] Aí fomos tentar, chegando lá, fomos barrada, porque lá só tinha diretor homem, não tinha uma mulher. E aí foi difícil, foi muito difícil pra aceitar a gente, porque o presidente não queria aceitar nós, como filiada lá no sindicato [...] **Ele rasgou, rasgou o documento, falou que não aceitava aí depois disso que nós falamos com [...], ela fez uma reunião com eles, eles tem que aceitar, você não pode ser machista, porque as mulheres tem que participar sim,** Ai, a partir daí que ele nos aceitou, só aceitou porque [...] foi lá conversar com ele, aí pronto. Aí entramos no sindicato, depois criamos a comissão de mulheres. (ENTREVISTADA 3- grifos nossos).

A partir desses relatos é notório perceber a conduta machista da direção da entidade sindical naquele período, apresentando resquícios na atualidade, pelo fato de não permitir a filiação das mulheres, criando empecilhos e obstáculos para a sindicalização delas. Esse cenário aponta as proporções dos desafios e das violências enfrentadas pelas mulheres para conquistarem o direito de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais. Ambas entrevistadas são as que possuem mais idade e maior tempo de sindicalizadas, inserindo no sindicato justamente no período que havia basicamente homens associados, sendo pioneiras em seus municípios e abrindo possibilidades para a inserção de demais mulheres rurais.

A entrevistada 1, em seu relato traz, vários episódios de silenciamento e uma compreensão naturalizada de que as mulheres, naquela época, poderiam contribuir financeiramente, mas não serem associadas, ou seja, contribui para sustentar uma entidade, na qual, ela ainda não é sujeito de direito da mesma. O que representa uma séria exclusão e ao mesmo tempo reforça a relevância da luta pela sindicalização das mulheres, evidenciando os

vários desafios que as mulheres enfrentaram nesse processo. A entrevistada traz o depoimento citando o período da década de 1980, contexto perpassado por várias lutas pelos direitos das mulheres, tendo a década de 1990 uma maior concentração das mobilizações em defesa da sindicalização das mulheres.

A entrevistada 3, evidencia uma prática de violência patrimonial da parte do presidente do sindicato da época, em ter rasgado o documento de posse da terra da trabalhadora rural como uma resposta perante a “insistência” dela em querer filiar-se. Uma situação que conseguiu ser revertida somente a partir da intervenção de representantes da entidade sindical a nível regional e estadual.

No universo das entrevistadas que relataram os desafios para disputar a presidência do sindicato, ambas negras, tiveram que superar dificuldades para conseguir ganhar a disputa, uma delas teve inicialmente a aprovação do marido, a outra não. Obstáculos muitas vezes correlacionados com a discriminação racial, somado aos questionamentos acerca da capacidade das mesmas, imputados pela sociedade local.

[...] 2000 teve a eleição, eles me convidaram para concorrer à eleição, e **eu aceitei com muito orgulho encarei**, porque no sindicato [...] nunca tinha entrado mulher, sempre era homem, ainda reinava o machismo e eu consultei a minha família, **meu esposo que é muito exemplar ele me deu total apoio**, encarei as eleições sindicais 2000, final de 2000, e 2001 fui eleita, teve concorrência, fui eleita 200 votos na frente, e eu assumi o primeiro mandato em 2001. **O mandato como presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Foi um desafio pra mim, porque além de ser a primeira mulher, negra. E muitas das vezes né, às vezes os latifundiários, aquelas pessoas nariz empinado, ah, às vezes me discriminava muito por eu ser negra, ser mulher, e o que eu ia resolver naquele sindicato.** (ENTREVISTADA 4 - grifos nossos).

[...] quando foi em 2011, concretizou. **Ele [presidente anterior] praticamente, me intimou para que eu estivesse na direção. E eu não tive escolha, de não ser na presidência.** E ele insistia que tinha que ser no cargo de presidente. Já que está tendo tanto desafio. **O meu esposo não queria, porque pra muitos homens, presidência de sindicato, não é espaço para mulher e sim pra homem. Infelizmente!** Mas eu falei: ‘Já que está tendo tanto empecilho, o diretor quer, eu estou em dúvida, mas se eu achar apoio, eu quero. Já que está me pedindo eu vou entrar’. Foi então, que não deu quórum, porque em 2011, foi a primeira mulher, a encabeçar como presidente de sindicato no município. **Além de ser mulher, negra, com baixa escolaridade. Uma mulher entre aspas, desaforada, o povo não queria né.** (ENTREVISTADA 8- grifos nossos).

Os relatos trazem várias reflexões, primeiramente, são duas mulheres negras, que enfrentaram mais de uma disputa para eleição sindical, exerceram mais de dois mandatos e atualmente estão na presidência dos sindicatos em seus respectivos municípios. Um elemento semelhante nos dois casos é que foram as primeiras mulheres a ocuparem o referido cargo de direção na entidade: lideranças negras com baixa escolaridade que enfrentaram os preconceitos dos sindicalizados para assumirem esses espaços de poder.

Em ambos os casos, o estímulo para colocarem seu nome para a disputa eleitoral, veio de outros homens que estavam na diretoria. O que representa também um desafio da auto-organização das mulheres para pautarem de forma coletiva a indicação de mulheres para os cargos de direção. No entanto é importante ressaltar que nos referidos casos, as trabalhadoras rurais queriam, acreditaram e tiveram confiança em seu potencial.

Esses relatos trazem experiências vividas no intervalo de dez anos de diferença, mas que elucidam um desafio ainda presente, que é a raridade de ter mulheres na presidência dos sindicatos, ainda mais mulheres negras. No entanto, são notórios a satisfação e o orgulho da trabalhadora rural em ter e estar ocupando espaços de direção.

[...] mas eu acreditei em mim, que eu era capaz, aí eu fui o primeiro mandato, aí fui reeleita, ninguém quis concorrer comigo. Os trabalhadores tava admirando o meu trabalho, aí concorri as eleições no segundo mandato, fui até o terceiro mandato. (ENTREVISTADA 4)

[...] Aí precisou da gente fazer dentro de 15 dias, uma outra eleição, só que aí, eu parti pra dentro para dialogar com o povo na zona rural, bati de porta em porta, pedindo né, que eu queria que eles fossem no dia da eleição, porque era importante pra mim, mas era mais importante pra área rural ainda...apenas para conhecer o meu trabalho. E aí foi aonde que foi sucedido né...deu quórum né...foi muito desafiador...mas...está dando certo, eu acredito! A maioria aprova! (ENTREVISTADA 8)

No âmbito das dificuldades enfrentadas, a entrevistada 4 aponta as tentativas de desencorajamento da participação de mulheres nos processos participativos o que pode ser percebido na citação abaixo:

[...] E aí eu fui né ocupando meus espaços e bem participativa e toda reunião do sindicato eu estava interagindo e tinha reunião fora e eu lembro o primeiro congresso foi em 1997, o primeiro congresso nacional de trabalhadores rurais, eu já era secretária do sindicato e aí, o presidente me convidou pra participar desse congresso né, que tinha que levar os delegados e eu era uma das delegadas né. [...] **moça cê vai morrer lá... E fazendo aquela pressão que eu não deveria ir e eu falei eu vou, porque eu estou**

**no movimento e quem entra na chuva é pra molhar e eu vou sim, foi o primeiro congresso de trabalhadores foi em 97. (ENTREVISTADA 4).**

Mesmo perante as tentativas de impor medo e desestímulo a entrevistada responde com insistência e com disposição para a caminhada de luta.

Outra entrevistada relatou dificuldade, ao assumir um cargo de direção regional, que aconteceu de forma rápida, exigindo da mesma correr atrás para melhor preparar-se para a ocupação do referido cargo. Importante destacar que o processo de preparação no âmbito da formação e das competências técnicas não é algo meramente individual, mas sim, algo que exige um compromisso da entidade sindical.

[...] eu acho que você seria uma ótima candidata, nos representaria muito bem, você não tem interesse de candidatar não? Aí eu peguei e falei com ele, não você tá louco, eu não dou conta, eu não sou capaz de fazer isso. Ele falou assim: não, você dá conta e você é capaz se você quiser, **você coloca seu nome e eu vou fazer articulação com os sindicatos e nós vamos**, você vai concorrer com a outra candidata que já tinha e que vinha para reeleição né, já tava com dois mandatos seguidos. Aí eu coloquei meu nome e aí, disputei entre mais três e aí fiquei em primeiro lugar, agora, tipo assim nossa, a revolução toda foi que, eu cheguei na coordenação de mulher, fiquei 3 meses, quando tava fazendo 3 meses **que eu tava na coordenação de mulher, que eu comecei a entender qual era o papel da coordenadora. Comecei fazer os trabalhos com as mulheres, é, a própria FETAEMG já tipo, surgiu né, a eleição da diretoria, e aí o presidente já me chamou para compor a diretoria da FETAMG com eles, e já me colocou na direção aqui do polo. (ENTREVISTADA 6).**

O relato da entrevistada 6 aponta novamente o fato de partir de um homem a indicação de mulheres para dois cargos de direção em instâncias regionais, sendo um deles, uma função de um espaço auto-organizado de mulheres. Por um lado, é válida a preocupação de alguns homens com esses espaços, mas é fundamental que isso parta também do protagonismo das mulheres rurais auto-organizadas.

Isso reflete processos em que os homens (que estão em espaços de direção), são eles, que estão incentivando, que estão afirmando o potencial e estão colocando as mulheres nas chapas, isso expressa manifestações de apoio, incentivo e crença na capacidade das mulheres, mas ao mesmo tempo, evidencia que o comando ainda está concentrado nos homens.

Obviamente, que é melhor uma conduta de homens que incentivam do que homens que excluem, mas a nossa preocupação aqui consiste em perceber que essa conduta masculina é expressão evidente de que ainda temos poucas mulheres em espaços de direção. A

experiência compartilhada pela entrevistada 6 evidencia também a importância do processo de formação e preparação das mulheres para ocupar os referidos espaços. Afinal, a posição de subalternidade só será superada ocupando espaços de direção.

Outra dimensão que trouxemos para análise foi o processo de reconhecimento enquanto trabalhadora rural, uma questão fundamental para esse processo foi a campanha de sindicalização das mulheres rurais, fortalecida na década de 1990. Em que o movimento sindical ampliou a mobilização para acolher as mulheres como associadas e intensificou as lutas em defesa da cota de 30% de mulheres nos espaços de direções locais, estaduais e nacionais do movimento.

As entrevistadas 1 e 4 compartilham informações desses momentos de luta:

[...] É, aí começou a campanha de filiação feminina, mas desde antes, a gente já teve um debate na Fetaemg,[...] Foi uma discriminação muito grande na época [...] porque, a gente parece que as mulheres tinham muito medo. **E a gente era minoria, ce sabe, né, a gente num tinha aquela... Aquela força pra poder ta colocando ninguém, a gente indicava, mas tinha que fazer aquela defesa, por pena, por piedade, num sei explicar, aí nós tomamos fôlego. [...] Aí, depois veio uma colocação de cotas. [...] com esse negócio de cota, ai foi um..., pra nós foi um prato cheio né, que todos, é, todo mundo né, a federação, tinha que ter trinta por cento de mulheres na chapa, a confederação tinha que ter trinta por cento, é, de mulheres nas chapa, os sindicato, também tinha que ter, só que, barrou ai. Foi uma luta muito grande,** para complementar essa lei, é que é a lei de cota. Nessa lei de cota ela foi aprovada né como todo mundo sabe, a nível de Brasil, estendeu pra os partidos políticos, todos os setores, era lei de cota, que foi, a lei de cota foi levantada pelas mulheres rurais. (ENTREVISTADA 1 – grifos nossos).

[...] foi uma luta tremenda pra que as mulheres é, tipo, ocupar pelo menos 30% em cada direção do movimento sindical, começando desde a base até a CONTAG. **Foi uma luta de nós mulheres pra ocupar esse espaço pra entrar no movimento sindical e que os companheiros respeitasse 30% de mulheres na direção, que nós tivesse 30% de mulheres, não poderia registrar a chapa da direção o sindicato, foi uma das bandeiras de luta que nós fizemos né, nós mulheres, pra ocupar nossos espaços, isso a nível nacional, né. E depois foi indo até nós achamos que ainda era pouco, ai quando foi, acho que foi no nono (9º) congresso sei lá, foi no décimo congresso, nós optamos pela paridade, foi uma das bandeiras de luta, é, eu falei 30% ainda é pouco, nós temos que ocupar paridade, é igualdade,** é tanto de homem tanto de mulher, aí nós foi aprovado a paridade, foi uma das bandeiras de luta, nós mulheres, né, pra ocupar nossos espaços dentro do movimento sindical. (ENTREVISTADA 4 – grifos nossos).

As entrevistadas ressaltam o quanto foi intensa e árdua essa luta, enfrentando discriminações e preconceitos advindos da cultura machista impetrada na sociedade patriarcal. Elas apontam o quanto esse desafio para efetivação das cotas nas três instâncias de direção do movimento sindical foi sempre constante, sendo muitas vezes, uma alternativa a inserção na suplência. Acreditamos que essa pauta estabelece mudanças nas estruturas de poder no movimento sindical rural, pois a inserção de mais mulheres como sindicalizadas e também nos espaços de direção, representa a necessidade de a entidade acolher as pautas de luta das mulheres, como bandeiras de luta de todo o movimento. Isso representa um reordenamento das plataformas de luta a partir de um recorte de gênero e étnico-racial.

Além da pauta das cotas, as entrevistadas apontam que também tiveram presentes a luta pela paridade de gênero, que representa um patamar mais elevado na permanente busca pela igualdade de gênero dentro da entidade. A esse respeito Moraes (2021) aponta que foi somente em 2017, após 58 anos de história da CONTAG, em seu 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais que foi alcançado a paridade de 50% de mulheres e 50% de homens na direção nacional do movimento, evidenciando a dimensão histórica da luta das mulheres.

Ao refletir sobre o reconhecimento das mulheres, na identidade enquanto trabalhadoras rurais no Vale do Jequitinhonha, estamos considerando que

A identidade, por sua vez, manifesta-se pela unicidade entre natureza e cultura em posição à outra identidade. A existência física é reconhecida por certas características próprias de cada ser forjadas pelo movimento da matéria e, no caso dos seres humanos pela capacidade de ação e imaginação [...] As identidades estarão presentes, neste século, nas lutas sociais, nas lutas de classes, nas lutas entre ‘os povos’ [...] (BOGO, 2010, p.36).

A partir dessa contribuição de Ademar Bogo consideramos que a identidade, enquanto sujeito, se forja no seio da luta de classe, no contexto de inserção de cada mulher em seus territórios – comunidade, casa, roça, lavoura, quintal, igreja, associação, sindicato, permeados de elementos da cultura da religiosidade, dos elementos das tradições e das crenças advinda dos seus ancestrais. Identidade que se molda a partir do seu olhar e do seu lugar no mundo, relacionado com a visão de um outro que é diferente do eu.

Nesse aspecto, Oliveira (1976), auxilia na reflexão acerca da categoria identidade em que “[...] quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de

diferenciação, em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente”. (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Para esse processo de construção da identidade das trabalhadoras rurais o engajamento em ações e mobilizações de lutas coletivas amplas tiveram contribuições relevantes nesse sentido, pois vêm com o objetivo de alimentar e reafirmar os horizontes traçados. Duas iniciativas nacionais que merecem destaque, dentre as falas de algumas das entrevistadas, são o Grito da Terra<sup>117</sup> e a Marcha das Margaridas.

O processo das mulheres se reconhecerem como trabalhadoras rurais envolve a compreensão de perceberem que exercem trabalho dentro e fora de casa. Sendo o trabalho da “roça”, um conjunto de tarefas internas, do ambiente privado (com a produção de hortas em sua propriedade), como também no ambiente público (através da comercialização, seja nas feiras ou através de programas governamentais). É válido destacar que estamos considerando processo de trabalho como

[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, a apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2004, p.38).

Nesse sentido, a categoria trabalho perpassa as relações sociais entre homem e natureza que são mediatizadas pelo cumprimento das necessidades da sua sobrevivência enquanto espécie humana. As mulheres, enquanto trabalhadoras rurais exercem o trabalho

---

<sup>117</sup> “Trata-se da principal evento da agenda do movimento sindical do campo, reúne milhares de trabalhadores e das trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela Contag e apoiada pelas Fetags e pelos STRs e possui um caráter reivindicatório. É por essa razão que a manifestação pode ser considerada como uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos trabalhadores sem-terra e dos assalariados e das assalariadas rurais brasileiras. O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado em 1995.

A série de dez Gritos da Terra Brasil rendeu importantes conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a exemplo da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); da desapropriação de cerca de mil áreas que já beneficiaram mais de 80 mil famílias; da concessão de cerca de 500 mil benefícios previdenciários rurais repesados no INSS; e da melhoria das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas rurais.

A pauta do Grito da Terra Brasil é ampla e reúne reivindicações relativas às políticas agrícolas (assistência técnica, crédito), à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos), às questões salariais (cumprimento e ampliação das leis trabalhistas) e às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social). A mobilização também defende os interesses das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude rural.” (fonte: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acessado em 03/01/2022).

doméstico e o trabalho da agricultura familiar, contribuindo diretamente para a reprodução da vida de toda a família, tanto no âmbito dos cuidados quanto na dimensão da produção alimentar.

É fundamental a importância da ocupação desses espaços coletivos para o fortalecimento da categoria das trabalhadoras rurais. O relato de uma das entrevistadas deixa evidente essa questão:

[...] eu acho que o agricultor, ele é preciso ter esse vínculo com sindicato, até porque é o que nós temos né, que representa a nossa classe, e eu acredito muito na força sindical e quem fortalece o sindicato são os membros né, são as pessoas que são sindicalizadas. Então através daí o sindicato se torna forte e essa luta, o sindicato mobilizado, eu sempre tive consciência disso, que o sindicato mobilizado, ele tem muita força, tanto pra lutar por direitos e também pra é, lutar também pra não perder os direitos já conquistados, então esse foi o motivo pelo qual eu sindicalizei. (ENTREVISTADA 2).

A partir da percepção dessa entrevistada, torna-se evidente a força e o potencial da entidade sindical, na qual para ela, é a instituição que representa a classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Por isso, a partir das contribuições de Bogo (2010) e de Oliveira (1976), é possível entender que a identidade das trabalhadoras rurais é construída justamente a partir do seu engajamento na esfera coletiva, ao se reconhecer nas realidades vividas pelos trabalhadores que residem e se sustentam a partir da vida no campo. E ao mesmo tempo, se reconhece nas especificidades das condições das mulheres rurais. A partir dessa identidade se reconhece e se coloca nos espaços organizativos na defesa dos direitos. Identidade que é fortalecida quando se supera um obstáculo e assim mostra para si e para os demais, a sua capacidade, sendo compreendida sempre como um processo de contínuo de construção.

Algumas das entrevistadas se reconhecem como negras, no entanto, sabemos que o processo de construção da identidade negra é um desafio histórico para as mulheres brasileiras, o que não é diferente na região do Vale do Jequitinhonha, tendo em vista, todos os mecanismos de silenciamento arquitetados.

No âmbito do processo de sindicalização, a pesquisa apontou a necessidade de analisar a busca pela construção da autonomia das trabalhadoras rurais nas experiências de inserção e participação delas nos sindicatos, podendo elencar alguns, dentre eles: 1) o ato de

erguer a voz e insistir em falar mesmo quando é interrompida; 2) participar e fazer-se presente garantindo o registro de seus pagamentos até o reconhecimento, enquanto associada; 3) o fato de não se calar perante o ato de rasgar o seu documento da terra como mecanismo de violência para tentar intimidá-la; 4) assumir cargos de presidência em associação e nos próprios STTRs; 5) ocupar espaços no legislativo municipal e participação em disputa eleitoral; reafirmação de confiança em si mesma; 6) colocar-se e assumir-se como proativa, mediadora, questionadora, participativa, “pessoa que incomoda”; 7) o acesso à benefícios como o salário-maternidade.

Os relatos corroboram com os argumentos de Carneiro (2019) e Gonzalez (2020), em que a vida das mulheres negras possui pautas distintas que rompem com o mito da feminilidade universal. Todos esses elementos expressam a dimensão da construção coletiva e do processo de aprendizado que é possibilitado pela inserção em organizações políticas, sociais e sindicais que primam pela defesa dos direitos da classe trabalhadora em sua diversidade.

A pesquisa de campo procurou identificar também as principais pautas de reivindicação das trabalhadoras rurais no Vale do Jequitinhonha, a partir do olhar das entrevistadas, uma delas, traz a seguinte colocação.

[...] a outra conquista também que eu posso falar porque eu tenho certeza que foi muito garantida, foi a do INSS, foi a da previdência, que foi outra luta que cê sabe que a mulher não tava tendo vez, era difícil, mas nós pegamos pesado, fomos pra cima, fizemos manifestação e conseguimos fazer com que a previdência olhasse um pouco melhor pras mulheres. (ENTREVISTADA 3).

Nesse sentido, a luta pelos direitos previdenciários, principalmente, a aposentadoria, e o salário maternidade, foram pautas que estimularam a participação das mulheres nos sindicatos e ao mesmo tempo impulsionou o movimento sindical para travar lutas em prol dos direitos das trabalhadoras rurais, atentando para as especificidades das mulheres do campo. É necessário destacar que todos os direitos conquistados pela classe trabalhadora, são frutos de intensas lutas construídas, desenvolvendo processos para conquistar direitos e para mantê-los, para não retroceder.

A defesa dos direitos previdenciários foi a pauta mais citada pelas entrevistadas, do total das 9 (nove), 5 (cinco) comentaram acerca disso, sendo pontuada por algumas a partir do envolvimento nas lutas contra a reforma da previdência<sup>118</sup>.

[...] então eu já peguei de forma que quando eu cheguei no movimento assim, eu já peguei aquela parte em que eu comecei a entrar mesmo a fundo aí, a tá participando, correndo atrás das coisas, ajudando a organizar, a gente já pegou muito uma coisa que foi muito forte, foi a Reforma da Previdência. Que nós fomos em vários eventos, vários movimentos que teve em Brasília, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. (ENTREVISTA 6).

Na sequência, as outras duas pautas de reivindicações mais citadas foram: o acesso a crédito e a luta pela terra, que foram apontadas por três entrevistadas. Tiveram quatro pautas que foram citadas, cada uma, por duas entrevistadas, a luta pelos direitos da juventude, envolvendo a questão da educação e de maiores oportunidades de trabalho; a luta pelas cotas de 30% de mulheres nos espaços de poder, nas instâncias (local, estadual e nacional) do movimento; a questão da saúde da mulher e a pauta do acesso à educação.

Em relação ao apoio e fomento à agricultura familiar, visando à autonomia econômica e a soberania alimentar, duas entrevistadas pontuaram, o acesso ao crédito e o desenvolvimento do PRONAF, como mecanismos que contribuiriam nesse processo. Somado com a luta em defesa da reforma agrária.

[...] com certeza a gente teve uma soma de forças, porque, se não, eu mesma, eu briguei muito com Banco do Brasil, porque não queriam liberar o crédito para as mulheres. Eu fiz uma reunião, eu como diretora regional como eu era ainda, fiz uma reunião com diretores do Banco do Brasil, coloquei pra eles, que as mulheres são capazes, que as mulheres têm capacidade de trabalhar, elas têm capacidade de produzir. (ENTREVISTADA 3).

E a luta pela reforma agrária né, porque as mulheres é a base, a reforma agrária né, a agricultura familiar, um destaque foi iniciada pelas mulheres né, o conhecimento que nós temos, as estatísticas, porque antes nós mulheres já trabalhávamos nos quintais produtivos né, é, com plantas alternativas então aí que surgiu a agricultura familiar, então isso destaca muito na agricultura familiar então uma das bandeiras de luta foi a reforma agrária mesmo, foi optar pela reforma agrária pra que as mulheres tivesse acesso a terra, né e tivesse sua economia, sua renda local. (ENTREVISTADA 4).

---

<sup>118</sup> Para maiores informações sobre a Reforma da Previdência acesse a matéria do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/22/reforma-da-previdencia-e-aprovada-e-aposentadoria-fica-mais-dificil-para-trabalhador> . Acesso: 23 de janeiro de 2022.

O relato da entrevistada 3 ressalta o seu protagonismo enquanto liderança para contribuir na luta em defesa do acesso ao crédito para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial para as mulheres, reafirmando a capacidade e autonomia delas, subsidiadas pelo crédito, poderem avançar o potencial produtivo. A percepção da entrevistada 4 reafirma a importância da reforma agrária para o acesso à terra e o fomento à agricultura familiar, tendo como consequência a geração de renda. A referida trabalhadora rural pontua também o cultivo das plantas alternativas nos quintais produtivos, sendo práticas advindas dos conhecimentos ancestrais.

Uma das entrevistadas relatou o seu envolvimento na participação no processo da Constituinte para a construção da Constituição Federal de 1988, nas mobilizações que desembocaram na elaboração da Lei 8080/1990 que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e na também na criação do PRONAF, dentre outros. Uma das entrevistadas traz uma síntese das principais pautas de reivindicações das trabalhadoras rurais, que foram mecanismos para impulsionar as motivações para organizarem-se:

[...] Então as bandeiras nossas foram: por respeito, dignidade, igualdade, o fim de todo tipo de violência, e direitos como previdência, saúde, educação, em todos os sentidos e livre de qualquer tipo de violência, seja no campo, na cidade, em qualquer lugar. (ENTREVISTADA 1).

No âmbito das pautas de lutas travadas pelas trabalhadoras rurais na região do Vale do Jequitinhonha, duas entrevistadas trazem a importância da unidade em relação aos direitos da classe trabalhadora, compreendendo que todas as políticas públicas estão correlacionadas e o quanto é necessário unir esforços nas lutas para barrar tantos retrocessos. Por isso o mote “Nenhum direito a menos” esteve presente em várias lutas dos movimentos sociais nos últimos anos, representando uma reação da classe trabalhadora perante a ofensiva neoliberal-fascista que intensificou a retirada dos direitos, aumentaram os cortes orçamentários, as privatizações, gerando um recuo do Estado em suas responsabilidades e um intenso desmonte das políticas públicas.

Isso foi observado pela entrevistada 5, a qual ressalta essa questão da atuação do sindicato contra todos esses retrocessos ao afirmar que

[...] o sindicato trava uma luta muito grande, tanto com nossos governos que quer a cada dia tirar os nossos trabalhos, né, quer tirar esse direito da gente de ir e vir e defender a nossa bandeira que é nenhum direito a menos, de todos né, a gente defende, fala da bandeira da agricultura, mas a gente acaba

defendendo a cidade também, né, porque quando você defende o campo, você também defende a cidade. (ENTREVISTADA 5).

Essa colocação evidencia a inter-relação entre o campo e cidade, um não existe sem o outro, as configurações das relações sociais em ambos os espaços não estão dissociadas.

A entrevistada 8 ao ser questionada sobre essa mesma questão, expõe de forma pedagógica a importância de batalhar por todos os direitos e como eles estão diretamente vinculados com a defesa da vida.

**Todos os direitos! Assim... Eu tenho como bandeira de luta, todos os direitos e as políticas públicas do meio rural e urbano também, porque na área urbana, tem muitos trabalhadores rurais. E tem também aqueles que pode até não ser trabalhador rural, mas veio do meio rural. Então, a nossa bandeira de luta, a minha bandeira de luta, é pra acesso à todos os direitos de políticas públicas para o nosso povo. Então, se eu for falar, que é só reforma agrária, que é só os direitos aos benefícios pra o povo quilombola, o direito à previdência para todos, o direito à água, o direito a todas as políticas públicas, eu levanto a bandeira de luta. É tanto que em todos os espaços que me convidarem e eu me sentir que posso contribuir. Eu estou! A nossa bandeira de luta é total! Direito a vida!** (ENTREVISTADA 8 – grifos nossos).

Percebemos que as pautas em relação à luta pela terra, o acesso ao crédito e a defesa das cotas para as mulheres em 30% dos cargos de direção foram pautas apontadas por trabalhadoras rurais já idosas. Ao mesmo tempo a questão da luta contra a reforma da previdência, que esteve mais presente entre os períodos de 2017 a 2019 e a pauta pelos direitos da juventude do campo foram citadas como bandeiras de luta pelas entrevistadas mais jovens.

A partir desses apontamentos percebemos que o processo de sindicalização das mulheres, principalmente as que iniciaram a inserção no contexto, após ditadura militar, em que ainda predominava somente homens associados, foram muitos os desafios, dificuldades e violências enfrentadas, para serem aceitas, acolhidas, respeitadas e conseqüentemente terem as pautas pelos direitos das mulheres inseridas na plataforma de luta do movimento sindical a nível nacional, estadual, regional e municipal. O que reforça como a violência foi uma marca também no movimento sindical.

Nesse sentido, as expressões do sistema patriarcal machista sexista se manifestam nos mais variados espaços da sociedade, não sendo diferente no meio sindical. Após apresentar esses elementos presentes no processo de sindicalização, iremos refletir sobre o

cotidiano da vida das mulheres rurais em nossa região e como os mecanismos de exploração-dominância também se expressam neste universo.

### 2.3.3 – O Cotidiano das Trabalhadoras Rurais no Vale do Jequitinhonha

Ao refletir sobre o cotidiano das mulheres no campo é importante debruçarmos sobre a categoria cotidiano para pensar as dimensões da realidade vivida e os mecanismos de reprodução da vida social. Nesse aspecto Carvalho (2012), traz as contribuições de Lefebvre (1981) para melhor compreender a vida cotidiana, em que congrega três dimensões da análise: a busca do real e da realidade, a totalidade e as possibilidades de transformações sociais globais.

A primeira delas diz respeito à busca do real e da realidade. Nessa busca, é preciso ter claro que a vida cotidiana compreende o dado sensível e prático, o vivido, a subjetividade fugitiva, as emoções, os afetos, hábitos e comportamentos, e o dado abstrato, isto é, as representações e imagens que fazem parte do real cotidiano [...] A segunda perspectiva diz respeito à totalidade, conforme Lukács, [...] as partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade. O Todo não é a soma das partes. [...] a totalidade está sempre em processo de estruturação e desestruturação. Ela é histórica. [...] A terceira perspectiva diz respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto motora de transformações globais. [...]. (CARVALHO, 2012, p.21)

Nesse sentido analisar o cotidiano envolve um complexo de compreensões a partir da vida concreta, perpassando tanto os hábitos e rotinas, conduzidos de forma mecânica e automática, até as concepções morais que gestam o comportamento humano. O que denota que cotidiano pressupõe dimensões específicas, exigindo estabelecimento de mediações para a sua análise.

Na obra “Cotidiano, Conhecimento e Crítica”, Netto (2012) juntamente com Carvalho (2012) traz considerações relevantes para auxiliar na análise sobre o cotidiano, a partir também das contribuições de Lukács, que aponta determinações fundamentais para a compreensão da cotidianidade, sendo elas a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva.

a) a heterogeneidade: a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social. [...] Linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada, etc. b) a imediaticidade: como os homens estão agindo na vida cotidiana, e esta ação significa responder ativamente, o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação, a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e o espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis. c) a superficialidade

extensiva: a vida cotidiana [...] a sua heterogeneidade e imediatividade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que o vinculam. (NETTO, 2012, p. 68)

As três dimensões da vida cotidiana, citadas por Netto (2012) a partir dos estudos de Lukács, nos ajudam no processo de reflexão sobre o cotidiano, levando em consideração a diversidade da realidade, que não é homogênea e as fortes marcas do imediatismo e da superficialidade. Ou seja, a ação humana no cotidiano é fruto de uma conduta alienada, em que a maioria das atividades realizadas são feitas como resultado de uma rotina, considerada natural e normal, na qual, muitas vezes não é refletida, avaliada ou repensada. Tudo isso está atrelado com a lógica de trabalho reproduzida pelo sistema capitalista, tanto no âmbito do trabalho manual quanto do trabalho intelectual. Porém, compreendemos que é no cotidiano da vida humana, a partir de mecanismos de formação da consciência crítica, que também é possível forjar as estratégias de transformação e resistência dos padrões de dominação.

Outras duas autoras que trazem contribuições sobre a vida cotidiana: Barroco (2008) e Heller (1972), uma da área do Serviço Social e outra do campo da Filosofia, sendo a segunda uma seguidora dos estudos de Lukács. Refletindo sobre a alienação no cotidiano, Barroco (2008), traz a seguinte consideração:

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador. No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, especialmente, pelo moralismo, movido por preconceitos. (BARROCO, 2008, p. 46).

Nesse sentido, podemos perceber que o cotidiano da vida das mulheres no campo é permeado de valores e de comportamentos alienantes, no sentido que são reproduzidos para corresponder interesses da ordem social vigente, que é capitalista, patriarcal, sexista, machista, racista e LGBTTFóbica. Por isso, pensar o cotidiano das mulheres é pensar a naturalização e a banalização da “labuta” das mulheres. É olhar para os vários espaços em que as mulheres ocupam (casa, associação comunitária, lavoura, atividades da igreja, e o próprio sindicato) e refletir que as podem e devem ocupar os espaços que desejam, mas que isso, não deve acarretar uma imensa sobrecarga como consequência e temos que atentar quando exploração do trabalho é transvertida de “mulheres múltiplas”, “mil e uma utilidades”.

Por isso, é importante olhar para esse cotidiano buscando desconstruir os padrões de opressão, dominação e exploração que foram e ainda são historicamente sustentados e

reproduzidos pela sociedade, nos vários âmbitos sociais – nos espaços educacionais, no sistema de justiça, nas instituições públicas, privadas e não governamentais, nas religiões e no meio político, pois o cotidiano é solo profundo que germina a alienação. E assim é preciso refletir que

Por um lado, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados, por outro, eles nos são ‘impingidos’<sup>119</sup> pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até que percebamos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se tal atitude. Isso depende da época e do indivíduo. (HELLER, 1972, p.44 Apud BARROCO, 2008, p.46)

A partir dessas contribuições teóricas, correlacionaremos com as percepções das entrevistadas sobre o cotidiano das mulheres rurais no meio rural no Vale do Jequitinhonha e organizamos em 4 (quatro) categorias, os elementos apontados pelas trabalhadoras rurais: 1) As vivências do cotidiano; 2) As dificuldades sofridas; 3) As marcas da violência; 3) O olhar de aceitação ou de enfrentamento perante essa realidade.

Assim como na parte de discussão sobre a identidade e processo de sindicalização, trouxemos também neste momento, as discussões sobre as violências vividas no cotidiano, pois a pesquisa nos possibilitou identificar que as mulheres rurais, tiveram que enfrentar violências vividas tanto para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e terem o direito de se filiarem, bem como, ao ocuparem e exercerem cargos de poder no movimento sindical. As trabalhadoras rurais entrevistadas relatam também violências no cotidiano da vida das mulheres rurais nas comunidades dos municípios do Vale do Jequitinhonha.

Os elementos gerais acerca do cotidiano das mulheres no meio rural, a partir do olhar das entrevistadas pela pesquisa, envolvem principalmente, o enfoque na rotina pesada, exaustiva e da sobrecarga de trabalho, envolvendo tanto as atividades domésticas, quanto as atividades produtivas na lavoura. A rotina dos cuidados é sempre presente, com os filhos, com a alimentação da família, com o cultivo dos animais.

O cotidiano de trabalho das mulheres é perpassado pelo exercício do trabalho doméstico, não remunerado, em que na maioria das vezes nem é visto como trabalho, mas como obrigação e como tarefa atribuída naturalmente a partir das concepções do que se constituiu no imaginário do que é ser papel de homem e do que é ser papel de mulher. O trabalho doméstico é fundamental para reprodução da vida de toda da família, presente na

---

<sup>119</sup> Significa: encasquetado, feito, ferrado, obrigado, pespegado, pregado, acertado.

vida cotidiana das mulheres através de uma sobrecarga de trabalho, ainda mais quando elas realizam outros trabalhos fora da esfera familiar.

Segundo (CISNE, 2004, p. 121),

[...] a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou, em tese, uma ruptura com a sua responsabilização com as atividades domésticas e com a reprodução social, ou seja, o Estado permanece desresponsabilizado, ou sem impor, esse ônus ao capital.

Não podemos desconsiderar, conforme sinalizado no primeiro capítulo, que as mulheres negras já ocupavam postos de trabalhos fora da sua residência, porém, muitas vezes atuando no trabalho doméstico nas residências de outras famílias.

As atividades domésticas como alimentação, lavagem de roupa, cuidados com os filhos, poderiam ser coletivizadas não só como os membros da família, mas com o Estado, a partir da oferta ampla de creches, e com a implantação de lavanderias comunitárias e restaurantes populares. Porém existe uma lógica de pensamento que naturalizada a sobrecarga desses trabalhos para as mulheres.

Por isso, a compreensão da categoria da Divisão Sexual do Trabalho, conforme trabalhado no primeiro capítulo é fundamental para a compreensão dessas relações de desigualdades, que são constantemente invisibilizadas. Nesse sentido,

[...] consideramos o trabalho uma atividade que recobre tanto a esfera profissional quanto a esfera doméstica; conseqüentemente, a produção e a reprodução sociais são pensadas conjuntamente (trabalho remunerado e trabalho gratuito, privado e público...). Utilizar o instrumento da divisão sexual do trabalho que pensa num *continuum* o trabalho assalariado e o trabalho doméstico é a única maneira de levar em conta o conjunto do trabalho socialmente realizado, qualquer que seja seu local de prática, e seja ele gratuito ou remunerado. (KERGOAT, 2019, p.288/289).

No que refere a rotina exaustiva no cotidiano das mulheres, cabe destacar as colocações das entrevistadas 1 e 6:

[...] **é a última que deita é a primeira que levanta**, é pra cuidar de um porco, é pra cuidar de uma galinha, é pra coar o café, é pra despachar os filhos, agora não, agora tá parado [se refere as aulas remotas], como todo mundo tá vendo que tá parado, mas despachar o filho pra escola, muitas das vezes até pra fazer uma merendinha pro menino levar, porque tem que lavar, sai muito cedo a partir daí é casa, é roupa, é comida, é roça, é horta, é o ia todo a rotina da mulher do campo, ela é pesadíssima. Ainda temos que fazer o nosso trabalho comunitário, né, de assistência a nossos companheiros, de tá na igreja, é, fazendo as nossas celebração de agradecimento a Deus, de reunir nas nossas comunidades pra dividir o nosso dia a dia, prestar

solidariedade aos nossos comunitários, aos nossos vizinho, porque a vida do campo é essa, uma organização, é um por todos e todos por um. [...] A vida no campo, da mulher do campo é essa. **É 24 horas ligada, com chuva, com sol, é, com saúde, sem saúde**, sem contar, naquelas horas que ela deveria ta, é, descansando um pouquinho, quando elas pensam: ah, eu vou descansar, qualquer coisa. Não, vou fazer um crochê, eu vou fazer um bordado, vou fazer um artesanato de qualquer coisa, a vida no campo é essa, pelo que eu entendi, pelo que eu vi, pelo que eu vivi e que eu vivo, e vivo até hoje. (ENTREVISTADA 1- grifos nossos).

[...] geralmente o homem vai mais só ali na roça, no serviço bruto e tal e a mulher não, [...] **ela é a primeira a levantar, e a última a deitar**. Ela levanta, faz o café, se tiver as crianças pra mandar pra escola, principalmente quem mora em comunidade rural, já vai acordar essas crianças, cuidar né, manda pra escola, vai fazer os serviços, que ali é aquela rotina de cuidar, tratar das aves, os animais, e isso fica sempre é pra mulher, depois disso ela vai pro fogão fazer a comida né, que ela tem que fazer a comida e tem a casa que tem que ser arrumada, faz esses trabalhos e deu o horário do almoço, leva o almoço, geralmente é assim, leva o almoço pra roça, junto ela já fica, ela já fica junto lá com o marido e ai vai trabalhar, almoça, continua lá. Na parte da tarde volta em casa pra buscar alguma coisa se não tiver levado uma merenda, qualquer coisa, um café junto com almoço, trabalha o dia inteiro, chega em casa a tarde e aí ela vai ter a janta, as crianças que já chegou da escola, ensinar essas crianças né, fazer o para-casa. Mais os outros serviços que no caso é roupa, é uma quitanda que tem que fazer, é uma loucura, assim, se eu for te contar, a verdade como que é a rotina, é uma coisa de louco. (ENTREVISTADA 6 – grifos nossos).

A rotina das mulheres no campo é perpassada pela realização de tarefas domésticas que na maioria das vezes não são divididas com os demais membros da casa, gerando uma sobrecarga para elas. Percebe-se que ambas utilizam a expressão “última a deitar e a primeira a levantar” ou “primeira a levantar e a última a deitar”, são colocações consideradas comuns e corriqueiras, mas carregadas de exploração do trabalho, que interfere no descanso, na qualidade do sono, no cuidado com o próprio corpo e na injusta divisão das tarefas domésticas, que precisam ser constantemente compartilhadas e coletivizadas. Além disso, as trabalhadoras rurais assumem várias tarefas no âmbito comunitário, tanto relacionado à associação da comunidade rural quanto das questões religiosas.

Uma das entrevistadas coloca a questão do processo de secundarização das mulheres rurais da sua vida pessoal, uma vez que o cotidiano impõe a “obrigação” dos cuidados domésticos, dos filhos, do marido e das plantações, o seu autocuidado é sucumbido. A perspectiva de anulação é considerada pela entrevistada 2 como uma “não vaidade”.

“[...] E tem outras situações né, a questão da não vaidade, como eu falei da mulher não se enxergar, é, hoje aqui, a mulher enfrenta, né, sempre foi né,

hoje a gente fala que como as coisas melhorou, é, as pessoas sempre falam ah: melhorou bastante, evoluiu bastante. Mas eu ainda acho uma vida é, bastante difícil, aqui a mulher enfrenta uma dificuldade muito grande, de transporte pra ir até a cidade, como eu falei, pra fazer determinado tratamento, é muito difícil, muitas vezes aquele problema de saúde, ele evolui, ele passa quando consegue tratamento já é muito tarde, então são questões muito sérias que eu acho, né, nossa senhora eu já vi situações das pessoas é, assim ah: morreu, mas morreu porque não cuidou, realmente num teve atenção”. (ENTREVISTADA 2).

E a mesma entrevistada complementa a colocação pontuando o seguinte, “[...] Muitas vezes de se olhar no espelho, de ver a sua beleza, [...] então eu acho que falta, é, hoje falta nessa mulher, essa formação, levar esse conhecimento pra ela”. (ENTREVISTADA 2). O que essa trabalhadora rural evidencia para nós é a necessidade de trabalhar a dimensão de valorização e do cuidado das mulheres com elas mesmas. Isso pode tornar mais sério quando não há o cultivo do autocuidado e isso reverbera em problemas de saúde física e mental. Não podemos perder de vista que um elemento fundamental para esse autocuidado é a promoção da coletivização do trabalho doméstico.

Conforme Carneiro (2020), o descuido de si e a precarização dos vínculos de trabalho reproduzem séculos de objetificação da mulher negra e do silenciamento a ela imposto pelo mito da democracia racial. Por isso, compreender a formação social, educacional e sindical a partir da perspectiva étnico-racial, implica em mobilizar movimentos de reivindicações que exigiriam mudanças no tratamento dirigido às mulheres do Vale. Nessa linha Carneiro (2020) argumenta que

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde em sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro de cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. (CARNEIRO, 2020, p. 314).

A reflexão da entrevistada 2 revela a ausência do Estado em ofertar serviços de saúde mental de forma acessível e ampla para as mulheres no campo. É preciso que invista nas medidas preventivas de acolhimento psicológico para que evite demais problemas e/ou doenças advindas do agravamento da saúde mental. Os apontamentos da referida trabalhadora rural evidencia os processos para a desnaturalização dos comportamentos cotidianos da mulher, em sempre se colocar em segundo plano, em detrimento dos afazeres domésticos, de cuidados com a casa, com os filhos e com o esposo.

Ao fazer a colocação acerca do tema do autocuidado, a mesma entrevistada, trouxe uma proposição, sendo iniciativas que devem ser fomentadas, nesse sentido:

[...] Quando a gente fez nossa pauta que a gente foi pleitear, pleiteou no sindicato, a gente participou da última eleição, na nossa pauta que a gente colocou de trabalho no projeto que a gente fez, é, um deles seria pra gente dar uma atenção pra mulher dentro do sindicato a gente ia montar um salão de beleza, e aquela mulher que seria sócia, ela ia pagar uma taxinha bem baratinha pra arrumar o cabelo, pra sua unha, pra se maquiar, então, porque realmente se a gente for fazer uma análise mesmo e olhar, essa mulher do campo, mesmo com todas as informações que tem hoje, de televisão, de internet, precisa muito ser olhada. (ENTREVISTADA 2).

No cotidiano da produção agrícola temos visto o papel preponderante das mulheres nas feiras livres e nas construções de associações para o fomento de iniciativas de comercialização. Uma das entrevistadas evidencia isso ao pontuar que

[...] as mulheres focam muito no fortalecimento da agricultura familiar, cê vê que nós temos uma associação municipal de feirantes e maior parte são mulheres. [...] Então elas são contempladas no PNAE e estão organizadas em associação. Entrega seus produtos, é, leva seus produtos pra feira, nós tem a feira livre hoje no município [...] né, **uma feira que se destaca muito, muito bem organizada e através da feira, né, nós vimos a necessidade de organizar é, uma associação municipal dos feirantes e a maior parte são mulheres então elas focam muito na agricultura familiar, né, aqui elas não usam agrotóxico, é só produtos só orgânicos, é, produz muitas hortaliças** cê entendeu, e é assim, elas são muito assim interagidas nos programas sociais, apesar que com esse governo federal, né, num ajuda muito, mas as mulheres estão na luta, jamais abaixa a cabeça. (ENTREVISTADA 4 – grifos nossos).

Nessa colocação da entrevistada além de trazer elementos de fortalecimento da agricultura familiar, pontua a importância da organização dos feirantes para potencializar a feira local e para a promoção de produção sem veneno.

O relato da entrevistada expressa a importância do fortalecimento da agricultura familiar para os processos de geração de renda e conseqüentemente para autonomia das mulheres. A entrevistada 9 também ressalta essa dimensão produtiva no cotidiano das mulheres sinalizando que

[...] Antes a gente não tinha aonde mandar os produtos da gente. Hoje não...pela cooperativa é tudo mais fácil. Eles fazem a interligação com as escolas e a gente manda. As escolas pedem os produtos e a gente manda pra a cooperativa e a cooperativa manda para as escolas. (ENTREVISTADA 9).

Isso também é fruto de políticas públicas como o programa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que além de contribuir para o fomento da agricultura familiar,

fortalece a economia local e contribui para a segurança alimentar da comunidade escolar, principalmente as crianças e adolescentes.

A vida cotidiana das mulheres rurais no Vale do Jequitinhonha além dos elementos advindos das relações sociais nos espaços, doméstico e da lavoura, tem-se também as dinâmicas das vivências dos trabalhos comunitários, na qual segundo a entrevistada 7, “[..] sempre é só as mulheres que estão em frente”. O que não deixa de evidenciar também como uma sobrecarga.

Outra categoria analisada nesta parte são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no cotidiano no meio rural, nesse aspecto, as entrevistadas apontaram os seguintes relatos, que podem ser resumidos nos seguintes elementos em destaque: 1) a relação de convívio familiar com o esposo (perseguição, controle, privação de liberdade) e com os filhos (cuidados, criação, saúde); 2) as dificuldades de geração de renda na esfera de produção e comercialização, para escoamento dos produtos agrícolas, principalmente por conta do transporte e também com assistência técnica; 3) as relações de submissões e sobrecarga de trabalho; 4) o acesso às políticas públicas (saúde, educação, segurança pública, lazer, emprego, tecnologia, assistência técnica, crédito fundiário, transporte, oportunidade para a juventude); 5) a naturalização da violência; 6) alcoolismo e drogas; 7) falta de autonomia (financeira, enquanto mulher); 8) pressão da sociedade em relação aos comportamentos; 9) efetivação das leis; 10) autocuidado;

No que refere a relação com o marido, destaca a questão da contribuição para a divisão de tarefas no ambiente doméstico, na qual a entrevistada 1 aponta que “[...] primeira delas, a parceria, não tem, geralmente é uma grande dificuldade as nossas companheiras achar alguma parceira pra ajudar ela na rotina do dia a dia, essa é a dificuldade”. (ENTREVISTADA 1). Nessa mesma linha de análise, a entrevistada 8 coloca o desafio da mudança do comportamento dos homens em aceitar as divisões de tarefas doméstica. A trabalhadora rural faz um comparativo para ilustrar o quanto é arraigado e naturalizado o trabalho doméstico como atribuição das mulheres:

[...] você está querendo dizer do trabalho da atividade doméstica ficar sempre na responsabilidade da mulher? [...] Em algum sentido sim! Algumas famílias sim, e claro que tem aquelas que não vai mudar, não vai mudar. A pessoa quando viveu aí...às vezes...eu com 47 anos, seu vivi 25 anos da minha vida com uma rotina. Sinceramente, eu com 47 anos com 22, 23 anos,

vai predominar é a rotina dos 25 anos, não é isso? Então, já passa a ser algo cultural. Então tem aquelas famílias, que vai mudando o perfil é claro, mas tem muitas famílias que continua na mesma né... De que se a mulher sair, tem que deixar as coisas adiantado. Ela não pode...assim...ainda continua. Infelizmente! Mas tem aquelas famílias que o esposo e os filhos ajudam em todos os afazeres, tem aquela troca, a reciprocidade né. (ENTREVISTADA 8).

Tem outras colocações de duas das entrevistadas que evidencia outros desafios familiares, principalmente com os filhos, que diz respeito a questão do uso de drogas. Uma problemática que está diretamente relacionada com a fragilidade das políticas públicas voltadas para a juventude, dentre elas, iniciativas de geração de emprego e renda, educação, lazer, esporte e cultura.

“[...] E hoje eu acho que a mulher enfrenta muito também a questão de droga com os filhos né, isso aí é outro processo que está espalhado [...] com os jovens, então tem muitas mulheres, muitas mães de família enfrentando essas dificuldades hoje, de conseguir, é direcionar seus filhos, né, e a partir do momento que se envolve com droga, com roubo, aí se torna muito mais difícil, é outra questão muito séria”. (ENTREVISTADA 2).

A dificuldade tem sido mais as drogas. E com as drogas, as crianças saem da escola e uns para de estudar. E aí outra dificuldade que tem na hora que forma, tipo terminou o ensino médio, não tem pra onde ir, não tem outra coisa pra fazer na comunidade, tem que sair, os jovens vai tudo embora. (ENTREVISTADA 9).

Por isso, ao pensar a questão das drogas, não podemos desconsiderar a dimensão de saúde pública que essa problemática representa, e que para respondê-la é necessário um conjunto de articulação com as demais políticas públicas, principalmente no que refere as áreas de fomento à cultura e lazer para a juventude, estimulando espaços de sociabilidade que foram fragilizados ainda mais a partir da pandemia da COVID 19, com a necessidade de isolamento social. Como também por meio do fortalecimento das políticas de educação e trabalho.

A questão da dificuldade de transporte foi colocada pela entrevistada 2, ao compartilhar que

“[...] a aqui na minha comunidade tem muita dificuldade com o transporte porque é uma comunidade muito alta, de difícil acesso, e assim, tudo aqui pra nos é mais difícil, absolutamente tudo, até uma fiscalização é difícil pra vir aqui pra fiscalizar qualquer coisa que precisa então assim, é, aqui nos enfrentamos essas dificuldades do transporte por exemplo”. (ENTREVISTADA 2).

Essa questão está correlacionada com as condições precárias das estradas, principalmente nos municípios do interior, em especial do perímetro rural, que os acessos de deslocamentos são mais difíceis. Isso reforça a estrutura precária dos investimentos do Estado no real desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, que vivencia condições das estradas e rodovias em situações vergonhosas e que escancaram a disparidade de tratamento e de investimento diferenciados quando se compara com a realidade de outras regiões de Minas Gerais.

Em relação à questão da submissão tomamos como pressuposto que não diz de um processo isolado, mas sim, de uma construção social que a todo o momento impõe papéis sociais para as mulheres. Uma das entrevistadas pontua isso ao afirmar que

[...] eu já peguei depoimento de algumas que leva a sua produção e aí quando chega, elas têm que devolver pro marido. Às vezes algumas mulheres, ainda é muita submissa, alguns maridos às vezes os esposos bebem, cê entendeu? E às vezes por aí começa aquela violência dentro de casa, às vezes as mulheres, ainda tem muitas mulheres em sobrecarga né, só em cima delas, cê entendeu? Porque alguns companheiros ainda não reconhece o valor né, a trajetória da mulher pra dividir as tarefas, mas na maior parte, já se libertaram, cê entendeu? E às vezes muitos companheiros estão lado a lado ajudando, mas ainda tem muitas mulheres com sobrecargas de tarefas, não libertaram ainda totalmente não, ainda tem muita mulher submissa. (ENTREVISTADA 4).

Nesse sentido, acreditamos que o processo de libertação das mulheres não é algo que simplesmente “brota” do interior de cada uma ou que uma mulher pode libertar outra, mas que dizem de processos coletivos e estruturais da sociedade. Enquanto vivermos em uma sociedade capitalista patriarcal que se nutre do racismo e do sexismo, a real libertação das mulheres se dará com a construção de outra sociedade. Não estamos desconsiderando a importância da construção cotidiana da autonomia das mulheres que é cultivada justamente a partir do engajamento nos movimentos sociais e sindicais, e nos demais espaços de participação popular e cidadã.

Por isso, quando uma das trabalhadoras rurais destaca que “[...], mas ainda tem muitas mulheres com sobrecargas de tarefas, não libertaram ainda totalmente não, ainda tem muita mulher submissa”. (ENTREVISTADA8), precisamos não perder de vista que “[...] Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco apenas como uma introyecção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade”. (CISNE, 2018, p. 47). Ou seja, os processos de consciência

se forjam nos espaços coletivos e participativos, que propiciam e estimulam a reflexão do cotidiano.

Em relação às dificuldades advindas das condições e do acesso às políticas públicas, as trabalhadoras apontaram principalmente as pautas em torno da saúde, educação, segurança pública, lazer, emprego, tecnologia, assistência técnica, crédito fundiário, transporte, oportunidade para a juventude. O que expressa violações de direitos e sucateamento dos serviços públicos.

As dificuldades no cotidiano da vida das mulheres rurais permeiam também a questão da geração de renda, tendo em vista, os desafios na esfera da produção e da comercialização para escoamento dos produtos agrícolas, principalmente por conta das limitações de transporte, da situação das estradas e também em decorrência das poucas ofertas de assistência técnica, o que acarreta determinadas situações a falta de autonomia financeira das mulheres. Isso vai ao encontro da afirmação da entrevistada 8 ao ser questionada sobre as dificuldades da vida cotidiana das trabalhadoras rurais, ela pontua,

Falta de autonomia! Autonomia financeira, autonomia sobre o que quer ser, aonde quer ir, o que quer fazer. Infelizmente é algo que a gente vê que, não vai ser fácil de mudar. Então...infelizmente as mulheres nas comunidades rurais, nem todas, mas a grande maioria não tem autonomia. (ENTREVISTADA 8).

Nesse sentido, é válido pontuar que a entrevistada sinaliza a questão da falta de autonomia em vários âmbitos: financeiro, das escolhas do que fazer, da sua identidade enquanto pessoa.

O cotidiano das mulheres também é perpassado por violências dos mais variados tipos e formas de manifestações, que estão presentes na vida delas, muitas vezes de forma invisibilizada, ocasionando em muitas mulheres a preferência em estar nos espaços coletivos/comunitários e do que dentro de casa, como pode ser anunciado pelo relato de uma das entrevistadas:

Elas ficam mais felizes quando ela está na roça né, quando elas tá ali no plantio das coisas do que quando ela tá em casa com o marido. [...] São questões de mulheres ficar muito a mercê do marido e **separado de cama, mas junto na casa**, marido xingando, marido fazendo a violência sabe lá como e **elas aceitar e dizer não: casei eu tenho que ficar até o fim**. (ENTREVISTADA 5 – grifos nossos).

Esse relato traz a profundidade da perversidade da cultura machista em que a mulher não é livre em sua própria casa, ambiente que era para ser de conforto e acolhimento, é um espaço que ela não se sente bem. Toda essa situação é acompanhada de uma moralidade enraizada na cultura brasileira, em que muitas famílias, homens e mulheres, reproduzem a visão de que casamento é uma relação eterna, justificando violências e opressões, a partir de uma tradição cristã alienante.

Dando continuidade à análise acerca das manifestações da violência no cotidiano das mulheres, uma das entrevistadas, compartilha o seguinte relato

“[...] mas eu quero destacar aqui a questão da **violência moral também que acontece demais no campo**, e esse desrespeito que eu vejo como uma coisa até cultural da região, infelizmente com os homens né, isso aqui nas comunidades tem acontecido muito e é muito desagradável essa questão, do desrespeito com a mulher. **Porque: ah, a mulher tá separada, ela tá disponível pra qualquer homem que quiser então isso aí são situações que as vezes ninguém olha e ninguém para pra enxergar essas questões, mas é uma coisa que eu acho muito assim, nojenta que acontece né, que é um tipo de assédio também**, acaba sendo um tipo de assédio muito desrespeitoso que isso acontece muito, aqui nessa comunidade eu acredito que aconteça em outras também”. (ENTREVISTADA 2 – grifos nossos).

Esse relato nos coloca a necessidade de trabalhar com homens e mulheres, a reflexão e sensibilização acerca da reprodução desses mecanismos de violências que são vivenciados no cotidiano, que precisam sair da invisibilidade. Os Sindicatos de trabalhadores e Trabalhadoras Rurais têm um papel importante na promoção de rodas de conversa que fomentem essas discussões. Primando pela autonomia das mulheres acerca do seu corpo, visando à liberdade na condução da sua sexualidade, enfrentando e desconstruindo a moralidade que legitima a objetificação do corpo da mulher

A mulher casada, solteira, viúva, divorciada tem que ser respeitada da mesma forma, independente do seu estado civil. A reflexão acima citada por uma trabalhadora rural traz a contribuição também da importância em esclarecer o que é assédio, na qual, muitas vezes estão presentes nas “piadinhas”, “brincadeiras”, que precisam ser desconstruídas, expressando determinados tipos de violência moral.

A entrevistada 7 também aponta marcas da violência no cotidiano das trabalhadoras rurais no Vale do Jequitinhonha expressas nas privações de liberdade das mulheres por parte dos maridos, “Tem mulher que às vezes o marido não deixa sair. Mas tem outros que é

tranquilo, mas tem umas que quer participar e não tem como participar, por causa dos machismos dos maridos que não deixa. Não falo de todas!” (ENTREVISTADA 7). Essa é uma característica muito presente no cotidiano das mulheres da nossa região. Em que são impedidas de viajar ou de participar em atividades em outros municípios por conta do controle e do autoritarismo do marido.

Em decorrência disso, algumas reuniões comunitárias e outras promovidas por entidades sociais são realizadas no espaço da igreja justamente para facilitar o acesso à participação das mulheres casadas. Pois tendem a ter mais abertura de possibilidades para comparecerem em encontros que são em locais religiosos. Isso afeta diretamente a autonomia das mulheres e só reafirma a necessidade do trabalho de base cotidiano neste sentido.

A última categoria de análise dessa parte consiste no olhar das trabalhadoras entrevistadas sobre esse cotidiano vivido pelas mulheres rurais e verbalizado em seus relatos. As entrevistadas 1, 2, 5, 8, assuem um discurso mais preocupado com as relações de dominação masculina no âmbito doméstico, ao mesmo tempo apontando estratégias para coletivizar os trabalhos domésticos. As entrevistadas 5, 6 e 8 trazem relatos de momentos de acolhimento de mulheres rurais no sindicato que estavam sofrendo violências. E nesse sentido, apontando o papel da entidade também enquanto instituição de representação, mas também de acolhida, como sinalizada a entrevistada 8: “A casa sindical é a casa delas”.

Neste aspecto, como compreendemos que o cotidiano é um “terreno fértil para a alienação”, a formação das consciências nessa sociedade capitalista, racista, patriarcal e LBGTTfóbica é moldada para reproduzir as relações de dominação, por isso “A consciência é filha do movimento e das contradições e não das certezas, quais que sejam”. (IASI, 2002 apud CISNE, 2018, p. 43). E assim, estarmos em constante movimento, nos organizando, formando e lutando coletivamente são elementos imprescindíveis para a elevação do nível de consciência<sup>120</sup> acerca da realidade social.

---

<sup>120</sup> “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (MARX, 2007, p.44)

### **3 - TRABALHADORAS RURAIS COMO PROTAGONISTAS DA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA**

#### **3.1 Resistências das Margaridas: Atuação das mulheres trabalhadoras rurais no enfrentamento à violência no Vale do Jequitinhonha**

*“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”. (Zé Pinto)*

Nesta parte do capítulo 3 abordaremos brevemente alguns elementos dos processos de auto-organização das trabalhadoras rurais em Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, em relação à luta pelos direitos das mulheres e principalmente contra a violência, correlacionando com experiências vividas pela pesquisadora.

O processo de construção da identidade das mulheres do campo enquanto trabalhadora rural se constituiu a partir da inserção sindical que estimulou o engajamento delas nas lutas por direitos e na construção das políticas públicas.

No Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) existe a nível nacional a secretaria de mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares e no âmbito estadual a comissão estadual de mulheres trabalhadoras rurais, criada em 1989 durante o 1º encontro estadual com tema “Participação das mulheres no MSTTR e direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Segundo boletim comemorativo aos 20 anos da comissão estadual das mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais (edição especial de 2009), durante o 2º congresso estadual dos trabalhadores rurais em 1990, as mulheres se auto-organizaram para pautar o nome de uma representante das trabalhadoras na diretoria executiva da FETAEMG, mas de acordo o referido documento “A participação das mulheres ainda era muito pequena para garantir a aceitação da companheira”. No entanto, não podemos desconsiderar que isso é uma expressão do machismo estrutural que também permeia a entidade.

As mulheres continuaram as lutas e no 3º congresso estadual em 1993, tem-se a primeira trabalhadora rural indicada para um cargo na diretoria (1993-1996) da FETAEMG, no Departamento de Política e Reforma Agrária, 25 anos após a criação da Federação. Foi

neste período que se amplia a estrutura organizativa da diretoria e estabelece as diretorias regionais, criando mais capilaridade de atuação no interior do estado. Esse contexto foi justamente o período das campanhas de sindicalização das mulheres e da ampliação da inserção das mesmas no movimento sindical.

No congresso seguinte, em 1996, a participação das mulheres se amplia, e além da trabalhadora rural que esteve na diretoria anterior, têm-se mais quatro mulheres na composição. Neste ano é aprovada a cota mínima de 30% das mulheres na direção da FETAEMG, sendo implementada em todas as instâncias de direção em 1999.

Segundo o mesmo boletim, no que refere aos espaços de participação social, a comissão estadual de trabalhadoras Rurais compõe o conselho estadual da mulher em 2004, estando ocupando a cadeira de vice-presidente em 2007. A comissão esteve presente em várias lutas e construções coletivas, envolvendo as pautas em torno da saúde, combate à violência, agricultura familiar, através do PRONAF, dentre outros.

No que refere à luta das mulheres do campo, um movimento expressivo é a Marcha das Margaridas, inspirado na história de vida de Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983 na Paraíba, por conta da sua trajetória de enfrentamento ao latifúndio e de luta pela terra.

A Marcha das Margaridas teve início no ano 2000, tendo a sua 6ª edição em agosto de 2019, sendo organizada pela CONTAG em parcerias com diversas organizações de mulheres e entidades que tem atuação no meio rural. O processo de luta da Marcha das Margaridas contribuiu significativamente para a construção de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas<sup>121</sup> e para a pactuação de uma agenda política com diálogo direto junto ao governo federal, que tornou mais desafiador após o golpe de 2016.

Processos de lutas como este da Marcha das Margaridas possibilitou as mulheres rurais, atuarem de forma unificada em várias regiões do país, pautando políticas públicas específicas para a população que vive no campo, envolvendo as áreas da saúde, da previdência social, da agricultura familiar e das políticas em defesa da autonomia das

---

<sup>121</sup> A identidade mulheres do campo, da floresta e das águas esteve presente nos processos de construção e mobilização da Marcha das Margaridas, buscando envolver para além das mulheres que vivem nas comunidades rurais e assentamentos, mas também as mulheres indígenas e ribeirinhas que residem na região Amazônica e em territórios da região norte do país.

mulheres e pelo enfrentamento à violência. Essa trajetória construída possibilitou às trabalhadoras rurais serem pioneiras na construção das políticas públicas para as mulheres, em várias regiões do Brasil, o que não foi diferente na região do Vale do Jequitinhonha.

Na região, um marco importante de contribuição para a visibilidade da luta pelos direitos das mulheres e pelo enfrentamento à violência, foram os encontros do Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha<sup>122</sup>, uma iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que promoveu até então oito edições em vários municípios da região. O Fórum da Mulher contribuiu nos processos de empoderamento das mulheres e de construção de atividades formativas.

Outro marco importante para a região, diz respeito à conquista da Unidade Móvel de Acolhimento à Mulher (Ônibus Lilás), um equipamento de prestação de serviço às mulheres rurais, prestando atendimento desenvolvido por equipe técnica na área psicossocial, jurídica e de saúde, ofertando escuta qualificada e orientações legais em casos de violência.

A unidade móvel é uma conquista das trabalhadoras rurais na 4ª Marcha das Margaridas de 2011, na qual foram destinadas três unidades para o estado de Minas Gerais, sendo uma para a região Metropolitana, uma para região da Zona da Mata e outra para a região do Vale do Jequitinhonha, mais precisamente na região do Médio Jequitinhonha em Araçuaí. A Unidade Móvel<sup>123</sup> chegou em novembro de 2013, iniciando os trabalhos no ano de 2014 junto aos municípios da microrregião.

As Unidades Móveis de Acolhimento à Mulher (Ônibus Lilás) fazem parte do Programa “Mulher, viver sem violência”<sup>124</sup>, o qual contemplava outros programas e linhas de trabalho. Porém este programa se refere ao período do governo Dilma, tendo sido desmantelado a partir dos governos posteriores até o momento atual (2022).

---

<sup>122</sup> Uma iniciativa do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher) e do Polo Jequitinhonha da UFMG, em parceria com as entidades locais e as prefeituras dos municípios que sediavam o encontro. As edições do encontro foram nos seguintes municípios Jequitinhonha (2010), Itaobim (2011), Capelinha (2012), Araçuaí (2014), Virgem da Lapa (2015), Araçuaí (2017), Diamantina (2018), Berilo (2019).

<sup>123</sup> Nos anos de 2015 e 2016 estive atuando com os trabalhos junto à Unidade Móvel na Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha (AMEJE).

<sup>124</sup> Para maiores informações sobre o programa acessar em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>> (acesso em 16/04/20).

A partir de experiências de vida da pesquisadora, é possível identificar que a implantação deste equipamento na região possibilitou a criação de redes de atuação entre os municípios, com representações de lideranças comunitárias e sindicais e membros do poder público, contribuindo diretamente para o fortalecimento dos conselhos municipais dos direitos da mulher, como espaços primordiais de exercício de participação social e construção de políticas públicas.

A Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher foi repassada pela Prefeitura Municipal de Araçuaí a partir de um convênio com o governo federal através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. No entanto, a gestão do referido equipamento esteve sob a responsabilidade da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha (AMEJE) durante o período de 2014 até o primeiro semestre de 2017. Porém após deste período e até o presente momento, a coordenação dos trabalhos desenvolvidos com a Unidade Móvel retorna para a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Araçuaí.

Cabe pontuar algumas ações desenvolvidas com o trabalho em rede durante o período de 2015 a 2021, a partir da vivência e da colaboração da pesquisadora<sup>125</sup>. Iniciativas regionais em que houve o engajamento das trabalhadoras rurais, seja no processo de construção ou participação das atividades voltadas para a defesa dos direitos das mulheres, do fortalecimento das políticas públicas e do enfrentamento à violência contra as mulheres.

Dentre as ações realizadas no Vale do Jequitinhonha, cabe destacar: 1) Seminários regionais da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres nos anos de 2014, 2015, 2016); 2) Seminário Educação e Gênero - “A Escola que a gente quer, trabalha a questão da violência contra a mulher” em 2016; 3) Conferência Intermunicipal de Políticas para as Mulheres em 2016; 4) Ações preventivas com a Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher – Ônibus Lilás; 5) Capacitação regional da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, com assessoria do NIEG/UFV<sup>126</sup>; 6) Encontros para criação de conselhos municipais dos direitos das mulheres e a Campanha Participando Sem Medo de Ser Mulher; 7) Audiência Pública na Assembleia Legislativa “Mulheres dos Vales enfrentando à Violência” em Belo Horizonte com 100 mulheres de 20 municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, presidida pelo Deputado Estadual Jean Freire na comissão de participação popular

---

<sup>125</sup> A pesquisadora possui o registro de documentações (fotos, relatórios, sínteses) dessas ações.

<sup>126</sup> Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Viçosa.

em 2016; 8) Seminário sobre o Papel da Segurança Pública no enfrentamento à violência contra as mulheres; 9) Encontros de formação com as comissões de mulheres dos STTRs.

Fruto desse histórico de organização na região e a partir da necessidade em ter um espaço permanente de acompanhamento e articulação acerca das pautas do enfrentamento à violência contra as mulheres, foram lançados em agosto de 2017 os Fóruns Regionais Permanentes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres dos Municípios do Médio Jequitinhonha<sup>127</sup> e dos Municípios do Baixo Jequitinhonha<sup>128</sup>. No início de 2018 formou-se a Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha. O Fórum Regional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, tanto do Médio quanto do Baixo Jequitinhonha, tem como objetivo:

[...] promover um espaço de articulação e acompanhamento das pautas referentes ao fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, a fim de avançar na qualificação dos serviços prestados às mulheres em situação de violência, avançar no nível de sensibilização da sociedade em relação dessa problemática e unir esforços para promover mais ações regionais nesse sentido<sup>129</sup>.

O Fórum é um espaço permanente de articulação entre segmentos do poder público e da sociedade civil, visando fortalecer a rede a nível municipal e regional, sendo espaço de construção de propostas que possam ser multiplicadas nos municípios envolvidos. Dentre algumas ações promovidas pelo Fórum tem-se a realização de capacitações para as conselheiras dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, encontros de fortalecimento das comissões de mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, capacitações dos profissionais da rede (das áreas da assistência social, saúde e segurança pública), encontros para criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, construção do protocolo da rede de atendimento às mulheres etc.

---

<sup>127</sup> Segundo carta de lançamento do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres dos Municípios do Médio Jequitinhonha, o encontro de criação do mesmo ocorreu no dia 16 de agosto de 2017 em Araçuaí, contando com a presença de aproximadamente 60 pessoas de 26 instituições, representando 8 municípios da região, Berilo, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Medina, Padre Paraíso, Itinga, Araçuaí, Coronel Murta.

<sup>128</sup> De acordo com a carta de lançamento do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres dos Municípios do Baixo Jequitinhonha, o encontro que oficializou o mesmo ocorreu no dia 17 de agosto de 2017 em Almenara, contando com a presença de aproximadamente 80 pessoas de 31 organizações, representando 9 municípios da região do baixo Jequitinhonha (Almenara, Bandeira, Palmópolis, Salto da Divisa, Felisburgo, Jacinto, Santa Maria do Salto, Rubim, Jequitinhonha).

<sup>129</sup> Carta de Lançamento do Fórum Regional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha e do Baixo Jequitinhonha (Agosto, 2017).

Cabe apontar que a pauta pelo enfrentamento a violência contra as mulheres está presente na trajetória do movimento sindical rural, sendo uma das reivindicações pautadas na Marcha das Margaridas e em demais atividades promovidas pelos STTRs.

Uma das questões que a pesquisa busca analisar é a caracterização do cenário da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, apontando os desafios e possibilidades para o seu enfrentamento, a partir da percepção das trabalhadoras rurais que foram entrevistadas. Nos próximos três itens deste capítulo faremos o diálogo com as participantes da pesquisa, correlacionando com as contribuições teóricas de Saffioti (2015), Izumino (2003), Bandeira (2019) e Gonzalez (2020).

### **3.2. Cenários da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha**

Ao serem questionadas sobre o cenário da violência doméstica contra as mulheres no campo, a partir principalmente das suas realidades locais, dentro do universo das nove trabalhadoras rurais entrevistadas, seis afirmaram que em suas comunidades rurais existem casos de violência contra as mulheres. Algumas chegando a relatar casos de tentativas de feminicídios que chegaram ao seu conhecimento posteriormente e outras trazem casos em que auxiliaram, orientaram e/ou ofertaram uma escuta acolhedora para a vítima.

Segue relato de uma das trabalhadoras rurais acerca dessa problemática na comunidade rural do seu município:

Aqui [...] E já aconteceu também não tem muito tempo, um outro casal aqui, o rapaz foi dar uma facada na mulher, ainda bem que ela afastou, ela conseguiu desviar, mas ainda furou um pouquinho o pescoço dela. Então, infelizmente, acontece sim! E muitas vezes isso é o que a gente sabe né. Pode ser que esteja acontecendo com outras famílias. (ENTREVISTADA 2).

O relato da entrevistada evidencia o cotidiano da violência doméstica, que perpassa as práticas recorrentes de tentativas de feminicídios, apontando também as situações de violência presenciada pelas crianças e evidenciando os desafios que as mulheres atravessam para conseguir apoio e suporte nestes momentos, principalmente em situações arriscadas.

A entrevistada 1 compartilha informações de trabalhos de sensibilização sobre essa questão na sua comunidade e ao mesmo traz o relato de mecanismos diversos que as mulheres

usam para responder à violência, muitas vezes utilizando de força física, com enfrentamento direto.

[...] a gente trouxe isso pro debate das comunidades nas reuniões, né, pode ser que exista, mas num tá tão igual era antes, né, eu não sei se ocê sabe que a gente já chegou e reuniu uma comissão de mulheres aqui pra dar um coro num companheiro nosso aqui, né. A mulher só vivia com o olho roxo e a gente tomou essa decisão é, além de ter dado um coro nele, ele ficou guardado uns dias aí em Araçuaí, mudou todo o cenário. Então a gente levou isso pra todas as comunidades. (ENTREVISTADA 1).

O apontamento da entrevistada reafirma a necessidade constante do trabalho de base na perspectiva formativa, buscando construir processos que contribuam para autonomia das mulheres, que é fomentado nos espaços coletivos.

Ao mesmo tempo, três entrevistadas apresentaram que desconhecem casos de violência que possam ter ocorrido em suas comunidades. Segue os relatos delas:

É... aqui na comunidade assim...eu nunca...não tem índice de agressão contra a mulher sabe. Aqui não! Que eu já vi ou alguém comentou não, não tem. graças a Deus né...graças a Deus, não tem não. Apesar que está sendo assim, muito...muito constante né. Sei lá...o geral...mas pra nós, pra nós aqui, eu nunca ouvi falar. Então graças a Deus. (ENTREVISTADA 9).

[...] é porque graças a Deus a nossa comunidade até hoje, eu desconheço de alguma violência, entendeu? Como a gente aqui é uma comunidade pequena e a gente praticamente tudo família eu desconheço alguma violência aqui. (ENTREVISTADA 3).

[...] ao meu ver, pelo menos na minha comunidade não existe, assim, não destaca muito a violência não e existe assim em outros lugares, tanta mulher assassinada, tantas mulheres, porque a violência não é só fisicamente, né, psicológica, patrimonial, né. (ENTREVISTADA 4).

Porém todas sinalizam que no campo o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres existe. Uma das entrevistadas ressalta que esse tipo de violência no meio rural ocorre de forma intensa e é muito invisibilizada, persistindo uma prática de silenciamento por parte da comunidade, das famílias e da sociedade em geral. Os três municípios de origem dessas entrevistadas, sendo cada uma delas de uma microrregião (alto, médio e baixo), apresentam índices de violência doméstica conforme consta no quadro 11.

Um aspecto presente na problemática da violência é a naturalização das práticas, condutas e atos violentos, um processo de banalização cada vez mais reproduzido e ampliado, que resulta de um obstáculo para enfrentar essa questão. Uma vez que reforça no imaginário

do agressor de que não há problema cometer esses tipos de atos, que ele não será punido, a vítima encontra dificuldades para romper esse ciclo da violência, e a comunidade naturaliza de modo que não se sente corresponsável em denunciar e sensibilizar acerca da questão.

Isso é reforçado por Saffioti (2015) quando ela aponta a pressão da família e da sociedade perante as situações de violência, de modo que muitas vezes contribuem para o silenciamento

[...] a pressão que a família extensa, os amigos, a Igreja etc.; no sentido da preservação da sagrada família. Importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição. Há, pois, razões suficientes para justificar a ambiguidade da mulher, que num dia apresentava a queixa e, no seguinte, solicita sua retirada. (SAFFIOTI, 2015, p. 93).

Por isso, precisamos evitar a culpabilização das mulheres que não conseguem prosseguir nos processos de denúncia, mas sim, pensar estratégias de acolhimento e fortalecimento da rede de atendimento e de enfrentamento. Pois os obstáculos que envolvem essa problemática (medo, perseguição, ameaça, interferência de membros da família, situação financeira, proteção dos filhos etc.) são múltiplos e enraizados.

Para a composição desse cenário da violência, um elemento recorrente, que tende a agravar, e tornar mais frequentes as práticas violentas é uso de bebidas alcoólicas por parte do agressor e algumas vezes também por parte da vítima. A questão do alcoolismo esteve presente principalmente nos relatos das percepções de quatro das entrevistadas, que destacaram o quanto as práticas do referido vício, é presente na rotina de parte significativa dos homens que comentem violência. Isso a partir do território de vivência das entrevistadas.

Ao correlacionar a problemática da violência no meio rural e no perímetro urbano, a maioria das entrevistadas colocam que na cidade a violência é mais visível, mais “transparente”, mais acessível aos meios de denúncia e aos órgãos de atendimento. Duas das entrevistadas acreditam que o tipo de violência que mais acontece no campo é a psicológica e na cidade é a física, e que conseqüentemente, as práticas de assassinatos (tentados ou consumados) tendem a acontecer mais na cidade. Somado a esse processo, o acesso para denunciar e as formas de apoio, no campo, é mais desafiador. Segue os relatos acerca dessa questão

[...] Eu acho que a violência na cidade ela já acontece de uma forma muito mais violenta (...), só de ter um vizinho ali que às vezes tá separado só por

um muro, por uma parede, talvez isso acontece com menos frequência, quando acontece a violência é muito mais violenta né. A agressão é maior (...) no campo eu acho que essa violência ela acontece é, por muito mais tempo com muito mais frequência na questão psicológica mesmo de domínio. (ENTREVISTADA 2).

[...] Agora a violência tipo em palavras, a psicológica [risos] eu sempre vejo sabe, que às vezes você tá ali, o marido né, a forma em que ele trata mulher mesmo. A mulher estando ali do lado ajudando. Outro dia mesmo eu tava num curral lá de uma família e a esposa sabe, tipo ajudando tirar o leite lá naquela dificuldade toda e tal e o marido com aquela: poxa, você também não sabe mexer, eu já to cansado de ensinar você, você é burra, você não serve pra nada. Entendeu? Porque assim a violência eu vejo isso também como uma violência psicológica. (ENTREVISTADA 6).

Cabe salientar que as análises acerca do fenômeno da violência no meio rural e/ou urbano, objetiva compreender algumas das particularidades dessa problemática no campo, o que não quer dizer que a violência seja determinada pelo perímetro territorial, mas sim, que sofre influências conforme as características do espaço em que ocorreu.

A entrevistada 2 em seu relato expressa uma questão importante que é o papel diferencial da vizinhança perante os casos de violência doméstica. Os vizinhos podem contribuir significativamente com a realização de denúncias anônimas, acionando a polícia militar, quanto está ocorrendo uma agressão ou mesmo em casos suspeitos. O que já representa um desafio maior em relação à realidade no campo, em que as casas, na maioria das vezes são distantes uma das outras. Segundo a percepção da entrevistada 2 a violência no campo ocorre com uma maior frequência e duração.

Já o relato da entrevistada 6 elucida comentários cotidianos feitos por determinados homens direcionados para as suas esposas, que evidenciam constantes práticas de violência psicológica e moral, humilhando e expondo a mulher, muitas vezes na frente de demais familiares, vizinhos e amigos.

Uma caracterização da violência contra as mulheres no campo presente nas percepções das entrevistadas diz respeito ao desafio para a realização da denúncia, segundo a entrevistada 7 “a denúncia no campo é mais difícil”, tanto pelo medo que as vítimas possuem, como pela fragilidade da oferta dos serviços prestadas as mesmas. Como é anunciado no relato da referida entrevistada, ao comentar sobre os órgãos que prestam serviço às mulheres em situação de violência no meio rural: “Mas e aqui na zona rural? Elas podem ir lá ajudar.

Aqui na zona rural, quando elas chegam vir, o que tiver que acontecer, aconteceu!” (ENTREVISTADA 7).

A colocação da trabalhadora rural expressa a dimensão dos desafios para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo, em que muitas vezes, os órgãos de segurança, chegam tardiamente no local do crime ocorrido. São situações que escancaram a desvalorização da vida e a urgente necessidade de estruturação e fortalecimento das redes de proteção, para melhor qualificar e agilizar os serviços prestados às vítimas.

Ao analisar as percepções das mulheres trabalhadoras rurais em posição de liderança no Vale do Jequitinhonha, cabe destacar alguns dos apontamentos trazidos pelas entrevistadas.

[...] No meio das nossas trabalhadoras rurais, ultimamente isso tem me preocupado muito, vê no noticiário apenas nós sabemos, apenas aquilo que fala, matou em Joáima, matou em Jequitinhonha, matou em tal lugar, mas e o que nós não sabemos? O que não vai para o registro e essas que somem, vai para onde? Araçuaí tem duas mulheres sumidas, com duas crianças, alguém teve notícias delas? Então, o que acontece, isso está no estado de Minas Gerais inteiro. O que aconteceu em Montes Claros agora recentemente? Mataram uma jovem, esquartejou e colocou na mala. [...]. Então é uma coisa que assusta, porque a violência contra as mulheres, eu estou sentindo que ela está crescendo. Há umas pessoas que falam [...]. Não, é porque antes a gente não via!. Não! Antes a gente não via, mas hoje a gente vê! E todo mundo dá notícia e ela continua cada vez mais, na nossa região. Nós só sabemos aquilo que chega no nosso conhecimento. [...]. Olha o caso de Divisa Alegre, então o que eu sinto, a minha visão. É que essa violência está cada vez mais, eu não sei explicar, se eu estou certa ou estou errada, mas minha visão é que a violência está aumentando entre nós mulheres. (ENTREVISTADA 1).

A partir desse relato torna-se evidente o quanto esse fenômeno da violência contra as mulheres é cotidiano e recorrente, com a constante sensação de que está sempre crescente e conforme a percepção da entrevistada está havendo uma maior visibilidade da problemática na atualidade. Só nesta parte da entrevista ela cita casos de feminicídios em cinco municípios, sendo quatro pertencentes e a região do Vale do Jequitinhonha e um do Norte de Minas.

Ao fazer um paralelo entre o universo de trinta anos atrás e contexto atual, entrevistada 1, faz uma comparação interessante ao fazer a seguinte colocação:

[...] Trinta anos atrás a gente estava começando um debate sobre a violência contra as mulheres, mas não era tanta morte, era mulher encarcerada dentro de casa, presa! Era o que chegava no conhecimento da gente, **mulher sendo**

**escravizada pelo próprio marido, as vezes até apanhava, mas não matava, porque precisava dela. E hoje não! Hoje usa, abusa e mata! É o que eu vejo, não sei se todo mundo está vendo igual eu tô [...]. Não sei se é porque a gente fala mais, a gente tem uma luta, tem uma lei que protege as mulheres, como a Lei Maria da Penha. [...] todos os dias, a gente está vendo companheiras mortas, pelos companheiros, pelos ex-companheiros, por alguém da família. (ENTREVISTADA 1 – grifos nossos).**

Pela sua colocação é notório que os crimes de feminicídio estão mais recorrentes, ao mesmo tempo sendo consequência de outras práticas de violência doméstica. A percepção da entrevistada pontua a importância da Lei Maria da Penha, como mecanismo que contribui para a proteção das vítimas. Reafirma a objetificação da mulher que é histórica e ao mesmo tempo sinaliza sutilmente que mulheres que são lideranças acabam tomando maior conhecimento da realidade da violência.

A entrevistada 1 deixa claro que a violência sempre existiu, porém os assassinatos na atualidade são mais presentes na atualidade. Não podemos perder de vista que no intervalo desses trinta anos que a trabalhadora rural se refere está diretamente relacionado com contexto de ampliação da participação das mulheres rurais no movimento sindical, a partir das campanhas de sindicalização e da construção de várias lutas e mobilizações importantes como a Marcha das Margaridas. Ou seja, a participação das mulheres nos espaços de formação, organização e luta são fundamentais para refletirem e compreenderem melhor sobre o fenômeno da violência e ao mesmo tempo fortalecerem a sua autonomia enquanto sujeito coletivo.

No arsenal das contribuições acerca do cenário da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, uma das entrevistadas traz um apontamento que reforça a dimensão estrutural da violência presente nas relações sociais dos seres humanos, ao considerar que

[...] é o seguinte, na minha visão, a violência doméstica, a violência contra a mulher, ela é crônica, ela existe né de longas datas e quando se fala que ela aumentou, a minha visão é o seguinte. Aumentou foi a queda das máscaras. Ela sempre esteve em um nível muito elevado, só que com a informação chegando à população, as pessoas vão se encorajando, então, aumentou foi as denúncias, as descobertas da violência. (ENTREVISTADA 8).

A entrevistada 8 deixa claro que a violência existe historicamente e o que foi perceptível é o crescimento do que ela denomina de “aumento da queda das máscaras”. Ou seja, temos ao longo das últimas décadas várias lutas e construções de movimentos sociais

que pautam o enfrentamento ao machismo e o patriarcado, batalhando por direitos específicos das mulheres, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na desconstrução da visão conservadora sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, como também da concepção de família e do matrimônio.

Tudo isso desencadeou processos para desnudar o silenciamento e invisibilidade das condutas violentas. Nesse sentido, a trabalhadora rural traz uma reflexão muito significativa, que é o apontamento de que mesmo com todos os desafios, a violência está sendo mais visível, por conta “das denúncias e das descobertas”, advindas de um longo, intenso e ainda muito necessário, trabalho de base de formação, conscientização e organização da rede.

Nessa linha de análise contamos com as contribuições de Izumino (2003) que reafirma a compreensão das relações de dominação dos homens sobre as mulheres de modo que se retroalimentadas para legitimar as estruturas de poder.

Pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais de dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada. Implica, sobretudo, em recusar qualquer resquício de determinação biológica ou natural dessa dominação, assumindo a configuração histórica e cultural, e, portanto, política, das relações entre os sexos. (IZUMINO, 2003, p. 90).

Dessa forma, vamos caminhar buscando aumentar cada vez mais a “queda das máscaras”, rompendo o silêncio e fortalecendo as mulheres em rede de forma conjunta e coletiva, para enfrentar cotidianamente todas as formas de violência.

### **3.3 As marcas da violência doméstica contra as mulheres no campo: desafios vivenciados**

Nesta parte refletimos acerca dos principais desafios para enfrentar para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha a partir da percepção das trabalhadoras rurais lideranças que contribuíram com a pesquisa.

Para analisar esses desafios apresentados não podemos perder de vista o arcabouço teórico que trouxemos ao longo desse trabalho, no que refere ao fenômeno da violência, as condições de vida das mulheres e as particularidades do meio rural. Ou seja, desenvolver um olhar que articule a compreensão da violência como estrutural na sociedade, com os seus marcadores sociais, geracionais, raciais e de gênero; que perceba as diferenças das realidades

vividas pelas mulheres brancas e não-brancas, somado as especificidades do campo, como espaço do cotidiano das mulheres rurais, e que enfrenta as dificuldades advindas da precariedade dos serviços públicos.

Tomamos como pressuposto que os elementos apresentados como desafios estão interligados, porém com o objetivo de melhor estruturar o que é elucidado pelas entrevistadas, avaliamos prudente a organização em um quadro síntese.

### **Quadro 13 – Principais desafios para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha**

<b>Desafios voltados para a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres</b>	<b>Responsabilidade pela criação</b>	
	<b>Poder Público</b>	<b>Sociedade civil/ comunidade</b>
Diagnóstico do cenário da violência doméstica no campo	X	
Desmonte das políticas públicas	X	
Falta de apoio para atuação		X
Capacitação para a rede	X	X
Organizar as redes municipais	X	X
Criação dos Conselhos	X	X
Contexto da pandemia da COVID 19	X	X
Aplicabilidade da Lei M <sup>a</sup> da Penha	X	
Distanciamento das localidades	X	
Atendimento não humanizado	X	
Condições do trabalho preventivo em rede	X	X
Necessidade um lazer/uma ocupação	X	X
Orientação e formação para as mulheres	X	X
Medo e Isolamento	X	X
Encorajamento das mulheres	X	X
As mulheres procurarem ajuda	X	X
União e cooperação entre as mulheres		X
Empoderamento/valorização das mulheres	X	X

Penalização do agressor	X	
Conscientização e trabalho preventivo em relação ao Alcoolismo	X	X
Trabalho de conscientização com os homens e com agressores	X	X
Condições dignas de trabalho e renda	X	

Dentre o universo dos principais desafios apresentados compreendemos que a organização e articulação das redes municipais de enfrentamento à violência é uma questão basilar para o desenvolvimento do trabalho, pois esse passo possibilita a construção do fluxo de atendimento, para aperfeiçoar a oferta dos serviços destinados às vítimas e ampliar as informações para as mulheres que sofrem violência.

Com o processo de articulação das redes que se organizam também nas esferas nacionais, estaduais e regionais, contribui diretamente para discutir a necessidade de um atendimento humanizado, a construção dos conselhos e a realização de capacitações. Nessa linha de análise uma das trabalhadoras rurais entrevistadas pontua:

[...] é fortalecer as redes, né, as redes municipais, [...] organizando os conselhos e nem todo município já constituiu novo conselho de direito da mulher. Eu acho que o maior desafio que nós estamos encarando agora, é organizar as redes municipais pra gente junto com eles, a gente fazer esse trabalho coletivo sabe? [...] **Então o maior desafio no momento é primeiro: tem que fortalecer as redes, municipais, criar os conselhos em todos os municípios.** (ENTREVISTADA 4 – grifos nossos).

Além de reafirmar a necessidade do fortalecimento dos conselhos e da criação dos conselhos, a entrevistada ressalta a necessidade de construir esses mecanismos na amplitude dos municípios, dessa forma, extrapolando um olhar somente local e demarcando uma visão regionalizada.

As redes municipais fortalecidas contribuem para a construção de capacitações dos profissionais da rede, que devem acontecer de forma continuada, envolvendo conteúdos técnicos sobre a oferta da escuta acolhedora, dos encaminhamentos exigidos perante o atendimento do caso; como também da utilização de abordagem despida de preconceitos, julgamentos e culpabilizações. Lembrando que isso é um exercício permanente de desconstrução.

No âmbito das capacitações, dentre os relatos das entrevistadas, são apontados principalmente, a necessidade de treinamento para os profissionais da segurança pública, o que não exclui os demais servidores públicos que prestam atendimento às mulheres. A entrevistada 8 traz contribuições nesse sentido

**[..] falta de preparação da equipe de policiamento, não importa, se é civil ou militar. Então, eu acho que essa preparação sempre ter, uma referência feminina nestes espaços, pra na hora que as nossas mulheres e as nossas meninas, precisarem, elas terem a escolha de não serem atendidas por um homem, porque existe muitos homens que não são machistas.** Muitos homens que não são machistas, que entendem as nossas diferenças, que não é as nossas fragilidades, e sim as nossas diferenças, mas a gente nunca sabe quem são eles né. [...] Vamos respeitar as diferenças, as diversidades, eu não posso acolher Maria do mesmo jeito que eu acolho Joana, eu tenho que acolher de acordo com a abordagem de cada uma. [...] **Então cada dia a gente vai lutando e na luta a gente aprende muito. Eu acredito muito na minha escola da vida.** (ENTREVISTADA 8 – grifos nossos).

A trabalhadora rural pontua o desafio da cultura machista entre os homens, não sendo diferente no meio policial, por mais que ela aponta que nem todos os homens praticam sempre condutas machistas, e nesse sentido, precisamos deles como aliados nesta luta contra a violência doméstica. Ela reafirma a necessidade da capacitação dos agentes da segurança pública, ressaltando a importância de terem policiais femininas dentre os profissionais que prestam serviços às mulheres em situação de violência. Ao mesmo tempo sabemos que não basta ter uma mulher como policial para que o atendimento seja prestado de forma qualificada, como podemos ver no relato da entrevistada 5 sobre o atendimento da polícia civil no item 1.3 do capítulo 1.

A entrevistada 8 sinaliza que os profissionais precisam adotar uma abordagem que respeita a diversidade das mulheres que são atendidas, além de pontuar as dimensões de aprendizagem que são adquiridas ao longo da vida.

Nessa mesma linha de análise a entrevistada 5 evidencia a necessidade de atendimento humanizado, que também é um fator que precisa ser trabalhado nas capacitações e nos processos de articulação das redes municipais. A trabalhadora rural expressa um apelo para a questão do sigilo profissional por parte dos policiais.

[...]Aí você vê que o sigilo deste policial ele não foi sigiloso com aquela ajuda que ela pediu, porque ele foi lá e contou ao esposo, aí então por isso, ficou uma situação assim, que por mais que eu falava com **ela assim que**

**tinha sigilo, ela não acredita na polícia. [...] primeiro a assistência social nossa tá falha**, ela é muito falha nisso, a polícia por ser um dos que a gente mais procura por a gente saber que eles está mais ali, pode ficar, aí nos dá uma segurança. **Pelos policiais que a gente tem aqui a gente não confia mais neles porque eles não têm o total sigilo** e a outra assim acho que ta faltando mais oportunidade, por mais que a gente tenta, ta faltando mais oportunidade, **mais direito da mulherada se expressar, pra ela pedir socorro, porque os meios de socorro que a gente tem, parece que eles estão surdos.** (ENTREVISTADA 5 - grifos nossos).

Além da falta de sigilo um elemento preocupante que a entrevistada 5 aponta é a insegurança das mulheres na polícia militar, que gera muitas vezes um desestímulo para a realização do processo de denúncia. Isso é outro ponto que precisa ser trabalhado pelos órgãos públicos a fim de garantir um atendimento qualificado.

Ainda nesta análise da abordagem policial, a entrevistada 6 demarca a preocupação com a intensificação das práticas de violência em decorrência da violência policial.

[...] uma dificuldade crucial, que independente, eu vou te falar que independente dela tá na comunidade rural, como ela tá na zona urbana, esse é um fator que ele é decisivo porque muitas vezes a mulher não faz a denúncia por isso porque o policial vai lá, ela faz denúncia, o policial vai lá pega o marido se ele tá agredindo. A primeira coisa que a polícia faz bate, pega o cara, bate no cara. O cara já tá nervoso de sobra aí ele toma essa taca lá mas quando ele volta para casa ele vem tipo assim com pensamento dobrado, eu apanhei por causa de você então eu vou descontar tudo em você. (ENTREVISTADA 6).

Outro elemento que está relacionado com a articulação das redes municipais é a dimensão formativa voltada para as mulheres, no cotidiano do trabalho de base nas comunidades rurais, sendo elemento central que precisa ser investido e potencializado.

[...] Os desafios que eu acho para enfrentar, eu ainda acho, eu sempre vou falar da **questão da orientação, dos cursos, da valorização da mulher**, pra se descobrir o empoderamento. Enfim, essas questões, que eu acho que são através da informação mesmo né. Através do momento que a mulher é informada, que ela **passa a entender que ela pode dar o grito, que ela pode pedir ajuda, que alguém vai ouvi-la. A partir desse momento, eu acho que aí já é um caminho para ela sair daquele mundo que ela vive.** (ENTREVISTADA 2 – grifos nossos).

A promoção de encontros de orientação acerca dos direitos das mulheres, dos procedimentos para “dar o grito”, para “pedir ajuda”, fortalecendo a construção da autonomia, é algo que as trabalhadoras rurais dentro do movimento sindical desenvolveram ao longo das suas trajetórias. No entanto, compreendendo que é um trabalho permanente e que precisa ser

realizado de forma mais continuada, e é central que os sindicatos coloquem esses tipos de ações em seus planejamentos anuais, não se limitando às atividades durante as datas como o 8 de março.

O fortalecimento das redes municipais e a construção dos conselhos nos municípios são iniciativas que devem ser desenvolvidas de forma coletiva e integradas entre os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil.

O desmonte as políticas públicas, como resultado de projetos políticos em disputa, do avanço do conservadorismo, dos cortes orçamentários e da precarização intencionalizada dos serviços públicos, reflete diretamente na dificuldade para o enfrentamento aos crimes de violência doméstica. Esse dismantelamento está atrelado com processos de desestruturação das diretrizes nacionais de atuação no que refere a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres e as normativas estaduais e municipais, fragilizando a política pública como um todo.

No que refere ao descumprimento da Lei Maria da Penha é um gargalo presente nestes 15 anos de existência da lei, gerando impunidade e banalização da violência, nesse sentido a entrevistada 4 sinaliza que

[...] muitas das vezes nossas autoridades é que às vezes quando o agressor agride as mulheres, às vezes nossas autoridades, por muito que tem a lei nos proteja, mas nossas autoridades tem hora que faz vista grossa, então, tem hora que prende o agressor, daí a pouco solta, né, e aí eu acho que existe muito desafio por conta das nossas autoridades e eu acho que a **Lei Maria da Penha tem que ser mais levada a sério né**, pra que puna nossos agressores e muitas das vezes nossas mulheres são agredidas e não são respeitadas como deve ser e levada a sério pelas nossas autoridades. (ENTREVISTADA 4 – grifos nossos).

A necessidade de aplicabilidade da Lei Maria da Penha envolve vários elementos de ordem pública: condições dignas de trabalho para os agentes públicos; recursos orçamentários; ampliação de cargos efetivos para que eleve o quantitativo de profissionais para atender às vítimas; aumento do número de delegacias regionais e especializadas; criação de centros de referência de atendimento as mulheres. Somado aos fatores que envolve as relações sociais, promoção de ações que fortaleçam a coragem e autonomia das mulheres, ao mesmo tempo, que rompa o silêncio e o medo, desconstruindo os padrões de dominação.

Em relação às especificidades do campo, destacam-se dois desafios principais: a necessidade da construção de um diagnóstico da violência doméstica contra as mulheres no campo, que possa caracterizar e elucidar as dimensões quantitativas e qualitativas desse fenômeno; que auxilie a construção de políticas públicas e a organização da atuação das redes, para avançar no enfrentamento à violência no meio rural. O outro desafio muito presente no relato das entrevistadas diz respeito, o descolamento e/ou oferta dos serviços até as mulheres em suas localidades.

Sobre a construção do diagnóstico situacional da violência contra as mulheres no campo, a entrevistada 1 ressalta que

[...] As dificuldades, primeiro é a gente conseguir fazer o diagnóstico, uma, segundo a gente ter o apoio dos órgãos de competência que tem autonomia para fazer isso junto com a gente. Não alcança o campo, não adianta, que não alcança! Outra coisa, conscientizar esse pessoal, primeiro, porque o campo ele é muito dominado pelo álcool. E uma mente alcoolizada, ela não pensa, ela age! **Então esses são os desafios, primeiro, é ter esse diagnóstico, a gente vai bater na tecla!** Não porque não existe, é porque eles não vão falar. Voltando lá atrás, por que eles não vão falar? Por medo! Não pensa você que o medo não existe, porque existe! E muito grande. **E de agora para frente essa situação vai ficar muito pior, pela fome, pelo desemprego. Agora mesmo nessa pandemia, quantas e quantas mulheres violentadas, estão caladas, porque não tem como sobreviver.** (ENTREVISTADA 1 – grifos nossos).

O depoimento da entrevistada ressalta que a ausência desse diagnóstico é resultado não somente da falta de prioridade os órgãos públicos, mas também por conta de todo silenciamento que ainda existe no campo. Acrescidos de demais fatores como o alcoolismo, o desemprego, a fome.

Em relação ao acesso das mulheres aos serviços de atendimento, seja por meio do deslocamento dos referidos órgãos de atendimento até as mulheres rurais, ou pela acessibilidade destas para dirigirem até esses serviços, duas entrevistadas apontam aos seguintes relatos:

[...], por exemplo, na zona rural, se existir uma violência lá, até que fazer esse boletim de ocorrência, **e que esse policial dá de chegar lá, se tiver de matar já matou, então o maior desafio também que eu acho é isso, é a distância,** até que eles vai atender aquele registro da mulher no campo, é difícil, talvez na cidade anda mais rápido. [...] muitas das vezes eles fazem vista grossa, né, **ai só se tiver mesmo um matando uns aos outros, eu acho que tem ainda um pouco de descaso por conta das nossas autoridades atender uma denúncia quando as mulheres do campo [...],** até que eles

leva a sério, tem horas que as vezes elas fazem a denúncia e eles: **ah num tem viatura, a viatura ta num sei pra onde. Então existe muito isso.** (ENTREVISTADA 4 – grifos nossos).

**O que eu acho difícil...a dificuldade é o apoio!** Para ela ter um apoio. Isso aí que é difícil. Porque talvez ela não tem um apoio para ela procurar né. Porque não adianta a pessoa às vezes denunciar o outro e não ter uma acolhida para ele. Tem que ser né. **Ela tem que denunciar, sabendo para aonde ele vai, quem vai acolher ele. Por isso tem horas que é difícil. A pessoa sofre violência é por causa disso.** (ENTREVISTADA 7 – grifos nossos).

O desafio do acesso das mulheres aos serviços de atendimento representa um obstáculo expressivo para o enfrentamento da violência, de acordo com as percepções das entrevistadas, a distância das comunidades rurais principalmente para o deslocamento da polícia é uma especificidade dessa problemática no meio rural, gerando o que a entrevistada 7 demarca que a “dificuldade é o apoio”. Somado às dificuldades de uma acolhida especializada e de uma escuta mais humanizada.

Esse conjunto de desafio é acompanhado também de outros elementos que as trabalhadoras rurais apontam, dentre eles, o fato de ter poucas pessoas e pouco tempo para dedicar o trabalho preventivo em rede, sendo um argumento apontado pela entrevistada 6. Como também a falta de apoio para atuação da sociedade civil nessa área, que é colocado pela entrevistada 2.

O que eu acho que é um grande desafio também, essas coisas acontecerem, é igual eu falei antes porque a gente não tem, por exemplo se hoje eu falar vou fundar uma ONG pra ajudar mulheres, e aí, como que eu vou, quais que são os passos, quem que vai poder me ajudar, enfim, tudo isso aí que fica é um vazio, sabe. (ENTREVISTADA 2).

Em relação ao medo, sabemos que é um sentimento que perpassa a vida da mulher que sofre violência, bem como, dos seus familiares, amigos e dos vizinhos, justamente em decorrência das limitações que garantem a proteção da vítima. Porém, temos o compromisso de incentivar o rompimento desse silêncio, por mais difícil que seja.

Na questão do alcoolismo que realmente é muito presente no meio rural, nota-se como este fator potencializa os casos de violência, afetando o humor do agressor, tornando todos que estão no ambiente doméstico, mais vulneráveis às práticas violentas. Considerando a questão do alcoolismo para além de um vício, mas sim como expressão da realidade perpassada pelas desigualdades sociais. O alcoolismo precisa ser tratado como uma questão

de saúde pública, mas precisa ser compreendido como um elemento presente na vida de várias famílias brasileiras. Como pode ser evidenciado no texto “Mulher Negra: um retrato” de Gonzalez (2020).

[...] Não conseguia entender por que a mãe e os irmãos passaram a beber daquele jeito. O mais velho, que tinha até se casado direitinho com uma moça muito boa e trabalhadeira, seu ordenado mal dava pra beber tanto. Está certo que ele nunca conseguiu emprego melhor do que em obra, mas a mulher trabalhava, ajudava ele a sustentar a casa. **A mulher acabou se cansando de tanto ir buscar ele na birosca lá de baixo, caindo de porre.** Foi embora de vez. Aí ele deixou de comer para beber o tempo todo. Ainda se lembra do dia em que, já doente, ele foi tomar aquela injeção na farmácia do seu Antonio. **Teimou em beber depois da injeção.** Deu complicação e ele mal teve tempo de chegar em casa pra morrer. Tão moço ainda... [...] é muito ciumento. Principalmente quando bebe. Aí a gente briga e fica sem falar. Graças a Deus não é igual ao marido daquela prima que é mãe de oito filhos. **Quando ele toma suas canas, bate nela pra valer.** (GONZALEZ, 2020, p. 175/176 - grifos nossos).

Em relação aos desafios voltados para o trabalho de base junto às mulheres no âmbito da sociedade civil, é pontuado pelas entrevistadas a importância em desenvolver um processo de encorajamento, apoio, formação, união entre as mulheres. Nesse sentido a entrevistada 6 afirma que é necessário

[...] primeiro a mulher se encorajar, acreditar que quanto mais calada ela ficar mais ela vai sofrer e que de uma forma ou de outra ela precisa sair dessa obsessão de uma violência familiar. E tipo criar coragem, procurar as formas de ajuda, mas assim também eu vejo uma outra dificuldade que é fazer valer a lei. Porque é muito fácil para uma mulher ir lá fazer a denúncia, por exemplo do marido que tá batendo e que isso e aquilo e aí a polícia buscar o marido e deixar ele dormir uma noite, duas lá na cadeia e no terceiro dia soltar ele e ele voltar no mesmo local onde ela tá com os filhos, entendeu. (ENTREVISTADA 6).

No que refere ao trabalho de sensibilização com os homens, agressores ou não, as participantes da pesquisa, apontam que é um desafio desenvolver trabalhos de prevenção com os mesmos, buscando desconstruir as masculinidades tóxicas no cotidiano e fortalecendo a construções de relações de respeito, sem autoritarismo.

Perante todos os desafios apresentados para enfrentar a violência doméstica no campo, acreditamos que os sindicatos possuem um papel preponderante neste processo, somado ao protagonismo históricos que as trabalhadoras rurais construíram ao longo das suas trajetórias de lutas. Isso é afirmado também pela entrevistada 4.

[...] Então na minha comunidade graças a Deus, já tem um grupo de mulheres que, tem associação de mulheres, a gente já faz essa organização com elas sabe? Então elas, assim, noventa por cento delas, elas andam com suas próprias pernas, elas sabem se libertar cê entendeu? Elas, qualquer coisa denunciam. (ENTREVISTADA 4).

A entrevistada 4 demarca um ponto fundamental que são as organizações de base junto com as mulheres que promovem redes solidárias de apoio, construindo momentos formativos acerca da superação dos ciclos da violência. Questões que normalmente são mais fomentadas quando se tem uma atuação ativa nas comunidades por parte dos sindicatos e das associações comunitárias.

Cabe colocar que todas as entrevistadas direta ou indiretamente, pontuaram a importância dessa questão. A mesma entrevistada reforça que os trabalhos preventivos e as organizações das ações em rede são “[...] o fruto do nosso trabalho do movimento sindical, porque a gente já faz esse trabalho com as rurais, por isso que eu acho que há esse diferencial”. (ENTREVISTADA 4). E acreditamos que esse diferencial se dá a partir da construção coletiva através da organização social, dos encontros formativos e das lutas travadas.

Após discutir os desafios para pensar a violência contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, a partir das percepções das trabalhadoras rurais em posição de liderança, nesta última parte do capítulo iremos analisar as propostas de ações estratégicas para avançar na luta pelo enfrentamento à violência.

### **3.4. “Em briga de marido e mulher: a gente mete a colher”: As possibilidades de estratégias para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais**

Não podemos perder de vista que para analisar a violência doméstica, a questão do gênero, enquanto marcador social que emerge na relação de alteridade (Bandeira, 2019), se constitui como um aspecto fundamental para a compreensão desse fenômeno, sem desconsiderar a dimensão racial e de classe.

Nessa linha de reflexão Bandeira (2019) afirma que

A questão de gênero, em sua interface com a violência, deve ser vista como ampliação, aprimoramento e desdobramento das diretrizes estabelecidas nos campos da segurança pública, justiça e saúde no Brasil, superando as limitações observadas nas experiências recentes. Nessa perspectiva, a formação, sensibilização e capacitação de agentes públicos dirigidas às

transformações socioculturais não devem distanciar-se dos interesses coletivos feministas e, assim, manterem-se comprometidas com a construção de novos saberes e práticas. A coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multisetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e na conjuntura do fenômeno organizador da nossa realidade social tão desigual e violenta em relação às mulheres. (BANDEIRA, 2019, p. 311/312).

Sendo assim, o enfrentamento à violência doméstica exige uma abordagem interdisciplinar que vai ao encontro com a luta feminista, que tem como horizonte da emancipação das mulheres e luta contra as desigualdades, e as relações de explorações. A partir desse olhar, analisamos as proposições acerca das estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha apontadas pelas trabalhadoras rurais.

No processo de produção dos dados da pesquisa durante as entrevistas, ao serem indagadas sobre as sugestões de possibilidades para o enfrentamento as violências, a maioria das entrevistadas trouxe elementos que são desafios. O que nos permite perceber que as questões das possibilidades e dificuldades estão correlacionadas e por isso precisamos compreendê-las de forma interligadas, sendo elementos que compõem uma mesma realidade. Por conta disso, optamos em sistematizar as possibilidades apresentadas que são prioritariamente propostas mais diretas e objetivas para responder a necessidade do enfrentamento a essa problemática.

Dentre os elementos que foram apresentados como desafios e também como possibilidades, temos: o fortalecimento das redes; criação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres; promoção de capacitações dos profissionais; cursos e momentos formativos para promoção da autonomia das mulheres; construção do diagnóstico da situação da violência doméstica no campo; desenvolver trabalho preventivo com os homens.

No que refere aos elementos que foram apresentados somente como possibilidades temos: a implantação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres; a utilização dos meios de comunicação pra sensibilizar, com destaque para a rádio que tem um alcance significativo dentre o público do meio rural; construir um coletivo grande e ter instâncias de atuação, que esteja diretamente relacionado com a integração entre as redes a nível nacional, estadual, regional e municipal; a promoção de iniciativas que contribuam para a autonomia

das mulheres; realização de grupos de reflexão com as famílias; fomento à criação de grupos de mulheres; confecção de material informativo para os homens.

Segue um quadro síntese com as proposições, correlacionando com as áreas de abrangência, poder público ou sociedade civil, ou também em ambos.

**Quadro 14 – Principais possibilidades para atuação da rede para enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha**

<b>Possibilidades /propostas de ações (para organização da rede)</b>	<b>Responsabilidade pela criação</b>	
	<b>Poder público (políticas públicas)</b>	<b>Sociedade Civil (Ações comunitárias)</b>
Delegacia Especializada	X	
Cursos/ Orientações/Capacitação	X	X
Fortalecimento da rede	X	
Criação dos conselhos da mulher	X	
Utilização dos meios de comunicação pra sensibilizar	X	X
Somar um coletivo grande e ter instâncias de atuação	X	X
Ter o diagnóstico da violência organizado		X
Promover momentos de terapia com as famílias / Fazer oficinas com os casais	X	X
Grupos de mulheres na associação de produtores	X	X
Autonomia financeira para as mulheres	X	X
Trabalho com os homens e agressores	X	X
Produção de material informativo para os homens	X	X

O processo de análise das percepções das trabalhadoras rurais trouxe outra contribuição muito importante ao pensar o arcabouço de medidas necessárias para enfrentar a violência contra as mulheres no campo:

**[...] Outro que eu gostaria que a gente trabalhasse, nós trabalhamos as mulheres, eu acho que a gente tem que mudar a nossa estratégia de trabalhar a violência, a vítima não são as mulheres? Vamos mudar, vamos tentar buscar parcerias, companheiros, que dê uma palestra, que está junto com nós, que pode nos ajudar, a levar essa conscientização aos agressores.** Porque a vítima, sabe que ela é vítima, que ela apanha, que ela é discriminada, que ela é humilhada, que ela é rebaixada, mas ele não, ele se sente poderoso. É meu ponto de vista, mas não é chegar brigando, **fazer um trabalho com grupo de homens, vamos falar de homem pra homem.** Igual nós falamos de mulher para mulher. [...] Nós precisamos muito de pessoas que nos ajude, profissionais da saúde, da segurança, de todas as esferas, que nos ajude a combater esse crime, que é a violência contra nós mulheres. (ENTREVISTADA 1 – grifos nossos).

Nesse aspecto, corroboramos com as propostas apresentadas, uma vez que percebemos um volume de atividades preventivas desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil e pelos órgãos do poder público, que são direcionadas para as mulheres, já para o público masculino, são raras as ações realizadas no Vale do Jequitinhonha. Se compreendermos que a violência é expressão do sistema machista-patriarcal que reproduz práticas violentas, legitimado por uma cultura machista que cria um padrão masculino opressor e dominador, precisamos dialogar e refletir sobre masculinidades saudáveis, associado ao rompimento da sociedade capitalista machista sexista patriarcal racista e LGBTTFóbica.

Sendo assim, a construção de rodas de conversa e grupos reflexivos com os homens é fundamental para estimular os mesmos a pensarem sobre suas condutas, reavaliarem e construir passos que venham desencadear mudanças de comportamentos.

Nessa linha de trabalho preventivo voltado para os homens agressores, no caso, que estão cumprindo medida protetiva em decorrência de crimes que enquadram na Lei Maria da Penha, temos vistos importantes iniciativas desenvolvidas por algumas comarcas da região do Vale do Jequitinhonha, dentre elas, as comarcas de Araçuaí<sup>130</sup>, Diamantina e Novo Cruzeiro.

---

<sup>130</sup> Para saber maiores informações sobre o Programa Restaurar segue fontes para consulta. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/programa-restaurar-e-implantado-em-aracuai.htm#.YgV1P9LMLIV>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2021/05/25/juiz-cria-programa-de-reeducacao-para-homens-que-praticaram-violencia-domestica-na-comarca-de-aracuai.ghtml>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

Na comarca de Araçuaí existe o projeto RESTAURAR que desenvolve nos municípios que compõe a mesma, trabalhos de acompanhamento psicossocial e realização de grupos reflexivos com homens agressores que estão cumprindo medida protetiva, sendo a participação nos grupos uma determinação judicial.

Até o momento é possível afirmar que para pensar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, no âmbito doméstico, é fundamental não perder de vista a centralidade do fortalecimento do trabalho em rede envolvendo toda sociedade, articulando medidas preventivas e punitivas. Entendendo que só a perspectiva da punição não dá conta de responder a essa problemática.

Além disso, é necessário perceber a expressão da violência doméstica no campo, o que é desafiador por conta de todo o processo de silenciamento e da inexistência de um diagnóstico dos dados. O que exige constantes processos de articulação das redes, como é pontuado pela entrevistada 8.

**O fundamental é a gente somar um coletivo grande, ter instâncias, a luta começar na comunidade, no pequeno bairro, no grupo de família, porque não ter um grupo de família pra falar sobre o dia a dia, e esse grupo da família, se estender pra um grupo comunitário, municipal, regional, estadual e federal. Então, não ter uma referência no município para poder abranger 15 mil habitantes, isso não funciona! Isso não funciona, ter uma pasta feminina em todos os setores do município né..e aí a gente formar uma grande rede sabe...eu acho que precisa ter, **tem as secretarias, em cada secretaria ter uma referência feminina pra monitorar, para trabalhar a questão feminina em cada área, em cada secretaria, e desse modo somar com as lideranças comunitárias e assim por diante. Então, a sugestão que eu dou é somar nas lutas, não ficar uma instituição luta por uma política pública, numa rede fechada.** E uma outra organização, instituição, em um outro município também fazer a mesma luta individual, isso não flui muito. Eu acho a troca de experiência, as oportunidades. **E uma outra coisa: o máximo de autonomia financeira para as mulheres, que a partir do momento que a mulher não precisar pedir o marido dinheiro pra comprar os seus pertences pessoais, ela é outra mulher..** (ENTREVISTADA 8 – grifos nossos).**

A trabalhadora rural traz elementos importantes no que refere às propostas de ações voltadas para o enfrentamento à violência doméstica no campo, ao demarcar a centralidade da organização das redes em várias instâncias. Quando ela se refere a ter uma funcionária em cada secretaria municipal voltada para essa área, isso está diretamente correlacionado com a formação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres, pois diz respeito a um espaço

de participação popular que tem o papel de representar uma diversidade de mulheres e pautar as políticas públicas a nível local.

A entrevistada 5 traz a proposta de realização de momento de formação conjunto entre as representações das entidades da sociedade civil e os agentes da segurança pública. Ela também ressalta a necessidade de trabalhar a questão do sigilo profissional.

[...] o nosso conceito, é a vida, porque vale aí é a vida e também dentro disso tudo, o sigilo, aquela vida precisa de sigilo, precisa de um respeito, e talvez, não sei se caberia uma proposta de que tem que juntar né, a sociedade civil, né, juntar com a polícia e talvez uma formação desses grupos de sigilo de vida. (ENTREVISTADA 5).

Mesmo perante todos os desafios é importante destacar que a Polícia Militar possui um serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência que é a Patrulha de Prevenção da Violência Doméstica (PPVD)<sup>131</sup>. Na região tem atuação da mesma nos municípios de Almenara e Araçuaí. O serviço da PPVD consiste em:

A Patrulha Prevenção à Violência Doméstica é uma equipe constituída, no mínimo, por 02 (dois) policiais militares (preferencialmente composta por uma policial militar feminina), que prestam serviço de proteção à vítima real ou potencial, e têm a missão de desestimular ações criminosas no ambiente domiciliar e intrafamiliar. Essa atuação obedece a um protocolo de atendimento específico, regulado em norma própria e consiste ordinariamente na “segunda resposta” de intervenção em ocorrências dessa natureza (a “primeira resposta” é em regra de competência das radiopatrulhas). A Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica deverá atuar, sempre que possível, em conjunto com outros órgãos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar do município, visando um ciclo completo de atendimento à vítima.

Todas as propostas apresentadas pelas trabalhadoras rurais assumem particularidades tendo em vista as características do território que estão inseridas – o Vale do Jequitinhonha. Por isso para analisar a violência doméstica no campo em nossa região, precisamos construir um olhar que reflita sobre o povo negro e indígena que contribuiu para a formação da nossa região, ou seja, compreender os processos de violência, expropriação, dominação, relações de favor e coronelistas que permeiam as relações sociais no campo brasileiro, como também no Vale.

---

<sup>131</sup> Para saber melhor acessar em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalinstitucional/conteudo.action?conteudo=692&tipoConteudo=subP>

Ao mesmo tempo, precisamos refletir também sobre os projetos de desenvolvimento propostos pelo Estado para o Vale do Jequitinhonha, que reforçou a exclusão do povo e a reprodução do estigma da pobreza, resultando na precarização da oferta dos serviços públicos e na omissão perante as construções que estratégias que venham de fato promover o desenvolvimento regional.

Acreditamos que para responder os desafios e construir as propostas apresentadas pelas trabalhadoras rurais em posição de liderança que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, é fundamental a auto-organização das mulheres em seus territórios de atuação. Em destaque, no movimento sindical, mas também em outros ambientes, local de trabalho, categoria profissional, espaço comunitário, movimentos de mulheres e/ou feministas, grupos religiosos e/ou pastorais sociais, partidos políticos e demais organizações populares. Objetivando a luta por direitos, contra os retrocessos sociais e na construção de um projeto popular para o Brasil. Gonzalez (2020) contribui conosco ao afirmar que,

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos de modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. **Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefricanas* sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual.** Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, **nosso lema deve ser: organização já!** (GONZALEZ, 2020, p. 270).

Nesse sentido precisamos continuar a trilha dos caminhos da insistência, da teimosia, resistência e da persistência na realização das formações para elevar os níveis de consciência, promovendo processos educacionais e pautando a permanente articulação das redes de enfrentamento à violência. De modo a construir sociabilidades não hierarquizadas e relações de equidade, que construam diariamente a ruptura com o sistema capitalista, racista e sexista. Fortalecendo os grupos de mulheres cultivando a auto-organização delas em busca da construção da emancipação e da liberdade, dando sentido a luta feminista a partir do chão que pisamos e das condições de vida que temos. Apontando para o nosso horizonte que é uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver livre de violência, pois o “Vale do Jequitinhonha que a gente quer, não tem violência contra a mulher”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o processo de inserção em um programa de mestrado sempre esteve no meu horizonte após o término da graduação, porém ainda sem muita clareza do objeto de pesquisa e qual instituição ensino pleitear a seleção. Após dez anos de conclusão do curso de Serviço Social na UFVJM me encontro neste contexto de finalização da pesquisa do programa de mestrado em Estudos Rurais na mesma universidade.

Foi na UFVJM a realização de possibilidades de vários conhecimentos, estudos e construções por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão contribuiu significativamente para a minha identidade regional, para o meu sentimento de pertença e de defesa da região do Vale do Jequitinhonha.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, a questão da luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres foi uma pauta que acompanhei nos últimos anos e que acabou ocupando certa centralidade em minha vida, seja no âmbito pessoal, como também profissional e militante. Por isso, me vi enquanto sujeito social, com a necessidade e o compromisso de buscar contribuir para esta luta.

Acredito no potencial da universidade como espaço de produção do conhecimento que possa auxiliar nos processos de reflexão acerca da realidade social vivida e dos desafios enfrentados pela população de um território, de uma região. Por entender que vivemos em uma sociedade desigual e marcada por várias violências, a produção acadêmica deve ter o compromisso em fazer a sua parte para contribuir com as mudanças sociais. Afinal, “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2017, p. 52). Ou seja, a teoria e prática caminham juntas, e somente quando elas são correlacionadas é que podemos avançar para a transformação da realidade que vivemos.

No processo de realização da pesquisa enfrentei várias dificuldades para conseguir dedicar as leituras e a escrita, tendo em vista, a dinâmica da rotina de trabalho profissional e militante, o que impossibilitou uma dedicação do nível que era necessário. Somado às particularidades impostas pela pandemia da COVID 19, que limitou a vivência da pesquisa de campo.

Mesmo com os desafios, o processo investigativo trouxe muita aprendizagem, suscitando reflexões que provocaram análises relevantes na qual acreditamos que venham contribuir para a atuação das organizações que compõem as redes de enfrentamento à violência contra as mulheres no Vale do Jequitinhonha. Não podemos deixar de evidenciar que essa pesquisa só foi possível ser realizada por meio das contribuições das trabalhadoras rurais que participaram.

Os estudos acerca da categoria patriarcado permitiram-me compreender o quanto é enraizada as relações de poder, dominação e exploração sobre a vida das mulheres, atravessando séculos da história. Além disso, a pesquisa reafirmou a necessidade da compreensão interligada das dimensões de raça, gênero e classe social, identificando como o racismo, o sexismo e as violências são estruturais na sociedade.

O levantamento dos dados estatísticos acerca da violência contra a mulher contribuiu para a compreensão da magnitude do fenômeno, considerando que os registros expressam somente parte da totalidade. Além disso, evidenciou a necessidade de um diagnóstico da violência doméstica no campo que foi apresentada como um desafio por uma das entrevistadas, endossando nesta pesquisa como uma ação necessária e urgente, que deve mobilizar a iniciativa dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada.

A pesquisa bibliográfica permitiu analisar importantes elementos acerca da formação social do Brasil e do Vale do Jequitinhonha, reafirmando as disputas da luta de classe, a reprodução das desigualdades raciais e de gênero; e a compreensão dos conflitos étnicos que gestaram no território nacional e regional.

O processo investigativo correspondeu aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, uma vez que analisou as percepções das trabalhadoras rurais acerca da sua inserção sindical, das reflexões sobre cotidiano das mulheres rurais e principalmente no que refere à caracterização do fenômeno da violência doméstica no campo no Vale do Jequitinhonha, apontando os desafios e as possibilidades para o seu enfrentamento. No entanto, as reflexões foram iniciais e requer maiores aprofundamentos posteriormente.

Um ponto significativo da pesquisa consistiu na compreensão através do relato das trabalhadoras rurais entrevistadas, de que o fenômeno da violência no campo está presente para além da esfera doméstica, por ser estrutural, ela ocupa várias dimensões da sociedade.

Estando presente, neste sentido, dentro do movimento sindical, desde as dificuldades para poder sindicalizar-se até os obstáculos para ocupar cargos e/ou espaços de direção.

A pesquisa revelou como o processo de inserção das mulheres na entidade sindical, contribuiu para o fortalecimento da autonomia e do seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais.

O percurso da análise mostrou-nos como a pauta de defesa dos direitos previdenciários<sup>132</sup> esteve presente na trajetória de atuação das entrevistadas, o que demarca que a motivação para a inserção sindical permeia a busca pelas condições básicas de trabalho e respaldos/apoios enquanto categoria para garantir um futuro.

Durante a pesquisa foi perceptível o quanto é invisibilizado o trabalho doméstico e como é naturalizada a sobrecarga de trabalho para as mulheres no campo. Ao mesmo tempo evidenciando o protagonismo e o papel de gestão das mulheres nas diversas construções no meio rural, desde a participação nos espaços comunitários como também na produção agrícola.

Os resultados da pesquisa no que refere aos desafios para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir das percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas, aponta com centralidade a necessidade de aperfeiçoamento do atendimento prestado às vítimas, desde a prontidão perante o acionamento para uma ocorrência criminal, como também na oferta de uma escuta qualificada/humanizada sem julgamento e na adoção da prática do sigilo profissional. A questão do “apoio” às mulheres em situação de violência se constituiu como elemento resultante do processo investigativo, expresso desde os esclarecimentos das informações para as vítimas, como também na construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no campo. Além disso, romper com medo e o silenciamento são outros desafios recorrentes.

A participação e ocupação dos espaços dos conselhos municipais dos direitos das mulheres e da organização das redes, locais e regionais, também foram elementos apontados pelas entrevistadas.

---

<sup>132</sup> Cabe salientar que o acesso à aposentadoria é o único dinheiro (ou salário) que muitas mulheres do campo receberão em toda sua vida.

Por meio do estudo do referencial teórico utilizado, reafirmou-se a importância da luta feminista para o processo de avanço dos direitos das mulheres. E dessa forma, a adoção da compreensão do fenômeno da violência como algo estrutural. Além disso, a pesquisa demonstrou a relevância das contribuições do feminismo negro, para a construção de um olhar sobre as particularidades das condições de vida as mulheres negras no Brasil e no Vale do Jequitinhonha.

Além disso, o processo da pesquisa nos permitiu perceber como o feminismo branco e liberal influenciou a narrativa acerca das desigualdades de gênero, moldando construções hegemônicas na formação ideológica no seio da sociedade e na elaboração das políticas públicas.

A partir dos elementos apresentados, por meio das contribuições das trabalhadoras rurais participantes na pesquisa, esperamos que a pesquisa tenha contribuído para reafirmar, elucidar e evidenciar as reflexões sobre o fenômeno da violência como estrutural na sociedade, assumindo particularidades no âmbito doméstico no campo no Vale do Jequitinhonha.

Com um olhar atento ao cenário regional correlacionando com os processos históricos e em sintonia com a força das mulheres que nos antecederam, bem como, com as mulheres que travam lutas diariamente na atualidade, podemos aprofundar as nossas análises e construir coletivamente as estratégias necessárias para avançar na luta pelo enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres nossa região.

*“Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência esse é nosso dever. Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência e abuso de poder”. (Cantoria Popular).*

## REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. **A luta das Sufragistas**. In. HOLLANDA, H. B. *Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto*. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ALVES, B. M; PITANGUY; J. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ANDRADE, F. **Fios para trançar, jogos para amar: o fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mas vou até o fim: Narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2018.

ANUÁRIO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE 2019. São Paulo. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 06 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

BANDEIRA, L. M. **Violência de Gênero: a construção de um campo teórico de investigação**. In. HOLLANDA, H. B. *Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto*. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008,

BEZERRA, C. S. **Cultura e Hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos**. In: Gramsci e a Formação Política – Cadernos de Estudos da ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes). 1. ed. Guararema: ENFF, 2012.

BOGO, A. **Identidade e Luta de Classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. **Lei de Crimes Hediondos**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília. 1990. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm). Acesso em 06 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Coletânea Lei Maria da Penha Explicada – Doutrina e Prática. 2ª ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.104 de 09 de Março de 2015. Lei do Femicídio.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm) . Acesso em 06 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.015 de 07 de Agosto de 2009.** Tipifica os Crimes de Estupro, Assédio Sexual, Estupro de Vulnerável e outros crimes de ordem sexual. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.adpeb.com.br/v18/wp/wp-content/uploads/2019/01/LEI-12.015-09-CRIMES-CONTRA-A-DIGNIDADE-SEXUAL.pdf>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei 13. 718 de 24 de Setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, Código Penal, para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. Brasília. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm) . Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº1.973, de 1º de Agosto de 1996.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de Junho de 1994. (Legislação Complementar) In: GIMENES, E. V. ALFERES, P. B. A. Coletânea Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº4.377, de 13 de Setembro de 2002.** Promulga a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher. (Legislação complementar) In: GIMENES, E. V. ALFERES, P. B. A. Coletânea Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.778, de 24 de Setembro de 2003.** Estabelece a Notificação Compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde pública ou privados. In: GIMENES, E. V. ALFERES, P. B. A. Coletânea Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática. 2ª Ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.886 de 17 de Outubro de 2019.** Brasília. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13886.htm). Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar 150 de 01 de Junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 06 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as Mulheres.** Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres.** Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. DataSus. Disponível em: [www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02](http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02). Acesso em: 18 de abril de 2021.

Carta de Lançamento do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha, 2017.

Carta de Lançamento do Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha, 2017.

CARVALHO, J. M. **O pecado Original da República: Debates, Personagens e Eventos para compreender o Brasil.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório sobre Trabalho Escravo.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14174&catid=12&m=0>. Acesso em: 10 de abril 2021.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao Gênero.** Estudos Feministas, Los Angeles, 2002.

DELPHY, C. **Patriarcado (teorias do).** In. HIRATA, H.; *et al* (Org.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP. 2009.

DUARTE, C. L. **“O feminismo: Uma história a ser contada”.** In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Brasileiro – Formação e contextos. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FETAEMG). **Cartilha 30 anos de Luta**. Belo Horizonte, 1998.

\_\_\_\_\_. **Boletim Comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais**. Edição Especial. Dia Internacional da Mulher. Belo Horizonte, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRASER, N. **Feminismo, Capitalismo e astúcia da história**. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 4ª Reimpressão. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 63.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIMENES, E. V. ALFERES, P. B. A. **Coletânea Lei Maria da Penha explicada: Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, atualizada até Lei 13.894, de 29 de outubro de 2019 – Doutrina e prática**. 2. ed. - São Paulo: Edipro, 2020.

GORENDR; J. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

\_\_\_\_\_. “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In. STÉDILE, J.P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. Vol. 6. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GONZALEZ. L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto**. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher**. In: **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **A Mulher Negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica**. In: **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **A Categoria político-cultural da amefricanidade**. In: **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Mulher Negra.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Discurso na Constituinte.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Mulher Negra: Um retrato.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Democracia Racial? Nada disso!.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Mulher Negra, essa quilombola.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Alô Alô, Velho Guerreiro. Aquele abraço!.** In: Por um Feminismo Afro Latino Americano. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, H.; *et al* (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social (Revista de Sociologia da USP). Vol. 26. N. 1, 2014.

HOOKS, B. **O Feminismo é para *todo* mundo: políticas arrebatadoras.** 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Formação do Proletariado Rural no Brasil - 1971.** In: STEDILE, J. P. (org.) A Questão Agrária no Brasil - O debate na esquerda: 1960-1980. 1. ed. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IZUMINO, W. P. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. São Paulo. 2003

KERGOAT, D. “O Trabalho, um conceito central para os estudos de gênero?”. In: MARUANI, M. (Org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas.** Rio de Janeiro: FGV, 2019.

\_\_\_\_\_. .. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In. HIRATA, H.; *et al* (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP. 2009.

LEITE, A. C. G. **A Modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-ria” em suas condições regionais de mobilização de trabalho**. Dissertação de Mestrado do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 2010.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, J. B. Q. **Sons do Silêncio: a relação entre religião católica e educação escolar um estudo de caso**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2013.

LIMA, J. B. Q.; SOUZA, F.F; NASCIMENTO, K. C.; OLIVEIRA, T. D. **Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências**. FIH – UFVJM. 2019.

LORDE, A. **Não existe hierarquia de opressão**. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais**. 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. .. **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais**. 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAIA, C, de J. **Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MAGALHÃES, M. S. **Trajetórias em Movimentos: A construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2008.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 5. São Paulo: Boitempo. 2004.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo. 2007.

MEDEIROS, L. S. **Sindicalismo Rural**. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/MS; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MENDONÇA. S.R. **“A Classe Dominante agrária: natureza e comportamento 1964 – 1990**. In. STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. Vol. 8. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MINAS GERAIS. **Sistema Integrado de Defesa Social: Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2014-2016**. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 de abril 2021.

MOURA, M. M. **Os camponeses**, 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, E. P. **O Acesso à Previdência Social pelas Mulheres Trabalhadoras Rurais pela via do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: o estudo de caso da experiência de Medina e Congonhas do norte**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da UFVJM, 2021,

MORAIS, C. S. **História das Ligas Camponesas no Brasil**. In. STÉDILE, J.P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas. Vol. 4. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **A mulher negra e amor**. In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 4ª Reimpressão. 2019.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

ORGANIZAÇÃO DAS NACIONAIS UNIDAS (ONU). **Convenção sobre Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher**. 1979.

\_\_\_\_\_. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Resolução ONU nº48/104, de 20 de dezembro de 1993.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher**. Brasil, 1994.

PENHA, M. **Sobrevivi...posso contar**. 2. ed. 4ª Reimpressão. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2020.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro**. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de Classes: Muito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, J. R. **O que é Racismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SCHWEBEL, D. F. **Trabalho Doméstico**. In. HIRATA, H.; *et al* (Org.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP. 2009.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SERVILHA, M. M. **As Relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí – MG**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. UFV, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Vale do Jequitinhonha entre a “Di-visão” pela pobreza e sua resignificação pela identificação regional**. Tese de Doutorado em Geografia. UFF. Niterói, 2012.

STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil - O debate tradicional: 1500 – 1960**. 1. ed. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil - O debate na esquerda: 1960 – 1980**. 1. ed. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária**. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/MS; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária**. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/MS; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do**  
**Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### **O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais de seis municípios do Vale do Jequitinhonha.**

Nome: Idade: Sexo:  
 Estado civil: Escolaridade:  
 Tempo de sindicalizada: Identidade Étnico-racial:  
 Comunidade Rural de Residência: Município de Residência:

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:**

##### Eixo Elementos de Identidade

- 1) Como foi o seu processo de sindicalizar-se (filiar do sindicato)?
- 2) Quais as principais bandeiras de lutas por direitos que foram travadas ao longo da sua trajetória de mulher liderança trabalhadora rural?

##### Eixo Aspectos do Meio Rural

- 3) Como é a rotina das trabalhadoras rurais em sua comunidade?
- 4) Quais as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da mulher rural na comunidade?

##### Eixo Enfrentamento à violência

- 5) Como é a realidade da violência contra a mulher em sua comunidade? Correlacione com a manifestação dessa violência nas demais comunidades rurais do seu município e no perímetro urbano.
- 6) Para você quais os principais desafios/dificuldades para enfrentar a violência em sua comunidade rural? Tem diferença ao comparar com a realidade das outras comunidades rurais do seu município? E com a realidade urbana?
- 7) Para você quais as possibilidades, sugestões, estratégias, propostas de enfrentamento à violência contra as mulheres a partir da sua realidade local?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do**  
**Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: **O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha**, por se tratar de uma mulher trabalhadora rural em posição de liderança, com condições de fornecer informações acerca da problemática da violência contra as mulheres no campo, a partir da sua realidade, apontando os desafios para o enfrentamento e as possibilidades para atuar com esse objetivo. A pesquisa será realizada pela pesquisadora Lízian Maria Silva Martins, assistente social e estudante do curso de Pós-Graduação do Mestrado em estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e sob orientação da Professora Doutora Nadja Maria Gomes Murta, docente do Programa de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

A sua participação não é obrigatória, sendo essencialmente de caráter voluntário, NÃO havendo remuneração para tal. Ressalta-se que a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. O que não ocasionará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora, com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Será assegurado também o direito ao questionamento e explicitação antes, durante e após a entrevista. Para assegurar a privacidade dos dados coletados, os questionários ficarão sob o poder do responsável pelo projeto.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em Identificar as percepções de trabalhadoras rurais, em posição de liderança nos municípios polos de Araçuaí, Diamantina e Almenara, e das coordenadoras das comissões de mulheres dos polos da Fetaemg

(Baixo/Médio Jequitinhonha e do Alto Jequitinhonha) nos últimos cinco anos, quanto aos desafios para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e quanto às possibilidades para a atuação das Redes de Enfrentamento.

Caso você decida aceitar o convite, será feito um procedimento de entrevista audiogravada, solicitando a prestação de informações sobre sua percepção acerca do processo de conformação da identidade enquanto trabalhadora rural; o seu contexto de vida enquanto trabalhadora e das demais mulheres rurais da sua comunidade; a problemática da violência contra as mulheres no campo, identificando os principais desafios e possibilidades para atuar no enfrentamento.

Com a vossa participação na pesquisa estará contribuindo para elucidar informações relevantes no que refere ao enfrentamento à violência contra as mulheres no campo. Dessa forma podendo auxiliar o trabalho dos órgãos de atendimento às mulheres, contribuindo para a atuação dos mesmos nos territórios de abrangência rural, visando como objetivo final avançar nos mecanismos de enfrentamento à violência, lutando para as mulheres viverem livre de violência.

A execução do projeto de pesquisa não aponta riscos para as participantes, as entrevistas serão de caráter sigiloso. Os resultados da pesquisa não ocasionarão a identificação da participante. Somente em situações que a mesma manifeste desejo de se identificar.

Os resultados da pesquisa serão socializados com todas as mulheres entrevistadas, entregando uma cópia para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na qual a entrevistada é associada, bem como, aos Fóruns Regionais Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres dos Municípios do Médio Jequitinhonha e dos Municípios do Baixo Jequitinhonha, e a Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora principal, caso queira tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação na pesquisa.

Pesquisadora: Lízian Maria Silva Marins

Endereço: Rua Das Violetas, 74, Bairro: Nova Terra, CEP: 39600-000, Araçuaí/MG -  
Telefone: (33) 999562565 / (33) 988221682

Declaro que compreendi o objetivo da pesquisa, a forma de minha participação e colaboração com a mesma, entendendo os riscos e benefício, nesse sentido, aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

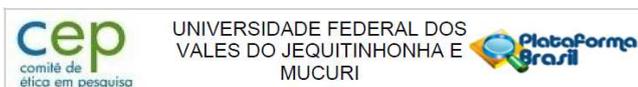
Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba –  
Diamantina/MG CEP39100000  
Tel.: (38)3532-1240 –  
Email: cep.secretaria@ufvjm.edu.br e/ou cep@ufvjm.edu.br

## ANEXO A – PARECER FINAL DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em seis municípios do Vale do Jequitinhonha.

**Pesquisador:** LIZIAN MARIA SILVA MARTINS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 36738820.1.0000.5108

**Instituição Proponente:** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.403.112

#### Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa trata-se de um estudo de caráter qualitativo, na qual o objetivo geral consiste em identificar as percepções de trabalhadoras rurais, em posição de liderança, em seis municípios

antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1612974.pdf	08/11/2020 22:39:35		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAjustado2.pdf	08/11/2020 22:37:45	LIZIAN MARIA SILVA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaDetalhado2.pdf	08/11/2020 22:37:24	LIZIAN MARIA SILVA MARTINS	Aceito
Outros	RoteiroDasEntrevistas.pdf	19/08/2020 01:09:09	LIZIAN MARIA SILVA MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	19/08/2020 00:51:58	LIZIAN MARIA SILVA MARTINS	Aceito

#### Situação do Parecer:

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000  
**Bairro:** Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000  
**UF:** MG **Município:** DIAMANTINA  
**Telefone:** (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep.secretaria@ufvjm.edu.br